FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO EM GEOGRAFIA
Dinâmicas Espaciais e Ordenamento do Território

VILA DO CONDE

A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL AO NÍVEL LOCAL

JÚLIA MARIA PEIXOTO DOS SANTOS FERNANDES ABRANTES

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA
ORIENTADA PELO PROFESSOR DOUTOR ÁLVARO DOMINGUES

Porto, Novembro de 2000

VILA DO CONDE:

A Construção da Política Cultural

Ao Nível Local

Aos meus filhos, Ricardo e João,

como incentivo a uma atitude
de contínua aprendizagem

COLEGIAL

Em cima da minha mesa,
Da minha mesa de estudo,
Mesa da minha tristeza
Em que, de noite e de dia,
Rasgo as folhas, leio tudo
Destes livros em que estudo,
E me estudo
(Eu já me estudo...)
E me estudo,
A mim,
Também,
Em cima da minha mesa,
Tenho o teu retrato, Mãe!
.....

No fundo da minha mala,
Mesmo lá no fundo, a um canto,
Não lhes vá tocar alguém,
(Quem as lesse, o que entendia?
Só riria
Do que nos comove a nós ...)
Já tenho três maços, Mãe,
Das cartas que tu me escreves
Desde que saí de casa...
Três maços – e nada leves! –
Atados com um retrós...

Se não fora eu ter-te assim,
A toda a hora,
Sempre à beirinha de mim,
(Sei agora
Que isto de a gente ser grande
Não é como se nos pinta ...)
Mãe!, já teria morrido,
Ou já teria fugido,
Ou teria bebido
Algum tinteiro de tinta!

José Régio

ÍNDICE

Parte I

Pág.s

1. Considerações Iniciais

1.1. Razão de uma Escolha. Objecto de Estudo 3
1.2. A Metodologia Aplicada 4
1.3. Com a Metodologia, as Técnicas de Apropriação Cognitiva 7

2. Território e Dinâmicas Espaciais

2.1. O Território num Modelo de Desenvolvimento Local Integrado 9
2.2. Orientações da Política Territorial da União Europeia 13
2.3. Competitividade Inter-espaços e Cidades 18
2.4. Território, Identidade e Cultura 25

3. Base Teórica-Empírica para uma Política Cultural 32
Conceitos e Objectivos

4. A Cultura no Quadro Político Nacional e Local

4.1. A Cultura na Política Nacional 41
4.1.1. Programas e Itinerâncias 46
4.1.2. Programa Operacional da Cultura 53

4.2. A Cultura na Política Local

4.2.1. O Município: Competências e Atribuições 55
4.2.2. A Cultura nos Orçamentos Municipais 58
4.2.3. Factores de Mudança Autárquica e Social 61
4.2.4. Associações e Escolas – Parceiros para a Cultura 68

Parte II

Vila do Conde – Um Estudo de Caso

1. Uma Abordagem Socio-demográfica 79

2. Intervenção Espacial e Patrimonial 83

2.1. Valorização do Espaço Público 83

2.1.1. Memória dos Espaços e dos Tempos 84
2.1.2. Consolidação do Aglomerado Urbano 86
2.1.3. Renovação Urbanística: Realizações e Projectos 90

2.2. Valorização do Património Edificado 95

2.2.1. Traços de um Percurso Histórico 96
2.2.2. Património Arquitectónico – Capital Cultural Material 99

3. Dinâmicas da Oferta Cultural 105

3.1. A Visibilidade Supralocal dos Eventos
– Consolidação de um Programa Regular 111

3.1.1. Promoção Turística 112
3.1.2. Internacionalização dos Eventos 119

3.2. Uma Política de Juventude 130

3.2.1. A Juvenilização da Oferta Cultural 132

3.2.2. Acções para a Coesão Social 142

3.2.3. Articulação com o Sistema Escolar 146

3.2.4. Educação pela Arte 149

4. Contexto Espacio-cultural e Tecido Associativo 159

5. Da Oferta à Política - A Construção da Política Cultural 172
ao Nível Local

5.1. Vila do Conde – O Caso Estudado 172

5.2. A Política Cultural ao Nível Local 177

Bibliografia 182

Anexos 191

Vila do Conde:

A Construção da Política Cultural ao Nível Local

1. Considerações Iniciais

1.1 – Razão de uma Escolha

"Vila do Conde: A Construção da Política Cultural ao Nível Local" constitui o produto final de um trabalho de tese de mestrado em "Dinâmicas Espaciais e Ordenamento do Território" em Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A razão da escolha do tema prende-se com o facto do nosso desempenho profissional se ter desenvolvido nos últimos anos na CCRN (Comissão de Coordenação da Região do Norte) à volta dos projectos apoiados pelo Programa Operacional do Norte (PRONORTE – QCA II 1994-1999), na sua componente imaterial (Sub-programa C), aberto sobretudo às iniciativas da chamada sociedade civil.

Sendo ainda nos anos noventa notória e determinante a grande debilidade do tecido institucional, cedo se tornou claro que, nalguns espaços, seriam as Câmaras Municipais a assumir o papel de apresentação de projectos "imateriais", embora, também elas inicialmente de uma forma tacteante, sem muitos recursos humanos com conhecimentos técnicos para elaboração de candidaturas de forma coerente e eficaz. A fase era de aprendizagem para todos. Porém, a maioria depressa se apercebeu da necessidade de encontrar esses técnicos, capazes de, em diálogo e em estudo, elaborarem e executarem projectos que se vieram a revelar essenciais para os seus concelhos. Muitas vezes foram pequenos projectos que se tornaram geradores de dinâmicas mais amplas e que conduziram à instalação de bases estruturantes para projectos mais ambiciosos, sendo em muitos casos as próprias populações a exigirem mais e melhor.

Vila do Conde surge-nos no Programa Operacional como um caso paradigmático. Trata-se de uma Câmara Municipal cujos técnicos depressa se apercebem da filosofia de aprovação de candidaturas, das regras de

elegibilidade, da variedade de projectos candidatáveis e, ainda mais, tornam-se bons executores dos projectos aprovados, fazem-no a tempo, cumprindo objectivos e obtendo bons resultados. À autarquia, juntou-se um conjunto de associações-satélites, elas mesmas também candidatas a projectos.

Acrescenta-se ainda que, para além dos vários eventos de impacte supralocal que se têm vindo a evidenciar, Vila do Conde tem desenvolvido uma política de recuperação urbana, que lhe tem permitido conservar e renovar o espaço de modo qualitativo, estimulando a curiosidade analítica.

De uma forma concreta, fomos ainda tomando nota, sobretudo pelos jornais, dos vários projectos materiais que se vão desenvolvendo e são candidatos a vários prémios e programas nacionais e europeus, com enfoque para a recuperação do seu centro histórico, para os projectos que se desejam para a parte ribeirinha e nascente da cidade, numa demonstração da dinâmica presente no concelho.

No contexto da Área Metropolitana do Porto, pode-se considerar que, contrariamente ao que acontece noutros espaços, a política urbana vilacondense tem-se desenvolvido com equilíbrio e coerência, destacando-se neste contexto pela positiva, atingindo mesmo notoriedade. Esta política mostra-se consciente da forte atractividade que sobretudo o Porto constitui, desenvolvendo por isso estratégias que, tendo em conta essa realidade, procuram evoluir e renovar.

Foi esta dinâmica e toda a ambiência que a cidade constitui, a juntar ao conjunto de factores já enunciados, que foi determinante na decisão de aprofundarmos o nosso conhecimento sobre Vila do Conde.

1.2. – A Metodologia Aplicada

O presente trabalho utiliza o método de análise intensiva, constituído por um estudo de caso, apresentando uma proposta de investigação colocada estrategicamente do lado da oferta cultural concelhia. Estabelece-se à partida como objecto de pesquisa o estudo de um caso de política cultural ao nível municipal. Propõe-se como questão teórica básica saber como se constrói uma política cultural e particularmente como Vila do Conde tem desenvolvido a sua dinâmica na área da cultura e de que modo os actores institucionais

associativos e escolares se envolvem nessa dinâmica, planeando e concretizando os seus programas. Estando em estudo a oferta, não se pode deixar de ter em conta os públicos que essa oferta pretende atingir – não podem deixar de se interligar.

Apesar de nos colocarmos ao nível micro – o espaço local -, a pesquisa não deixará de se revelar complexa e diversificada, dado o contexto espacial e socio-cultural do caso em estudo.

A opção pelo tema da cultura para uma tese inserida no curso de mestrado em Geografia não deixou de constituir um desafio. A abordagem pluridisciplinar dos objectos de estudo é, mais uma vez, aqui posta à prova. Ao defender-se um modelo de desenvolvimento territorializado, perspectiva-se cultura e território com uma articulação muito forte e próxima, num contexto plural e multidimensional.

Cultura, de um modo geral, é apresentada como um conceito com diversas e variadas formas: Ora apresenta um sentido lato, muito abrangente, ora apresenta um sentido restrito, muito localizado; ora se apresenta como "indústria", ora depende de dinâmicas locais espontâneas; ora se materializa no património edificado, ora está condicionada nas esferas do pensamento e da produção artística.

Definiu-se à partida que o nosso estudo de caso era um lugar, com determinada especificidade geográfica que influenciou o seu percurso político, económico, histórico, social e cultural. Apresenta portanto uma identidade própria e concreta, uma comunidade particular e uma cultura que, sendo específica, está virada para o exterior, como outrora o esteve para o mar e para terras distantes. A abordagem teórica do conceito fica assim circunscrita, embora outro tipo de abordagem (sociológica, económica, etc.) possa ser aqui referida.

Começou-se, numa primeira parte, por territorializar o desenvolvimento e a cultura, definir as orientações de contextos mais amplos em que todos os lugares estão inseridos (europeus e nacionais) e reflectir sobre a competitividade que se estabelece entre as cidades nas sociedades actuais.

Na análise da construção da política cultural, privilegia-se, neste trabalho, o município. Porém, a política municipal não é autónoma, estando sujeita à articulação com o Poder Central, sendo-lhe concedidas atribuições e

competências expressas por Lei. A sua definição, nalguns sectores, surge clara e precisa, não deixando dúvidas sobre as formas de actuação do poder local para atingir determinados resultados. Porém, esta mesma Lei configura-se mais indefinida e imprecisa no que diz respeito às políticas culturais, que, à excepção de alguns programas direccionados da Administração Central, é deixada em termos de concepção, programação e concretização à decisão dos representantes do poder local.

A questão de saber com que meios e quais os recursos financeiros de que as autarquias dispõem para pôr em prática as suas políticas é também referido neste trabalho, não deixando de se ponderar sobre as alavancas que os fundos comunitários têm constituído.

Dentro da componente material da política urbana, os equipamentos, oriundos alguns deles da aquisição e recuperação de imóveis em estado degradado, outros construídos de raiz na sequência de financiamentos vindos de programas específicos, têm constituído os pontos de ruptura e de partida para algumas dinâmicas culturais autárquicas. Por um lado, há que rendibilizar esse capital material disponível, por outro, as dinâmicas em curso exigem novos espaços. A caracterização das redes de equipamentos culturais e a amplitude da sua dotação no concelho redimensiona o alcance da oferta cultural.

A observação deste fenómeno em Vila do Conde merece reflexão cuidada com o objectivo de aprofundar a dimensão que o poder local, no âmbito do programa de desenvolvimento local, tem atribuído aos equipamentos culturais, assim como à valorização do espaço público.

A nossa análise prossegue tendo em vista um conjunto de projectos de grande impacte interno e de visibilidade externa, tendo-se colocado, neste trabalho de investigação no terreno, como objectivos principais, delinear a arquitectura institucional, isto é, analisar de que modo os projectos e as instituições locais estão envolvidas / dependentes da autarquia, aprofundar as relações inter-institucionais, perceber como definem e realizam as suas actividades culturais e os seus programas, com que engenharia financeira e quais os pontos da sua trajectória em que terão sido dados saltos qualitativos, ajustamentos de percurso ou desempenhos de maior ligação à comunidade local.

Analisar o modo como os agentes culturais institucionalizados estão entrosados com a política cultural autárquica, é também uma das nossas

prioridades. O município tem contado com as associações locais, renovadas ou criadas, e com as escolas como parceiros, chamando assim à mediação cultural instituições mais próximas dos públicos.

O modo como Vila do Conde tem articulado projectos de avivamento da memória colectiva das suas gentes, de forte ligação à comunidade local, com projectos capazes de envolver gentes mais jovens e com apetências culturais mais elaboradas, é outra das vertentes que se tenta aprofundar. Está pois em causa avaliar as potencialidades endógenas da oferta cultural, tendo em vista a fixação e formação de públicos. A este factor acrescentamos a estratégia autárquica de aumentar a visibilidade externa da própria cidade e dos seus eventos.

1.3 – Com a Metodologia, as Técnicas de Apropriação Cognitiva

A metodologia utilizada baseia-se numa abordagem da realidade mais qualitativa do que quantitativa, realidade esta que possui uma identidade temporal e espacial situada. A apropriação cognitiva do objecto de estudo dá-se através do cruzamento sistemático entre prática teórica e empírica, o qual está presente ao longo deste trabalho.

A análise das estatísticas relativas a indicadores culturais não permitiram ir muito longe nas considerações sobre a realidade cultural local, uma vez que a comparação desses indicadores com o conhecimento no terreno, permitiu-nos detectar várias incorrecções.

Deste modo, as opções técnicas documentais e não-documentais constituíram os meios de aproximação a este estudo de caso: Dentro das técnicas documentais, analisamos memórias descritivas de projectos, publicações, jornais e notícias da comunicação social em geral; nas técnicas não-documentais, elegemos a observação participante de actividades culturais das instituições em causa, mas sobretudo (depois da realização de entrevistas exploratórias) a observação não-participante através da condução de entrevistas semi-directivas, de tipo intensivo (um total de dezoito entrevistas), aos agentes culturais envolvidos nas instituições, sendo a autarquia o agente cultural activo por excelência, com maior envolvimento e responsabilidade. Foram entrevistados técnicos superiores da autarquia envolvidos na área

cultural e desportiva, a Senhora Vereadora do Pelouro da Educação, o Senhor Vereador da Juventude, o Senhor Vice-presidente e Vereador do Desporto e o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Numa pequena nota, mas plena de significado, direi que a disponibilidade e colaboração foram totais. Os melhores agradecimentos para todos. Em destaque, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Engº Mário Almeida, o Dr. Saraiva Dias e ainda a Drª Anabela Reis. Agradeço ainda a colaboração dos membros da direcção das instituições e responsáveis pelos projectos.

Agradecimentos para o meu orientador, Prof. Doutor Álvaro Domingues, para quem dirijo a minha admiração pela inteligência e conhecimento.
Um agradecimento ainda à equipa docente do Mestrado em Geografia da FLUP e ao Professor Doutor António Teixeira Fernandes do Curso de Sociologia pelo incentivo e apoio que sempre me tem dispensado.
Agradecimentos extensivos aos colegas da CCRN e do Gabinete do Programa Operacional do Norte. Um grande destaque para a minha amiga e colega Marília Vieira, pela cumplicidade e ajuda, sempre presente nos maiores "momentos de crise".

Finalmente aos meus filhos, pela relação de amor e partilha que sempre desenvolvemos, ao meu marido e aos meus pais, por ainda e sempre constituírem as minhas referências e equilíbrio.

Ponto 2. – Território e Dinâmicas Espaciais

2.1. – O Território num Modelo de Desenvolvimento Local Integrado

> Na verdade não conhecemos na Europa região ou cidade que tenha conseguido "instalar" o desenvolvimento, isto é, que o tenha implantado para durar, sem uma instalação concomitante das práticas culturais. Não se encontra tal dissociação.
>
> José Maria Cabral Ferreira[1]

> A cultura não é um território exterior à natureza. Bastaria pensar na concepção marxista de *praxis* ou, mais perto de nós, nas investigações *braudelianas* sobre a vida quotidiana – como conjunto de relações multímodas entre os homens e as coisas, e entre os homens acerca das coisas – para perceber que a cultura de que se faz mister falar não se reduz a estados e representações mentais, mas estrutura a globalidade da acção humana.
>
> Augusto Santos Silva[2]

O território foi sendo uma construção social, à medida que a acção do homem se começou a fazer sentir sobre o uso do solo e dos recursos naturais.

A evolução rápida da sociedade, com a grande concentração urbana resultante de um modelo de desenvolvimento que tinha como objectivo primordial o crescimento económico, pôs em causa o ordenamento do território e o ambiente, revelando-se muitas vezes incompatível com a protecção e valorização do património arqueológico e histórico. Ao mesmo tempo, a deslocalização das pessoas do meio rural para o urbano coloca-as em situação de desenraizamento, longe da sua cultura e dos seus saberes.

As sucessivas crises provocadas pela congestão urbana e pelo mau uso dos recursos naturais vão fazer surgir, na década setenta, a consciência ambiental e com ela, preocupações relativas ao ordenamento, à cultura, à qualidade de vida.

Os recursos culturais, entre os quais se destaca o património, à semelhança dos recursos naturais, passam a ser vistos como recursos escassos não-renováveis. Surgem os movimentos sociais de defesa do património e do ambiente. Multiplicam-se as convenções e organizações internacionais.

---

[1] José Maria Cabral Ferreira, "Do Planeamento da Cultura à Cultura no Planeamento", in *Revista Sociedade e Território*, nº 4, Edições Afrontamento, 1986, pp. 18-27

[2] Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados, Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

As concepções de desenvolvimento mais recentes passam a incluir as vertentes culturais e ambientais. O património valorizado de um território deixa de ser o simples monumento para incluir também as construções arqueológicas, a arquitectura urbana ou rural, a paisagem, a arte e as tradições populares, os equilíbrios ecológicos, ... A concepção é alargada, dependendo muito do que se entende que a sociedade industrial pôs em risco[3].

As políticas culturais de conservação do património tendem a ser, definitivamente, também políticas de desenvolvimento e de ordenamento.

Deste modo, porque se entende a cultura dentro de um modelo de desenvolvimento territorializado, parece-nos que analisar a política cultural relativa ao património, implica reflectir sobre o ordenamento desse território, como política local do solo, tornado ele também, em certas circunstâncias, um recurso escasso.

Em Portugal, a delimitação administrativa estabelece um nível territorial com autonomia e poder decisório – o município. A este poder municipal, dentro de um quadro político e jurídico, são atribuídas competências na área da gestão e planeamento do território, o que só por si confere ao município um papel fundamental no seu desenvolvimento. Neste âmbito, foram elaborados planos directores municipais (PDM) que têm permitido aos municípios estabelecer os princípios e regras a que deverão obedecer a ocupação, o uso e a transformação do solo [4].

Contudo, uma visão política eficaz de planeamento relativa ao ordenamento e à classificação dos solos, para além das características próprias do espaço físico, diz também respeito a um território com um percurso histórico e cultural, gerador de uma identidade específica e detentor de um património. Este percurso estabelecido numa relação interactiva entre espaço físico e populações, cria nestas um sentido de pertença, repleto de representações, aspirações e símbolos, que contribuem para o seu estilo e qualidade de vida.

---

[3] Cf. Manuela Reis, "O Património e a Construção de Novos Espaços de Cidadania" in AAVV, Cidadania, Integração, Globalização, organizado por José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias, Celta Editora, Oeiras, 2000, p. 279.

[4] Alguns PDM sofrem de algumas incorrecções e têm vindo a ser revistos. Em muitos casos foram encomendados a gabinetes técnicos desconhecedores das especificidades locais. Contudo, não deixam de ser um instrumento fundamental na gestão autárquica.

Daqui resulta a importância da percepção e vivência do espaço local, inseridas num processo de desenvolvimento integrado.

Contrária à perspectiva do paradigma funcionalista do desenvolvimento que entende qualquer processo de desenvolvimento fundamentado na evolução de um sistema produtivo que se torna mais eficiente através da acumulação de capital e do progresso tecnológico, que permite, deste modo, uma maior satisfação de necessidades humanas materiais, uma perspectiva territorialista do desenvolvimento entende o espaço local como espaço-território, espaço vivido, fundado numa socio-cultura específica e comum e que, além de constituir um suporte material e físico, composto por particularidades estruturais, é um espaço representado, dotado de características culturais afectivas e de simbologias próprias dos indivíduos e dos grupos sociais locais[5]. Deste modo, sendo o poder autárquico o principal agente do desenvolvimento local, cabe-lhe um papel fulcral no tipo de dinâmicas que sobre ele se exerce, sendo desejável que se apresente como um modelo multifacetado, um processo integrado de expansão de oportunidades para os indivíduos, grupos e comunidades inseridos no território, equacionando todas as vertentes relativas ao bem-estar das suas populações. Este modelo pressupõe a integração das componentes económicas, sociais e culturais, potenciando os seus recursos para benefício comum, mobilizando o potencial endógeno das regiões, entendido como o conjunto de conhecimentos e saberes-fazer tradicionais e específicos da população, mas também promovendo a criatividade e o apoio a novos projectos produtivos. Requer qualidade dos espaços, das infra-estruturas (acessibilidades, energia, telecomunicações), dos equipamentos, serviços e recursos humanos.

Portugal, tendo saído de um modelo de desenvolvimento que o afastou do nível médio dos demais países europeus ocidentais, encontrava-se, alguns anos atrás, no que foi chamado o grau zero do desenvolvimento local em termos de infra-estruturas e equipamentos. Tudo estava por executar, desde acessibilidades até aos equipamentos mais básicos de serviço às populações.

---

[5] Cf. Simões Lopes, Desenvolvimento Regional – Problemática, Teoria e Modelos, Vol. I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1980.

As grandes opções estratégicas das autarquias, quando os primeiros financiamentos comunitários chegam a Portugal, dirigem-se a uma vertente sobretudo material do desenvolvimento, o que implicou uma actuação instrumental de satisfação de necessidades elementares a nível da infra-estruturação do território.

Apesar dos avanços realizados, é ainda num contexto de grandes necessidades infra-estruturais que se introduz e questiona a relevância a dar à cultura no programa de desenvolvimento municipal. A pouco e pouco as medidas imateriais nas quais se inclui a cultura e, numa perspectiva semelhante, o ambiente, o desporto e o lazer, foram adquirindo outra dimensão nas preocupações dos que têm a seu cargo a gestão da política de desenvolvimento.

A vertente cultural não é contudo perspectivada e inserida do mesmo modo, nem ao mesmo tempo, em todos os municípios, estando naturalmente relacionada com muitos outros factores que dão ao desenvolvimento local uma certa complexidade e especificidade.

Porém, numa época de globalização, a inclusão da cultura no planeamento municipal é efectuada num cenário de "tensão" entre duas perspectivas aparentemente opostas: Uma que aponta para o nivelamento por uma cultura "internacional" que tende a anular as especificidades locais; outra que defende que a cultura valoriza e produz a diferença. E se a primeira apela ao cosmopolitismo, à internacionalização, ao acesso aos valores e às práticas culturais generalizadamente difundidas, a segunda apela ao sentido de local, ao reforço das identidades e a uma política de valorização dos recursos locais. As duas perspectivas, não sendo exclusivas, surgem entrosadas nas políticas culturais.

A concepção, o planeamento e a implementação de um modelo de desenvolvimento integrado não deixa de se constituir como um processo político mais amplo pelos agentes que interagem e pelas redes de poder que mobiliza e das quais sofre influências. Reconhece-se hoje que os territórios e os países estão inseridos em contextos geo-políticos e económicos, cujas orientações e decisões se reflectem ao nível local.

2.2. - Orientações da Política Territorial da União Europeia

> "Les responsables politiques du monde entier reconnaissent aujourd'hui que la culture occupe dans le gouvernement des sociétés humaines une place plus importante qu'ils ne le pensaient précédemment. Les décisions politiques, les initiatives économiques et financières et les réformes sociales ont plus de chances d'atteindre leurs objectifs lorsqu' est pris en compte leur impact culturel et lorsque les intérêts e les aspirations des individus sont envisagés dans une perspective culturelle »[6].

Sendo Portugal um país membro da União Europeia sofre, por consequência, influência das várias políticas que se vão delineando em diferentes níveis. Uma dessas orientações políticas surgidas na sequência da reunião dos ministros da União Europeia que teve lugar em Liège, em Novembro de 1993, diz respeito especificamente aos territórios, em detrimento de uma corrente que procura atribuir maior dimensão à condução das políticas sectoriais. Nessa reunião ficou decidido elaborar um Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (E.D.E.C.), tendo sido a primeira versão oficial provisória desse documento apresentada em 1997, na reunião de Noordwijk. Pretendeu-se sensibilizar os vários parceiros envolvidos, desde a Comissão, Estados-membros, Parlamento Europeu, vários organismos do Conselho até às regiões, levando-os a participar no debate, o mais alargado possível, sobre as directivas para o desenvolvimento territorial europeu. Trata-se de uma concepção de integração territorial, tendo em conta os diversos níveis de organização política e territorial, analisando o modo como interagem no contexto europeu.

A necessidade de agir politicamente em termos territoriais europeus surgiu na sequência da necessidade das orientações de ordenamento do território se reflectirem também a nível europeu dada, por exemplo, a discrepância sentida no sector económico com a instalação, por um lado, de actividades das forças de mercado cada vez mais a nível europeu e, por outro lado, as políticas de desenvolvimento territorial serem planeadas a nível nacional e regional.

Deste modo, através do E.D.E.C. criaram-se linhas de orientação mais amplas que passaram a atingir e a controlar situações que se apresentavam desniveladas. Estas orientações, ao ponderar a dimensão territorial de uma

---

[6] Groupe de travail européen sur la culture et le développement, La Culture au Cœur – Contribution au débat sur la culture et le développement en Europe, Edições do Conselho da Europa, Strasbourg, 1998.

forma mais adequada, contribuíram para o melhoramento da eficácia e relevância dessas políticas, cujos objectivos básicos devem ser a competitividade equilibrada do território europeu, o desenvolvimento sustentável e o reforço das políticas como a coesão económica e social. Em causa está também o princípio da subsidiaridade, o qual pretende fazer ajustar as escalas de decisões a níveis pertinentes, porque de maior eficácia, com particular ênfase para o nível local, mais próximo das populações.

A elaboração deste documento pretende pois constituir um ponto de referência, criando o enquadramento e a metodologia necessários a uma estratégia integrada, plurisectorial e indicativa para o desenvolvimento territorial europeu. E se, por um lado, os países da União Europeia pretendem ver aumentada a sua competitividade a nível mundial como território uno e coeso, por outro lado, a competitividade existente entre regiões e cidades dentro da própria União Europeia não deve pôr em causa a cooperação, como ponto de equilíbrio, para que a coesão económica, e particularmente a social, se estabeleça. Sendo este um princípio fundamental da criação e existência da própria União Europeia, a abordagem territorial deve ser entendida como um meio para atingir tal fim.

Por seu lado, perspectivando as orientações de uma política territorial para cada país-membro - e particularmente para os núcleos urbanos vistos como centros de influência e partindo do pressuposto de que só as cidades sustentáveis são competitivas -, apontam-se cinco aspectos essenciais para atingir um modelo de desenvolvimento sustentável:

- controle da expansão das cidades, com políticas de planeamento adequadas, de localização de actividades e de uso do solo;
- gestão prudente do ecossistema urbano, incluindo a protecção e desenvolvimento de espaços livres urbanos e de cinturas verdes;
- desenvolvimento de meios de acesso que sejam simultaneamente eficientes e não agressivos para o ambiente;
- conservação e valorização do património cultural e natural, dando maior atenção à gestão das riquezas naturais, incluindo os recursos hídricos e as paisagens;

- mistura de funções e de grupos sociais no tecido urbano como forma de combater a exclusão social e a marginalização, considerando que este combate é fundamental para a construção da cidade do futuro.

Pretende-se assim ajudar os países a elaborar uma estratégia direccionada ao desenvolvimento sustentável, tendo em vista atingir três esferas de actividade, nomeadamente: um sistema urbano equilibrado e policêntrico; igualdade de acesso às infra-estruturas e ao conhecimento; gestão e desenvolvimento prudentes do património natural e cultural.

Estas orientações surgem na sequência da verificação de três tendências que têm vindo a afectar o território da União Europeia e às quais as políticas devem estar atentas, nomeadamente o desenvolvimento urbano, a demografia e o ambiente. A evidência destas tendências implica desde já que, para além da evolução demográfica no que diz respeito por exemplo aos fluxos (i)migratórios e às variações das taxas relativas às diferentes faixas etárias, os quais requerem uma reflexão adequada, se implementem, por seu lado, políticas e orientações básicas fundamentais conducentes à melhoria das acessibilidades, à utilização mais eficiente e sustentável das infra-estruturas, assim como uma maior atenção à gestão e ao desenvolvimento cuidadoso das riquezas naturais, dos recursos hídricos, das paisagens rurais e urbanas e ao reconhecimento do património natural e cultural[7].

Numa análise apresentada no E.D.E.C.[8], verifica-se que os *Pontos Fortes e os Fracos* confirmam as tendências acima apresentadas no que diz respeito ao desenvolvimento urbano e ao ambiente: Por um lado, há diversidade paisagística com elevada qualidade estética, apresentando algumas paisagens características específicas de determinada identidade cultural e outras adquirindo novas configurações através da inovação de funções que têm vindo a ser instaladas. Por outro lado, há paisagens em deterioração, por degradação de funções económicas e patrimoniais ou por construções inadequadas, nas quais se incluiu edifícios e vias de comunicação, com fortes implicações na descaracterização e degradação da paisagem e do ambiente. A estas podem-se ainda juntar as áreas urbanas, física e humanamente degradadas, em que

[7]Cf. Documento E.D.E.C.-Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário, Noordwijk, Junho1997.
[8]Cf.Documento E.D.E.C.-Esquema Desenvolvimento Espaço Comunitário, Noordwijk, Junho1997, p.39.

normalmente vivem os imigrantes, que cada vez mais vão chegando aos diferentes países da União Europeia, portadores de outros comportamentos e culturas.

A definição de estratégias sólidas para o meio urbano requer pois a consideração de uma panóplia de questões urgentes que actualmente se levantam às tomadas de decisão com vista ao desenvolvimento.

A União Europeia na sua política territorial deu ênfase à cultura enquanto meio de integração europeia ao introduzir o artigo nº 128 no Tratado de Maastricht que estabelece explicitamente que a União *contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional e pondo, simultaneamente, em evidência o património cultural comum.*

É deste modo que, dentro da acção comunitária para a cultura dos países-membros, foi recentemente lançado o chamado Programa-Quadro **CULTURA 2000**[9] que passou a funcionar como um instrumento único de financiamento da Comissão Europeia para a promoção da cooperação cultural entre territórios, pretendendo contribuir para a valorização de um espaço cultural comum aos povos da Europa.

São objectivos do Programa: promover o diálogo cultural, criar e difundir a cultura transnacionalmente; promover a diversidade cultural e o património comum, facilitando o acesso do público à cultura.

Na Posição Comum (CE) Nº 26/1999 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, entre vários items, considera-se que a cultura é um factor económico, de integração social e de cidadania e tem uma função importante a desempenhar face aos novos desafios que se apresentam, tais como a mundialização, a sociedade da informação, a coesão social ou a criação de emprego.

Deste modo, a cultura faz parte da política que a União Europeia deseja para os países-membros e considera-a um elemento essencial da integração europeia que contribui para a afirmação e a vitalidade do modelo europeu de sociedade e para a influência da União Europeia na cena internacional.

---

[9] Este programa veio substituir os programas culturais ARIANE, RAFAEL e CALEIDOSCÓPIO que terminaram em 1999. O Programa CULTURA 2000 tem a duração de 5 anos (2000 a 2004) e um Orçamento Total de 167 milhões de Euros. Exige projectos de parceria de 3 entidades de países da União Europeia.

O Conselho da Europa e a Unesco são duas organizações responsáveis pelo desenvolvimento de conceitos de políticas culturais, assim como de programas e critérios de avaliação que têm vindo a ser discutidos. O Conselho da Europa - Conselho de Cooperação Cultural - encomendou a Portugal um estudo sobre a evolução das políticas culturais num determinado período (1985-1995), com vista a uma análise comparativa. Este estudo tem estado a ser desenvolvido no âmbito do Observatório das Actividades Culturais.

As organizações internacionais referidas têm estabelecido diversas tipologias conceptuais, pese embora as intensas mutações a que estas temáticas estão sujeitas. Uma das mais utilizadas teoricamente, em geral, por organismos internacionais tem a ver com a classificação das políticas culturais, segundo os seus objectivos – políticas culturais carismáticas, de democratização da cultura e de democracia cultural. As primeiras visam apoiar os criadores reconhecidos; as segundas, acrescentam a proposta de alargar o acesso às obras a um público o mais vasto possível; as terceiras, pretendem, para além destas duas propostas, estimular largamente a criatividade cultural, propiciando a expressão cultural dos diversos grupos sociais[10].

"A subida de estatuto dos ministérios da Cultura, em vários países europeus, por vezes ligando-os a áreas de peso como a comunicação, a crescente articulação das políticas de cultura com as de educação, do desenvolvimento social, da renovação urbana ou do turismo, os conceitos – recentes, mas rapidamente aceites – de que os artistas têm um papel a desempenhar na sociedade, de que a cultura contribui para o bem estar social, de que o património é a pedra basilar da identidade num mundo globalizado – são tudo sinais de que a cultura conquista terreno na hierarquia política e social"[11].

Na 26ª sessão da conferência geral da UNESCO foi criada uma Comissão mundial independente, constituída por 12 membros e presidida por Javier Pérez de Cuéllar, encarregada de elaborar um relatório mundial sobre cultura e desenvolvimento, assim como propostas relativas a actividades urgentes e a longo prazo, destinadas a responder às necessidades culturais no contexto de desenvolvimento.

---

[10] Cf. António Firmino da Costa, Políticas Culturais: Conceitos e Perspectivas, in Publicação Trimestral do Observatório das Actividades Culturais, nº2, Lisboa, 1997, p.14

[11] Helena Vaz da Silva, presidente do Centro Nacional de Cultura, Jornal Público, 07 Agosto 2000.

Já foram apresentadas duas partes deste relatório: "Les politiques culturelles à l'essai", de natureza descritiva e analítica e "L'Europe en transition", onde aparecem certas respostas possíveis aos problemas que se colocam à Europa. Estes trabalhos terminam com uma série de recomendações para uma acção política cultural coerente. Este documento já publicado, dispõe de conteúdo bastante interessante e robusto[12].

Estas notas aqui referidas, mais do que simples informação, permitem transmitir o modo como as questões da cultura no desenvolvimento se colocam e estão a ser perspectivadas em contextos mais alargados.

2.3. - Competitividade Inter-espaços e Cidades

> A cidade é, desde que a conhecemos historicamente, um artefacto, uma criação cultural, desde logo, a mais complexa das criações culturais da humanidade. ... Numa sociedade cada vez mais urbanizada, quer em termos de padrões de povoamento, quer em termos de práticas culturais, a cidade é cada vez mais o foco e o condensador de contradições e também de formas possíveis de as resolver.
>
> Álvaro Domingues[13]

A aposta, cada vez maior, na atractividade dos espaços passa por um forte aumento da competitividade inter-cidades, sendo a cidade, como motor do desenvolvimento e grande aglomerado de recursos, um meio competitivo por excelência.

Esta competição está actualmente, tanto a nível nacional como internacional, muito relacionada com factores que passam pela localização, relações de cooperação, internacionalização, mas também pela qualificação desse espaço e pela imagem que dele é transmitida a nível supralocal.

Esta imagem, que se quer adaptada a uma sociedade sempre em mudança, pode ser incrementada de diversas formas e engloba vários patamares. Um destes patamares, relacionado com a passagem da sociedade fabril à sociedade da informação, tem a ver com uma sempre renovada relação com o

---

[12]Cf. Conselho da Europa, La Culture au Coeur – Contribution au débat sur la culture et le développement en Europe, Edições do Conselho da Europa, Strasbourg, 1998.

[13] Álvaro Domingues, "Turismo Cultural e Política Cultural Urbana" in *Simposio Internacional sobre Turismo Cultural,* Fondación del Patrimonio Historico de Castilla y Léon, Valladolid, 2000.

sector económico que leva cidades e territórios actualmente a concorrerem entre si para se colocarem na vanguarda do conhecimento e da informação, fixando as populações, criando novos postos de trabalho e instalando, entre outros, serviços de alta tecnologia. Em qualquer sector da sociedade, a produtividade e os recursos humanos dispondo de uma formação qualificada, são factores economicamente fulcrais para a boa imagem de qualquer território.

Ainda dentro do sector económico, o comércio urbano está, em parte, actualmente dependente da atractividade das cidades e da sua capacidade de resposta em termos competitivos, podendo, ele mesmo, ser factor de atractividade. A adopção pelas populações de novos estilos de vida e as mudanças nos hábitos de consumo têm dado origem, por um lado, a alguma fragilidade do sector tradicional a que a cidade tem de estar atenta e, por outro lado, tem feito surgir novos espaços comerciais, tentando oferecer uma resposta nem sempre a mais adequada. Contudo, quando estrategicamente bem ajustadas, ambas as formas de comércio podem acarretar vantagens competitivas.

Noutra perspectiva, esta competitividade passa por novas formas de arrumar e ordenar a cidade, tornando o espaço público agradável, respeitando o património natural e edificado, sem deixar contudo de introduzir elementos inovadores e criativos, dentro de uma estética arquitectónica moderna e inteligente.

A par das transformações socio-económicas e urbanísticas que as cidades têm sofrido, a cultura entrou também nas políticas de desenvolvimento local e tornou-se um potencial efectivo na obtenção de vantagens competitivas para os diversos territórios. São várias as dinâmicas que recentemente nos dão conta do papel incontornável da cultura no dinamismo dos territórios, que podem incluir a reconversão e regeneração de espaços urbanos degradados para espaços de lazer e cultura e mesmo a transformação das próprias práticas culturais, desde a sua produção à sua difusão.

"As actividades culturais têm vindo a assumir cada vez maior importância / centralidade nas sociedades contemporâneas, na sua relação com o território e com a organização do espaço. O surgimento de novas formas específicas,

fortemente territorializadas, torna os espaços lugares de afirmação da diferença, propícios à inovação e à transgressão criativa"[14].

Um exemplo desta nova centralidade é o aparecimento, nos últimos tempos, das novas construções emblemáticas, edifícios de "autor consagrado" - caso do Museu Guggenheim, por exemplo, em Bilbao -, que vão surgindo cada vez mais, neste caso com objectivos claros de recuperação de áreas em declínio, funcionando como pontos de reavivamento e de referência para quem vive na cidade ou a visita. Do mesmo modo, a recuperação e a valorização de espaços e monumentos com valor estético e simbólico para a cidade constituem-se como "modos partilhados de apropriação e vivência do conjunto arquitectónico", conforme os designa Madureira Pinto[15].

Verifica-se assim que as políticas urbanas devem englobar diferentes componentes de recuperação urbanística, arquitectónica, cultural, produtiva, surgindo muitas vezes conjugadas na implementação de estratégias competitivas entre cidades. São disto ainda exemplo, os territórios classificados como **património mundial** ou património comum da humanidade, quando estão em risco recursos culturais únicos e que, para além da consequente recuperação e valorização dos espaços e do seu património, constituem também territórios competitivos em termos culturais e turísticos.

Por seu lado, a **realização de grandes projectos culturais ou as grandes exposições** têm permitido criar frequentemente um clima de competitividade entre cidades e de promoção turística, "entendidos como motores da própria revitalização urbana e da sua visibilidade no mapa internacional"[16]. É ainda o caso das cidades que se vão intitulando durante determinado período como **"capitais da cultura" ou "cidades olímpicas"** e que têm incluído no seu projecto, para além de uma forte programação cultural, certas recuperações e adaptações físicas ou mesmo novas construções, que se transformam em projectos estruturantes de continuidade – caso da cidade de Barcelona pós-Jogos Olímpicos, esperando-se o mesmo do Porto em 2001.

---

[14] Pedro Costa, Centralidades e Marginalidades: Territorialização da Produção e das Práticas Culturais na Área Metropolitana de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 1999, p.2.

[15] José Madureira Pinto, Intervenção Cultural em Espaços Públicos, in *Cultura & Economia,* Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, p.193.

[16] Álvaro Domingues, "Turismo Cultural e Política Cultural Urbana" in *Simposio Internacional sobre Turismo Cultural,* Fondación del Patrimonio Historico de Castilla y Léon, Valladolid, 2000, p.8.

Estas são referências actuais que exemplificam muito claramente que território e cultura estabelecem não só relacionamentos possíveis, mas sobretudo desejáveis, tendo a cidade que se sujeitar não só a processos de renovação e mudança do que já existe e que constitui o seu património, mas também a produzir dinâmicas de inovação a fim de atingir certos níveis de competitividade e visibilidade externa.

Carlos Fortuna aplica a este fenómeno o conceito de "destradicionalização", enquanto conceito que tem a ver com uma "recodificação da tradição" e do seu entendimento como "recurso de desenvolvimento"[17]. Isto significa que se está perante um novo posicionamento face ao que já existe, revestindo-o de elementos capazes de despertar novos envolvimentos.

As diferentes vertentes que compõem a vida da cidade, no que diz respeito à forma de (re)construir a cidade e aumentar a sua competitividade, apresentam visões diferenciadas conforme os vários autores.

É ainda Carlos Fortuna que sintetiza estas diversas vertentes em duas formas de imagens da cidade:

- "imagens modernistas da cidade põem a tónica na competitividade, na tecnicidade, na cultura empresarial e na internacionalização, gizando uma gestão de recursos de natureza empresarial";
- "imagens patrimoniais privilegiam expressões da vida local e regional, os costumes, as festas, rituais e sequências cerimoniais, mas também a arquitectura ou a qualidade ambiental, promovendo uma gestão de recursos e dispositivos simbólicos"[18].

Sendo os dois modelos importantes, o que estará em causa é uma questão de predominância e não de exclusão, podendo os dois modelos coexistirem.

Sendo um facto que as cidades para serem competitivas têm que criar dinâmicas e factores de atractividade que apresentam geralmente facetas dominantes, também parece evidente que, por efeito de "arrastamento", acabam por valorizar o que de melhor têm nas diferentes áreas, constituindo

---

[17] Carlos Fortuna, Destradicionalização e Imagem da Cidade–O caso de Évora, in *Cidade, Cultura e Globalização*, Celta, Oeiras, 1997, p.234. Este autor cita Augusto S. Silva (1994), atribuindo-lhe estes conceitos.

[18] Carlos Fortuna, Destradicionalização e Imagem da Cidade–O caso de Évora, in *Cidade, Cultura e Globalização*, Celta, Oeiras, 1997, p.235. Este autor remete esta classificação para A Mons (1992).

uma verdadeira economia de aglomeração - restauração, habitação, serviços, lazer, para além do comércio e produção já referidas.

Pedro Costa considera que há uma "profusão e variedade de transformações socio-económicas e urbanísticas e de acontecimentos culturais, com forte impacto no dinamismo dos territórios"[19].

Estas transformações, que requerem a adesão a modelos de gestão eficazes que passam pela aquisição de conhecimentos e de recursos humanos capazes, obedecem a estratégias que, se pretende, tenham consequências económicas e sociais, ao nível da criação de empresas e emprego, de dinamização de espaços e de atracção turística de determinados grupos possuidores de capital cultural e económico que constituem certos nichos de mercado. Entra-se assim no campo do chamado turismo cultural ou, para alguns, um turismo urbano, muito ligado à imagem da cidade, à sua qualidade e facilidade de acesso, incluindo um programa de eventos.

Contudo, o impacte das transformações verificadas "na criação de valor económico, na geração de emprego, na sustentação de dinamismos económicos e sociais particulares, com vasto potencial mobilizador e multiplicador na valorização de recursos patrimoniais para fins turísticos, não deve ocultar a renovação e reconversão de espaços abandonados, a redinamização social, urbanística, económica e ambiental de zonas degradadas ou a integração de estratos populacionais particulares e de grupos de excluídos diversos na vida da cidade"[20]. Apela-se assim à captação do fenómeno social total na qualificação da imagem da cidade, através da melhoria da vida das pessoas, assim como das áreas degradadas com tendências para a exclusão. Isto é, a competitividade das cidades não pode ser só baseada em factores de atracção voltados apenas para o exterior, mas tem que contemplar aspectos profundamente intrínsecos, de bem estar dos grupos que constituem a sua população e da recuperação de todos os espaços.

Ciente desta realidade e reconhecendo que em territórios dos países-membros da União Europeia existem clivagens no sistema urbano, sobretudo em locais

---

[19]Pedro Costa, Actividades Culturais e Desenvolvimento Regional: *Novos Caminhos para a Competitividade territorial* -Comunicação apresentada ao VI Encontro da APDR, Braga, 1999, p.2.

[20]Pedro Costa, Actividades Culturais e Desenvolvimento Regional: *Novos Caminhos para a Competitividade territorial* -Comunicação apresentada ao VI Encontro da APDR, Braga, 1999, p.3.

da periferia carenciados de medidas de intervenção, e com o objectivo global de as tornar competitivas, foram criadas iniciativas comunitárias que pretendem colmatar essas clivagens. Neste sentido, a iniciativa comunitária URBAN visou, durante a vigência do QCA II (Segundo Quadro Comunitário de Apoio), o apoio a projectos de revitalização física, económica e social das periferias urbanas. Também os Projectos-Piloto Urbanos se revelaram úteis em medidas que visaram a criação de cidades sustentáveis, com incidência em áreas mais desfavorecidas.

De uma forma contínua, apostando, mais uma vez, no aumento da competitividade dos territórios, o Programa Nacional de Desenvolvimento do QCA III (2000-2006) apresenta, no Eixo Prioritário 1 do Programa Operacional Regional, uma medida destinada ao financiamento de "Acções Específicas de Valorização Territorial", cujos objectivos são reforçar a competitividade dos espaços regionais, económica e socialmente pertinentes, assim como uma medida de "Qualificação Urbana", destinada a financiar a qualificação de aglomerados populacionais específicos.

Também o Eixo Prioritário 2 tem uma forte incidência territorial ao abarcar especificamente, no âmbito da região-plano do Norte, as chamadas "Acções Integradas de Base Territorial" para as sub-regiões do Douro, Minho-Lima, Entre Douro e Vouga e Vale do Sousa, consideradas como possuidoras de determinados problemas de desenvolvimento.

Tendo no seu documento técnico designados como objectivos a competitividade, a coesão e a qualificação territorial, abrange ainda acções de qualificação das cidades.

Ao nível das medidas sectoriais definidas no Eixo Prioritário 3 do Programa Operacional encontram-se ainda alguns apoios ao investimento no desenvolvimento local, a infra-estruturas específicas, a equipamentos e a acessibilidades.

Numa reunião dos países-membros da União Europeia, em Abril de 2000, em Lisboa, foi considerado que "a promoção do ambiente urbano pode servir como um instrumento activo ao serviço do desenvolvimento". Deste modo, foi apresentado recentemente, e no seguimento do programa PROSIURB (QCA II), o programa **Polis**, que, em consonância com as orientações referentes à política comunitária para o ambiente urbano, tem como objectivos reduzir a

produção de resíduos, qualificar o espaço público, criar espaços verdes, recuperar centros históricos e qualificar áreas degradadas.

Este programa é dirigido às cidades médias. Estas, considera-se que, embora oferecendo vantagens características das grandes concentrações, não apresentam os seus inconvenientes, uma vez que podem, por sujeitas a menores pressões, manter características patrimoniais, socioculturais e ambientais, que "lhes conferem uma imagem de atractividade, em que importa mais a qualidade que a quantidade e que se pode tornar também um factor de competitividade[21].

Para além dos factores de competitividade aqui realçados com destaque para a valorização dos espaços, do património e para as dinâmicas culturais, verifica-se que o ambiente e a defesa da paisagem natural constituirão, dentro em breve, um factor determinante. Futuramente e cada vez mais, a competitividade dos territórios vai passar pelas questões do ambiente, constituindo-se como principais problemas a redução e gestão dos resíduos, alteração do clima, perda da biodiversidade, e, no âmbito rural, acidificação e pesticidas, gestão da água doce e degradação das florestas.

Depois de um período longo, também o ambiente, tal como aconteceu com a cultura, entrará nas políticas de desenvolvimento local integrado.

Estas são as renovadas perspectivas das políticas urbanas (e rurais) que terão urgente e predominantemente que ser levadas em conta para que os territórios se possam manter competitivos e potenciadores de qualidade de vida.

[21] Cf. Arqº João M. Biencard Cruz, Que nova cidade para o século XXI – Ciclos de encontros Portugal 2000-2006:Políticas de cidades e reabilitação urbana (MEPAT), Aveiro, Março de 1999.

2.4. - Território, Identidade e Cultura

> Culture is a summary term which describes the atmosphere created by people in confrontation with the place they live in. It is expressed in physical form and activity.
>
> François Matarasso[22]
>
> Mais importante do que conhecer uma cidade é saber perder-se nela.
>
> W. Benjamim, citado por Carlos Fortuna[23]

Tem-se vindo a dar enfoque à relação entre o território e a cultura numa perspectiva supralocal que passa pela competitividade inter-cidades e pela visibilidade externa de que se reveste e que tem impactes na atracção de visitantes e turistas.

Numa outra perspectiva, agora de nível local, não tendo em conta factores de ordem político-eleitoral naturalmente sempre presentes, poder-se-á dar realce a esta mesma relação, território-cultura, através de um conceito de integração social que se considera essencial – o conceito de identidade. Este conceito não se define por uma conotação passiva, bairrista, conservadora, mas, pelo contrário, dado que o território tem vindo a sofrer grandes transformações ao longo do tempo, a sua identidade constitui um *continuum* evolutivo numa mudança que se quer construtiva e adaptada às exigências das sociedades contemporâneas. Não se trata por isso de uma identidade bloqueadora, mas aberta à mudança.

Esta identidade reúne, por um lado, elementos de ordem material que, como se tem vindo a afirmar, se prendem com a própria localização, função produtiva, gestão urbanística, sítios e monumentos desse território, e, por outro lado, elementos de ordem imaterial relativa a símbolos e expressões culturais - tradições orais, saberes e saber-fazer, línguas e dialectos -, que constituem memórias de quem por ele passa ou nele permanece.

Segundo Carlos Fortuna, e relativamente à cidade, esta "não é, ou não é apenas, aquilo que faz ou produz, nem a sua identidade depende da sua

---

[22] François Matarasso, The Art of Regeneration – Urban renewal through cultural activity, 1996, p.6.

[23] Carlos Fortuna, "As Cidades e as Identidades – património, Memória e Narrativas Sociais" in Cultura & Economia, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, p. 213.

localização, para passar também a ser aquilo que *parece*, *representa* e *oferece* aos nossos sentidos"[24].

Esta, considere-se, nova visão da cidade que, para além da materialidade, da sua base económica e da sua circunscrição geográfica, apresenta também uma geografia humana relativa à imagem perceptível da cidade que é decisiva no modo como se faz, se vive e se sente a condição urbana.

Neste modo de fazer a cidade e em termos de medidas de intervenção num processo de cruzamento de tendências sempre complexas e variadas, é importante a gestão urbanística que se leva a efeito que, por um lado, pode e deve contribuir para o reforço da identidade, da integração e da coesão social ou, por outro lado, pode criar *ghettos* descaracterizados, potenciadores de exclusão social e de desertificação humana dentro da própria cidade – lugares de não-identidade.

Os centros das cidades, enquanto **núcleos históricos** e urbanos geradores da própria cidade e aglutinadores das suas diversas funções, têm sido equacionados a partir de diversas "ideologias" urbanísticas que, ora os têm guindado a centros autênticos da urbe, ora os têm relegado para o abandono e a degradação. Neste sentido, verificaram-se, por um lado "agressões resultantes de uma política urbana modernista ou, no caso de algumas cidades portuguesas, de um completo desleixo urbanístico que permitiu demolições sucessivas e descaracterizações que, às vezes de uma forma irreversível, converteram a cidade histórica num conjunto edificado fragmentário, marcado por uma generalizada degradação (urbana, funcional e social), pontualizada pela salvaguarda de alguns edifícios de alto valor simbólico (sobretudo edifícios de uso religioso, administrativo ou militar)"[25]. Por outro lado, é a pouca ocupação habitacional (em fuga para a periferia) e o envelhecimento dos seus habitantes que se têm feito sentir. As funções produtivas de pequena e média indústria têm dado lugar a um aumento considerável das funções de comércio e serviços, nem sempre compatíveis com as especificidades dos centros históricos.

---

[24] Carlos Fortuna, Destradicionalização e Imagem da Cidade, O Caso de Évora, in *Cidade, Cultura e Globalização*, Celta, Oeiras, 1997,. p. 233.

[25] Candidatura "Viagem à Rosa dos Ventos" ao PPU (Projecto-Piloto Europeu), elaborada por Álvaro Domingues, Amélia Polónia, Rui Azevedo, (Quaternaire Portugal) em colaboração com a Câmara Municipal de Vila do Conde, 1997, p.18.

Acrescenta-se ainda que, para o abandono e consequente degradação descaracterizante dos centros históricos, contribuiu, de forma significativa a emergência das chamadas "novas centralidades da periferia", constituídas por espaços onde se concentram uma grande diversidade de funções, desde a comercial e serviços, até à própria função cultural, sobretudo no que diz respeito ao cinema, proporcionando maior segurança e comodidade de deslocação e acesso. Contudo, em época de globalização, estes são lugares que banalizam um certo tipo de identidade e de práticas sociais, em tudo diferentes do modo de produção de identidades que foram evoluindo no núcleo das cidades históricas.

Conscientes desta evolução e depois de um período regressivo, os centros históricos voltam a merecer a atenção do poder político local, entrando-se numa fase (já visível, nalguns casos) de recuperação e valorização. Dentro de um certo ecletismo, assiste-se a uma reconversão funcional que, para além da renovação e atractividade de actividades económicas em diversas áreas (turismo, hotelaria, comércio, micro-empresas, profissões liberais, etc.), tem implicado ainda a recuperação (embora discutível), da função de habitação e a implementação de programas de animação cultural. Pretende-se, deste modo, devolver à cidade e aos centros históricos, a animação nocturna e a vida nas ruas que entretanto se tinha perdido, levando as populações a identificar-se e a viver a sua cidade.

Estas medidas referidas surgem acompanhadas por outras como a contenção do tráfego automóvel em determinadas artérias, a pedonização e um esforço de dinamização das ruas, através de uma política de apoio ao comércio tradicional, a abertura do espaço público a acções de convívio e cultura a residentes e visitantes. Essencial se torna o arranjo e cuidado do espaço físico de modo a constituir um convite ao convívio e à permanência.

A este propósito João Ferrão afirma que o "regresso da cidade observado nos anos de noventa é acompanhado pela emergência de novas realidades e novas leituras sobre os sistemas urbanos"[26].

Salientando ainda esta vertente, pode-se verificar que "a política para os centros históricos deve, sem trair a memória dos lugares ou reduzir o

[26]João Ferrão, Rede Urbana: Instrumento de Equidade, Coesão e Desenvolvimento? in *Colóquio "A Política das Cidades"*, Série Estudos e Documentos, Conselho Económico e Social, Lisboa, 1997, p.36.

património edificado a um simples cenário ou ex-libris turístico da cidade, conter um desafio mais ambicioso: o da definição de uma estratégia que contextualize a intervenção no centro histórico como uma oportunidade de transformação e de qualificação da cidade no seu conjunto"[27].

Dentro da gestão urbanística da cidade não só a regeneração dos centros históricos apresenta capacidade de proporcionar ou recriar espaços de identidade, mas também a recuperação de edifícios e lugares de valor histórico e patrimonial contribuem para o reforço dessa identidade, tendo-se alguns deles transformado em equipamentos culturais para a cidade. A este propósito Madureira Pinto refere que começa a conceder-se a importância devida, em Portugal, às formas e aos recursos do entendimento cultural das cidades e dos patrimónios urbanos, seja do ponto de vista dos modos de percepção / apropriação praticados por residentes e forasteiros – e, em particular, da recriação desses patrimónios como elementos de esteticização dos ambientes citadinos -, seja do ponto de vista da sua utilização em estratégias de intervenção cultural[28].

A componente cultural surge assim inserida nas políticas e projectos urbanos, provocando a articulação de acções culturais com intervenções de revitalização e reabilitação dos espaços urbanos e contribuindo, deste modo, para a valorização urbana e para o reforço da dimensão identitária dos espaços. Frentes portuárias abandonadas, velhas instalações alfandegárias ou fabris (moagens, têxteis, etc.), passando pela criação das rotas (vinhos, seda, património têxtil, etc.), velhos espaços museológicos transformados em núcleos de cultura viva, aos quais são anexados lugares de lazer, restauração e comércio, constituem exemplos de activação de potencialidades territoriais, com forte carga identitária.

Contudo, neste deambular reflexivo pelos valores do território e da cultura nas políticas de desenvolvimento, coloca-se uma questão de forma sistemática e persistente que é a de tentar definir e entender qual(is) o(s) conceito(s) de

---

[27]Candidatura "Viagem à Rosa dos Ventos" ao PPU (Projecto-Piloto Europeu), elaborada por Álvaro Domingues, Amélia Polónia, Rui Azevedo, (Quaternaire Portugal) em colaboração com a Câmara Municipal de Vila do Conde, 1997, p. 20.

[28] Cf. José Madureira Pinto, "Intervenção Cultural em Espaços Públicos", in *Cultura & Economia. Actas do Colóquio Realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994,* Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, pp. 191-207.

cultura. Numa perspectiva antropológica e social, cultura é apresentada como um "conjunto de matrizes de identidades colectivas, padrões de conduta e obras de civilização humana"[29]. Porém, numa perspectiva aparentemente mais territorializada, é ainda apresentada como "matrizes particulares, plurais e identitárias – culturas locais, culturas territoriais – que espelham os processos de territorialização do cultural e de constituição de campos culturais locais específicos como conjuntos de posições e de relações nos modos de produção, distribuição e consumo dos bens/serviços num e relativamente a um território" [30].

Deste modo, constituindo a cultura, por si só, um factor de desenvolvimento de um território / local, desenvolvimento esse, porém, que se quer integrado, ela é, ao mesmo tempo, resultado dele. Neste desempenho duplo, multifacetado e diversificado, cultura surge como património, espaço, memória, história, arqueologia, artesanato, pintura, escultura, teatro, dança ou música. Contudo, dentro da perspectiva dinâmica que se defende e no contexto espacio-temporal contemporâneo, novas formas culturais têm vindo a ser legitimadas, tais como o cinema, a moda ou a fotografia, entre outras.

Numa fase de forte notoriedade social da cultura, esta passa uma mensagem de renovação que tanto engloba as formas clássicas, mais ou menos convencionais, como busca novos temas, conferindo-lhe um sentido de algo nunca acabado.

A cultura deve desempenhar assim uma função de "destruição criadora" [31], pretendendo-se apresentá-la como um factor dinâmico, activo, capaz de estabelecer uma relação dialogante entre a tradição e novas formas de ser, estar e fazer, entre velhos e novos modelos. Desta maneira, a cultura local sendo composta por elementos de um passado histórico, gerador de raízes identitárias, contem aspectos locais reinventados.

---

[29] Augusto Santos Silva, O que é o desenvolvimento Integrado? Uma Reflexão, com Ilustração Empírica" in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local. Actas do Encontro de Vila do Conde, 1-3 de Abril de 1993"*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994, p.612.

[30] Natália Maria Azevedo Casqueira, *Práticas de recepção Cultural e Públicos de Cinema em Contextos Cineclubísticos*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, FLUP, 1997, p.42.

[31] Este conceito é aplicado por Carlos Fortuna (Carlos Fortuna, As cidades e as Identidades: Património, Memórias e Narrativas Sociais" in *Cultura & Economia*, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, p.210), relativamente às identidades dos sujeitos.
Este conceito é atribuído ainda a J. Schumpeter (Capitalism, Socialism and Democracy) referindo-se à evolução do sistema produtivo. Entretanto, tem sido usado por outros autores. Parece-nos também que, neste texto, interpreta bem o que se pretende transmitir.

De realçar ainda outra dualidade. Estando neste trabalho em destaque o sentido de identidade e de pertença que a cultura confere através da defesa da especificidade local, em tudo o que um território possui de único, ela está ainda em contacto com outras culturas e outros territórios. Sofre com isso influências exteriores, entretanto adoptadas e recriadas, constituindo esta abertura a outras culturas e a outras maneiras de ser e de estar um reforço do conhecimento sobre si mesma, enquanto cultura local.

Em suma

No âmbito deste trabalho, considera-se oportuno tentar esclarecer o conceito de cultura que aqui está em causa.

Pretende-se, por um lado, defender que cultura não é um conceito abstracto e etéreo, mas, pelo contrário, tem expressão territorial, está presente na vida das populações, acompanha a sua evolução e expressa-se através de formas; por outro lado, pretende-se ainda defender que a cultura constitui, no âmbito político e social, uma vertente fulcral e específica da política de desenvolvimento integrado. A este propósito, cita-se Teixeira Lopes ao referir que "mesmo considerando a transversalidade da dimensão simbólica-cultural, ..., importa remetê-la para as características dos contextos de interacção onde opera a sua lógica específica". Pretende-se assim estabelecer algumas "balizas" teóricas, contrariando, por um lado, a afirmação de senso comum de que "tudo é cultura" e, por outro lado, admitindo-se mesmo que existe uma "autonomia relativa da ordem cultural" [32].

Existe ainda neste trabalho alguma resistência em considerar que, tal como defendiam algumas correntes em sociedades de inspiração marxista ou de economia liberal, que a cultura está exclusivamente "dependente, condicionada e determinada pela evolução da infra-estrutura tecnoeconómica" (volta-se a citar Teixeira Lopes no texto acima referido). Esta determinação exclusiva é ainda recusada a qualquer ordem geográfica ou até política, por muito discutível que esta afirmação possa ser. O seu envolvimento passa assim pela sociedade no seu conjunto.

---

[32] João Teixeira Lopes, Tristes Escolas – Práticas Culturais Estudantis no Espaço Escolar Urbano, Edições Afrontamento, Porto, 1996, p.68.

Tentando sistematizar algumas análises e reflexões, entende-se que cultura, como se tem vindo a afirmar, é relativa a um território, portador de identidades e recursos, que são marcas, imagens, símbolos. Criam-se assim "produtos" e desenvolvem-se práticas culturais específicas que são compartilhadas pelos diversos actores sociais, fazem parte da sua socialização, adquirem tradição e são transmitidas culturalmente como uma herança.

Estas formas chamadas de cultura tradicional são específicas de determinada comunidade, pretendendo-se ver entrosadas com as chamadas "obras culturais legitimadas", como a música ou a dança clássicas. Reconhece-se, porém, que estas formas culturais são essencialmente apropriadas por alguns grupos sociais que as entendem e descodificam, pois o número crescente de espectadores que por vezes lhes é atribuído, não significa na realidade que as formas culturais estejam inculcadas e façam parte dos gostos e hábitos dos diversos actores sociais.

Um dos desafios da política cultural é desenvolver esforços de aproximação entre a cultura mais popular e a chamada cultura erudita, às quais se devem juntar outras formas emergentes que entretanto sejam legitimadas num processo sempre inacabado de (re)construção e (re)interpretação da realidade.

Sintetizando, uma acção cultural dinâmica tem de estar atenta às tensões não resolvidas entre as várias polaridades e que constituem os pontos sensíveis de uma política cultural:

- re-interpretar os sentidos e a apropriação social das práticas culturais ditas tradicionais e, ao mesmo tempo,
- construir diálogos e sentidos para a difusão local de formas de expressão cultural globais e fortemente disseminadas pelos *media;*
- criar formas de aproximação entre as chamadas culturas popular e a erudita, com o objectivo de atenuar as distâncias sociais e culturais instaladas;
- controlar as opções que privilegiam mais a oferta pontual e efémera de eventos do que as práticas culturais enraizadas e criativas;
- fomentar a construção de um tecido institucional mobilizado para a produção cultural, no qual se incluem as escolas e as associações, recusando uma mera atitude passiva e lúdica face aos denominados

"consumos culturais", avaliados, muitas vezes, apenas por indicadores quantitativos.

Estas polaridades, estando presentes no campo cultural, constituem alguns dos pontos de interesse e reflexão da política cultural.

3. – Base Teórica-Empírica para uma Política Cultural

3.1. - Conceitos e Objectivos

> A cultura é, na essência, um património, um código de conhecimentos, de sensibilidades, de referências identitárias e de condutas que nos habilitam a viver e a compreender a nossa condição de cidadãos e a complexidade de um mundo que muda cada vez mais depressa.
>
> Álvaro Domingues[33]

> Assiste-se nos tempos recentes a uma tomada de consciência de que, se não se fizer passar a cultura da periferia para o centro da política, não haverá verdadeira renovação social.
>
> Helena Vaz da Silva[34]

De um modo geral as políticas culturais como objecto de estudo revestem-se de bastante complexidade, sendo mesmo de difícil definição a metodologia a seguir, quais os objectivos de tal política, qual a eficácia das medidas adoptadas e a avaliação dos resultados obtidos.

Cingindo o objecto de estudo à política cultural local, autárquica, o campo de estudo diminui substancialmente de dimensão, mas não de complexidade. Importa começar por reflectir sobre quais os seus campos de incidência e os seus princípios estratégicos.

Madureira Pinto, tentando criar alguma ordem e clarificação (indo mais longe na definição da tipologia de classificação das actividades culturais normalmente sintetizada em três vertentes - cultura erudita, cultura popular e cultura de

---

[33] Álvaro Domingues, "Turismo Cultural e Política Cultural Urbana" in *Simposio Internacional sobre Turismo Cultural,* Fondación del Patrimonio Historico de Castilla y Léon, Valladolid, 2000.

[34] Helena Vaz da Silva, Presidente do Centro Nacional de Cultura, Jornal Público, 07 Agosto 2000.

massas), considera os seguintes vectores de estruturação matricial das práticas culturais nas sociedades contemporâneas:

Os modos de relação com os bens culturais – criação ("com autor" e "sem autor"), expressão (desenvolvida em situações interactivas e comunicacionais), participação (visitas a museus e exposições, idas a eventos culturais, etc.) e recepção (passividade perante a oferta cultural); inter-relacionados com os **espaços de incidência da cultura** – doméstico (desde a televisão até a práticas de artesanato caseiro, fotografia, vídeo, etc.), colectivo (desde as festas no espaço público até aos cafés, bares, etc.), das sub-culturas dominadas e emergentes (o associativismo em variadas formas, artesanato, bandas, grupos de dança, etc.), das indústrias culturais (cultura de massas) e da cultura erudita (ou cultivada, sobrelegitimada face às outras categorias).

Como definir então estrategicamente, segundo Madureira Pinto, as políticas culturais autárquicas tendo em conta estes vectores estruturantes?

Nos princípios estratégicos de uma política cultural reflectidos ainda por este autor[35] surge, em primeiro lugar como necessário e urgente, a implantação de infra-estruturas básicas. Considera-se que só a partir de um **limiar mínimo de equipamentos culturais disponíveis**, é possível partir para uma política de desenvolvimento cultural sustentado. O autor considera ainda englobado neste princípio estratégico a preservação e valorização do património cultural acumulado, em especial o património arquitectónico.

Este princípio deve ser activado por uma **política persistente de atracção de públicos** e de um **apoio declarado à criação artística**, isto é, a defesa da promoção de "estímulos duráveis à criação e à criatividade culturais em todos os espaços e sob todas as formas em que elas possam desenvolver-se". Este apoio à criação não é linear e exige a definição de alguns contornos do que é cultura. O princípio de atracção de novos públicos tem aplicação estratégica a nível das escolas e das associações locais, como lugares de mediação cultural, das quais se espera um serviço organizado e profissionalizado como prestadoras de serviços.

---

[35]Cf. José Madureira Pinto, Uma reflexão sobre políticas culturais, in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local. Actas do Encontro de Vila do Conde, 1-3 de Abril de 1993,* Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, 1994, pp. 767-792.

Em segundo lugar, Madureira Pinto aponta como princípio estratégico de uma política cultural a democratização cultural, isto é, o **alargamento e formação de públicos**, - a "dotação de segmentos populacionais vastos das camadas populares de instrumentos estético-cognitivos necessários à descodificação e fruição das formas culturais". O tipo de intervenções da administração pública é, nesta perspectiva, pôr em contacto estes segmentos populacionais com as obras, inclusive com os exemplares mais raros e sacralizados da cultura erudita, contribuindo para experiências enriquecedoras. Esta democratização reflecte-se sobretudo a nível da fruição da obra cultural. Contudo as políticas de alargamento de públicos devem incluir o nível da criação / produção cultural, no sentido de que o contacto com o surgimento da obra transmite uma maior aproximação à cultura, remetendo para o campo da participação práticas culturais remetidas normalmente para o campo da recepção. Estas porém são áreas, sobretudo no campo das artes plásticas, de acesso condicionado ou mesmo fechado, com códigos próprios e campos de interesses específicos.

Em termos ainda de intervenção implica uma deliberada revalorização dos espaços colectivos e do associativismo, parecendo óbvio que a escala local e autárquica é, mais uma vez, a adequada a esta estratégia.

Fazendo aqui um parêntesis, referir-se-á a propósito e em termos exemplificativos, que Carlos Fortuna num trabalho desenvolvido em Évora, designado por "Viva a Rua" faz uma avaliação muito positiva deste projecto que considera "fez do espaço público da cidade o suporte de uma medida da política cultural local cuja virtude reside em propiciar a um vasto segmento populacional ... um contacto com expressões culturais exigentes, em termos da sua descodificação". Este projecto, que constou sobretudo em fazer da rua um palco, transformou-se numa "forma de democratização da comunicação em espaço aberto, ... que contraria o retraimento generalizado dos consumos culturais e da convivialidade[36].

Estas intervenções portadoras, como já foi referido, de impactes a nível urbano através da dinamização de espaços, ruas e praças, acarretam também impactes a nível social, ao transformarem a cultura em factor de integração,

---

[36] Carlos Fortuna, "Destradicionalização e Imagem da Cidade - O Caso de Évora", in *Cidade, Cultura e Globalização*, Celta, Oeiras, 1997, p. 245. Este autor, nesta citação e na imediatamente anterior, utiliza argumentação de José Madureira Pinto.

fomentando a atracção de grupos mais ou menos excluídos de certas formas culturais ditas mais elitistas. Isto permite fazer a ligação ao terceiro princípio estratégico de Madureira Pinto.

Segundo este autor, uma política cultural deve **contrariar as tendências de evasão e demissão cívicas**, assim como permitir a sobrevivência e afirmação das culturas dominadas e emergentes – "contrariar os efeitos de atomização e desvitalização cívica imputáveis à injunção mediática massiva". Deste modo participa no "combate à exclusão social, por via da reconversão de redes de produção identitária em espaços desvalorizados e marginalizados". Como verifica António Teixeira Fernandes em trabalhos desenvolvidos sobre esta temática "a exclusão social traduz um défice de cidadania" [37].

Contudo, Madureira Pinto considera que a inversão da situação é inseparável de um projecto global de transformações da sociedade e depende necessariamente de políticas conduzidas em patamares de decisão mais englobantes, estando neste caso as medidas a tomar acima das políticas locais. Se, com a crescente internacionalização da informação e da produção cultural, parecem cada vez mais ameaçadas as possibilidades de resistência e de inovação dos espaços não centrais, a verdade é que só a revitalização destes, através de intervenções de política cultural estrategicamente orientadas, pode opor-se à "estandardização do imaginário social". Deste modo, o que se ambiciona com o terceiro princípio estratégico é fazer da animação cultural à escala local um combate político em prol da participação cívica, a defesa da cultura local contra uma cultura massificada. Reagindo contra o nivelamento uniformizador, não se hesita em estimular o pluralismo cultural e "a exigência de optar" (citação de Walter Benjamin por Madureira Pinto)[38].

Enquanto no primeiro princípio se procurava acima de tudo suscitar um combate contra a passividade cultural através do alargamento da esfera da criação intelectual e artística, o que se pretende com o terceiro princípio é

---

[37] António Teixeira Fernandes, "O Estado na Construção da Cidadania em Sociedades de Exclusão", in *Cidadania, Integração, Globalização*, José Manuel Leite Viegas, Eduardo Costa Dias (organizadores), Celta Editora, Oeiras, 2000, p.182.

[38] José Madureira Pinto, "Intervenção Cultural em Espaços Públicos" in *Cultura & Economia. Actas do Colóquio Realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, p. 202.

garantir que nesse movimento se consigam obter mais-valias significativas no plano da participação cívico-política dos cidadãos. Reconhece ainda o autor estudado, "a interiorização em certos grupos social e culturalmente dominados de autênticas gramáticas de exclusão e de demissão que os afasta irreversivelmente de quaisquer dinâmicas de afirmação cultural".

Fica reservado ao movimento associativo um papel insubstituível no projecto da democracia participativa para que remete o terceiro princípio enunciado, pois pode gerar mediações eficazes e fecundas, entre as estruturas mais rígidas e formais da administração pública, por um lado e as populações, por outro[39].

Deste modo, os campos de acção de uma política cultural têm a ver não só com património, mas também com públicos, tanto no que diz respeito ao seu crescimento participativo como ao apoio à criatividade e igualdade de oportunidades no campo das artes. "Dar oportunidade à diversidade das expressões culturais é um instrumento de inclusão social, uma forma de reconhecimento e de comunicação com o *outro*" [40].

Numa sociedade em que as tendências pendem para a reprodução social dos grupos dominantes, pese embora o contributo de equilíbrio da classe média, a cultura pode contribuir ainda para um trabalho de recuperação de grupos colocados em situações de vulnerabilidade e em risco de exclusão social. A componente política é introduzida pelo impacte que a cultura pode desencadear ao contribuir para proporcionar a estes grupos uma recuperação de sentido cívico, de cidadania e de dignidade humana.

Entra-se na conceptualização teórica de Pierre Bourdieu ao considerar que o campo cultural é, sobretudo, aberto a certos grupos possuidores de códigos de entendimento que lhes dão acesso à chamada cultura erudita. Estabelece-se, deste modo, uma oposição entre dominantes e dominados, da mesma maneira que se estabelece, dentro do mesmo território, práticas e espaços distintivos. É esta diferenciação espacial e social que uma política cultural pode e deve contribuir para superar. O papel do poder local é absolutamente fulcral.

---

[39] José Madureira Pinto, Uma reflexão sobre políticas culturais, in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local. Actas do Encontro de Vila do Conde, 1-3 de Abril de 1993,* Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, 1994, pp. 780 e 781.

[40] Álvaro Domingues, "Turismo Cultural e Política Cultural Urbana" in *Simposio Internacional sobre Turismo Cultural,* Fondación del Patrimonio Historico de Castilla y Léon, Valladolid, 2000, p.12.

Augusto Santos Silva é outro autor que, como já se referiu, tem produzido alguma reflexão sobre políticas culturais autárquicas. Este autor privilegia a relação entre o Estado e a sociedade civil, entrando no campo dos agentes culturais. Na enumeração destes agentes faz uma separação dimensional e política entre, por um lado, as políticas de nível local, regional, estatal e inter-estatal (na realidade, como se sabe, há alguma dificuldade na concretização a nível regional, em Portugal); por outro lado, da diversidade dos agentes da sociedade civil, salientando algumas das principais entidades envolvidas na acção cultural: associações de vária ordem, produtoras e/ou receptoras, fundações, cooperativas, empresas promotoras e produtoras de actividades culturais e instituições de parceria público-privado. Algumas destas entidades surgem, na promoção de certas acções culturais, agrupadas numa multiplicidade de redes, constituindo o chamada "terceiro sector", contrariando na prática um pouco a relevância dada teoricamente à oposição público e privado. Este autor defende mesmo acções culturais de parceria e a estruturação das relações entre agentes tanto do lado da oferta como do consumo.

Um pouco à semelhança de Madureira Pinto, Augusto Santos Silva aponta quatro temas centrais das políticas culturais: o património, a formação de públicos, o apoio à criação e o uso económico, social e político da cultura. É notória a ênfase dada à relação poder e cultura, sobretudo no desenvolvimento dos dois últimos temas. O relevo vai, nesta fase da vida cultural do país, para o papel estruturante do Estado[41].

Mesmo tornando-se difícil averiguar até que ponto um determinado objectivo de uma política cultural foi ou não atingido e qual a eficácia específica de cada uma das medidas que visou atingi-lo, faz sentido, pelo menos em termos teóricos, estabelecer alguns objectivos que uma cultura pretenderá atingir com vista ao desenvolvimento da sociedade em causa.

---

[41] Cf. António Firmino da Costa, "Políticas Culturais: Conceitos e Perspectivas" in Publicação Trimestral do Observatório das Actividades Culturais, Nº 2, Lisboa, 1997, pp. 10-14.
Este autor faz uma análise crítica sobre o trabalho dos dois autores aqui considerados (Madureira Pinto e Augusto Santos Silva), tendo aqui sendo reproduzidos alguns aspectos.

Elisa Babo num estudo desenvolvido sobre Políticas Culturais na Área Metropolitana do Porto[42], e numa análise muito próxima da de Madureira Pinto, sintetiza os objectivos de uma política cultural de uma forma bastante explícita, segundo objectivos de unidade e objectivos de diferenciação. Deste modo, como **objectivos** culturais comuns às várias estratégias culturais, considera prioritário:

1.Dotar o território de equipamentos culturais diversificados, no sentido de criar espaços para a prática cultural, mas também apropriando-se do património cultural local para este fim;

2.Revitalizar o tecido social, consolidando o associativismo de base cultural, procurando uma generalizada participação e um maior envolvimento da comunidade;

3.Atribuir à cultura um cariz pedagógico, dando importância à educação e à formação de novos públicos para práticas culturais mais elaboradas.

O mesmo estudo considera ainda, o que se pode sintetizar também em três campos fundamentais, como objectivos de diferenciação de uma política cultural:

a) Apoiar a criatividade artística e a formação, sobretudo dos jovens, através da criação de infra-estruturas e condições que possibilitem a livre expressão criativa e a aprendizagem;

b) Fazer a articulação da política cultural com as políticas de revitalização e reabilitação dos centros históricos e de áreas antigas dos centros urbanos, através de diversos programas de animação cultural (pergunta-se porque não também em áreas degradadas da periferia);

c) Realizar iniciativas culturais com visibilidade supralocal, estabelecendo uma política de internacionalização cultural, "tendo em vista a entrada da cidade e dos seus eventos nos circuitos culturais internacionais".

Como é que na prática autárquica se tem concretizado a política cultural local é outra vertente em análise. José Maria Cabral Ferreira, em 1993, afirmava, o que possivelmente hoje repetiria: "O sector da cultura carece de uma política. Aquilo que vem periodicamente designado como tal, não o é; e corresponde normalmente a um programa de realizações que muito ganharia em obedecer a

---

[42] Elisa Babo, *Estudo Socio-económico da Área Metropolitana do Porto*, Equipamentos e Políticas Culturais, QUATERNAIRE Portugal, Porto,1993, pp. 41-43.

uma estratégia susceptível de orientar um trabalho de fundo, menos vulnerável às vicissitudes das instituições, à mobilidade dos responsáveis, à extrema irregularidade das trajectórias".[43] Este autor fez esta reflexão na sequência de um trabalho desenvolvido a nível das políticas culturais autárquicas na região do Norte.

É ainda Madureira Pinto que alerta para o facto da sociedade e particularmente a cultura se constituir num campo de forças em confronto em que o planeamento é imprescindível e passível de instalar regras de actuação firmes em defesa de públicos vulneráveis. Sem "propor alternativas culturais estruturadas e estruturantes – o que só o planeamento criterioso da oferta permite alcançar e, prescindindo de as integrar no conjunto de incentivos à formação de públicos que, sob forma dispersa, se acham, apesar de tudo, disponíveis", não se está a "contribuir, de facto, para uma mudança das relações de força no campo cultural" [44].

Pode mesmo afirmar-se que, na última década, em alguns casos, a política cultural local se resumiu essencialmente à mera gestão de subsídios e à recorrência a candidaturas a programas comunitários, dado, por um lado, os parcos orçamentos municipais, repartidos, entre outros, com o desporto, o turismo e a acção social e, por outro lado, a constatação de que poucos municípios tiveram de facto uma estratégia cultural organizada, pese embora o facto de apoiarem alguns eventos populares e algumas acções culturais pontuais.

---

[43] José Maria Cabral Ferreira, Algumas Notas sobre o Pelouro da Cultura, in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local - Actas do Encontro de Vila do Conde, 1-3 de Abril de 1993,* Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, 1994, p. 636.

[44] Madureira Pinto, citado por Augusto Santos Silva, Agentes Culturais e Públicos para a Cultura*: Alguns Casos Ilustrativos de uma Difícil Relação,* Cadernos de Ciências Sociais, nº 18, Porto, Edições Afrontamento, 1998, p.89.

Em suma

No âmbito deste trabalho a matriz cultural surge de cariz multifacetado, plural e diversa, relativa a uma realidade social, encarada frequentemente como um mosaico. Significa portanto que se está perante múltiplos posicionamentos, dinâmicos ou passivos, individuais ou colectivos, de defesa do espaço e do património, aos quais as políticas pretendem dar resposta.

Assim sendo, uma **política cultural** não pode ser avulsa, mas planeada e inserida na política de desenvolvimento local. Não pode dispensar uma visão estratégica global, mas também proximidade territorial e humana, especificidade e uma adequação temporal e social pertinente. Requer tempo de amadurecimento, porque implica mudanças.

Exige opções para atingir os objectivos, lançando-se em novas realizações. Alguns campos exigem alguma reflexão mais apurada. No caso do apoio à criatividade não deve partir de uma "concepção da cultura ainda imbuída de paternalismos liberalizantes e cristalizados em torno de valores culturais passadistas" ... mas de uma concepção de "cultura plural, aberta a outras formas" [45]; no caso do combate à exclusão social e na recuperação do sentido cívico, não pode deixar de envolver outras políticas - habitação, emprego e educação.

Dado a política cultural ter uma história recente em Portugal, ainda se encontram em fase de definição os contornos dos dois campos de actuação - o Estado Central e o Poder Local. É sobre isto que se irá reflectir de seguida.

---

[45]Maria de Lourdes Lima dos Santos (coordenação), As Políticas Culturais em Portugal, Relatório Nacional do Observatório das Actividades Culturais, Lisboa, 1998, p.408.

4. – A Cultura no Quadro Político Nacional e Local

4.1. – A Cultura na Política Nacional

> Tem-se acentuado a atenção dada aos fenómenos culturais, pois é nessa sede que reside o mais profundo da evolução social que vivemos.
>
> José Maria Cabral Ferreira[46]

À situação da cultura em Portugal no início do século XXI não é alheio o facto de se ter vivido, em mais de metade do século que findou, um período de ditadura, o qual implicou juntar à inexistência de uma vida parlamentar democrática e à falta de liberdade de expressão, a preponderância de uma forte censura e enormes atrasos de instrução e de formação cultural. A única cultura que se fazia era de propaganda do regime. Como refere António Barreto "em conjunto com tradicionais estruturas fechadas de poder político, económico e religioso, estes factos criaram, para além dos fenómenos de monopólio da informação, uma *cultura* de segredo, praticada tanto pelo Estado como pela sociedade civil"[47].

Esta *cultura* de desconfiança e de secretismo levou a uma situação de repressão que não era só política, mas antes estava instalada na sociedade, nas famílias, nas relações de vizinhança, em toda a parte.

Porém, na fase final da década sessenta, ainda dentro do regime político repressivo, o país sofreu rápidas mudanças a vários níveis: a forte emigração da população para os países europeus (cerca de um milhão e meio de portugueses) e o regresso destes emigrantes para o período de férias nas aldeias de onde eram oriundos, provocou fortes impactes sociais e culturais; a abertura do país a um turismo estrangeiro em busca do clima e das praias criou alterações de mentalidade nos locais onde eram recebidos; a difusão da rádio e da televisão, dando a conhecer outras culturas; a alteração nos

---

[46] Cf. José Maria Cabral Ferreira, *Estratégia de Desenvolvimento e Política Cultural*, CCRN, Porto, 1980.
[47] António Barreto (organização), A Situação Social em Portugal, 1960-1995, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 1996, p.21.

comportamentos dos jovens que sofriam influência exterior através da música e dos modos de vestir e de estar; o aumento do acesso à escola; a influência cultural positiva resultante da acção da Fundação Calouste Gulbenkian pelo país; a diminuição das taxas de natalidade e mortalidade infantil; o crescimento das classes médias nas cidades; o crescimento de uma economia favorável, com fortes impulsos da industrialização e da terciarização e a adesão do país à EFTA - são algumas das principais alterações que a sociedade sofreu nesta fase.

"É nos fins dos anos sessenta, no período a que se veio a chamar de *primavera marcelista* que o Estado-Providência dá passos significativos na educação secundária e superior, assim como na segurança social. Está muito longe da cobertura universal, mas o começo de alguns destes fenómenos tem data entre 1968 e 1972" [48].

Porém, se social e economicamente, as mudanças foram rápidas e notórias, politicamente tudo se mantinha: os jornais continuavam a publicar na primeira página o carimbo da censura, os dissidentes políticos continuavam a ser presos e as reuniões da oposição proibidas. A guerra colonial mantinha-se, o regime político lutava por manter o "império" intacto, os presidentes das câmaras municipais eram designadas pelo poder central.

O sistema fechado e redutor não deixou de ter consequências prolongadas e conduziu a que, mesmo tempos depois de instalado o regime democrático em Portugal, a sociedade se continuasse a ressentir de um período demasiado longo de fechamento intelectual e obscurantista, com o agravamento resultante das altas taxas de analfabetismo que o país, a pouco e pouco, tem vindo a combater.

Deste modo, não foi a cultura a primeira prioridade do poder democrático entretanto instalado, pese embora as *campanhas de dinamização cultural* do período revolucionário, rapidamente diluídas.

Apesar de estar consagrado na Constituição como cabendo ao Estado o dever de democratizar a cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, as primeiras décadas, para além da consolidação do próprio regime democrático e do fortalecimento do poder local,

---

[48] António Barreto (organização), A Situação Social em Portugal, 1960-1995, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 1996, p.37.

viram os maiores investimentos do país serem dirigidos às questões infra-estruturais, consideradas prioritárias para as populações.

A meados dos anos oitenta, o país encontrava-se ainda numa conjuntura marcada pela crise dos grandes equipamentos, tanto públicos como privados, (cinemas, teatro e cine-teatros). As grandes carências que se faziam sentir, por um lado e a tentação dos grandes negócios imobiliários, por outro lado, fizeram crescer a preocupação da Administração Central e, por conseguinte, do poder local em conseguir colocar em funcionamento alguns equipamentos que, numa lógica de interesse público, se transformassem em serviços básicos e estruturantes. É a fase de aquisição e de recuperação de alguns desses imóveis, transformando-os em recintos culturais. O esforço de dotação de equipamentos nos diferentes centros urbanos do país, numa lógica territorializada, tem implicado uma política de selectividade e equidade por parte do Estado na construção ou recuperação de edifícios, relacionada com a dimensão dos centros urbanos, localização e diversidade dos grupos sociais, entre outros.

Num estudo publicado por Augusto Santos Silva em 1995, confirmando as teorias mais pessimistas, concluía-se que a Área Metropolitana de Lisboa dispunha de uma grande concentração de recursos culturais públicos e privados, relativamente ao resto do país. O mesmo acontece à cidade do Porto em relação à região do norte do país, que não só usufrui actualmente de uma diversidade e qualidade significativa de serviços, como também da existência de alguns equipamentos dependentes directamente da Administração Central, como é o caso do Teatro de S. João, do Museu Soares dos Reis, do Auditório Nacional de Carlos Alberto e do Centro Português de Fotografia.

A situação respeitante aos equipamentos culturais era tanto mais grave quanto havia mesmo centros urbanos que, pior do que a insuficiência, era a inexistência de equipamento com qualquer valência cultural, sendo reduzido o número existente de iniciativa concelhia. A juntar a estas disparidades na distribuição e localização nacional e regional de recursos, havia um incipiente investimento privado e uma produção cultural local reduzida.

Deste modo, numa época de grande défice orçamental, as primeiras candidaturas aos fundos comunitários, para além das acessibilidades há muito desejadas, são essencialmente dirigidas aos equipamentos, dotados de

auditórios e de salas polivalentes[49]. Os projectos relativos ao ambiente surgiram com mais frequência na segunda metade do QCA II (a partir de 1996), em resultado de uma política de incentivos financeiros levada a efeito pelo Governo que pretendia ver atingidas até 1999 as metas estabelecidas pela União Europeia nesta área.

Entretanto, uma política de recuperação patrimonial começou então a desenhar-se, assim como uma outra fase dotada de uma maior abertura por parte das entidades para as questões culturais das populações, com vista a uma melhor qualidade de vida.

Em Portugal, no percurso do país democrático, as políticas culturais têm-se mantido essencialmente políticas públicas. O Estado tem tido um papel marcante, se bem que não exclusivo, nesta matéria. Não estando em causa estabelecer uma dicotomia radical, sempre controversa, entre intervencionismo versus liberalismo, mas pode-se afirmar que o Estado, sobretudo numa fase de grande défice cultural como a que o país atravessou, tem de estar no núcleo duro da cultura, embora naturalmente se defenda que, cada vez mais, é desejável que a sua política se apresente sob a forma de um modelo descentralizado, não-dirigista, integrado e espacial.

Nesta fase da política cultural, a articulação público / privado apresenta-se de forma incipiente. Porém, numa fase posterior é possível que esta articulação se venha a colocar com maior pertinência. Teoricamente, Maria de Lourdes Lima dos Santos refere a oposição entre uma corrente maniqueísta que contrapõe conflitualmente o sector público e o sector privado *versus* uma corrente conciliatória que reconhece o crescente intercâmbio entre ambos os sectores[50]. Esta segunda corrente, para além de ser a menos radical, é, sem pôr em causa o que se tem vindo a defender, a mais sensata em estádios específicos de desenvolvimento, sem deixar o Estado de ter uma função de regulação a nível cultural e social.

Entretanto, a nível do poder central, interessa analisar como tem sido levada a efeito a política cultural.

---

[49] As 3 grandes áreas elegíveis ao PRONORTE – Programa Operacional do Norte (QCAII) eram: acessibilidades, equipamentos e ambiente (saneamento básico). A meio do Programa (1996) as percentagens de aprovações eram, respectivamente, 40%, 40% e 20%.

[50] Maria de Lourdes Lima dos Santos, "Políticas Culturais e Juventude", in Análise Social, Vol. XXVI (114), 1991, p. 992.

Os vários governos do país democrático começaram por instaurar uma Secretaria de Estado da Cultura (com excepção do IX Governo, 1983-1985, que criou um Ministério da Cultura, o qual apresentava um forte défice orçamental). As suas áreas de actuação foram variadas, conforme as prioridades estabelecidas pelos sucessivos governos, sendo no entanto a questão da valorização do património cultural um objectivo comum a todos.

Este organismo governativo - Secretaria de Estado da Cultura - tentou-se autonomizar e organizar, centralizando vários organismos dispersos, mas até 1995 o lugar da cultura na orgânica dos diversos governos foi surgindo, ora articulada à educação, ora à ciência, não apresentando um programa amplo que ultrapassasse medidas pontuais.

Nos governos constituintes presididos por Aníbal Cavaco Silva (1985-1995) defendeu-se um "liberalismo cultural", cabendo ao Estado uma acção supletiva. Foi tempo de valorizar o património e a língua portuguesa, como valores culturais cimeiros. Foi notória a preocupação em apoiar as grandes obras (como o Centro Cultural de Belém) e os grandes eventos (como a Europália, em 1991 e Lisboa - Capital da Cultura, em 1994).

A partir de 1995, no governo do Engenheiro António Guterres, passou-se a defender a "responsabilidade inalienável da intervenção do Estado", em particular no que se refere a assegurar a criação de infra-estruturas e o apoio às entidades com "reduzida capacidade de gerar receitas próprias", a par de considerar a cultura como área prioritária, juntamente com a educação, formação e ciência" [51]. É neste governo que surge o Ministério da Cultura, com uma estrutura e orçamentos próprios.

Dentro de alguns círculos intelectuais[52], dado o carácter transversal da cultura relativamente a outras intervenções sectoriais e regionais, são por vezes levantadas várias questões sobre a pertinência de uma política cultural nacional tutelada por um Ministério, sendo este considerado por alguns como uma estrutura vertical e centralizadora.

Entretanto, a cultura entrou definitivamente na actuação e no discurso do poder, não deixando de ter em conta que as actividades culturais passaram a

---

[51] Cf. João Teixeira Lopes, A Cidade e a Cultura, Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas, Edições Afrontamento e Câmara Municipal do Porto, Porto, 2000, p.108.

[52] António Barreto, palestra na Casa de Mateus em Vila Real, 1999 (s/ texto).

constituir necessidades / aspirações cada vez mais acentuadas das populações, em processo social de institucionalização das férias e dos fins de semana e a criação dos "tempos livres", ao mesmo tempo que a fileira das actividades turísticas florescia.

Para além do aumento e valorização do património material, cabe ainda ao Estado, num campo bastante controverso, dar apoio às actividades artísticas criativas, em qualquer domínio, incentivando-as através da atribuição de vários incentivos (prémios, subsídios, etc.), dando ainda oportunidade aos artistas de divulgarem as suas obras.

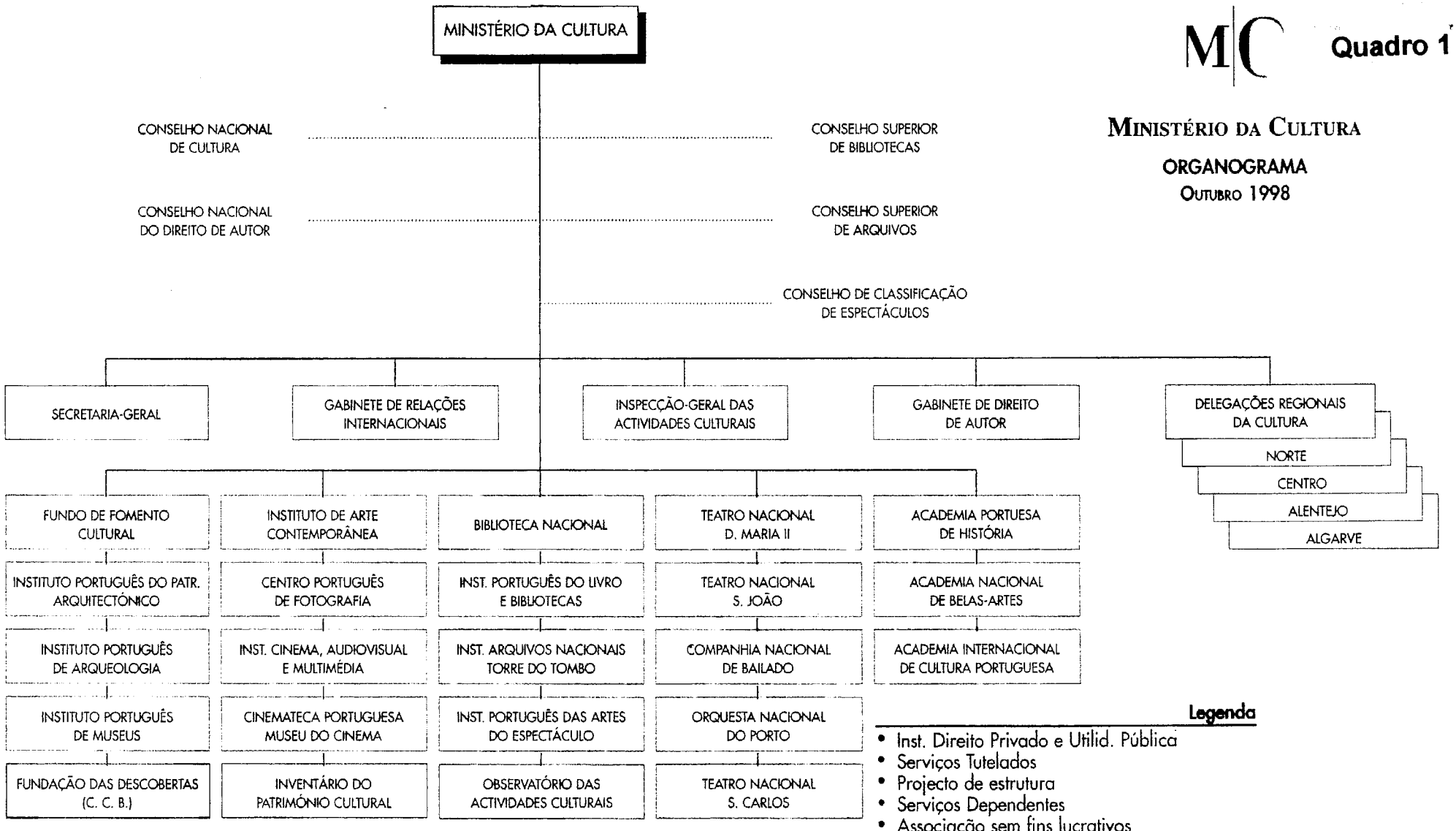
Relativamente à oferta de actividades culturais, ela tem vindo a aumentar a par dos crescentes apoios que tem merecido. São disso demonstrativos o número de eventos (festivais, espectáculos, concertos, exposições, etc.), as agendas culturais anunciadas nos *media* e a maior sensibilidade revelada pelo poder em geral.

Contudo, apesar da crescente visibilidade, até 1995, a política cultural exercida não se chegou a constituir de modo articulado e sistemático. Analisar-se-á de seguida se a política posteriormente encetada tomou rumos capazes de impulsionar o salto qualitativo desejado.

4.1.1. Programas e Itinerâncias

A tomada de consciência do crescente protagonismo da cultura, pode-se afirmar, deu-se a nível europeu e nacional, com a criação do Ministério da Cultura. A partir deste, na tentativa de organizar e estabelecer prioridades na política cultural, criaram-se vários Institutos, um por cada conjunto de domínios de actuação (conforme organograma do Ministério da Cultura - **Quadro 1**): Património (arqueologia, museus, património arquitectónico); Arquivos, Bibliotecas, Livro e Leitura; Artes do Espectáculo (teatro, dança, música, ópera); Cinema, Audiovisual e Multimédia; Artes Visuais (artes plásticas, fotografia); Actividades Socioculturais (programa de cultura popular) e outros.

No **Quadro 2**, apresenta-se o orçamento para o ano 2000 do Ministério da Cultura, que permite ter a percepção dos montantes em causa e a sua distribuição por domínios de actuação.



MC **Quadro 1**

MINISTÉRIO DA CULTURA

ORGANOGRAMA

OUTUBRO 1998

Legenda

- Inst. Direito Privado e Utilid. Pública
- Serviços Tutelados
- Projecto de estrutura
- Serviços Dependentes
- Associação sem fins lucrativos

Órgãos de Apoio

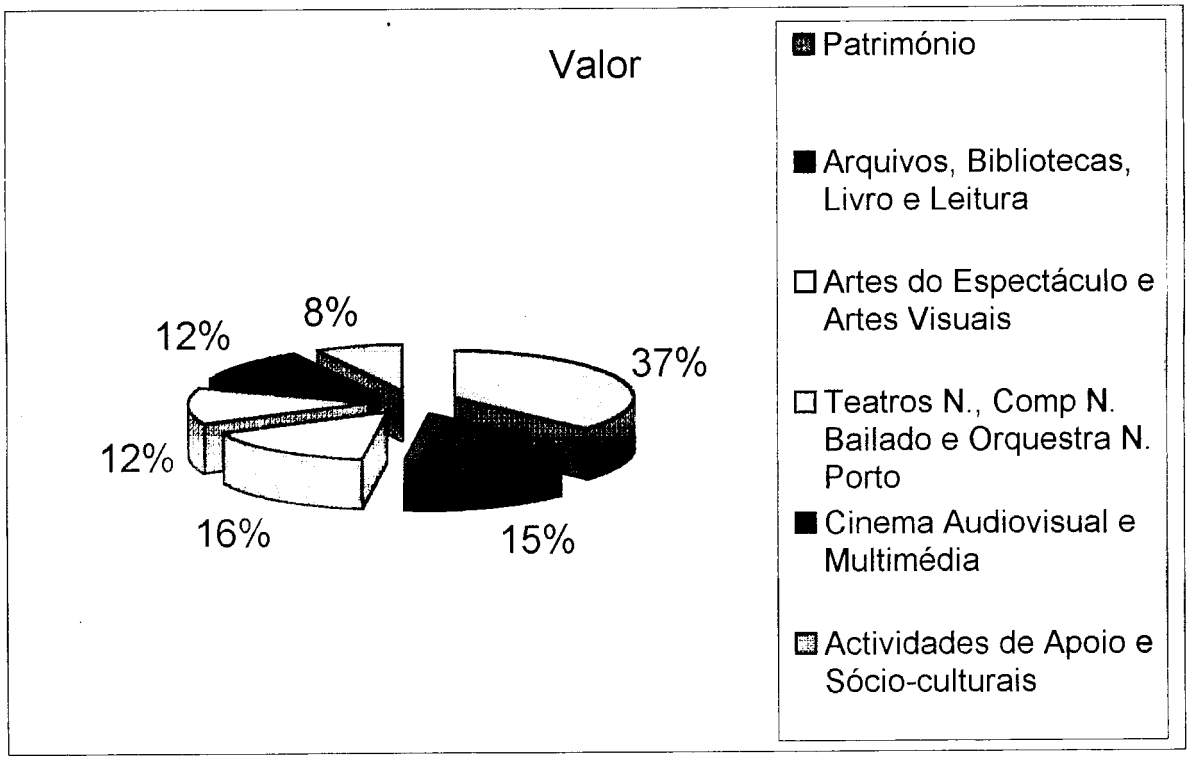
Quadro 2

MINISTÉRIO DA CULTURA

ORÇAMENTO 2000

Repartição pelos seus Grandes Domínios de Actuação

Grandes Domínios de Actuação	Valor (Milhões Contos)	%
Património	18,4	36,90%
Arquivos, Bibliotecas, Livro e Leitura	7,7	15,50%
Artes do Espectáculo e Artes Visuais	7,9	15,80%
Teatros N., Comp N. Bailado e Orquestra N. Porto	6,2	12,40%
Cinema Audiovisual e Multimédia	5,8	11,60%
Actividades de Apoio e Sócio-culturais	3,9	7,80%
Total	49,9	100,00%



Nota: Dados fornecidos pelo Ministério da Cultura em encontro realizado no CEFA em Coimbra, em Julho de 2000.

Com excepção da recuperação do património que, como já foi referido neste trabalho, foi prioritária e absorveu grandes investimentos (e que, como se pode ver no Quadro 2, continua a receber), a primeira aposta da política cultural nacional foi para a área da **leitura e bibliotecas**. Neste sentido, foi estabelecida, em colaboração com os municípios, a medida de criação de uma rede de cobertura de todo o país de bibliotecas até 2005, através do Programa da Rede Nacional de Leitura Pública, a criação de uma Rede Nacional de Bibliotecas Escolares em colaboração com o Ministério da Educação e o lançamento do Programa Nacional de Promoção da Leitura. Além da formação de agentes para este fim, o Programa abrange ainda a investigação, a edição e a produção de material promocional, assim como acções de itinerância de espectáculos, realização de conferências e debates, etc.. Acrescenta-se ainda a atribuição de uma Bolsa de Criação Literária e o apoio a entidades e instituições ligadas ao autor e à leitura. É ainda estabelecido o preço fixo do livro através da aprovação de um diploma legal[53]. Há intenção também de criar programas de apoio à Rede de Arquivos Municipais.

No que diz respeito ao **teatro**, também considerado como uma prioridade pelo poder político, existe a vontade de constituir uma Rede Nacional de Cine-teatros. O programa cultural nacional pretende instaurar, numa primeira fase, equipamentos em todas as capitais de distrito, para, posteriormente, os estender a todos os concelhos. Apesar de algum esforço já verificado, Portugal tinha, em 1999, apenas doze salas de teatro nas dezoito capitais de distrito[54].

Na área da museologia, o esforço do Instituto Português de Museus, sob tutela do Ministério da Cultura, vai no sentido da classificação dos museus existentes, para posterior avaliação de instalações e espólio. Defende ainda aquele Instituto a descentralização de alguns museus, passando-os para a tutela municipal e a fundação da **rede portuguesa de museus**, que até há pouco tempo se encontrava sem legislação. Pretende-se que estes espaços deixem de ter um carácter estático, à base de conservação, exposição e divulgação de

[53] Decreto-lei nº 176/96, de 21 de Setembro.

[54] Ministro da Cultura no Auditório em Vila do Conde, em Julho de 1999, na sessão de encerramento do Festival Internacional de Curtas Metragens.

espólios, adquirindo dinâmicas de transmissão de conhecimento e sendo locais de investigação e debate.

No âmbito da programação, são ainda acções da responsabilidade da política cultural nacional, **práticas pedagógicas e de itinerância cultural** em diversas áreas, através de programas colocados à disposição dos agentes da administração local, assim como iniciativas de sensibilização e mobilização de opiniões públicas em torno das questões patrimoniais.

Tendo em vista ainda o combate às assimetrias regionais e as desigualdades sociais e culturais, o Ministério da Cultura pretende criar programas de descentralização cultural com vista ao aumento da oferta cultural qualificada. O Programa **Difusão Nacional das Artes do Espectáculo** tem como objectivo "garantir o direito fundamental do cidadão à fruição cultural, fazendo participar as artes do espectáculo no processo de construção e aprofundamento de cidadania". Para o concretizar, este programa integra três linhas estruturantes de investimento: constituição de uma rede nacional de salas de espectáculo, a criação de uma rede de estruturas de acolhimento / produção e a criação de circuitos de difusão. Estes não se restringem à itinerância de espectáculos, mas asseguram o investimento num conjunto de áreas de programação, das quais se realça: estudos e acções dirigidas à formação de públicos (está em curso um projecto-piloto subordinado à temática do "Desenvolvimento de Públicos"); organização de itinerâncias associadas a personagens, períodos históricos ou espaços geográficos, a partir de uma bolsa de propostas; projectos de parceria; informatização, com construção de bases de dados (sobre os espectáculos disponíveis para itinerância, espaços para acolhimento, agendas de programação); promoção de acções de reflexão e divulgação de acções comemorativas, nomeadamente dias mundiais do teatro, da dança e a concepção de exposições. O ano 2000 teve como momento alto o Dia Mundial da Música.

Para além de uma estratégia de apoio à programação cultural dos municípios, a política cultural nacional tem a sua própria estratégia através do financiamento a grandes eventos de índole nacional e de visibilidade internacional, com uma programação nacional própria, como é o caso das Companhias Nacionais de Teatro e das Orquestras Nacionais.

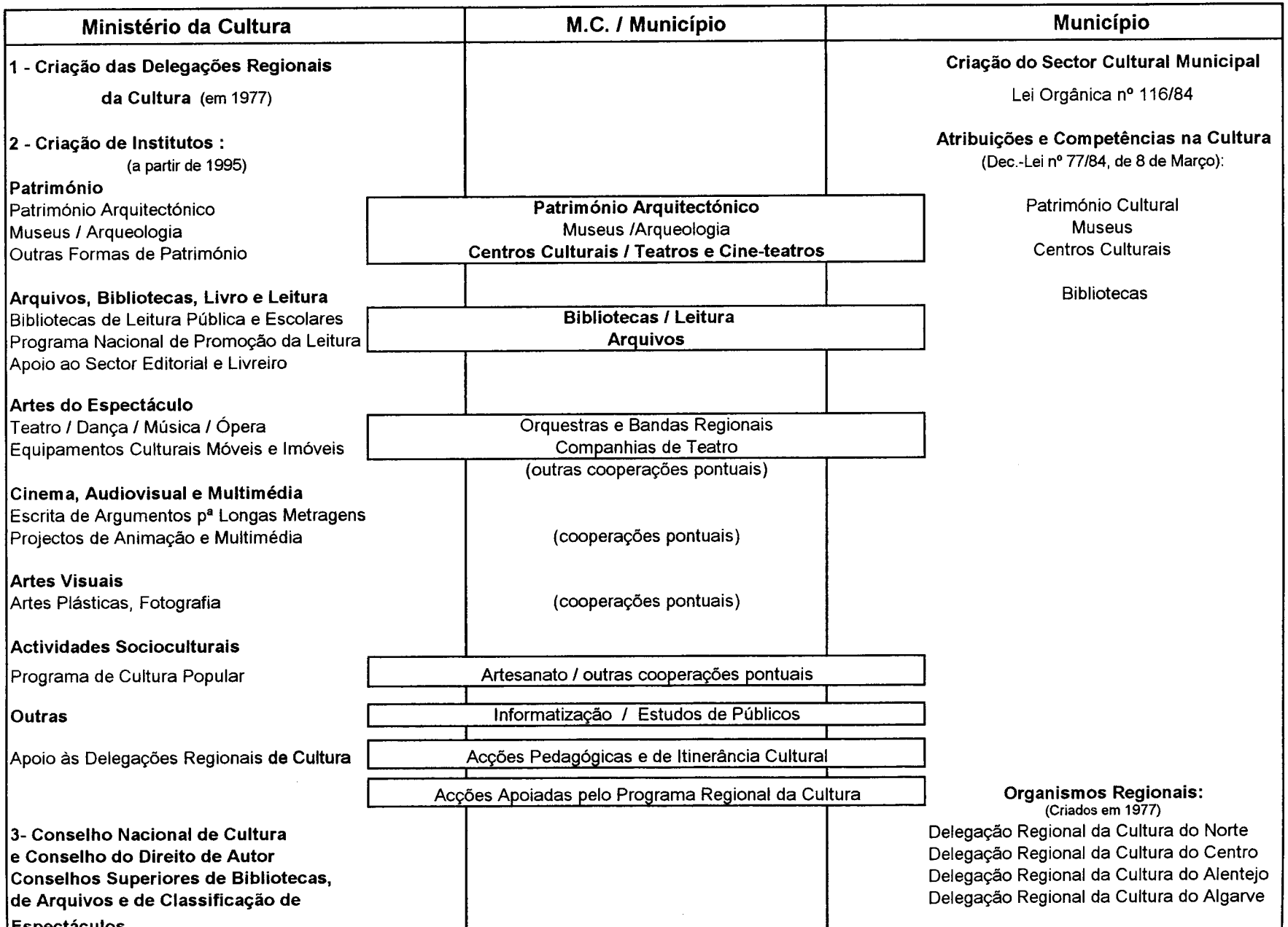
Pode-se considerar que esta estratégia cultural do Ministério tem constituído uma política cultural com determinadas opções estratégicas (sempre sujeitas a discussões), que estabelece objectivos e vai possibilitando meios para os atingir.

No entanto, dado o carácter distante e sectorial, a adopção das acções da política nacional não é automática a nível local. Isto foi visível na pretensão que houve de criar uma base de entendimento entre autarquias e Estado através da implementação de uma série de projectos consubstanciados na chamada "Magna Carta da Descentralização" e ainda na criação de uma espécie de "Ministério Cultural Aberto" através do projecto "Raízes – Diálogo com as Regiões", tendo estas pretensões surtido poucos efeitos conhecidos. Na realidade, a articulação entre Poder Central e Poder Local não é rectilínea e automática.

Para melhor leitura da articulação das políticas culturais ao nível nacional e local, apresenta-se um esquema – **Quadro 3** –, em que se procura concentrar alguma informação, não-exaustiva, relativa ao percurso evolutivo da passagem de competências do Ministério da Cultura para as Câmaras Municipais. Os programas de Bibliotecas e Centros Culturais são os que se encontram, nesta fase, mais estabilizados, estando em fase de arranque os relativos aos Arquivos e Cine-teatros. Iniciativas e programas culturais vão também surgindo e existem boas experiências de cooperação, dentro de uma filosofia de "negociação" caso a caso, mas que serão muito úteis para reflexões futuras.

Quadro 3

Áreas de Intervenção das Políticas Culturais



4.1.2. - Programa Operacional da Cultura

O Programa Operacional para a Cultura foi aprovado pela primeira vez para Portugal pela União Europeia, no âmbito do QCA III[55], sendo o primeiro e o único programa operacional a ser aprovado nesta área até agora.

À semelhança do que já acontece com a ciência, a cultura passou a dispor no nosso país de um programa próprio financiado pela União Europeia.

A inclusão da dimensão cultural no Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) significou um salto qualitativo em matéria de tipologia de intervenções comunitárias, uma vez que está em causa o "compromisso de assumir a cultura como uma dimensão estratégica do desenvolvimento global e equilibrado" [56]. Acompanha-se deste modo o que se passa no quadro institucional europeu nesta matéria.

Este programa tem como objectivos globais algo semelhante aos objectivos de um Plano de Desenvolvimento Regional: elevar o nível de qualificação dos recursos humanos e reforçar o sentido de pertença; promover o emprego, potenciando actividades ligadas às "indústrias culturais", ao tratamento e difusão de informação, ao turismo cultural e à dinamização de actividades de fruição e de bens culturais; fomentar um maior equilíbrio espacial no acesso aos bens culturais; promover a coesão social, criando condições de crescimento local e a fixação de população; valorizar a igualdade de acesso ao conhecimento e ao progresso.

Entretanto, na continuação da acção cultural aplicada no QCA II, pretende-se valorizar o vasto património histórico e cultural, com destaque para a recuperação de uma parte importante dos monumentos nacionais mais emblemáticos.

Abrange ainda, a par do património arquitectónico, o património arqueológico, museus, arquivos, recintos de espectáculos, festivais e a utilização de tecnologias de informação de acesso à cultura.

---

[55] Orçamento do Programa 72 milhões de contos (contra 22 milhões de contos no QCAII), dos quais 26,625 milhões de contos serão para o Norte. Conclui-se, portanto, que a política cultural será fundamentalmente nacional, sectorial e não regional, uma vez que o PO Regional tem apenas 2,9 milhões de contos, a aplicar pelo IPPAR em infra-estruturas.

Este programa, essencialmente sectorial, uma vez que só uma pequena percentagem é gerida na região (sendo a maioria do montante gerido directamente pelo Ministério), vai ser completado com o financiamento de acções por outros Programas Operacionais. Da articulação interactiva entre todos ganhará a cultura, o que não aconteceu no QCAII[57].

De referir que, para além dos apoios comunitários, existem os recursos nacionais públicos e privados que contribuem igualmente para o desenvolvimento da cultura. Dentro dos recursos públicos encontram-se recursos do Estado e das Autarquias Locais, sendo de salientar que o PIDDAC do Ministério da Cultura tem crescido desde 1995 a uma taxa anual média de 12%[58]. Estes investimentos têm contribuído para melhorar a situação cultural do país, num sector que revela muitas carências a superar, com destaque para o combate à exclusão cultural e à iliteracia, mas que apresenta também muitas potencialidades, com vista ao aumento da qualidade e dignidade da vida e à valorização do território[59].

O ambiente e a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres são ainda dois objectivos a destacar. Se no que diz respeito ao ambiente não parece haver dúvidas quanto às implicações directas com a cultura, antes um só tem a beneficiar com o desenvolvimento do outro, no que diz respeito à igualdade de oportunidades também os benefícios de um relacionamento são reais, passíveis de ser incrementados através, por exemplo, dos postos de trabalho a criar e no desenvolvimento de um sentido de maior respeito pelo outro.

Espera-se que a experiência já tenha demonstrado convincentemente a necessidade de uma boa gestão dos recursos e das competências de que os agentes culturais se devem revestir. Estes elementos serão fundamentais para se atingir o que esta política cultural nacional considera fundamental no seu programa: ultrapassar numa geração os atrasos estruturais do país face à Europa desenvolvida.

---

[56] O então Ministro da Cultura, Dr. Manuel Maria carrilho, em entrevista ao jornal Público, dia 22 Junho 2000.

[57] A área sectorial da cultura no QCAII foi integrada na Intervenção Operacional Turismo e Património Cultural (IOTPC) e detinha apenas as Medidas 4 (Valorização do Património Cultural) e 5 (Museus e Outros Equipamentos Culturais).

[58] Complemento de Programação do Programa Operacional da Cultura, p. 8.

4.2. – A Cultura na Política Local

4.2.1. – O Município: Competências e Atribuições

> Estou convencido de que, em Portugal, é a nível de políticas culturais de âmbito autárquico que os princípios de uma política cultural vão encontrando expressão mais clara e promissora.
>
> José Madureira Pinto[60]

Dentro da estratégia de desenvolvimento integrado e da especificidade territorial em que se insere, a intervenção do município tem por base a definição de um quadro político e jurídico de referência que sustenta a sua acção, tanto ao nível do planeamento e do ordenamento do território, como na definição de outras competências e atribuições.

Deste modo, após o 25 de Abril, assegurada a autonomia política e administrativa, a legislação confere ao município competências políticas na área da cultura local, passando a dispor de uma base institucional e financeira que lhe têm permitido efectivar, de alguma forma, o exercício dessas competências. Por um lado, isso reflecte o crescente protagonismo atribuído ao exercício do poder a uma escala local e a definição dos contornos de uma política descentralizadora; por outro lado, questiona o alcance das suas intervenções e a necessidade de políticas municipais articuladas, eficazes e realistas[61].

Dentro de uma perspectiva de satisfação das necessidades e na defesa dos "interesses comuns e específicos das respectivas populações", conforme menciona a Constituição Portuguesa, as autarquias têm visto as suas atribuições e competências reforçadas, através da aprovação de sucessivos decretos-lei que lhes têm vindo a conferir maiores poderes. Assim, o Decreto-

---

[59] A apresentação do Programa Operacional da Cultura (QCA III – 2000-2006) constituiu uma decepção para os municípios uma vez que entendem que poucas medidas lhes são acessíveis.

[60] José Madureira Pinto, "Uma reflexão sobre políticas culturais", in *"Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local. Actas do Encontro de Vila do Conde, 1-3 de Abril de 1993,* Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, 1994, pp. 767-792.

[61] Cf. Natália Maria Azevedo Casqueira, Práticas de Recepção Cultural e Públicos de Cinema em Contextos Cineclubísticos, Dissertação de Mestrado em Sociologia, FLUP, 1997, pp.38 e 39.

Lei nº 77/84, de 8 de Março, declara que as áreas de intervenção da responsabilidade dos municípios vão desde os equipamentos urbanos e rurais, transportes, comunicações, saneamento básico e ordenamento do território até a matéria relativa ao ensino e educação, saúde e desporto, incluindo ainda a cultura e lazer. E, se no que diz respeito a algumas delas, as competências autárquicas são bem definidas e precisas, no que diz respeito a outras, como é o caso da cultura, elas são bastante mais indefinidas, pois mantêm-se alguns constrangimentos na definição dos campos de actuação do município na sua relação com o Estado Central.

Questionam-se assim as dinâmicas culturais a incrementar no concelho e a forma de gerir os vários equipamentos que foram surgindo, numa fase em que, satisfeitas algumas das necessidades básicas, as populações se tornaram mais reivindicativas em termos de melhores condições de vida.

Deste modo, tendo-se verificado um período de grandes investimentos municipais, dirigidos essencialmente às acessibilidades e equipamentos, constituindo este tipo de investimento uma parte substancial da despesa pública dos municípios portugueses (38,6%)[62], deve-se seguir uma estratégia de valorização dessas intervenções, dentro de um planeamento estratégico e uma gestão autárquica eficaz, com serviços capazes de dar resposta às solicitações das populações.[63]

Na realidade, na maioria dos casos, os municípios valorizaram essencialmente a primeira. Porém nos concelhos em que os projectos materiais e imateriais, de obra e de cultura, foram implementados simultaneamente, como defende Cabral Ferreira, a realização de uns não provocou nenhum atraso nos outros e o desenvolvimento foi mais global e integrado.

A par da definição das atribuições e competências, de um modo geral, a tendência das últimas décadas aponta para o reforço significativo da autonomia financeira dos municípios, acompanhada pelo progressivo alargamento do seu

---

[62] Cf. Júlio Pereira, Maria Manuel Russo, "Autarquias e Finanças Municipais", in *Região Norte de Portugal,* Luís Delfim Santos e Daniel Bessa (Org.), Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p.127.

[63] Júlio Pereira, Maria Manuel Russo, "Autarquias e Finanças Municipais", in *Região Norte de Portugal,* Luís Delfim Santos e Daniel Bessa (Org.), Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, Porto, 1999. Com a aprovação de sucessivos decretos-lei, as autarquias têm visto as suas atribuições e competências reforçadas. Sucessivos ajustamentos feitos a partir da primeira lei aprovada a 2 de Janeiro de 1979 vão desembocar na actual Lei nº 42/98, de 6 de Agosto (entrada em vigor a 1 de Janeiro de

poder de intervenção, o que pode, de algum modo, entender-se como uma maior descentralização.[64]

Dois factos há a registar no período entre 1986 e 1991, que vão reforçar a capacidade financeira dos municípios: a adesão de Portugal à União Europeia em 1985, que vai proporcionar outras formas de financiamento e a entrada em vigor da Lei nº 1/87, de 6 de Janeiro, que vai aumentar as possibilidades de financiamento nacional [65].

Contudo, o quadro financeiro que se vai manter durante a década noventa, e embora sejam muitos os projectos municipais aprovados desde então, "a verdade é que ao contrário do anterior período, o crescimento das receitas arrecadadas pelos municípios da região-plano do Norte foi bastante mais comedido. Em 1986, as verbas provenientes da Administração Central representavam em média cerca de 68% do total das receitas dos municípios da região do Norte. Decorridos dez anos, apesar de se ter atenuado, de forma significativa, a dependência dos municípios face a receitas da Administração Central, ainda assim, continua a representar mais de metade dos seus orçamentos (53%)".[66]

No que diz respeito às receitas próprias (comunidade local e utentes de bens e serviços), estas têm vindo a aumentar, passando na década em causa (1986-1996) de 31% para 40% de verbas arrecadadas pelos municípios da região-plano, sendo a maioria proveniente dos impostos.

Os fundos comunitários foram, até final da década noventa e possivelmente na década que se avizinha, a terceira maior fonte de financiamento, rondando nesta fase os 10% das receitas arrecadadas pelos municípios.

1999), que "procura inovar no domínio da perequação financeira, da disciplina orçamental, do controle interno e da estrutura e peso das receitas dos municípios e freguesias -, p.119.

[64] Júlio Pereira, Maria Manuel Russo, "Autarquias e Finanças Municipais", in *Região Norte de Portugal*, Luís Delfim Santos e Daniel Bessa (Org.), Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, Porto, 1999. Através de um estudo baseado na informação extraída das Contas de Gerência, "a comparação global das receitas dos municípios da região-plano do Norte em 1986 (59 milhões de contos) e em 1991 (172 milhões de contos) reflecte as alterações verificadas no quadro financeiro dos municípios, p.120.

[65] São as seguintes as principais fontes de receitas: comunidade local (impostos directos e IVA turismo), utentes de bens e serviços (taxas fixas e serviços gerais pagos por empresas, taxas, multas o outras penalidades, rendimentos de propriedade, vendas de bens e serviços), banca (passivos financeiros), comunidade nacional (Fundo de Equilíbrio Financeiro -FEF, contratos-programa, outras subvenções da administração central), comunidade europeia (fundos comunitários) e ainda outras receitas (activos financeiros, outras transferências e receitas correntes e de capital).

4.2.2. – A Cultura nos Orçamentos Municipais.

A maioria das atribuições e competências conferidas por legislação às autarquias surge clara e precisa, estando neste caso incluídas, fundamentalmente, construções específicas de infra-estruturas e equipamentos, apresentando-se o seu cabimento relativamente bem definido em termos do orçamento municipal.

Contudo, no que diz respeito às actividades culturais, e apesar dos anos passados sobre a instalação oficial deste sector na estrutura municipal, através da Lei Orgânica nº 116/84, para além de continuar a haver dúvidas na definição da fronteira entre competências do Poder Local e do Poder Central, também na maioria dos municípios e tanto quanto se conhece, a cultura não tem constituído, dentro do orçamento camarário, um sector com uma estrutura de financiamento próprio, bem definido. Na maioria dos casos, uma verba geral tem englobado despesas que podem ir desde a cultura, ao desporto, lazer, tempos livres, subsídios a algumas instituições de voluntariado, como associações de bombeiros e de solidariedade social.

No que diz respeito particularmente à cultura e ao desporto, como afirma José Maria Cabral Ferreira (1993): - "A distinção entre o cultural e o desportivo vem omitida, sobretudo, nos orçamentos. É difícil acertar se algumas práticas têm um carácter cultural recreativo ou se limitam a proporcionar ocupação distractiva".

A partir de 1993, os Anuários do INE – Instituto Nacional de Estatística -, apresentam de forma distinta as "Despesas Municipais com a Cultura", e com os "Jogos e Desportos", se bem que os municípios não se revejam em algumas das despesas aí mencionadas.

Neste contexto, continua ainda a fazer sentir-se a falta de especificação orçamental da despesa do sector cultural, tornando difícil o cálculo do investimento que cada município tem realmente aplicado neste sector. A acrescentar a isto, o facto de que o apoio da maioria das Câmaras não se

---

[66] Júlio Pereira, Maria Manuel Russo, "Autarquias e Finanças Municipais", in *Região Norte de Portugal*, Luís Delfim Santos e Daniel Bessa (Org.), Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p.121.

resume apenas a um subsídio anual, geralmente de acordo com o orçamento e o plano de actividades apresentado à autarquia pelos diversos agentes culturais, nem ao apoio financeiro a alguns projectos pontuais dessas mesmas entidades. Em muitos municípios, como é o caso estudado neste trabalho, o apoio da autarquia ao sector cultural engloba ainda ajuda logística de vária ordem, como a cedência de espaços, transportes, montagem e desmontagem de material variado de acordo com o sector, despesas básicas de funcionamento (aquecimento, electricidade, água), etc.

Porém, pode-se hoje registar uma evolução positiva, pois "à medida que certas necessidades vão sendo satisfeitas, a libertação de alguns recursos, a aprendizagem governativa e a emergência de necessidades/aspirações de outra ordem, muitas vezes sentidas e veiculadas sobretudo pela juventude, têm fortalecido a posição da cultura. A atenção concedida ao património arquitectónico, às actividades artísticas, à defesa da paisagem, à leitura e sua difusão, são exemplos bastante praticados duma mudança efectiva".[67]

Com efeito, cresce a preocupação dos municípios pela cultura, através da atribuição de pessoas e verbas para este sector. Mas se, por um lado, aumentou a despesa pública com a cultura, por outro lado, sente-se ainda um incipiente relacionamento com outros sectores de actividade, relacionamento esse que é fundamental para sentar a cultura à mesa do planeamento, como, mais uma vez, José Maria Cabral Ferreira defende.[68]

As Grandes Opções do Plano, a partir de 1986, e os sucessivos programas de Governo têm dado enfoque a este relacionamento, apontando para o facto das actuações públicas deverem ter em conta a matriz cultural e a sua relação com as práticas sociais e económicas, considerando que só esta articulação trará emprego, rendimento económico e progresso social.

A partir de meados dos anos noventa, reforçou-se a visibilidade crescente do sector da cultura a nível local, com a entrada em Portugal dos fundos comunitários. Para além de ter permitido aos municípios a construção de equipamentos para fins culturais, tais como centros regionais e auditórios, os Programas Operacionais Regionais possibilitaram, através de sub-programas

---

[67] José Maria Cabral Ferreira, Do Planeamento da Cultura à Cultura no Planeamento, in Revista Sociedade e Território, nº4, Edições Afrontamento, 1986, p.25.

[68] José Maria Cabral Ferreira, Do Planeamento da Cultura à Cultura no Planeamento, in Revista Sociedade e Território, nº4, Edições Afrontamento, 1986 p.22

destinados a projectos de acções imateriais, a disponibilização de fontes de financiamento, capazes de apoiar acções de dinamização cultural de âmbito local e regional. Foi o caso do Sub-programa C [69] que constituiu um instrumento de financiamento de acções imateriais a nível local, numa lógica de projecto, tendo sido seu objectivo primordial valorizar e dinamizar o potencial endógeno dos territórios.

Este potencial, rico e variado, implicou uma valorização diferenciada e multifacetada, permitindo o apoio a uma miríade de projectos neste sub-programa, que vão desde a arte popular a várias outras expressões de arte de conteúdo clássico, como a música e o teatro, passando pela arqueologia e pelo incentivo à leitura. O seu campo de aplicação foi direccionado a acções de charneira, não apoiadas sectorialmente por outros programas, valorizando particularmente a criatividade e a inovação, assim como a componente pedagógica de ligação ao ensino com vista à formação de novos públicos. Esta valorização diferenciada não significou, contudo, pulverização de instituições e projectos, mas um enriquecimento conjugado com vista ao desenvolvimento.

Pretendia ainda este Sub-programa contribuir para o robustecimento do tecido institucional, pelo sentido organizativo e estratégico que tentou implementar e pelo grau de interacção entre instituições, fomentando e privilegiando a cooperação e as parcerias. Constituiu ainda um esforço contínuo de federar interesses diversos no sentido de potenciar as mais-valias canalizadas pelos projectos.

A avaliação do impacte destes projectos "no terreno" tem-se vindo a verificar progressivamente, na perspectiva de se saber até que ponto os projectos apoiados dispõem ou não de um conteúdo sólido, são capazes de criar resultados substanciais e de implementar estratégias, tornadas contínuas e enraizadas em termos de desempenhos futuros.

Em causa está também avaliar se estes projectos continuam a fazer parte das opções municipais, para além de outro qualquer financiamento, se obedecem a objectivos, se produzem efeitos mobilizadores dos agentes locais, se instalam hábitos de capacidade organizativa e estratégica, se geram emprego e se

[69] Este Sub-Programa estava inserido no Programa Operacional da Região do Norte - PRONORTE (QCA II) e tinha uma dotação financeira de perto de 10 milhões de contos, destinados a projectos imateriais. Da totalidade dos projectos aprovados, 50% foram de cultura (172), correspondendo a 40% da dotação financeira, ou seja, cerca de 4 milhões de contos de valor de aprovações.

atraem novos públicos. Em suma, se, para além de se fazer cultura, se esboçam os contornos de uma política cultural ao nível municipal.

José Maria Cabral Ferreira refere que: "A maior parte das Câmaras tem desenhado para a cultura um programa. Mas este não é um programa político, não se integra numa estratégia que vem a ser prosseguida ou que se propõe orientar no futuro os destinos e objectivos com que este sector se integra na estrutura política global"[70].

4.2.3. – Factores de Mudança Autárquica e Social

Numa sociedade cada vez mais urbanizada e terciarizada, a política cultural local ao tentar definir estratégias, necessita de ter em conta as potencialidades e constrangimentos da comunidade local, sujeita a mudanças por vezes bastante rápidas.

Partindo de um certo défice a vários níveis, como se tem vindo a analisar, a política cultural dirigiu-se inicialmente, tal como a nível nacional, para a aquisição de equipamentos com auditórios e salas polivalentes.

Duas questões há a considerar: numa fase inicial, a localização destes equipamentos; numa segunda fase a sua ocupação e gestão.

Relativamente à primeira considera-se teoricamente relevante a **localização dos equipamentos** na medida em que se espera que a sua instalação seja potenciadora da criação de sinergias e melhoramentos transmissíveis aos contextos em que se localizam e capazes também de os mobilizar. Este facto assume uma importância significativa para o estudo da mudança das lógicas territoriais, com impactes sociais e culturais, uma vez que pode desencadear novos investimentos públicos, mas também privados, mobilizar agentes culturais, fixar uma relação mais chegada entre oferta e procura culturais locais e contribuir para o bem-estar social. É este entendimento que permite dimensionar o posicionamento político da actividade cultural local.

No entanto, a consolidação relativamente recente das áreas de actuação do poder político municipal, a juntar a uma gestão direccionada para o território,

---

[70] José Maria Cabral Ferreira, "Algumas Notas sobre o Pelouro da Cultura nas Autarquias Municipais da Região do Norte", in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local - Actas do Encontro de Vila do Conde, 1-3 de Abril de 1993,* Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, 1994.

com legislação relativa ao ordenamento desse território, veiculada por uma panóplia de planos e políticas urbanísticas, no sentido da (re)distribuição e ocupação de espaços e de recursos, dificultam a apreensão das lógicas de investimento feitas na construção de redes locais de equipamentos culturais.

Isso mesmo é vincado por Luís Alves Guerreiro ao considerar que "parece difícil analisar e compreender com rigor qual o papel que ocupam hoje, nas políticas culturais das autarquias, os equipamentos culturais. A dificuldade não está tanto em reconhecer que por todo o país avultados investimentos têm sido feitos pelas autarquias na construção e recuperação de equipamentos culturais, mas sim em compreender as lógicas desses investimentos, a sua articulação com estratégias e objectivos, a sua confrontação com resultados"[71].

Relativamente à segunda questão colocada, da **ocupação e gestão dos equipamentos**, na realidade, a definição de uma lógica gestionária destes espaços nem sempre tem sido muito eficaz, havendo nalguns casos baixas taxas de ocupação e utilização. Deste modo, não basta construir, adquirir ou conservar equipamentos, é preciso animá-los, usá-los, fazer deles pólos de actividade cultural continuada e factores de mudança social. Assim as Câmaras Municipais têm procurado assegurar esta tarefa, buscando soluções de parceria e complementaridade com a administração central, através de programas de itinerância, ou recorrendo aos protagonistas locais.

Para a sua gestão, as autarquias reconhecem hoje a importância dos recursos técnicos e da constituição de equipas de projecto, com qualidade e profissionalismo, tendo-se tornado estes, elementos fundamentais para a concretização de qualquer política, para que a mudança a implementar seja de qualidade. Algum tempo atrás, o poder local teve que enfrentar o facto de não dispor nos seus quadros de pessoal técnico formado em áreas próximas da cultura, tendo esta responsabilidade, numa fase inicial, cabido a algum vereador ou técnico que acumulava responsabilidades noutras áreas.

Actualmente, uma parte dos municípios já dispõe no seu quadro de pessoal técnico especializado. Estes profissionais, para além de uma formação específica, vivem uma época de acesso a instrumentos tecnológicos e de

---

[71] Luís Alves Guerreiro e Fernanda Pereira Rolo, Equipamentos culturais e Campos culturais locais, in Dinâmicas, Cidadania e Desenvolvimento Local - *Actas do Encontro de Vila do Conde, 1-3 de Abril de 1993*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994, p. 637

informação que lhes permite, à partida, certa capacidade de trabalho e o contacto rápido com outras realidades culturais.

Um pouco mais controversa é a figura do "animador cultural". Maria de Lourdes Lima dos Santos traça os seguintes atributos como fulcrais de uma boa animação: ênfase na comunicação interpessoal; referência a pedagogias activas e não directivas; defesa da autonomia de actores e grupos; diluição das fronteiras entre a produção e a recepção; filosofia de projecto. Considera ainda que a função da animação, sendo vazia de qualquer programa ou legislação que a fixe, é transversal aos diversos domínios culturais ou modos de expressão[72]. Deve, porém, possuir um conjunto de metodologias de dinamização e mobilização da acção socio-cultural, enquanto "fonte de energia, angariação de esforços, método de participação e veículo de expressão da pluralidade social" [73]. Requer por isso, mais uma vez, conhecimento da realidade local.

Em termos de mudanças sociais que se têm verificado e com as quais os municípios têm que contar nas suas políticas, uma das mais salientes tem a ver com uma **mudança nos estilos de vida**, acrescida por uma "**esteticização das práticas sociais** contemporâneas que tem aumentado o valor simbólico dos bens, dos produtos e das práticas culturais"[74], estimulado a fruição e as práticas de consumo ligadas ao lazer e à ocupação de tempos livres. Esta maior procura de actividades de recreio e diversão tem revolucionada a vida nas cidades, fomentando uma maior movimentação de pessoas. O incremento da atenção dada à valorização patrimonial e urbanística das cidades, a juntar à animação cultural, tem tornado estes espaços atractivos, não só em termos turísticos, mas, espera-se, essencialmente em termos residenciais.

Estes factores resultam em maior mobilidade de pessoas, contribuem para aumentar a pressão nos meios urbanos, criando novos desafios ao poder autárquico. Deste espera-se maior capacidade de resposta, sob pena desta dinâmica ser desviada para fora do concelho.

---

[72] Cf. Maria de Lourdes Lima dos Santos,(coordenação), *As Políticas Culturais em Portugal,* Relatório Nacional do Observatório das Actividades Culturais, Lisboa, 1998, pp. 249 e 250.

[73] Maria de Lourdes Lima dos Santos, coordenação), *As Políticas Culturais em Portugal,* Relatório Nacional do Observatório das Actividades Culturais, Lisboa, 1998, p. 259.

[74] Álvaro Domingues, "Turismo Cultural e Política Cultural Urbana" in *Simposio Internacional sobre Turismo Cultural,* Fondación del Patrimonio Historico de Castilla y Léon, Valladolid, 2000, p.3.

Neste âmbito, coloca-se ainda o desenvolvimento do chamado **turismo cultural**, outro factor de mudança social que sofreu um grande incremento nas últimas décadas, o qual os municípios desejam, mas que também lhes coloca outros desafios. Este turismo reveste-se de interesses específicos que vão da arquitectura aos eventos culturais, passando pela património, artes visuais, etc.. Igualmente a promoção de produtos tradicionais artesanais, associados à produção cultural local, quando genuínos, podem constituir formas de captação de um certo tipo de turismo capaz de dinamizar a economia local, através da criação de serviços e postos de emprego. Nesta fase, o poder local já se apercebeu da mais-valia que estes factores podem constituir, fornecendo um apoio mais forte às associações, através da atribuição de subsídios, aumento das componentes da infra-estruturação e renovação de equipamentos, suporte logístico e formação técnica de animadores e dirigentes.

Devendo a política ser feita com e para as populações, faz sentido reflectir as mudanças sociais no que diz respeito aos públicos. Cada vez mais os poderes autárquicos enfrentam **públicos diferenciados** e abrangentes, agravado pelo facto de haver, sobretudo no interior do país, taxas de analfabetismo significativas e, de um modo geral, taxas de iliteracia bastante notórias.

Uma **oferta cultural de eventos** equilibrada implica a avaliação e o equacionamento das várias procuras em causa, relativas a alguns grupos sociais que se têm vindo a impor no contexto local. São vários os autores que têm estudado os públicos e as práticas culturais, entre os quais se salienta Augusto Santos Silva[75] e João Teixeira Lopes[76] .

Entre estes públicos culturais, destaca-se o crescimento recente dos chamados **grupos qualificados**, nomeadamente estudantes do ensino superior, profissionais do terciário superior e profissões liberais. Este facto, por si só, não implica uma maior exigência da procura cultural relativamente a formas culturais mais elaboradas (apesar de se considerar que dispõem de maior poder de compra e maior apetência para as práticas ligadas ao consumo e ao lazer), nem significa o aumento da presença destes públicos em determinados

---

[75] Augusto Santos Silva e outros, *Agentes Culturais e Públicos para a Cultura: Alguns Casos Ilustrativos de uma Difícil Relação*, Cadernos de Ciências Sociais, nº 18, Porto, Edições Afrontamento, 1998, entre outros textos publicados.

[76] João Teixeira Lopes, *A Cidade e a Cultura, Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas*, Edições Afrontamento e Câmara Municipal do Porto, Porto, 2000.

eventos culturais, garantindo assim qualquer consolidação do processo de fixação de novos e mais públicos. A dimensão dos públicos culturais em sentido restrito é ainda reduzida, mesmo em cidades com alguma dimensão demográfica.

Para além destes grupos qualificados que socialmente se vão evidenciando, são vários os tipos de públicos com que a acção cultural das Câmaras Municipais tem que contar: Jovens urbanos com modos de vida centrados sobre a cidade; público em idade escolar, crianças e adolescentes; públicos enquadrados em e por associações de pequena dimensão e base territorial; público mais idoso, reformado, mas activo e participativo.

Em relação aos **públicos juvenis**, a emergência da juvenilização da cultura urbana, essencialmente polarizada nos *media* e nos lazeres, questiona o próprio conteúdo da expressão "públicos culturais", a que tem respondido o sector dos bares e discotecas e não o sector cultural propriamente dito. Segundo estudos recentes, o reflexo deste aumento têm-se sentido, sobretudo, na frequência de lugares nocturnos e nas "práticas de consumo ligadas aos lazeres e, de entre eles, à convivialidade e ao audiovisual, mais do que no sentido das práticas culturais num sentido mais restrito"[77].

Maria de Lourdes Lima dos Santos, citada por Augusto Santos Silva[78], refere ainda que "a concentração nas dimensões lúdicas e espectaculares da apropriação do espaço urbano, tem prejudicado a capacidade de proceder a interpretações vinculadas à qualidade de vida, nas suas dimensões mais estruturais. Neste sentido, a crescente atenção autárquica aos grupos juvenis enquanto potenciadores de procuras lúdicas orientadas pelos e para os media não deixa de constituir a outra face da extrema dificuldade em desenvolver políticas de juventude mais globalizantes, uma dificuldade partilhada pelos órgãos da administração central". Esta dificuldade é agravada pelo facto de se estar perante diferentes camadas de públicos juvenis e a homogeneidade ser absolutamente aparente.

---

[77] Augusto Santos Silva e outros, Agentes Culturais e Públicos para a Cultua: *Alguns Casos Ilustrativos de uma Difícil Relação*, Cadernos de Ciências Sociais, nº 18, Porto, Edições Afrontamento, 1998, p.84.

[78] Augusto Santos Silva, (cita Cf. M. Lourdes Lima dos Santos, 1991), "Políticas Culturais Municipais e Animação do Espaço Urbano – Uma Análise de Seis Cidades Portuguesas", in *Cultura & Economia, Actas do Colóquio Realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, p. 262.

Em princípio, os **estudantes** constituiriam o grupo em relação ao qual se podia e devia elevar o nível das actividades culturais propostas, no sentido da sua aproximação à denominada cultura cultivada, porque deveriam ser um público potencial frequentador de bibliotecas, museus e exposições. Contudo, como já se verificou, o mundo juvenil da noite urbana não se guia pelas normas escolares. Muitos deles procuram no lazer e na convivialidade urbana outros valores e realizações que não os propostos pela escola. Para João Teixeira Lopes, "a cultura escolar deixou de ser o eixo estruturante das práticas culturais e a cultura-diversão já não é olhada em jeito de heresia"[79].

O prolongamento até horas tardias das práticas juvenis, tem implicações na organização da vida da cidade e na propiciação de equipamentos que os possam acolher. Pelo seu lado, o tecido institucional mais tradicional não parece capaz de se renovar e adaptar, tendo em vista a integração dos projectos de vida e simbologias dos jovens urbanos[80].

Não deixam contudo de estar nas preocupações das autarquias tentar, através de políticas de juventude, tanto a nível de vários projectos, festivais e concertos, como do desporto, pelo menos a criação de condições de ocupação e entretenimento.

As **crianças e adolescentes** entram nas preocupações culturais das Câmaras Municipais, enquanto alunos das escolas, através de uma estratégia de articulação da cultura com a formação e educação de novos públicos, desenvolvendo projectos que lhes são especificamente dirigidos. As políticas autárquicas têm tido como objectivo "defender a criação sustentada de apetências e hábitos de convivência com bens e instituições culturais, desde a infância e que daí depende o mais importante da consolidação futura de públicos cultivados"[81]. Tem falhado muitas vezes a articulação entre actividades curriculares e ofertas culturais.

Para além destes grupos sociais, há que ter em conta alguns estratos sociais próximos de uma cultura de raiz mais popular, ligados a associações a nível da

---

[79] João Teixeira Lopes, *A Cidade e a Cultura, Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas*, Edições Afrontamento e Câmara Municipal do Porto, Porto, 2000.

[80] Cf. Augusto Santos Silva e outros, Agentes Culturais e Públicos para a Cultua: *Alguns Casos Ilustrativos de uma Difícil Relação*, Cadernos de Ciências Sociais, nº 18, Porto, Edições Afrontamento, 1998.

[81] Cf. Maria de Lourdes Lima dos Santos, "Políticas Culturais e Juventude", in Análise Social, Vol. XXVI (114), 1991 (5º), pp. 991-1009.

freguesia ou do bairro, os quais são participantes e/ou simpatizantes de formas culturais como teatro amador, folclore, orfeão, bandas de música, etc.

Neste âmbito, o poder local tem procurado apoiar grupos de artesãos, cujos produtos são apresentadas como ex-libris de regiões e espaços, assim como subsidiado as associações.

Num fenómeno mais recente de mudança social, tem-se desenvolvido nos concelhos alguma oferta cultural relativa às faixas etárias mais avançadas (uma faixa etária em crescimento) que tem a ver com a ocupação de tempos livres de trabalho, que podem ir desde a constituição de pequenos *ateliers*, estudos para seniores, visitas, passeios, prática desportiva, entre outras.

Noutra perspectiva, as autarquias têm tentado satisfazer o interesse de grupos possuidores de códigos de cultura mais "cultivada", apoiando alguns eventos com os quais pretende, ao mesmo tempo, adquirir alguma visibilidade supralocal da chamada cultura erudita, como concertos na área musical, muitas vezes em igrejas e monumentos locais, assim como tem tentado chamar, para seus parceiros, grupos de teatro, profissionais ou semi-profissionais, de índole diferente do teatro amador de bairro, criando-lhes algumas condições para a sua fixação local em equipamentos disponibilizados pela autarquia.

As mudanças verificadas nas sociedades actuais são sempre rápidas, requerem medidas prontas para banir tensões e conflitos, confrontado que está o poder político local com aspirações dos diferentes grupos da população e as expectativas dos agentes locais envolvidos no processo, com expressões culturais e interesses locais diversos, com a requalificação pela cultura "cultivada" e a "modernização" pela cultura comercial.

Deste modo, as mudanças verificadas e a constatação da heterogeneidade de públicos com diferentes gostos e idades e a vontade política de satisfazer o maior número possível, requer um equilíbrio reforçado no planeamento e aplicação de uma política cultural coerente e organizada, tendo a autarquia que, introduzir, ela mesma, ajustamentos às mudanças, no sentido de conseguir atingir um mínimo de satisfação na sua capacidade de resposta, dentro ainda de uma lógica político-eleitoral de actuação.

4.2.4. - Associações e Escolas - Parceiros para a Cultura

> ".. la prospérité de l'Europe dépendent de ses institutions civiles. Sous ce rapport, la culture a un rôle essentiel à jouer, car elle este le ciment du lien social et civique. Il faut trouver le juste équilibre entre, d'une part, le pouvoir de l'Etat et celui, croissant, des entreprises multinationales et, d'autre part, les libertés de l'individu. Un des moyens d'y parvenir consiste à créer et à maintenir un « tiers secteur » vivant, composé d'associations bénévoles et de communautés d'intérêts grâce auxquelles les individus sont capables de négocier entre eux comme avec les pouvoirs publics»[82].

Tal como se verifica relativamente aos públicos, também as mudanças ao nível dos agentes culturais locais se fazem sentir e são da maior importância. Dentro destes agentes, para além da autarquia, destacam-se as associações locais e as escolas que se constituem parceiros da autarquia para as questões culturais.

No caso do associativismo, a sua inserção no contexto das redes de poder local surgiu no século XIX, instado, na sua essência, por um movimento reivindicativo de cariz social, que tomou grandes proporções, tendo em vista a melhoria das condições de vida sobretudo nos meios urbanos.

Além de movimentos associativos relacionados com reivindicações laborais e políticas, um outro movimento associativo se instalou, de cariz popular, surgido sobretudo em bairros ocupados por grupos sociais mais desfavorecidos.

Algumas destas associações fundadas em contextos sociais locais específicos, do princípio do século[83], tiveram épocas de grande relevância, envolvidas tradicionalmente em actividades desportivas, recreativas e ainda ligadas a práticas de criação / produção cultural, como a música popular, o folclore e o teatro amador. Constituíam espaços de encontro e sociabilidade, abrigando as "famílias de bem", em contraste com a rua, espaço de convívio da preferência dos habitantes de bairro conotados com alguma marginalidade. As instalações das associações locais, às quais só podiam aceder os sócios creditados como

---

[82] Groupe de travail européen sur la culture et le développement, La culture au cœur, Editions du Conseil de l'Europe, Strasbourg, 1998, p.13.

indivíduos de moral e de trabalho, eram cedidas para diversas festas e acontecimentos da vida familiar. Na sua direcção encontrava-se um ou mais "mecenas" locais que à associação dedicava o melhor do seu tempo livre.

Este associativismo desempenhou uma função social e cultural muito importante em Portugal até meados do século XX, tendo tendência, em determinados períodos, a ser espaço de contestação ao regime, lugar de encontro e tertúlias, sempre controlado de muito perto pelas forças de repressão do regime ditatorial. No livro do historial de muitas destas associações consta a passagem pelas suas instalações de homens de diversos quadrantes da cultura e da oposição ao regime vigente.

As mudanças que a sociedade foi sofrendo relacionadas em parte com a propagação dos meios audio-visuais sobretudo em ambiente doméstico e as alterações das relações de sociabilidades de bairro e mesmo de vizinhança, provocaram, por um lado, a diminuição do número de sócios e da frequência das associações; por outro lado, as relações de força com o regime vão enfraquecendo este movimento associativo, tendo algumas desaparecido e outras ficado reduzidas a um lugar de entretenimento de grupos de faixa etária mais avançada.

Quando o regime democrático se instalou em Portugal na década setenta vai encontrar este movimento associativo e toda a sociedade civil em geral, numa situação de grande apatia social e cultural. Esta debilidade estende-se a vários níveis, nos quais se incluem não só as associações, mas também o próprio sentido de participação cívica dos cidadãos.

Pese embora algum dinamismo associativo empolgado, surgido no período revolucionário de 1974-1975, mas que acabou por não vingar, o maior protagonismo de dinamização cultural local tem cabido à administração pública. Dispondo de alguns meios financeiros e técnicos "os municípios tornaram-se parceiros, internamente também eles débeis, mas tornados fortes pela debilidade do conjunto dos actores da cena cultural local"[84].

---

[83] Caso do bairro de Alfama em Lisboa, estudado por António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro no livro "O Trágico e o Contraste – O Fado no Bairro de Alfama", Publicações Dom Quixote, Colecção Portugal de Perto, Lisboa, 1984

[84] Augusto Santos Silva e outros, Agentes Culturais e Públicos para a Cultura: *Alguns Casos Ilustrativos de uma Difícil Relação*, Cadernos de Ciências Sociais, nº 18, Porto, Edições Afrontamento, 1998, p.81.

É deste modo que, dentro das autarquias, se tem vindo a observar uma crescente responsabilidade e atenção dadas às questões culturais. Como agente cultural de grande parte das iniciativas concelhias dispõe, na maior parte dos casos, de serviços próprios que lhe permite assegurar, dentro de uma certa dimensão, a capacidade de organização de algumas dessas iniciativas.

Com a visibilidade adquirida pela cultura e o aumento dos projectos, paralelamente à definição de competências e à disponibilização de maiores verbas por parte da Administração Central, surgiu a necessidade de algumas Câmaras Municipais nomearem um vereador para esta área.

Porém, apesar dos esforços desenvolvidos pelas autarquias, num estudo realizado no início da década noventa, é ainda Augusto Santos Silva que faz o balanço da situação cultural dos concelhos e conclui que "o baixo nível geral de dotação em equipamentos, serviços culturais estruturantes e serviços económicos e sociais, directa ou indirectamente articulados ao campo da cultura e do lazer, assim como a relativa debilidade da rede de protagonistas e empreendedores de iniciativas culturais locais, tudo conduz a que o ambiente socio-cultural urbano seja ainda relativamente pouco qualificado e as cidades não disponham de uma oferta mínima continuada de bens, serviços e acontecimentos"[85].

Em face disso, o poder central, sobretudo a partir de 1995, para além dos equipamentos entretanto instalados, tem dado contributos para robustecer o tecido associativo e institucional, constatado pelo aumento do número de associações e de projectos que têm surgido, dando um contributo para a afirmação de uma certa descentralização democrática.

A dinamização cultural local, para além de algum robustecimento de associações ligadas a modos de vida e expressões tradicionais, conta, nos anos noventa, com um **novo movimento associativo**, originado pelas oportunidades municipais e governamentais relativas a apoios financeiros. Estes recursos, aos quais se juntam os benefícios simbólicos da cultura, contribuíram para o surgimento de um conjunto de associações bastante

---

[85] Augusto Santos Silva e outros, Agentes Culturais e Públicos para a Cultura: *Alguns Casos Ilustrativos de uma Difícil Relação*, Cadernos de Ciências Sociais, nº 18, Porto, Edições Afrontamento, 1998.

significativo, responsável por vários projectos e pela emergência de novas redes de sociabilidade.

Madureira Pinto sobre esta matéria afirma que ao "assumir o associativismo não como adorno da democracia ou prolongamento instrumentalizado do poder administrativo, mas como um interlocutor privilegiado e um agente dinâmico da concepção, execução e avaliação das intervenções culturais na cidade e em particular em espaços públicos, parece ser a atitude que melhor se compatibiliza com uma política simultaneamente voluntarista e não dirigista de democratização social[86].

Parece, pois, ser hoje incontestável que a valorização da cultura local passa pelo "reconhecimento do fenómeno associativo como a expressão específica e representativa de uma procura social local e a necessidade da sua participação no processo de tomada de decisões, legitimando uma prática de gestão democrática local"[87].

Apresentam-se assim como parceiras das autarquias, uma tipologia variada de associações, que inclui Academias de Música, Cineclubes, Grupos de Teatro, cooperativas culturais, fundações, dirigidas ao público em geral, mas bastante direccionadas ao público escolar. Tendo como objectivos primordiais assegurar funções de pedagogia artística e animação local, estas instituições passam a dispor duma actividade que lhes serve de principal razão para a obtenção regular de apoios públicos da Administração Central – sobretudo de nível financeiro - e das Câmaras Municipais - tanto de nível financeiro, como de natureza logística e técnica.

Deste modo, as Câmaras, para além da sua própria estratégia cultural, têm posto à disposição das associações os meios necessários à concretização de múltiplas acções a levar a efeito, através da cedência de equipamentos, de recursos técnicos e financeiros. Por seu lado, as associações assumem, em muitos casos, perante o poder local, uma postura de prestação de serviços e a possibilidade de fornecer o acesso a bens específicos do consumo cultural. Dentro das acções de desempenho associativo, está incluída a organização de

---

[86] José Madureira Pinto, "Intervenção Cultural em espaços Públicos", in *Cultura & Economia. Actas do Colóquio Realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994,* Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, p.204.

festas públicas locais, das quais, em muitos casos, são encarregues pela autarquia e se revestem de grande importância para o concelho.

Assim sendo, estas associações configuram a sua especificidade cultural em função, em grande parte, da lógica de actuação do poder político local. Dele dependem ainda, como agentes culturais, relativamente à escolha dos seus dirigentes e às suas linhas de actuação. Beneficiam, no entanto, de autonomia relativamente à sua programação cultural e à definição das actividades de lazer dos grupos sociais a quem se dirigem.

Estabelecem uma relação não conflituosa com o poder local que lhe advém ainda do facto de que, por muito bom desempenho que a maioria das associações tenha, continua a manter-se uma dependência face a apoios financeiros e logísticos regulares, dentro de uma política de um certo assistencialismo. O seu dinamismo depende muito das decisões municipais quanto à atribuição de subsídios e de espaços.

"Escudadas por um a-politismo nos seus projectos e nas suas práticas, as associações desenvolvem uma relação não conflitual com o poder político local, usufruindo dos benefícios financeiros e evidenciando as suas limitações quanto à capacidade de transformar as suas necessidades em exigências. Os conflitos surgem quando os interesses e as influências locais tendem a ser politizadas, transformando as associações em pólos de contestação ao poder local[88].

Deste modo, as associações "constituem parceiros incontornáveis dos organismos autárquicos para o duplo trabalho de estabilização de alguma oferta cultural regular e de formação de públicos locais"[89].

As **escolas**, por seu lado, constituem-se também como parceiras das dinâmicas culturais concelhias pela relação privilegiada que têm com os públicos mais jovens. Porém, como instituições oficiais de ensino formal, pressionadas por programas rígidos de acordo com a política governativa

---

[87] Candidatura "Viagem à Rosa dos Ventos" ao PPU (Projecto-Piloto Europeu), elaborada por Álvaro Domingues, Amélia Polónia, Rui Azevedo, (Quaternaire Portugal) em colaboração com a Câmara Municipal de Vila do Conde, p. 21.

[88] Natália Maria Azevedo Casqueira, *Práticas de recepção Cultural e Públicos de Cinema em Contextos Cineclubísticos*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, FLUP, 1997, p. 68.

[89] Augusto Santos Silva e outros, *Agentes Culturais e Públicos para a Cultura: Alguns Casos Ilustrativos de uma Difícil Relação*, Cadernos de Ciências Sociais, nº 18, Porto, Edições Afrontamento, 1998, p. 96.

sectorial, não têm, por si só, conseguido dar sinais de adaptação às exigências propostas pela sociedade.

Apesar disso, como afirma Madureira Pinto, "está demonstrado que, não obstante todas as dificuldades com que a expansão da escolarização se tem deparado no plano da democratização cultural, ela é um espaço privilegiado para a inculcação de operadores intelectuais e disposições estéticas indispensáveis a uma fruição criativa da obra cultural. Sabe-se além disso, que, fechado sobre os conteúdos, procedimentos de transmissão e exigências de avaliação codificados na chamada "cultura-escola", o sistema de ensino tem alguma dificuldade em acertar o passo com os movimentos de ideias, as tendências artísticas e as aspirações culturais, emergentes, inclusive no universo juvenil"[90].

Não se pode porém deixar de reconhecer, dentro dos seus condicionalismos, a sua importância na educação e formação dos jovens na sua condição de cidadãos e pessoas.

A função formativa da escola tem sofrido e reflectido bastante de perto as alterações sociais no campo da família e do emprego, entre outras (nas quais se situam várias deteriorações dentro da própria escola, inclusive da própria relação pedagógica), com crianças oriundas de meios sociais de grande vulnerabilidade e exclusão social, sendo que a capacidade da escola em dar resposta nem sempre se coaduna com a velocidade em que essas mudanças têm lugar, nem por vezes está dotada dos instrumentos capazes de minimizar as consequências graves que daí advêm.

A juntar à complexidade de vida que alguns deles enfrentam, estes jovens têm percursos de vida diferenciados e representam diferentes interesses, o que torna o processo bastante frágil. É a nível dos adolescentes / jovens que frequentam o nível elevado do ensino secundário que existe algum vazio de resposta por parte da escola, sendo, porém, notórios alguns esforços realizados com as faixas etárias mais pequenas.

Torna-se, por isso, necessário inserir, a nível dos vários estabelecimentos de ensino, iniciativas ligadas à leitura, cinema, teatro, música ou dança, desenvolvendo uma cooperação inter-institucional com bibliotecas públicas,

---

[90] José Madureira Pinto, Publicação trimestral do Observatório das Actividades Culturais, nº 1, p. 5.

museus, arquivos históricos, companhias de teatro e dança, orquestras nacionais e regionais.

O papel de articulação entre a autarquia, as associações e a escola tem sido fundamental, através da disponibilização de apoios de vária ordem. Alguns projectos de contacto entre formas culturais mais populares ou mais "cultivadas" têm-se vindo a desenvolver, alguns incluídos nos próprios *curriculae* escolares, tais como o ensino da música, nalguns casos o canto e a dança, teatro, ateliers de trabalhos de pintura, barro, fotografia e diversos materiais. Porém, estas acções parecem muito pouco consolidadas na medida em que estão muitas vezes dependentes da existência de subsídios do Ministério, neste caso, da Educação, mas também da Cultura.

Também os projectos fora do ambiente escolar, como visitas programadas a museus, sítios arqueológicos, exposições, etc., têm constituído algumas actividades desenvolvidas pela escola e apoiadas pela autarquia com o envolvimento das várias instituições locais. Noutros casos, é acção cultural que entra na escola com a dinamização da responsabilidade de agentes culturais locais.

Resta avaliar até que ponto são apropriadas pelos alunos e se enraízam de forma que produzam resultados para futuro e a tão almejada formação de novos públicos para a cultura.

Uma breve referência à rádio local que tem vindo a constituir também um poderoso meio de mediação cultural, transmitindo notícias, dando cobertura, anunciando eventos, levando a informação directamente ao ambiente doméstico mais recatado.

Em Conclusão

> O que se processa no campo cultural não é independente do estado das relações objectivas entre posições e disposições nos outros campos, em especial no campo do poder.
>
> João Teixeira Lopes[91]

Na Parte I deste trabalho, procurou-se analisar os vectores fundamentais e estruturantes de uma política cultural local que se podem sintetizar desta forma:

- O município é o agente cultural local preponderante, devendo a dimensão cultural estar presente no planeamento da política global;
- o papel do Estado é fulcral, como agente autorizado e legitimado na defesa do interesse geral, apoiando, regulando e avaliando o que se realiza na área cultural;
- a implantação de uma política cultural ao nível local, para além de objectivos e intervenções de base que devem constituir denominadores comuns (democratização da cultura, combate à exclusão social, formação de públicos,...), passa pela adequação aos recursos e por especificidades locais que não são iguais em todos os municípios;
- a dimensão cultural deve revestir-se de uma especificidade territorializada, que deve ser sempre valorizada, compensando a hegemonia crescente de culturas massificadas e externas;
- a cultura de um território consegue afirmar-se pelo que tem de específico e único, sem extremos que a comprometam, nem bairrismos e conservadorismos exacerbados, numa perspectiva renovadora de desenvolvimento;
- na identidade cultural de um território defende-se um cariz criativo e humanizante, no sentido de contribuir activamente para a qualificação da vida e não de a tornar limitada e cinzenta;

---

[91] João Teixeira Lopes, " A Cidade e a Cultura" *Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas*, Edições Afrontamento e Câmara Municipal do Porto, Porto, 2000, p.27.

- a valorização do espaço público é fundamental para o sentido de pertença e de relação que a comunidade estabelece com esse espaço – a intervenção nesse espaço requer uma política de equilíbrios;
- a lógica territorializada de desenvolvimento requer que o local esteja dotado de equipamentos mínimos necessários à concretização de uma oferta cultural diversificada e com capacidade para acolher a procura;
- para gerir e dinamizar estes equipamentos são necessários recursos humanos especializados e/ou agentes culturais locais, dotados de competências adequadas, capazes de actuarem ao nível da produção, da programação e da divulgação culturais, assim como os necessários recursos financeiros;
- um município não deve partir para as realizações culturais sem ter bem presente a estratégia a adoptar e os meios a afectar, e ainda, os princípios e os objectivos centrais que pretende atingir, tais como o apoio à criatividade e produção artística, a formação e alargamento de públicos, o combate à exclusão em defesa da coesão social, a competitividade do território e a internacionalização dos eventos;
- uma política coerente e actuante é distinta de um somatório de iniciativas avulso e de acções de cariz meramente lúdico e passageiro;
- a valorização da política cultural local não dispensa actualmente entidades de mediação entre a autarquia e os diversos públicos, constituídas essencialmente por associações, estabelecimentos de ensino e meios de comunicação social local;
- o poder local deve constituir um pelouro próprio ou alguém na autarquia que assuma a responsabilidade de definir e gerir as políticas culturais, por vocação e formação, capaz de as formular e pôr em prática, impondo-as como da maior importância em paralelo com outros sectores da tutela autárquica;
- embora actue localmente na defesa da sua própria política e dos interesses das populações, o poder local não pode ignorar o facto de depender de contextos mais amplos situados a nível nacional, europeu e mundial.

A estes vectores aqui considerados e de algum modo desenvolvidos neste trabalho, juntam-se entretanto as seguintes considerações:

- a mediatização crescente das ofertas e produtos culturais tem contribuído para o aumento da importância social da cultura, sendo este actualmente um factor determinante na visibilidade pública de que se reveste tudo quanto é considerado cultural;
- a cultura está imbuída de poder simbólico, entendendo-se que confere socialmente estatuto e distinção a quem dela se aproxima e a quem tem capacidade de decidir, não só a nível local, mas a nível do governo central que acorre a festas e acontecimentos - "cultura de representação", como lhe chamou Augusto Santos Silva;
- a aproximação do poder público ao acto criativo, é positivo como incentivo, mas, sendo um área controversa, requer medidas autênticas de democratização cultural.

Em conclusão pode-se ainda referir que uma política cultural deve estar inserida numa política de "*qualificação da vida urbana* nas várias matérias que lhe são próprias e de entre as quais se salientam: a diversidade e a densidade das relações sociais, a intensidade da vida cívica, o acesso à informação e à inovação, a aglomeração de recursos culturais, económicos, a diversificação do mercado de trabalho e a abertura ao relacionamento com o exterior"[92].

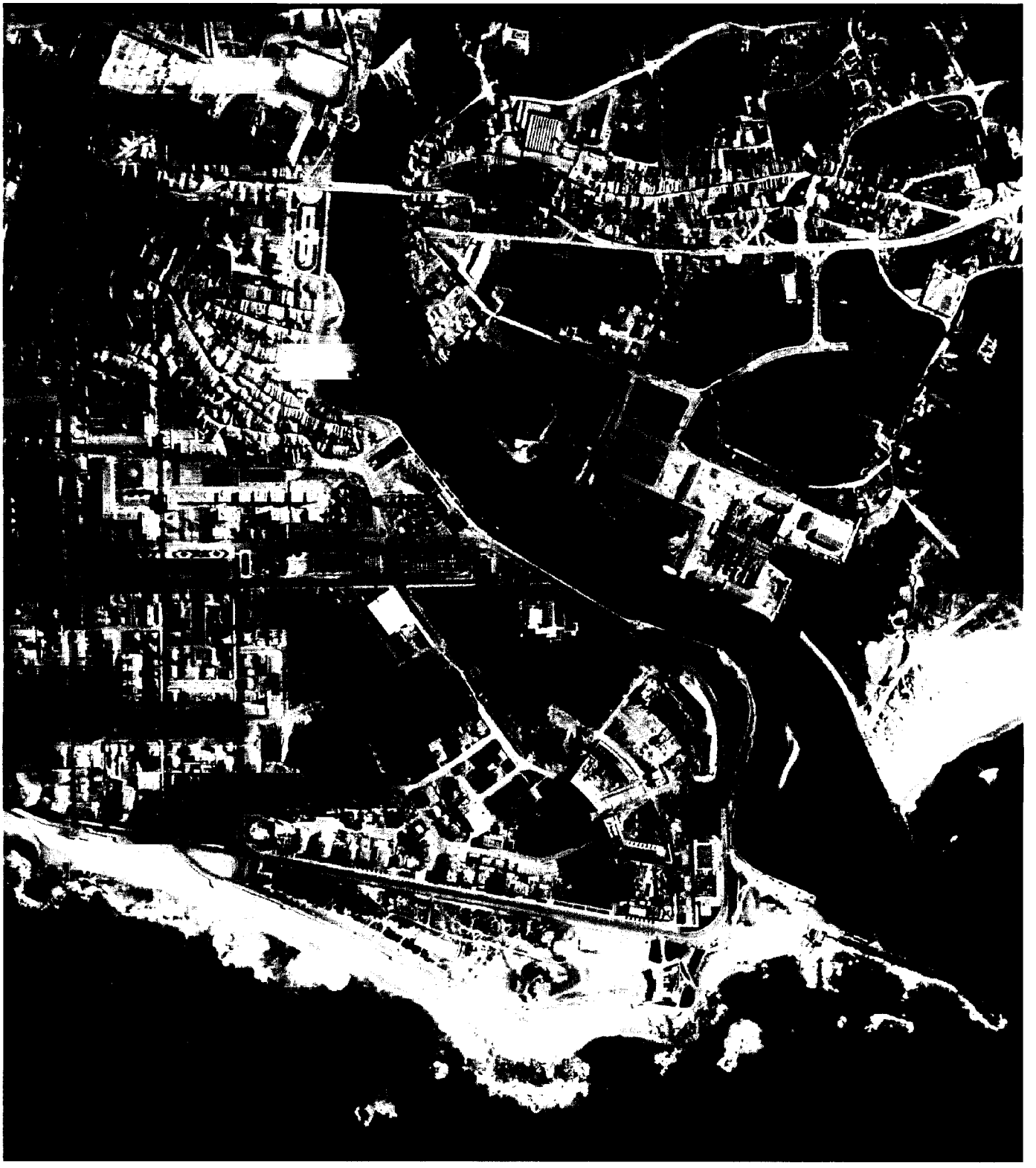
[92] Candidatura "Viagem à Rosa dos Ventos" ao PPU (Projecto-Piloto Europeu), elaborada por Álvaro Domingues, Amélia Polónia, Rui Azevedo, (Quaternaire Portugal) em colaboração com a Câmara Municipal de Vila do Conde, p. 21.

VILA DO CONDE

O Estudo de Caso

VILA DO CONDE

VISTA AÉREA



Parte II

Vila do Conde – O Estudo de Caso

1. Uma Abordagem Socio-demográfica

> A mais-valia de Vila do Conde é a própria cidade, o seu território, a qualidade de vida que nela se usufrui.
> Vila do Conde aposta no espaço urbano – torna o espaço público agradável.
>
> Isabel Lhano, pintora

José Régio, "num olhar sobre a cidade", há alguns anos atrás, referiu-se a Vila do Conde como "uma cidade espraiada entre pinhais, rio e mar". Pode-se hoje afirmar que estas características geomorfológicas (ou poéticas?!) se mantêm, mas o que entretanto Vila do Conde se transformou, desde que o poeta aqui nasceu e morreu, muito diz sobre o seu percurso histórico e humano.

Ou por inspiração na sua terra e nas suas gentes, ou pelo engenho e arte dos agentes locais, quiçá por ambos os aspectos, o que é certo é que Vila do Conde se tem evidenciado pela valorização da sua urbe e do seu património, num respeito notório pelo espaço vivido e pela intervenção no campo cultural. O dinamismo dos seus agentes culturais, com destaque evidente para o poder municipal e as iniciativas culturais levadas a efeito são disso demonstrativo.

Situada na região do Norte, na periferia física de um espaço como a Área Metropolitana do Porto (**Anexos 1 e 2**) e tendo consciência da forte atracção que este espaço, particularmente a cidade do Porto, pode constituir para as populações das suas trinta freguesias (**Anexos 3 e 4**), em termos de mobilidade residencial e de procura de animação de tempos livres, mas também ao nível do emprego e dos serviços, o poder municipal tem procurado desenvolver estratégias de atractividade, tentando aos vários níveis fixar as suas populações, e no caso particular da cultura, criando múltiplas actividades, nomeadamente, direccionadas à sua população mais jovem. Uma boa parte dos projectos desenvolvidos, pode considerar-se, tem sido direccionada à fixação / participação das camadas mais jovens da população. Dotada de características socio-demográficas (**Anexo 5**) que reflectem uma aproximação às tendências verificadas no resto da região-plano do Norte e particularmente

da Área Metropolitana (AMP) onde se insere, Vila do Conde apresenta, entre 1991 e 1998, uma taxa de variação da população residente superior à região-plano e à área onde se situa, reflectindo algum crescimento médio anual. Os números das últimas estatísticas apresentam uma densidade populacional da ordem dos 460 hab. / km^2, referidos a cerca de 67 800 habitantes no concelho de Vila do Conde (5,6% da AMP), estando cerca de 30% aglomerados no centro urbano. Da totalidade da população 35,6% têm menos de 25 anos de idade.

Em termos estruturais e demográficos, verifica-se que mais de metade dos 308 municípios existentes em finais de 1999 em Portugal tem entre 10.000 e 50.000 habitantes[93], mantendo a região-plano do Norte uma média semelhante à do resto do país, uma vez que aos concelhos do litoral populoso se contrapõe um interior transmontano e duriense bastante mais rarefeito.

No caso em estudo, Vila do Conde, pode-se dizer que, em termos demográficos, o concelho se coloca acima da média do país, revelando ainda regularidades próprias de sociedades estruturalmente em transição, com uma taxa de natalidade ligeiramente mais elevada que a da região-plano do Norte e da própria AMP (e superior à taxa de mortalidade), o que, em parte, explica a pressão da camada juvenil, dotada de aspirações e necessidades, particularmente em termos de ocupação de tempos livres e de lazer.

Por seu lado, as taxas elevadas de analfabetismo revelam uma população com défice de capital escolar (7,2% em 1991), revelador de especificidades de espaços geograficamente semiperiféricos. A taxa de escolarização sofre uma queda acentuada a partir dos quinze anos de idade, ocasião em que entra em contagem a taxa de analfabetismo, sendo ainda mais acentuada a partir dos dezoito anos. Esta realidade exige um grande esforço do poder local ao nível do ensino e da (in)formação cultural e profissional e uma acção social atenta, de forma a combater a herança do passado.

O contexto socio-económico de Vila do Conde apresenta um misto de urbano e rural. O enraizamento no concelho do sistema de doação das terras, para além de ter acentuado o desequilíbrio económico entre herdeiros, tem sido factor

---

[93] Fonte: OCDE, Les structures territoriales, 1998 in Júlio Pereira e outra, "Autarquias e Finanças Municipais", in *Região Norte de Portugal*, Luís Delfim Santos e Daniel Bessa (Org.), Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, Porto, 1999, p.117.

decisivo da indivisibilidade da propriedade rural que é visível na estrutura fundiária do concelho. A extensão da propriedade varia entre cinco a treze hectares nas freguesias do Concelho de Vila do Conde, sendo nas freguesias periféricas de dois a quatro hectares a extensão dominante. Verifica-se, deste modo, uma fraca pulverização da propriedade, quando comparada com o peso do minifúndio no Noroeste de Portugal. Este facto tem consequências no tipo de agricultura desenvolvida no concelho, considerada de transição para o tipo empresarial[94].

Ao lado de uma população ligada ao sector primário, apresenta-se também uma parte populacional muito significativa ligada ao sector secundário, fruto sobretudo da instalação no seu território de empresas como a Cooperativa Agros (transformação de leite), a Maconde e algumas estrangeiras como a Têxtil Tsuzuki e a Infineon Technologies (Grupo Siemens). Outras, porém, têm encerrado, como as fábricas de conserva nos anos sessenta e, mais recentemente, as fábricas de chocolates Império e a Valfar. A população activa do concelho ressentiu-se ainda com a crise têxtil do Vale do Ave, sendo um dos exemplos o encerramento da Fábrica do Mindelo que empregava uma significativa percentagem de trabalhadores (cerca de mil e quinhentos a dois mil, na sua fase mais produtiva), tendo ao seu serviço famílias inteiras.

Algumas medidas têm sido accionadas – uma delas tem a ver com a instalação nas antigas instalações da fábrica de conservas Praiamar de um centro comercial e industrial, para além de espaços de habitação e de lazer, que pode ser de grande interesse para uma área carenciada como Caxinas.

Também ao longo da EN 13, nas freguesias de Fajozes / Árvore, se tem vindo a desenvolver uma significativa dinâmica industrial e comercial, com alguma capacidade de oferta de emprego - área industrial da Varziela -, com serviços bancários e de restauração.

O concelho, em início do século XXI, continua a ser procurado para segunda habitação, mas também, por opção, para primeira habitação. À semelhança de outras cidades do país, verifica-se o alargamento da classe média, possuidora de maiores níveis de escolaridade e estilos de vida específicos e que se tem

[94] Cf. Rosa Fernanda Moreira da Silva, Geografia Agrária da Área das Doações (De 1928 a 1966), separata da Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia, Vol. XI-22, Lisboa, 1976.

vindo a instalar no seu território, porque lhe agrada a qualidade de vida e o quadro ambiental existente.

As áreas de residência da classe piscatória são das mais pobres, sobretudo Caxinas, cujo espaço físico está afastado do núcleo urbano devido à grande extensão da chamada quinta do "Engenheiro Carvalho" que se interpõe.

Nas freguesias do concelho nota-se alguma "fidalguia" rural, devido ao regime de propriedade já referido. Aqui se encontra alguma património arquitectónico e histórico valioso, para além do paisagístico.

Vila do Conde é caracterizada por ter uma população que, até recentemente, não desfrutava de vida nocturna muito intensa. As suas práticas culturais e conviviais são exercidas essencialmente em ambiente doméstico, ficando as ruas desertas às primeiras horas da noite. As razões evocadas por informadores privilegiados referem que tanto podem ter origem no tipo de emprego fabril que existe predominantemente no concelho e que requer turnos de trabalho muito matutinos, como resultante de algumas tradições de convivialidade que se mantêm, a juntar a alguma falta de vontade dos agentes locais em contrariar um hábito enraizado e que alguns preconizam como um dos encantos da vida em Vila do Conde.

Contudo, pelo que tem sido possível verificar, no âmbito deste trabalho, a existência de uma população muito jovem e o esforço da criação de alguns espaços agradáveis de convívio começam a dar sinais de alguma inversão desta situação.

Relativamente ao ensino superior dispõe de um pólo do Instituto Politécnico do Porto que ministra cursos tecnológicos e de gestão, assim como, em Vairão, já se concluem cursos de Medicina Veterinária e de Ciências Agrárias da Universidade do Porto.

2. - Intervenção Espacial e Patrimonial

> "Se a imagem de uma cidade é clara e coerente, então a vivência urbana tenderá a ser mais intensa. Os principais pontos de referência constituirão marcas simbólicas que funcionarão como estímulo à interacção. Nesse caso, a imagem da cidade resultará da conjugação de uma percepção imediata com toda uma evocação de longa experiência do passado, funcionando como estímulo ... àquele que, nas suas deambulações se alimenta da riqueza simbólica da cidade, interpretando-a e actualizando-a de forma sempre renovada".
>
> João Teixeira Lopes[95]

Feita uma apresentação sintética, o mais actualizada possível, de Vila de Conde em termos de alguns indicadores socio-demográficos, cabe agora reflectir sobre a valorização urbana da cidade, tendo em conta a relação entre o poder local e a cultura (sempre presente neste trabalho), o traçado urbano, as intervenções realizadas e projectadas, assim como conhecer um pouco a sua evolução histórica e social, o seu património arquitectónico e cultural.

2.1. – Valorização do Espaço Público

A política urbana em Vila do Conde, nos últimos anos, tem sido dominada pela valorização do espaço público e do património arquitectónico construído. Esta aposta da autarquia tem proporcionado a disponibilização de espaços e equipamentos renovados, apresentando a cidade uma boa imagem, externamente reconhecida.

Esta imagem, própria e identitária, serve de base para se perceber a influência que a componente cultural exerce sobre o território, no que diz respeito ao espaço e ao património, à sua localização e recuperação, entendendo este território urbano como portador de múltiplos recursos e possibilidades que se interceptam e que despertam ou favorecem as dinâmicas culturais. Pese embora os trabalhos que existem sobre a história da urbanidade e do património e não sendo esse o objecto desta investigação, entende-se contudo ser necessário umas breves referências contextualizadoras.

---

[95] João Teixeira Lopes, A Cidade e a Cultura, Edições Afrontamento e C.M.P., 2000, p.76.

2.1.1. – Memória dos Espaços e dos Tempos

Dentro da valorização do espaço público, a vertente relativa ao património arqueológico tem sido muito evidenciada em Portugal nas duas últimas décadas. Trata-se de observar elementos do passado, até onde a memória dos tempos possa atingir. Conforme se pode ler na parte descritiva do projecto da cividade de Bagunte* [96], "o trabalho arqueológico não se limita a um estudo rigoroso de sucessões estratigráficas e de tipologias cerâmicas, mas fundamenta-se na economia, tecnologia, mentalidade e cultura das sociedades passadas" [97].

Procura-se, deste modo, dar uma perspectiva, não só técnica, mas também evidenciar o contributo social que se pretende que a arqueologia dê, no sentido do passado e da memória da cidade constituírem raízes identitárias e referências temporais e espaciais, compensadoras de algum sentimento de perda e ambivalência das sociedades actuais.

Povoado da chamada Cultura Castreja do Noroeste Peninsular, descoberto para a Ciência em finais do séc. XIX, a recuperação da cividade de Bagunte iniciou-se em 1992 com a criação pela Câmara Municipal de Vila do Conde de um Serviço de Arqueologia Municipal. Este serviço ganhou em 1996 o estatuto de Gabinete, ao qual futuramente se pretende anexar um Instituto de Investigação. Para além de Bagunte, considerado monumento nacional, (situado na freguesia com o mesmo nome), existem outros sítios arqueológicos no concelho que têm sido descobertos em trabalhos de escavação no âmbito do PDM (distingue-se ainda o Castro Sampaio em Labruge).

De destacar a interessante parceria institucional que rodeia o Campo Arqueológico de Bagunte, da qual faz parte, além do Gabinete de Arqueologia Municipal da Câmara, a APPA – Associação de Protecção ao Património Arqueológico de Vila do Conde, (que será referida mais à frente) e fará ainda

---

[96] **Nota importante**: Os projectos assinalados com * tem uma **Ficha de Projecto** em anexo.
Nalguns casos, como o Auditório Municipal, o Centro Municipal da Juventude, a Biblioteca e Museus, os projectos, para facilitar, são referenciados como tal, isto é, pelos edifícios, e, embora se refira algo sobre a construção dos mesmos, o que está, sobretudo, em causa, são os vários projectos culturais que acolhem.

[97] Memória descritiva do projecto candidatado ao Sub-programa C do PRONORTE pela Associação de Protecção do Património Arqueológico de Vila do Conde, intitulado "Campo Arqueológico de Bagunte". **Anexo 9 – Lista de projectos comparticipados pelo Sub-programa C.**

parte o Instituto de Investigação (em criação). Para além das instituições locais, nas quais se inclui naturalmente a Câmara Municipal, dão apoio técnico e financeiro: o Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa (apoio técnico), o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (apoio técnico); o IPJ – Instituto Português da Juventude e IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional (apoio financeiro)[98] e a Junta de Freguesia de Bagunte (colaboração em trabalhos).

Os objectivos de um projecto de arqueologia são a investigação, o estudo e ainda a rendibilização turística, associada à dinamização dos contextos espaciais onde estão inseridos, normalmente carenciados. Neste sentido, estão em construção alguns projectos que visam tornar a Cividade de Bagunte num recinto cultural, com condições de fruição e de lazer, incluindo a infra-estruturação do Campo, com a criação de um Centro de Recepção e de um anfiteatro ao ar livre, assim como iniciativas de animação cultural à volta do projecto Máscara, envolvendo representações de vária ordem, com destaque para as teatrais. Pensa-se ainda num restaurante-bar, área comercial e Pousada de Juventude para este local.

Espera-se assim que este tipo de projectos possa dar um contributo positivo para a animação cultural e social da freguesia, neste caso de Bagunte, reforçado pelo facto de que a única instituição associativa que aqui existe é um clube de futebol. A este propósito, o arqueólogo Paulo Pinto[99], que dirige os trabalhos, considera ser "importante conseguir que a população se aproprie do espaço arqueológico como algo que lhe pertence, como conhecimento relativo à natureza humana e ao meio que a rodeia, enquanto memória colectiva do passado e não veja como um empecilho a vizinhança de um campo arqueológico, antes veja como um contributo positivo para a sua vida económica, social e cultural"[100].

---

[98] Cursos de Formação financiados pelo IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional: Cursos de "Conservação e Manutenção dos Sítios Arqueológicos" e "Registo e Desenho Arqueológico", subsidiados em 1999 com 4.000 e 2.000 contos respectivamente.

[99] Do Gabinete de Arqueologia Municipal fazem parte o arqueólogo mencionado + 6 pessoas.

[100] Memória descritiva do projecto candidatado ao Sub-programa C do PRONORTE pela Associação de Protecção do Património Arqueológico de Vila do Conde, intitulado "Campo Arqueológico de Bagunte".

Na sequência deste projecto, existe ainda contactos informais com vista à criação do Museu da Cultura Castreja do Noroeste Peninsular com o envolvimento do Museu D. Diogo de Sousa de Braga, Câmara Municipal da Póvoa do Varzim e alguns municípios espanhóis.

Pelas instituições envolvidas, pelos projectos levados a efeito e pelas intervenções ainda a concretizar, pode considerar-se Bagunte, para além de um espaço público com valor patrimonial, um projecto cultural de grande interesse no panorama cultural de Vila do Conde, com bastante dinamismo e carácter mobilizador, através do envolvimento e participação de jovens, como adiante se verá.

Nos tempos actuais, o património edificado e a forma como a cidade se vai construindo são consideradas expressões da cultura local. Tendo-se optado, desde o início deste trabalho, por valorizar a relação território e cultura, entende-se ser oportuno conhecer, de seguida, que tipo de traçado urbano existe actualmente em Vila do Conde, para onde e como pensa evoluir, isto é, a forma como foi surgindo, se construindo e humanizando.

2.1.2. – Consolidação do Aglomerado Urbano

> Na 1ª metade do séc. XVI, uma carta régia refere que Vila do Conde "jaz na foz do Ave, pegada com o mar, a qual não é cercada nem tem um castelo" [101].

Não sendo cercada, nem tendo castelo, Vila do Conde é dominada em termos morfológicos e paisagísticos, para quem dela se aproxima ou nela permanece, pelo Mosteiro de Santa Clara, edifício imponente, cuja primeira construção remonta ao século XIV, vindo mais tarde, no século XVIII, a ser remodelado e a adquirir o aspecto que hoje tem.

E se o edifício exercia e exerce domínio físico, não é menos verdade que, a partir dele, as freiras que nele viviam, exerciam igualmente domínio económico e social sobre as gentes que habitavam o pequeno burgo. Este, em plena época medieval, mercê da sua topografia e localização, vai-se desenvolver em

[101] Cf. Citação de A Carmo Reis, Vila do Conde-500 anos de História Urbana, Minerva Vila do Conde, 1989.

direcção ao rio, adquirindo as suas ruas, relativamente a este, uma posição perpendicular, no sentido norte-sul.

O crescimento do núcleo urbano inicial vem, mais tarde, a dar origem ao alargamento de umas ruas e à construção de outras, originando "uma ruptura de escala da malha urbana medieval e subdividindo o núcleo primitivo em várias subzonas. Data do século XV a maior revolução urbanística jamais sentida em Vila do Conde até ao século XX"[102], resultante do grande desenvolvimento económico que, em pleno período de expansão marítima, se fez sentir. A este propósito pode-se ler: "A centúria de quinhentos marca positivamente o pequeno burgo. O crescimento económico e urbano era um facto, a ponto de, em 1527, aquando do recenseamento da população ordenado por D. João III, se dizer que se tratava de uma "vila e logar junto e arruado"[103]. Estas inquirições "constatam a existência de 903 fogos em Vila do Conde, 351 em Azurara e 107 na Póvoa do Varzim"[104].

Como consequência do grande desenvolvimento económico e urbano que se vivia, graças à situação geográfica de Vila do Conde e à época em causa, ergueu-se, na segunda metade do século XV, a Igreja Matriz, dedicada ao padroeiro S. João, a qual constitui um importante marco arquitectónico da vila quinhentista. Inicialmente rodeada de hortas[105], só no início do século XVI, quando são construídos os novos Paços do Concelho, se desenvolve à sua volta toda uma urbe: ruas, praças, novas casas. Esta centralidade, denominada Praça Nova, surgida à volta da Igreja Matriz e dos Paços do Concelho, corresponde à área interna do triângulo Praça Velha (actual Praça Antero de Quental), Monte do Mosteiro e Capela de Nossa Senhora do Socorro, três pontos que até aí dominavam a vila.

Na expansão urbana de Vila do Conde existe um grande hiato entre o final do século XVI e o início do século XIX. Maia Gomes refere que "não existem relatos ou indicações da abertura de novas ruas ou acréscimo da sua

---

[102] Carlos A Brochado de Almeida (Coordenação), AAVV, Rendas dos Bilros de Vila do Conde, Minerva, 1994, p.13

[103] Carlos A Brochado de Almeida (Coordenação), AAVV, Rendas dos Bilros de Vila do Conde, Minerva, 1994, p. 13.

[104] Maia Gomes, Política Urbana para a Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Vila do Conde, in CCRN - Reabilitação Urbana – Gabinetes Técnicos Locais, Porto, 1992, p. 142.

[105] Cf. Amélia Maria Polónia da Silva, Vila do Conde no Século XVI, Separata do Boletim Cultural da CMVC, Nova Série, Nº 14 – Dezembro 1994, p.17.

população durante os séculos XVII e XVIII. Existem no entanto referências que se prendem com a consolidação do cais da Zona Ribeirinha, o que significa que, apesar de não se verificar o crescimento do aglomerado, a sua vitalidade não foi afectada de modo significativo"[106].

São vários os monumentos, igrejas e capelas que Vila do Conde apresenta representativos de diversas épocas, destacando-se, mais uma vez, o núcleo quinhentista. Data do século XVIII o Aqueduto entretanto construído.

Quanto ao tecido habitacional verifica-se que, com excepção do núcleo do Socorro[107], habitado por operários e empregados de serviços, são de mercadores e de comerciantes de intensa actividade negocial, algumas casas dos séculos XVI e XVII, ainda hoje dispersas por todo o centro histórico, mas concentradas, em particular, nas ruas adjacentes à Igreja Matriz e ao edifício dos Paços do Concelho, compondo um núcleo urbanístico coerente.

A estas casas acrescenta-se as construções solarengas, de maior vulgo, dos séculos XVII e XVIII, sobretudo deste último, em que "o património arquitectónico de Vila do Conde foi substancialmente enriquecido através da construção de edifícios notáveis de carácter civil e religioso. Datam desta época a maioria das casas fidalgas e solares urbanos existentes em Vila do Conde e Azurara"[108]. Uma destas referências é o chamado "Solar dos Vasconcelos", hoje recuperado e a funcionar como Auditório Municipal.

No século XIX, a evolução do traçado urbano, relacionada com a chamada expansão balnear, toma o sentido nascente-poente em direcção ao mar, abrindo novas artérias e construindo alguns jardins. "Rasgam-se as grandes avenidas em direcção ao areal, constroem-se os jardins da Avenida Júlio Graça e da Praça Vasco da Gama, inaugura-se o teatro Afonso Sanches onde se ocupam os visitantes com espectáculos e jogos de casino. ... O início do século XX mostra Vila do Conde calma e pacata...A sua praia é cada vez mais procurada pela alta burguesia de então, erguendo-se os equipamentos

---

[106] Maia Gomes, Política Urbana para a Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Vila do Conde, in CCRN - Reabilitação Urbana – Gabinetes Técnicos Locais, Porto, 1992, p. 143.

[107] Chamado assim por se localizar junto à Capela de Nossa Senhora do Socorro, mandada construir pelo piloto quinhentista Gaspar Manuel.

[108] Maia Gomes, Política Urbana para a Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Vila do Conde, in CCRN - Reabilitação Urbana – Gabinetes Técnicos Locais, Porto, 1992, p. 143.

necessários a uma estadia confortável e divertida, como o novo hotel da Avenida e o Casino"[109].

O facto de estar junto ao mar e apresentar uma forte tradição de veraneio, fazem de Vila do Conde um lugar de procura de segunda residência e de um turismo de média-alta qualidade.

É nesta época, vivia-se o ano de 1920, que se iniciam as conhecidas corridas de automóveis de Vila do Conde. Para além da prática de um desporto que começava a ter os seus adeptos, sobretudo entre as classes mais elevadas, constituía também um meio de diversão para quem, ido do Porto, possuía em Vila do Conde a sua segunda habitação.

Desde 1873 que Vila do Conde está ligada ao Porto e à Póvoa do Varzim por comboio, enquanto que o rio Ave é também atravessado por uma nova ponte, inaugurada em 1865 e que faz a ligação à Estrada Nacional Porto - Viana. A abertura desta estrada alterou profundamente a estrutura urbana consolidada até ao século XVIII. O traçado implantado sobre a malha de raiz medieval, veio criar uma divisão que isolou a área nascente do Monte do Mosteiro da parte baixa da vila. Entretanto, uma urbanização dinâmica e intensa tem acompanhado o traçado deste eixo viário.

Em 1873 são anexadas as chamadas terras de Faria a norte e as terras da Maia a sul, por decreto lei de Mouzinho da Silveira, que, no conjunto, formam a divisão administrativa do concelho que hoje existe, constituída por trinta freguesias. Vila do Conde, até então, confinada a um território exíguo, vai "atravessar" o rio e estender-se para sul, ao mesmo tempo que se expande noutras direcções, com excepção do norte onde confina com a Póvoa de Varzim.

Estabilizada a sua dimensão e o seu traçado, Vila do Conde permaneceu, tal como o resto do país, um espaço relativamente estagnado graças à política conservadora do período da ditadura.

---

[109] Marta Miranda, Vila do Conde, Editorial Presença, Lisboa, 1998, p. 22.

2.1.3. - Renovação Urbanística: Realizações e Projectos

O espaço físico urbano de Vila do Conde tem um aspecto bastante agradável com espaços abertos, áreas verdes e casas de cércea baixa, transmitindo um sentido de qualidade de vida.

O seu **centro histórico** é revestido de grande valor simbólico, tendo sido alvo de vários projectos de intervenção, com obras de arranjo de edifícios, ruas e praças. Esta intervenção constitui uma referência e valeu a Vila do Conde em 1999 o Prémio Nacional Imagem da Cidade (conferido pela Direcção Geral do Ordenamento do Território - Desenvolvimento Urbano).

A recuperação do centro histórico vem na sequência de, em finais dos anos oitenta, ter enfrentado uma fase de grande degradação, agravado pela instalação dos novos edifícios do Tribunal, Finanças, Conservatória do Registo Civil e Predial e Notariado noutro ponto da cidade, provocando a deslocalização da função comercial e de serviços, do centro histórico para esta nova centralidade entretanto emergente. Para contrapor a esta situação, reconhecida atempadamente pela autarquia, é criada uma Comissão de Defesa do Património Arquitectónico e elaborado um Regulamento para orientação das intervenções no núcleo antigo histórico da cidade. A recuperação tem obedecido a uma estratégia não só de intervenção física, mas também de ordem social, baseada num profundo conhecimento do percurso histórico da cidade.

No sentido de revitalizar socialmente esta área, a Câmara Municipal decidiu manter as suas instalações e os seus serviços nos velhos Paços do Concelho, edifício do século XVI, que tem vindo a ser internamente remodelado e ao qual foram anexados alguns edifícios laterais. Esta decisão, para além da manutenção de uma área importante de prestação de serviços, motivou ainda a recuperação da função habitacional e comercial.

A intervenção está a cargo do Gabinete de Recuperação da Zona Antiga da Câmara Municipal, dirigido pelo Arqº Maia Gomes, o qual refere que procura "valorizar as casas já existentes, assim como o tecido urbano social e comercial envolvente. Por outro lado, procurou-se dar elementos de modernidade à área que, por razões de inércia, se encontrava ao abandono".

A política de intervenção urbana levada a efeito em Vila do Conde reconhece ainda que a recuperação dos centros históricos, sendo fulcral, deve ser acompanhada pela articulação com espaços circundantes e periféricos. Deste modo, são vários os projectos em curso, quer de consolidação dos espaços já existentes, quer da criação de novos espaços públicos, de modo a dar unidade ao tecido urbano. Os de maior dimensão estão relacionados com a revitalização das áreas ribeirinha e marítima (envolvendo, entre outros, financiamentos do Programa Polis), outrora com bastante actividade económica e dinamismo e que, devido a mudanças sociais e económicas verificadas, passaram a ser áreas desvitalizadas e sujeitas a uma forte degradação. Para a contrariar, está em curso, entre outros, o projecto denominado **Rosa dos Ventos** para a área junto ao rio, projecto-piloto urbano europeu[110]. (**Anexo 6** - Planta da Cidade).

O seu objectivo é contrariar o abandono do porto fluvial e das margens ribeirinhas (o arranjo da área ribeirinha envolve também a margem sul do Ave)[111], recuperando espaços que se identificam com a história da cidade. Concretizar-se-á através de três acções específicas:

1ª - Intervenção, no Largo da Alfândega, no antigo edifício da **Alfândega Régia**[112] que está a ser transformado em Museu de Construção Naval, o qual terá como espólio objectos e vasta documentação histórica local do século XV ao XVII. Pode-se ler na memória descritiva do projecto: "Esta alfândega é a única alfândega portuguesa desta época (e uma das poucas a nível europeu) que chegou aos nossos dias quase intacta" e "... pode constituir um belíssimo espaço expositivo para peças de cartografia excepcionalmente interessantes, quer em termos artísticos, quer em termos de documentação das inovações nas ciências da navegação e de representação cartográfica da época, pois o século XV é o século de: redescoberta da Geografia de Ptolomeu; introdução

[110] Candidatura "Viagem à Rosa dos Ventos" ao PPU (Projecto-Piloto Europeu), elaborada por Álvaro Domingues, Amélia Polónia, Rui Azevedo, (Quaternaire Portugal) em colaboração com a Câmara Municipal de Vila do Conde. Foi seleccionado entre 484 candidaturas enviadas por outros municípios europeus e a única portuguesa das 30 candidatadas apuradas.

[111] A autarquia deve continuar a lutar pela despoluição do Rio Ave, sem a qual qualquer projecto corre o risco de não ser bem sucedido.

[112] Núcleo original do século XV.

das latitudes nas cartas; invenção da imprensa e da gravura; passagem da navegação da cabotagem à técnica de navegação astronómica"[113];

2ª - Construção de uma réplica em madeira da **Nau das Descobertas** – nau quinhentista com cerca de trinta metros, a colocar junto à Alfândega Régia, na chamada doca seca. Parte da nau será museu, outra será para eventos públicos;

3ª - **Criação de um Centro de Documentação** – a instalar num antigo edifício a recuperar, próximo da alfândega. Será especializado em temas da navegação quinhentista, para fins de investigação, pois existe uma grande base documental. Tem o envolvimento do INESC (Instituto Nacional de Engenharia de Sistemas e Computadores), Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses e o INA (Instituto Nacional dos Arquivos). Espera-se que atraia investigadores estrangeiros e a cooperação de parceiros, incluindo o Instituto Nacional de Arquivos Português.

As potencialidades que se podem recolher deste projecto global são imensas em termos de riqueza histórica e científica. Prevê-se o desenvolvimento de programas para públicos abrangentes, mas sobretudo programas dirigidos aos jovens e às instituições escolares, constituindo uma oferta rica e inovadora. Como objectivos mais vastos, para além de proporcionar investigação sobre navegação, construção naval e comércio ultramarino, pretende-se ainda estabelecer ligações a uma rede de cidades nacionais e estrangeiras, com memórias históricas semelhantes.

O projecto prolonga-se em vários melhoramentos ambientais e de qualificação de espaços públicos, desde o desenvolvimento de ancoradouros adequados para embarcações de pesca e de recreio, de pequenas e médias dimensões, até à colocação de esculturas e mobiliário urbano ao longo da frente ribeirinha.

A intervenção que está a ser levada a efeito na **Praça das Descobertas**, actualmente denominada Praça D. João II, encontra-se dentro deste âmbito. Espera-se que, na globalidade, o projecto tenha valor de demonstração para as cidades e portos periféricos da União Europeia, contrariando assim tendências centralizadoras das grandes cidades.

---

[113] Candidatura "Viagem à Rosa dos Ventos" ao PPU (Projecto-Piloto Europeu), elaborada por Álvaro Domingues, Amélia Polónia, Rui Azevedo, (Quaternaire Portugal) em colaboração com a Câmara Municipal de Vila do Conde, p. 50.

A este propósito pode-se ler no texto da candidatura europeia: "A vaga actual do "urbanismo por projectos", do urbanismo de "3ª geração", defensor de um urbanismo de qualificação da cidade existente, da valorização funcional, ambiental e mediática das *waterfronts,* da revalorização dos "vazios urbanos" ou dos edifícios e áreas urbanas tornadas funcionalmente decadentes ou obsoletas, etc., proporciona-nos também um conjunto diversificado de soluções e outras tantas propostas de novas filosofias de intervenção e de contextualização da cidade histórica no conjunto urbanizado"[114].

Dentro desta linha de reflexão e acção, salvaguardando-se no entanto as diferenças, situa-se não só a intervenção na área ribeirinha, mas também a **Renovação da Frente Marítima de Vila do Conde**[115], em fase inicial de projecto. Trata-se de um projecto do arquitecto Alcino Soutinho, do qual fará parte a constituição de quatro pólos museológicos ligados às tradições piscatórias e à construção naval: O Museu do Mar; o Museu das Pescas (elementos serão expostos nos respectivos ambientes tradicionais, estando prevista a construção no exterior de um simulacro de lota); o Museu das Águas Doces (na antiga Estação Agrícola); e o já referido Museu de Construção Naval, a instalar na antiga Alfândega Régia.

"A autarquia pretende fomentar o conceito de **eco-museu**, cujos objectivos fundamentais são estudar, utilizar e gerar, com fins científicos, educativos e culturais em geral, o património de uma comunidade, incluindo todos os seus testemunhos de natureza cultural ou natural", pode ler-se na descrição do projecto.

Em frente ao mar será construído o **"Parque Atlântico",** projecto do arquitecto Siza Vieira, que disporá de espaços verdes, piscina e área para desportos radicais.

Estas são pois duas áreas territoriais, ribeirinha e marítima, que inteligentemente recuperadas valorizarão muito a cidade, assim como a qualidade de vida das suas gentes.

---

[114] Candidatura "Viagem à Rosa dos Ventos" ao PPU (Projecto-Piloto Europeu), elaborada por Álvaro Domingues, Amélia Polónia, Rui Azevedo, (Quaternaire Portugal) em colaboração com a Câmara Municipal de Vila do Conde, - p. 20

[115] Até 1998, a legislação atribuía a intervenção ao Poder Central. Com a Lei de Atribuição de Competências, a chamada zona de jurisdição portuária, passou para a alçada da autarquia (01/01/99 POOC – RN).

Dentro do mesmo âmbito de valorização do espaço público, há ainda dois importantes projectos para a constituição de **Parques Urbanos** (**Anexo 6** – Planta da Cidade): Um deles situado a poente da Escola Frei João, fazendo frente com uma área escolar e com uma outra de forte densidade populacional (Caxinas), é um projecto de Siza Vieira (chamado **Parque Urbano Norte**); o outro, idealizado pelo arquitecto Maia Gomes, vai melhorar uma extensa área agro-florestal, a chamada Estação Aquícola, situada entre o estádio do Rio Ave e o local onde será construído o novo hospital Póvoa do Varzim – Vila do Conde (chamado **Parque Urbano Nascente**). Construído na franja do núcleo urbano, este parque constituirá uma ligação ao espaço rural e será destinado à prática do desporto, lazer e passeio, entre vegetação e espelhos de água.

Alguns destes projectos estão ainda no campo das intenções. Porém, a sua concretização, quando bem sucedida, introduzirá significativas transformações em Vila do Conde. A valorização do espaço público, com vista ao seu embelezamento e à sua apropriação social, abre oportunidade de ele próprio se transformar numa obra de arte. Edifícios, parques e praças têm o desenho dos arquitectos nacionais de nomes mais sonantes. Nas rotundas colocam-se esculturas.

Vila do Conde dispõe no seu espaço de intervenções, já concretizadas ou em projecto, de Siza Vieira, Alcino Soutinho, Fernando Távora e Fernandes Sá. As esculturas são de Carlos Barreira, João Cutileiro e Jaime Azinheira. O escultor José Rodrigues tem a seu cargo a vivificação da Praça das Descobertas.

Se o passado deixou uma bela e valiosa herança a Vila do Conde, aguarda-se que a arte contemporânea não a desmereça e lhe dê continuidade.

2.2. Valorização do Património Edificado

> A cidade vivida é também uma cidade imaginada, com os seus espaços de culto, os seus altares e, inversamente, os seus interditos. Desta forma, torna-se um elemento central na definição das identidades sociais.
>
> João Teixeira Lopes[116]

A par das várias acções concretizadas ou projectadas a nível do espaço público, a aposta da autarquia aponta ainda para a valorização do seu valioso património edificado, aposta esta que, como se referiu, tem vindo a ser ganha em variadas vertentes, bem patente no aumento das dinâmicas culturais e na visibilidade supralocal de que se têm revestido.

Perseguindo uma análise cultural local, dentro do modelo de desenvolvimento territorializado defendido neste trabalho, pretende-se analisar como as duas vertentes – património edificado e animação cultural - se relacionam e interagem em Vila do Conde.

Situando-nos neste tempo e no contexto espacial mais recente, pode-se afirmar que a nova intervenção urbana em Vila do Conde se começa a definir e a estruturar sobretudo em finais da década oitenta / início da década noventa, numa tentativa de emergir de um período em que a organização municipal, de uma maneira geral, é ainda muito frágil no que respeita à oferta de serviços culturais e se vive num contexto marcado por magros orçamentos para os municípios e nomeadamente para a cultura.

Porém, a chegada a Portugal de financiamentos oriundos da União Europeia vai permitir aos municípios e, neste caso, ao vilacondense começar, a pouco e pouco, a desenvolver uma política apostada, como já foi referido, na recuperação do seu centro histórico e de alguns edifícios com valor histórico, que passaram a constituir equipamentos, cuja ocupação se tem vindo a revelar fulcral para as actividades culturais.

O arquitecto Maia Gomes, responsável pela recuperação de alguns destes edifícios da cidade vilacondense afirma que "a Câmara Municipal pretende

---

[116] Joâo Teixeira Lopes, *A Cidade e a Cultura, Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas*, Edições Afrontamento e Câmara Municipal do Porto, Porto, 2000, p.77.

fazer acompanhar a sua política de recuperação e revitalização do núcleo antigo, através da inclusão no seu tecido urbano de equipamentos culturais instalados em imóveis com valor arquitectónico reconhecido, cuja conservação se encontrava comprometida. ... A autarquia pretende realizar o reencontro dos habitantes da cidade com o património edificado e ao mesmo tempo dar corpo a um projecto cultural, instalando nos imóveis adquiridos ou de sua propriedade, equipamentos de índole social e artística, distribuindo pelas zonas críticas factores de dinamização e revitalização do tecido urbano e social"[117].

Contudo, esta política é possível, em primeiro lugar, devido ao facto de Vila do Conde ser portadora de um passado aristocrata, que lhe permitiu, a partir de finais do século XVIII, como já foi referido, dispor de um conjunto de solares e palacetes, indicadores da existência de uma classe alta aristocrata e de um centro histórico inteligentemente preservado. Em segundo lugar, porque a política urbana de recuperação levada a efeito tem-no sido de forma cuidada, a qual tem tido um papel relevante, se não mesmo de vanguarda, relativamente a outras vertentes.

As razões deste passado aristocrata de que as gentes de Vila do Conde tanto se orgulham estão patentes na sua história e nas condições socio-económicas que a marcaram. Registar-se-á, de seguida, alguns dos seus pontos mais salientes, amplamente estudados por interessados. Entende-se, porém, serem indispensáveis neste trabalho algumas notas de contextualização.

2.2.1. – Traços de um Percurso Histórico

> Era em época remota um paradigma de desenvolvimento português e respirava, pela foz aberta ao oceano, os ares burgueses da Europa[118].

Vila do Conde é cidade desde 1987, mas a sua existência remonta aos tempos da romanização. Data do século X, a primeira referência documental que menciona a *Villa de Comite*. Contudo, o seu grande incremento surge no século XV, embora ainda sob a jurisdição das freiras do Convento de Santa Clara.

---

[117] Cf. Maia Gomes – Memória Descritiva do projecto de "Centro Histórico de Vila do Conde, Política Urbana para a sua Recuperação e Revitalização", texto policopiado, 1992.

[118] Cf. A Carmo Reis, Vila do Conde-500 anos de História Urbana, Minerva Vila do Conde, 1989

"O século XV encontra aqui, junto à margem direita do Ave, uma pequena povoação cheia de vitalidade, mas também com alguns problemas. Não possuindo termo, debate-se frequentemente com dificuldades de abastecimento de géneros agrícolas, sobretudo em época de crise. Acresce ainda o domínio efectivo que as freiras exerciam sobre a população. Além de detentoras da jurisdição cível e crime sobre a vila, dispunham de privilégios sobre o rio condicionando o aproveitamento dos seus recursos pela população. A travessia do Ave era feita numa barca, também propriedade do Mosteiro de Santa Clara, que sempre se opôs à construção de uma ponte, o que dificultava a circulação"[119].

"Beneficiada por uma privilegiada posição geográfica, limitada em implantação territorial por um espaço concelhio exíguo e sem "hinterland" capaz de satisfazer as necessidades de uma população em franco crescimento, marginal às principais vias de comunicação terrestres de Entre-Douro e Minho e sujeita a impedimentos, de ordem vária, a um cabal aproveitamento dos recursos fluviais do Ave, Vila do Conde encontra nas actividades marítimas o destino imposto por condicionalismos históricos"[120]. Entre estes, situa-se o facto do Mosteiro de Santa Clara deter todos os direitos sobre os recursos fluviais do Ave e ter sido, entre o século XIV e 1540, detentor do senhorio da vila.

Não resta aos seus habitantes senão dedicar-se ao que o mar lhes oferece. Terá mesmo havido, no século XV, em torno do edifício da alfândega real, entretanto mandada construir por D. João II, uma grande actividade relacionada não só com o estaleiro, mas também com a pesca e o comércio de sal. Este comércio vai ter alguma importância na vida económica de Vila do Conde, já inserido na rede de trocas comerciais com os povos do norte da Europa.

Para além do comércio do sal e da exportação do pescado que salgavam, os seus moradores viviam da construção de embarcações. Desenvolve-se aqui uma indústria de construção naval, que teve o seu apogeu nos séc. XV e XVI, o que permite aos vilacondenses participar activamente nas viagens de

---

[119] Marta Miranda, Vila do Conde, Editorial Presença, Lisboa, 1998, p. 18.

[120] Candidatura "Viagem à Rosa dos Ventos" ao PPU (Projecto-Piloto Europeu), elaborada por Álvaro Domingues, Amélia Polónia, Rui Azevedo, (Quaternaire Portugal) em colaboração com a Câmara Municipal de Vila do Conde, p. 26.

navegação. Com D. João I, partem daqui para a conquista de Ceuta numerosos barcos. Por seu lado, as barcas, as pinácias, os barinéis que aqui entravam e saíam, tornaram a vila florescente e próspera.

Vila do Conde alcança a idade de ouro na época dos Descobrimentos e da Expansão Marítima transformando-se, na segunda metade do século XV, numa comunidade de mercadores, atestado pelo intenso comércio marítimo "documentado pelo registo de mais de 105 pilotos, naturais de Vila do Conde, que faziam a carreira das Índias"[121].

"Notável escola de marinharia, de homens conhecedores da arte de navegar, versados na cosmografia e outras ciências de marear, deixaram excelentes tratados náuticos, valiosos roteiros, boas cartas que ainda hoje se consultam e estudam. O comércio levava os barcos, muitos deles aqui construídos, até terras longínquas da Índia e do Brasil"[122].

A par da indústria de construção naval, que terá dado à vila e a Azurara um prestígio incontestado, floresciam actividades com ela relacionadas, como a confecção de panos para o velame e a cordoaria.

A confirmar este prestígio encontram-se carpinteiros e calafates de Azurara e Vila do Conde, na Ribeira das Naus em Lisboa e na Ribeira do Ouro no Porto, "contribuindo não só para a construção de embarcações particulares, como das próprias armadas régias"[123].

Entretanto, "a 10 de Setembro de 1516, D. Manuel I concede Carta de Foral a Vila do Conde, consagrando a sua autonomia como comunidade urbana, custosamente retirada ao Mosteiro. Posteriormente, D. João III fará a anexação da jurisdição e senhorio pertencente às freiras, como forma de saldar a dívida que estas tinham para com a Coroa, o que prova a apetência do monarca por uma localidade em franco desenvolvimento. A independência cívica surge consagrada na coluna, símbolo da autarquia, que se ergue, a partir de 1538, na Praça Nova: o Pelourinho"[124].

---

[121] Maia Gomes, Centro Histórico de Vila do Conde: Política Urbana para a Recuperação e Revitalização", in *Cadernos Municipais, Ano 10-50/51,* 1990, p. 39.

[122] Marta Miranda, Vila do Conde, Editorial Presença, Lisboa, 1998, p. 19.

[123] Cf. Amélia Maria Polónia da Silva, Vila do Conde no Século XVI, Separata do Boletim Cultural da CMVC, Nova Série, Nº 14 – Dezembro 1994, p.5.

[124] Marta Miranda, Vila do Conde, Editorial Presença, Lisboa, 1998, pp. 19 e 20.

Durante as décadas finais de Quinhentos e por todo o século XVII, dois factores vão concorrer para travar a dinâmica de Vila do Conde: o assoreamento da barra que começou a impedir a entrada de navios de grande porte e a deslocação feita por D. Manuel I dos estaleiros para Lisboa. "A acção conjunta destas tendências, a que acresce o desenvolvimento da Ribeira das Naus, em Lisboa, centralizadora dos projectos de maior envergadura, conduziu a um relativo declínio dos estaleiros, quer de Vila do Conde, quer de Azurara, remetendo-os a empreendimentos mais modestos vocacionados a embarcações de menor calado"[125].

As salinas deixaram de existir. Deixou-se de exportar sal como outrora, embora ainda saísse peixe salgado e seco para as regiões do norte da Europa. A alfândega e a área ribeirinha entram em decadência, assim como Vila do Conde, que, depois de um período de prosperidade, entra num período de estagnação.

As suas gentes vão passar a ocupar-se de alguma indústria ainda ligada ao mar – a indústria conserveira e a pesca - e da agricultura, uma vez que as novas terras anexadas em finais do século XIX, vão dar ao concelho de Vila do Conde um cariz marcadamente rural.

2.2.2. - Património Arquitectónico – Capital Cultural Material

Sendo o objecto da acção das autarquias o cultural local que integra as componentes do equipamento, património, produção, oferta e consumo de bens culturais, interessa analisar, em primeiro lugar, como se compõe o espaço e de que modo a disposição das infra-estruturas culturais no terreno cria dinâmicas transformadoras.

Para além dos projectos apresentados que envolvem áreas específicas e de grande dimensão, há os casos pontuais de recuperação de edifícios. Um dos casos já levado a efeito, no início da década noventa, tem a ver com a

[125] Candidatura "Viagem à Rosa dos Ventos" ao PPU (Projecto-Piloto Europeu), elaborada por Álvaro Domingues, Amélia Polónia, Rui Azevedo, (Quaternaire Portugal) em colaboração com a Câmara Municipal de Vila do Conde", p. 28.

recuperação do antigo **Convento do Carmo** de Vila do Conde, o primeiro dos imóveis a ser recuperado nesta fase do percurso histórico vilacondense, o qual influenciou positivamente a sua envolvente, tendo os proprietários e moradores dos edifícios vizinhos iniciado um processo de recuperação das suas próprias habitações. A própria Câmara envolveu-se também no embelezamento da área circundante, não só nos arruamentos, mas também na instalação de um parque infantil. Neste processo, o Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal, que gere o plano de reabilitação e salvaguarda do núcleo histórico, instalou-se no edifício e tem funcionado como um pólo gerador de informação. As várias ocupações, de que entretanto este edifício tem sido alvo, revelam bem a importância e o potencial da recuperação de espaços como este (**Anexo 7** – Planta da Cidade).

O Auditório Municipal*, inaugurado em 1992, resulta da recuperação da antiga Casa / Solar dos Vasconcelos que chegou a ser praticamente todo demolido, (só se salvando a fachada principal), cujo terreno se destinava à instalação de um centro comercial. A Câmara Municipal conseguiu actuar atempadamente e, para além de salvar a fachada, construiu um auditório constituído por um anfiteatro polivalente, cujo objectivo é proporcionar um espaço às instituições e associações, sobretudo do concelho, abrindo-se às várias iniciativas de âmbito público, privado ou escolar.

O edifício, na dependência da autarquia que o gere e dinamiza, não tem programação própria, mas tem um plano de cedência para actividades (ver anexos, junto à Ficha do Projecto). Esta cedência do espaço é fixa e anual no caso do Cineclube e da cooperativa Curtas Metragens. Além destas, outras entidades do concelho, sem fins lucrativos, têm acesso gratuito à utilização destas instalações, sendo contudo pago no caso de empresas privadas com fins comerciais.

Aqui se têm realizado encontros e congressos nacionais e internacionais. A própria autarquia utiliza as instalações para realizar os seus eventos, tais como, conferências, exposições e espectáculos.

Para além de sessões regulares de cinema, ao domingo à tarde e à noite, realiza-se no Auditório, anualmente em Julho, o Festival de Curtas Metragens, havendo cedência ainda do espaço para espectáculos de alguma companhia de teatro, incluindo a realização do Festival de Teatro em Maio. Também as

escolas utilizam o anfiteatro para a realização de festas anuais, sobretudo no Natal, tal como a Academia de Música para os Cursos de Aperfeiçoamento Musical e Audição Final, quase sempre durante o período da Páscoa. Parte da Semana da Juventude, no Verão, é também aqui realizada, assim como encontros de jovens, terceira idade, *ballet*, música popular, etc.

Pode-se afirmar que o Auditório apresenta por ano uma média de cento e vinte mil utentes, com forte contributo do Cineclube que utiliza as suas instalações permanentemente.

Para além do anfiteatro com capacidade de trezentos lugares, preparado para a projecção de cinema, realização de concertos e conferências, dispõe ainda de uma galeria de exposições documentais e de arte, de grande serventia sobretudo para artistas locais, havendo por ano cerca de quinze exposições. Esta galeria é disputada pelos expositores como um espaço de prestígio.

Por seu lado, o Festival de Cinema e a Feira de Artesanato utilizam o espaço para exposições temáticas em simultâneo com a realização dos respectivos eventos.

O edifício do Auditório, com uma localização privilegiada, está situado na Praça da República, que resultou do aterro das áreas ribeirinhas no século XVIII[126]. Contudo, esta praça, de grande importância noutro tempo, perdeu esse atributo depois da construção da nova ponte sobre o rio Ave, em substituição da antiga "ponte metálica". É o arquitecto Maia Gomes que refere, relativamente a esta praça, que deixou de haver acesso directo a quem vem do sul, pois o traçado da nova ponte apresenta uma cota superior à praça. Entretanto, a mudança do tribunal para o seu edifício actual e da Cooperativa Agrícola para a área da Lapa, retirou à praça a animação existente até à década sessenta. Os seus cafés, anteriormente lugar de tertúlias e convívios, foram substituídos por outros usos desqualificados.

Assim sendo, a sua (re)animação parece ser muito importante pela sua relação privilegiada com o rio e pela exposição ao sul e consequente resguardo dos ventos do norte, o que dá a este espaço excepcionais qualidades ambientais e paisagísticas[127].

---

[126] Maia Gomes, Centro Histórico de Vila do Conde: Política Urbana para a Recuperação e Revitalização", in *Cadernos Municipais, Ano 10-50/51*, 1990, p. 39.

[127] Maia Gomes, Centro Histórico de Vila do Conde: Política Urbana para a Recuperação e Revitalização", in *Cadernos Municipais, Ano 10-50/51,* 1990, pp. 64 e 65.

Contudo, após a entrada em funcionamento das instalações do Auditório, apesar de ainda não se ter verificado a intervenção física pensada (**Anexo 7**- Planta da Cidade), geraram-se dinâmicas bastante positivas e verificam-se já resultados do esforço de recuperação da praça como lugar de festa, convívio, ocupação do tempo de férias das crianças das escolas e outras realizações de ar livre. A montagem, por ocasião do Festival Internacional de Curtas Metragens 2000, de uma sala de cinema ao ar livre nos jardins, assim como a existência de pequenos locais de convívio nos edifícios sobranceiros à praça, tornam-se práticas aconselháveis a serem reproduzidas e seguidas.

Noutro local da cidade, o bonito e emblemático edifício do início deste século em Vila do Conde, que começou por ser Casino e depois Colégio de S. José, veio a ser adquirido pela Câmara Municipal depois do encerramento do colégio e transformado em **Centro Municipal da Juventude**. Abriu à comunidade local em Setembro de 1995 e, como adiante se verá, tem constituído um espaço central, tanto em termos físicos como de utilização plena, para todos os jovens do concelho. A utilidade dada pela autarquia a este edifício, localizado na área nobre da cidade, vem no seguimento da prioridade atribuída à política de juventude que a edilidade tem defendido. Também aqui se confirma o benefício que a sua recuperação gerou na envolvência física.

A antiga **Casa do Vinhal**, típico solar urbano do século XVIII, é também um exemplo de recuperação já realizada, tratando-se do edifício onde está actualmente instalada a Associação para Defesa e Protecção do Artesanato que gere o Museu das Rendas e a Escola de Formação de Rendilheiras. Aloja ainda provisoriamente o Centro de Estudos Regianos, em fase de mudança para outro espaço em recuperação, relacionado com a vida do poeta José Régio.

São ainda projectos de valorização do património, a recuperação de uma ex-cadeia na parte leste da cidade que se encontra também concretizada, estando agora em fase de transformação em **Núcleo de Ciência Viva**. Sendo um equipamento instalado numa área de algumas carências sociais, espera-se que este contribua para criar novas sinergias para o local

O edifício da antiga biblioteca, casa de S. Sebastião, edifício fidalgo bastante marcado pelo século XVIII, passará a **Arquivo Municipal**.

Está projectada a adaptação do **Mosteiro de Santa Clara** a unidade turística, de forma a integrar a rede de "Pousadas de Portugal". Já concluída está a recuperação do **Forte S. João Baptista**, recuperado para pousada e área de lazer. Construção do século XVII, de traçado poligonal, com cinco baluartes para proteger o porto dos perigos que vinham do mar, o seu projecto é geralmente atribuído ao arquitecto italiano Phillipe Tercio.

Entretanto ainda a levar a efeito, destaca-se a recuperação do **Cine-Teatro Neiva**, incluído na Rede Municipal de Espaços Culturais, para espaço cultural polivalente. Localizado no tecido urbano denominado de área de expansão balnear, a sua recuperação visa torná-lo num centro dinamizador de actividades de foro artístico, no qual se espera vir a alojar, entre outros, o Cineclube e a Cooperativa de Curtas Metragens, assim como grupos de teatro.

Já em fase de recuperação, encontra-se a chamada **Casa de S. Roque**, solar urbano do século XVIII, a qual passará a constituir, entre outros, uma residência de estudantes.

Vila do Conde possui ainda uma **rede municipal de Museus** (**Anexo 8**), constituída através de protocolo de cooperação entre a autarquia e as entidades detentoras de museus do concelho, assinado simbolicamente no Dia Internacional dos Museus. Pretende-se integrar a rede dos museus vilacondenses na rede portuguesa de museus e uniformizar o tratamento, inventariação e catalogação dos espólios, correspondendo aos requisitos exigidos pelo Instituto Português de Museus.

A Câmara Municipal tutela a Casa-Museu de José Régio, o Museu do Mar e o Museu da Construção Naval a instalar no edifício da Alfândega em recuperação. A Confraria do Santíssimo Sacramento dispõe do Museu de Arte Sacra e a Portugal Telecom tem o Museu dos Telefones na freguesia de Vilar, o qual possui duas centrais telefónicas de comutação manual, consideradas das mais antigas da Europa (uma de 1882; outra de 1903). Existe ainda o Museu Agrícola na freguesia de Vairão, propriedade da Direcção Regional de Agricultura do Norte, o Museu da Cooperativa Agrícola de Vila do Conde, assim como o Museu das Rendas de Bilros da Associação de Defesa do Património e do Artesanato, o Museu do Bombeiro da Associação dos Bombeiros Voluntários e o Museu das Cinzas pertencentes à Ordem Terceira de S. Francisco.

Para além destes equipamentos culturais, construídos de raiz ou recuperados, as igrejas e alguns edifícios afins têm também funcionado como espaços de cultura, sobretudo em freguesias localizadas em territórios mais recônditos. Destaca-se Vairão, onde se instalou a mais antiga comunidade monacal de Vila do Conde, que dispõe de uma pequena igreja classificada como monumento nacional. Ainda a Igreja Matriz de Azurara (manuelina) e a Igreja de S. Cristóvão, obra do românico, são igualmente monumentos nacionais.

Em suma

Qualquer política cultural tem como objectivo fundamental dispor de um conjunto de recintos onde os eventos culturais possam acontecer. Vila do Conde tem aproveitado o seu precioso património para criar esses espaços, ao mesmo tempo que tem valorizado o espaço público, ele mesmo lugar onde se vive e se faz sentir a cultura.

As intervenções levadas a efeito até agora têm preservado os lugares da história, da identidade e da memória, esforçando-se no entanto por adaptá-los a novas realidades e conceitos de desenvolvimento.

Porém, tudo isto só faz sentido com e para a população, contribuindo para melhorar o seu quadro de vida.

Para além da construção e recuperação física dos equipamentos e dos espaços que constituem o património construído, a que se pode chamar **capital cultural material**[128] da cidade, Vila do Conde tem levado a efeito ainda uma política de gestão e dinamização desses espaços, apresentando uma oferta cultural muito interessante.

Sobre esta oferta cultural ir-se-á debruçar este trabalho, analisando um conjunto de acções culturais de índole diversificada que, entretanto, se têm afirmado. Esta oferta constitui o que, por analogia, pode ser considerado o **capital cultural imaterial** da cidade.

---

[128] Conceito utilizado por José Madureira Pinto, que o tem mencionado em várias ocasiões e escritos.

3. Dinâmicas da Oferta Cultural

Uma intervenção cultural deve abarcar hoje uma variedade de perspectivas e que, pese embora a moda dos festivais, não tem um modelo único, encomendado.

No seguimento deste trabalho, interessa agora reflectir sobre a coerência das ofertas culturais desenvolvidas em Vila do Conde nos últimos anos. Sabia-se, à partida, através de algum trabalho de pesquisa previamente realizado, que o fenómeno cultural vilacondense ia para além do simples somatório de eventos e que indiciava a construção de uma política cultural ao nível local. Deste modo, a principal proposta deste trabalho centrou-se na análise do que acontece no terreno.

Numa tentativa de tornar a leitura mais fácil construiu-se o quadro-síntese que a seguir se apresenta (**Quadro 4**), distribuindo os projectos analisados por parâmetros considerados estratégicos para a definição de uma política cultural, de acordo com o que se defendeu teoricamente e se avaliou no estudo de campo efectuado.

Através da análise empírica de uma série de projectos de índole variada, mas cujo envolvimento do município, implícita ou explicitamente, é inequívoco, foi sendo possível, de alguma maneira, verificar até que ponto os parâmetros estabelecidos estão a ser atingidos e a política cultural construída.

Considerando os projectos como instrumentos da concretização (ou não) dessa política, pode o mesmo projecto desempenhar várias funções e atingir diversos objectivos como se pode verificar na análise do quadro. Tomando como exemplo o projecto relativo ao Campo Arqueológico de Bagunte, pode-se verificar que, ao mesmo tempo que contribui para a valorização do espaço público e do património, através da reconstituição de uma aldeia castreja e de um conjunto de infra-estruturas que permitirão fruir o espaço, faz também política de juventude ao ministrar cursos de formação para jovens e ao organizar campos de férias, estabelecendo intercâmbios entre jovens nacionais e internacionais.

VILA DO CONDE - Dinâmicas da Oferta Cultural

Quadro-Síntese dos Projectos Analisados

Quadro 4

Intervenção Espacial e Patrimonial		Visibilidade Supralocal		Política da Juventude				Sociedade Civil
Valorização do Espaço Público	Valorização do Património Edificado	Promoção Turística	Internacionalização dos Eventos	Juvenilização da Oferta	Coesão Social	Articulação com o Sistema Escolar	Educação pela Arte	Dinamização do Tecido Associativo
Centro Histórico		Centro Histórico						
Convento do Carmo								
Auditório Municipal								
Centro Municipal da Juventude				Centro Municipal da Juventude		Centro Municipal da Juventude		
		Festival Internac. Curta-Metragens					Curtas-Metragens	
	Casa do Vinhal - Museu das Rendas	Feira Nacional de Artesanato						Ass. para Defesa do Artesanato
			Cursos Aperfeiç. Academia Música			O Bichinho da Música		
		Circuito Automóveis					Academia de Música	
								Ass. Rancho do Monte e do Rancho da Praça
								Círculo Católico Operários
				Actividades Desportivas				Fluvial Clube Vilacondense
							Biblioteca Municipal	
						A Hora do Conto		
							Centro de Estudos Anterianos	
						As Fadas. Em V. C. com Antero Quental		
							Centro de Estudos Regianos	
Campo Arqueológico de Bagunte				Campo de Férias de Bagunte				Ass. Protecção do Património
					Caxinas - Novos Marés			
					Caxinas - Novos Rumos			
				Semana da Juventude				
						O Jardim das Brincadeiras		
						Educar para a Segurança		Assoc. Bombeiros

VILA DO CONDE - Dinâmicas da Oferta Cultural

Quadro-Síntese dos Projectos Analisados

Quadro 4

Intervenção Espacial e Patrimonial		Visibilidade Supralocal		Política da Juventude				Sociedade Civil
Valorização do Espaço Público	Valorização do Património Edificado	Promoção Turística	Internacionalização dos Eventos	Juvenilização da Oferta	Coesão Social	Articulação com o Sistema Escolar	Educação pela Arte	Dinamização do Tecido Associativo
	Centro da Ciência Viva							
Rosa dos Ventos		Rosa dos Ventos						
Renovação da Frente Marítima		Renovação da Frente Marítima						
Parque Atlântico		Parque Atlântico						
Parque Biológico								
Parques Urbanos da Cidade								
	Cineteatro Neiva							
	Mosteiro de Santa Clara			Mosteiro de Santa Clara				
	Forte S. João Baptista		Forte S. João Baptista					
	Rede de Museus						Rede de Museus	

Por outro lado, quando a mesma equipa técnica que dirige o projecto de Bagunte organiza, no salão nobre do Centro Municipal de Juventude, conferências mensais sobre património ou exposições de interesse arqueológico, está a contribuir para outro tipo de manifestações culturais, extensível a outros públicos e campos de interesse.

Daí não deve o leitor estranhar quando, ao longo deste trabalho, os mesmos projectos forem repescados para os diversos sub-capítulos por diferentes razões, uma vez que cada um deles cumpre, quase sempre, várias funções, sendo os diversos ângulos e perspectivas de observação importantes na procura da definição de uma política cultural.

Esta diversidade abrange, como se pode verificar no Quadro 4, intervenções no espaço público, no património edificado e ainda, entre outras, intervenções de âmbito turístico e de visibilidade externa, de coesão social, de articulação com as escolas e instituições, entre outras.

No que se refere ao espaço público, a cultura utiliza-o, dinamizando-o e fazendo muitas vezes nele a "festa". Noutra perspectiva, o espaço é ele próprio património e objecto cultural, na medida em que é uma construção social, faz parte do quotidiano, tem um percurso histórico e um registo de memória, acompanha as mudanças nele vividas e delas conserva marcas e testemunhos.

Para além do espaço público, onde cada vez mais se procura trazer as actividades culturais às pessoas, cultura acontece também em espaços fechados. Para além de recintos construídos de raiz, a actividade cultural aproveita o património edificado, portador de identidades e memórias, renovando e adaptando o seu interior às suas práticas. Esta relação com os espaços é salientada neste trabalho.

Com os espaços surgem os eventos. Para além da cultura vivida e apreendida, uma política cultural não se faz sem eventos, quer sejam de dança, teatro, música, artesanato, ou qualquer outra expressão criativa. Daí que essa política requeira uma programação regular. São os eventos realizados de forma sistemática e previsível do ponto de vista da sua temporalidade, que criam habituação e procura de públicos, quer sejam elites ou público menos diferenciado.

Foi deste modo que a Feira Nacional de Artesanato em Vila do Conde adquiriu um carácter regular, tendo-se cumprido este ano a vigésima terceira edição ininterruptamente. Todavia, para além da consolidação e regularidade do evento, esta realização tornou-se sobretudo um motivo de promoção turística e visibilidade externa do concelho, no qual a autarquia investe muito. Não deixando contudo de se considerar que ela foi e continua a ser importante para a divulgação do artesanato local que o município quer ver reconhecido, com todo o mérito - a renda de bilros -, apesar disso, verifica-se que a Feira Nacional do Artesanato excedeu esse aspecto, não só ao criar interesse de participação a qualquer artesão do país, mas também a atrair um público que todos os anos não dispensa a sua visita. Mais uma vez um projecto cumpre diversos objectivos dentro da política cultural a implementar ao nível local.

Nesta linha de reflexão, quando noutro parâmetro de análise, é referida a contribuição de projectos culturais para tornar "menos cinzento" o sistema formal de ensino, introduzindo na escola outros elementos motivadores e capazes de desencadear processos de criatividade e interesse, não se pode deixar de verificar que, se essas práticas culturais são levadas à escola e trazidas para a rua e se estas se localizam em Caxinas, se está a fomentar acções de combate à exclusão e à vulnerabilidade sociais, dando um contributo para a coesão social. E se algumas destas acções, de articulação com a escola, se situam no campo da diversão e da ocupação dos tempos livres, outras há que, por aparentemente mais formativas, se traduzem num desenvolvimento de sensibilidades para formas culturais elaboradas, através da educação pela arte. Sendo o gosto criado socialmente, esta educação proporciona uma sensibilização para valores estético-cognitivos, quiçá éticos, para o conhecimento de outras culturas e linguagens culturais, para uma visão mais profunda e atenta do mundo em que se vive.

O conceito amplamente referido e divulgado de "formação de novos públicos" não aparece explicitamente defendido neste trabalho, porque se considera que a introdução da vertente cultural na escola e na educação, também pela arte, são as vias mais seguras para a alteração de gostos e comportamentos e, a partir daí, para formar públicos.

Sendo a política cultural local essencialmente orientada pela autarquia, convém analisar qual o "estado da arte", mas também avaliar o grau de envolvimento

da chamada sociedade civil. Deste modo, numa fase final deste trabalho, reflecte-se sobre os agentes culturais que constituem as associações locais. Quer se trate das associações tradicionais, com algumas formas culturais de gosto muito próprio ou se trate de novas associações, satélites da autarquia, criadas essencialmente para dinamizar projectos, elas são parceiros indispensáveis para participar na concretização no terreno de muitos dos projectos a levar a efeito. Por muito pouca capacidade de auto-financiamento que possuam, são elementos de dinamização social e cultural, são direccionadas a determinadas camadas de públicos, conta-se com elas para a socialização cultural e para o fomento de práticas de convívio que a cultura não dispensa. A cultura local ficará atrofiada, se as instituições locais não robustecerem a sua actividade, se não se auto-organizarem e articularem.

E se, para além da realização dos projectos, houver uma coordenação, entre os diferentes responsáveis pelos mesmos, da responsabilidade da autarquia ou de instituições por esta apoiadas, com uma visão clara das potencialidades locais, poder-se-á começar a reflectir em termos não de somatório de acontecimentos, mas em construção de uma política cultural. É o que se tentará avaliar neste trabalho.

3.1.- A Visibilidade Supralocal dos Eventos - Consolidação de um Programa Regular

> A cultura na e para a cidade nem sempre significa cultura da cidade. Esta só é possível quando se enriquecem os modos de vida quotidianos e os canais de comunicação.
>
> João Teixeira Lopes[129]

O grupo dos projectos que a seguir se refere concede a Vila do Conde um prestígio acrescentado, uma visibilidade supralocal de qualidade, embora estejam em causa formas diversas de cultura: a Feira Nacional de Artesanato, as Corridas de Automóveis, o Festival Internacional de Curtas Metragens e os Cursos de Aperfeiçoamento da Academia de Música.

Sendo formas culturais diversas, têm também públicos diferenciados. A Feira de Artesanato e o Circuito de Automóveis destinam-se ao público em geral, sem grandes distinções. O mesmo já não se pode dizer das outras duas manifestações culturais, dado elas terem claramente à partida um público-alvo que as frui e interpreta, porque dotados de códigos de leitura capazes de decifrar a mensagem que pretendem transmitir. Podem-se considerar formas culturais de distinção.

No caso do Festival das Curtas Metragens, apesar de ter um público que esgota os espaços de exibição, não é um público anónimo, indefinido. Trata-se, bem pelo contrário, de um público fiel, sendo, maioritariamente, constituído por jovens vilacondenses, que aprenderam naturalmente a gostar de Curtas Metragens, exactamente porque este Festival é realizado em Vila do Conde. São ainda públicos idos essencialmente da Área Metropolitana do Porto, mas também de todo o país e do estrangeiro, nalguns casos sob a forma de convidados relacionados com o "mundo" da Curta-Metragem. E se, como acontece relativamente a outras expressões culturais mais "cultivadas", os públicos do concelho em geral levam mais tempo a aderir a estas formas de

---

[129] João Teixeira Lopes, *A Cidade e a Cultura, Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas*, Edições Afrontamento e Câmara Municipal do Porto, Porto, 2000, p.84.

cultura, a visibilidade externa de que estes eventos se revestem e o reconhecimento da sua qualidade, trazem muitas e variadas compensações.
Daí que a autarquia, reconhecendo estas mais-valias trazidas por eventos de prestígio, os apoie desde a primeira hora, invista neles e os incentive, embora as organizações reclamem sempre, como é natural, mais apoios.
Está-se, nestes casos, perante um movimento nos dois sentidos: se os apoios da autarquia são importantes e a sua disponibilidade financeira para a cultura se revela indispensável, já que nenhum destes grupos tem conseguido sobreviver em condições de mercado, também o inverso se coloca, isto é, a existência de agrupamentos culturais amadores, como os cineclubes e as associações, ou, por seu lado, os profissionais, quer de música quer de teatro, instalados no concelho, podem, como agentes culturais que são, contribuir para melhorar o seu tecido social, atribuir qualidade à cultura que se faz, dar mais consistência à política urbana.

3.1.1.– Promoção Turística

O turismo tornou-se uma actividade bastante regular nas últimas décadas em consequência do tempo do não-trabalho ter aumentado e do nível de vida de uma classe média em ascensão lhe ter proporcionado possibilidade de mobilidade. Ao mesmo tempo, o consumo dos vários "produtos" turísticos, vai adquirindo uma valorização social crescente.
Quanto ao poder local, parece definitivamente entusiasmado com esse crescimento, dada a divulgação feita, por diversos meios de comunicação, do número de eventos e festivais de Verão anunciados, ano após ano, para as diversas cidades do país. A visibilidade externa, até mesmo a internacionalização, parece ser hoje almejada por qualquer pequena cidade, mesmo aquelas que se encontram em contextos socio-territoriais desfavoráveis. Daí que um projecto desse âmbito seja acarinhado pelas autarquias, como algo importante para o seu concelho.

A. A Feira Nacional de Artesanato *

Das manifestações mais identitárias de Vila do Conde, com repercussões a nível nacional e que, de um modo geral, os vilacondenses consideram como o evento mais representativo do seu concelho, destaca-se a Feira de Artesanato. Como evento cultural de raiz popular, a Feira teve origem possivelmente num sentimento de defesa do património local, com o objectivo de proteger e dar a conhecer o artesanato local mais rico – as rendas de bilros, acabando por se transformar numa das realizações portuguesas mais prestigiadas e conhecidas no campo do artesanato. A adesão do público e dos artesãos às várias edições tem ultrapassado expectativas, tornando-se, para muitos artesãos, o principal ponto de escoamento da sua produção.

Tendo tido a sua primeira edição em 28 de Julho de 1978, o evento vai já em vinte e três edições realizadas ininterruptamente, com um período de duração de cerca de dezasseis dias. O crescimento da Feira Nacional de Artesanato é considerado rápido, tendo atingido o objectivo de ter presente artesãos de todo o país, incluindo Açores e Madeira[130]. Rapidamente a organização passou a não poder satisfazer todos os pedidos de participação, tornando-se selectiva no que diz respeito à qualidade e certificação e à cobertura geográfica total do país. Actualmente, considera-se suficiente a dimensão atingida, com onze mil metros quadrados de recinto e cento e setenta *stands*, considerando-se que vem a Vila do Conde o melhor do artesanato português.

Está-se assim perante um evento cultural que evoluiu para um modelo consolidado, transmitindo uma garantia de qualidade e fazendo parte do programa cultural da Câmara. A época do ano em que se realiza, contribui para que muitos turistas e de habitantes de segunda habitação a visitem, pois, ao mesmo tempo que cumpre os objectivos de mostrar valores artesanais e incentivar artesãos, cria um pólo de animação e atracção turística. Apresenta-se mesmo como um evento turístico de grande impacte nacional, uma prática cultural de veraneio.

---

[130] Começou com 11 concelhos, 12 mil visitantes, 30 expositores. A 5ª edição já contabilizava 125 mil visitantes, dez vezes mais do que a 1ª edição e quase meia centena de concelhos. Em 1999 apresenta indicadores na ordem dos 120 concelhos, 400 mil visitantes, 212 expositores.
O Programa Raphael (DGX) tem subsidiado a realização da Feira de Artesanato.

Para além de um programa específico de apoio ao artesanato, a Feira apresenta ainda, todos os anos, realizações afins, capazes de valorizar o certame, tais como passagens de modelos com aplicações de renda de bilros, o dia da rendilheira e o encontro das rendilheiras. No âmbito do desfile de peças de vestuário com aplicações de rendas de bilros, têm-se estabelecido intercâmbios com outras formas de artesanato de vestuário, tais como as Capuchinhas de Montemuro e convidado os melhores estilistas portugueses da actualidade.

Começa a ser tradição, também, as Jornadas Gastronómicas regionais, apresentando ainda formas de animação musical como folclore, bandas, tocatas e grupos corais, animando diariamente a Feira, assim como teatro e palhaços, tendo já estado presente o Teatro de Marionetas do Porto.

Por seu lado, constituiu-se o dia do encontro das rendilheiras que junta no recinto mais de uma centena de rendilheiras de todas as idades, o que as tem entusiasmado muito como incentivo para o seu trabalho. De destacar a vigésima edição em que, para além de se homenagearem as rendilheiras locais, se promoveu um encontro de rendilheiras de catorze países europeus que trabalharam na feira durante todos os dias. Este convívio permitiu o desenvolvimento de redes de sociabilidades, para além da troca de conhecimentos técnicos e o contacto com novas variantes de trabalhar com os bilros, contribuindo para a introdução de algumas formas inovadoras.

Numa decisão de dar maior visibilidade à Feira e estabelecer cooperação com outras entidades e regiões, todos os anos a organização apresenta um convidado especial que possibilita o contacto com o artesanato estrangeiro, sobretudo dos países com laços com o nosso país: Brasil, Galiza, Macau, PALOP'S. Também as cidades geminadas se têm feito representar: Ferrol (Espanha), Le Cannet (França), Olinda (Brasil).

A autarquia vilacondense estabeleceu ainda um protocolo de cooperação, em termos de artesanato, com a autarquia de S. Vicente.

Num esforço de inovação e atracção renovada, fazendo do mesmo evento, ano após ano, uma festa renovada, vão-se introduzindo novos motivos: Edição de um "Diário da Feira"; realização de cartazes; atribuição de prémios; lançamento de um catálogo de exposição, cujo conteúdo tem funcionado como um guião da mostra.

Envolvendo a comunidade local, foi ainda lançado o Concurso de Fotografia. Na galeria do Auditório, durante o período da Feira, é sempre inaugurada uma exposição alusiva ao tema.

A organização da Feira Nacional do Artesanato considera que, após um exaustivo levantamento do artesanato nacional, persistem, ano após ano, dois problemas: um deles é a dificuldade de definir o que é artesanato, preocupada que está a organização com a qualidade, sobretudo no que toca ao artesanato de raiz popular; um outro é a dificuldade em envolver as câmaras no apoio aos seus artesãos.

Dentro da decisão de dar maior qualidade ao artesanato português, está pensado um conjunto de medidas de apoio, como a Certificação da Autenticidade, a criação de Escolas-Oficinas e de uma Rede de Distribuição. A organização da Feira apoiou ainda o nascimento da Associação dos Artesãos do Norte de Portugal, como forma de desenvolver a cooperação entre artesãos com vista à defesa dos interesses colectivos.

O artesanato, considerado uma expressão da cultura popular pelo saber-fazer das populações e pelos usos e costumes das terras, viveu tempos de euforia a seguir à implantação do regime democrático, enfrentando depois uma situação de debilidade. Esta Feira tem dado um bom contributo para uma fase de maior consolidação, englobando garantias de comercialização e certificação, dando aos artesãos maior segurança e responsabilidade e, a quem o adquire, a certeza da qualidade.

A.1 O Ex-libris Vilacondense
As Rendas de Bilros ao Vivo e em Museu *

Terá sido por volta do século XVI, quando Vila do Conde tinha contactos com todo o mundo, que as mulheres vilacondenses travam conhecimento com as rendas de bilros, hoje a manifestação artesanal mais emblemática do concelho. Segundo referem os contos e os livros entretanto publicados, a renda de bilros terá sido trazida possivelmente da Flandres por marinheiros e comerciantes que mantinham com esta região importantes relações comerciais.

Vila do Conde vem a tornar-se o centro produtor mais importante do país. Sabe-se que em 1616 a produção de rendas constituía uma importante fonte de rendimento para as famílias do concelho[131].

Com o objectivo de estudar a história das rendas de bilros, bem como incrementar a sua produção e comercialização, procurando novas soluções com fins comerciais, constitui-se em 1984 a Associação para a Defesa do Artesanato e Património de Vila do Conde. Esta associação tem agregada a si a Escola de Rendas, escola cuja criação remonta a 1910 e pertence ao Ministério da Educação. A Câmara Municipal tem interesse em que a tutela da Escola de Rendas passe para a Associação ou para a própria Câmara, pois a autarquia tem investido muito na formação das rendilheiras.

A Escola de Rendas está instalada na antiga Casa do Vinhal, tendo sido criado em 1991 um Núcleo Museológico. Este Núcleo estabeleceu parcerias com: Rede de Museus Europeus de Rendas de Bilros[132]; com o Programa Raphael; com o Projecto BLEN – Bobbin Lace European Net (Museu Virtual Europeu de Rendas de Bilros); com o Programa PACTE – Projecto de Desenvolvimento das Rendas de Bilros - Uma Experiência Europeia, conjuntamente com o Ayuntamiento de Camariñas (Espanha) e com a Comune de Novedrate (Itália), com vista ao incremento da comercialização.

A Associação para a Defesa do Artesanato e Património gere ainda um centro de artesanato que serve de mostra e local de venda, assim como inaugurou um pequeno espaço multimédia, onde passa informação sobre Vila do Conde e as suas rendas. Mantém ainda parceria com a autarquia vilacondense para a realização da Feira Nacional do Artesanato.

Da programação da Associação faz ainda parte, para além da manutenção da escola de aprendizagem e formação, outras acções de inovação, tais como: passagens de modelos com algumas propostas de estilistas de aplicação da renda no vestuário[133] e a realização de *ateliers* de iniciação / experimentação e aperfeiçoamento / inovação de Rendas de Bilros[134].

---

[131] Diário do Minho de 15/07/99.

[132] Esta Rede é composta pelos seguintes Museus: Museu del Encaixe de Camariñas, em Espanha, Vamberk Lace Cuseum na rep. Checa e Rauma Lace Museum, na Finlândia.

[133] Vestuário com aplicações de rendas de bilros confeccionado pelos melhores estilistas portugueses tem vindo a estar presente em certames internacionais – Portugal Fashion em Nova Iorque e Paris.

[134] Presença no ano 2000 de duas rendilheiras checas com o objectivo de aperfeiçoar a aplicação das cores. As acções de introdução de novas formas de *design* na forma tradicional de trabalhar a renda, assim

Realizam-se ainda concertos de música, em que se permite fazer a adaptação de música e de poesia a temas ligados às rendas. Foi o caso do recital de cravo este ano levado a efeito no espaço do núcleo museológico interpretado por Mafalda Ferreira Nejmeddine, uma vilacondense que estuda em Paris.

B. As Corridas de Automóveis de Vila do Conde *

As Corridas de Automóveis surgem como desporto amador em Vila do Conde no início do século como forma de entretenimento de famílias que, idas do Porto, se deslocavam a Vila do Conde "a banhos". A cidade e a circundante apresentavam condições físicas que propiciavam a prática desta modalidade desportiva: A recta do Mindelo foi a primeira estrada asfaltada do Norte e o seu tamanho permitia a prova chamada do "quilómetro lançado" – prova de velocidade, com partida e chegada.

Até aos anos cinquenta, a prova evidencia um carácter irregular, ocasião em que surge o desporto federado com o aparecimento do Automóvel Clube de Portugal, atribuindo, deste modo, alguma regulamentação e certificação à modalidade.

A organização das corridas está actualmente a cargo da associação ADA – Associação do Desporto Automóvel, da qual faz parte um clube do Porto (Estrela Vigorosa Sport) e três instituições de Vila do Conde - dois clubes desportivos, Ginásio Clube Vilacondense e Clube Fluvial Vilacondense e a Associação dos Bombeiros Voluntários. Tem actualmente treze sócios colectivos e cento e quarenta sócios individuais. Participam cerca de cento e cinquenta automóveis e cerca de cem motos, nos anos em que foram incluídas[135]. Como sempre a Câmara Municipal dá apoio a sua realização, assim como o Governador Civil por inerência de funções.

---

como o intercâmbio cultural a nível europeu, foi apoiado pelo Sub-programa C – valor elegível 7.732 contos + 14.564 contos (c/ 75% de Feder). Contrapartida nacional assegurada pela Câmara Municipal.

[135] Houve duas tentativas de incluir motas, mas das duas vezes verificaram-se acidentes graves, o que conduziu à decisão da direcção cancelar a sua participação.

Após o encerramento do Rali de Vila Real,[136] passaram a realizar-se duas provas em Vila do Conde, no período de Verão, fazendo parte da oferta turística do concelho. O número de espectadores situa-se entre quinze a vinte mil, sendo o orçamento anual cerca de cinquenta mil contos[137]. Entretanto, os hábitos que os apreciadores da modalidade tinham em Vila Real, onde chegavam e acampavam na véspera, transferiram-se para Vila do Conde. Dado ser umas das características do circuito estar localizado no meio urbano, estas práticas têm causado alguns problemas à vida pacata e segura dos habitantes, uma vez que, na véspera, numa antecipação às corridas propriamente ditas, há um autêntico despique de velocidade.

Este circuito pontuou para os campeonatos europeus em 1972 e 1973 (anos de maior desenvolvimento, sendo neste período que surgiu o *Rali* de Portugal-TAP, Vinho do Porto), dando-lhe o conjunto de praticantes e patrocinadores um nível de corrida internacional. Em 1999 teve a participação de personalidades relevantes de Espanha e o envolvimento da Ferrari de Barcelona[138], o que exigiu maior poder organizativo e levantou a questão da direcção se transformar numa estrutura profissional ou semi-profissional, dando que, a partir de uma certo nível de exigência, os eventos não se compadecem com organizações amadoras.

No âmbito do PDM, foi defendida a construção de um circuito fora do núcleo urbano, minimizando o prejuízo dos "aceleras" e do parque habitacional. Contudo, pela experiência de outros casos europeus, a direcção considera que o circuito fora do núcleo urbano não teria a mesma capacidade atractiva e mobilizadora (chegou a ter vinte mil espectadores).

Um dos problemas que se coloca à realização do circuito, neste local, é a urbanização crescente que se faz sentir, ano após ano.

A direcção considera ainda que, com maior incentivo, faria algo de dimensão mais alargada, envolvendo maiores interesses comerciais, marcas, transmissões televisivas, etc.. Da parte da autarquia, nota-se que existe a

---

[136] O Rali de Vila Real esteve encerrado de 1974 a 1983. Neste ano reabre, mas, devido a um acidente grave com o público, volta a encerrar em 1991.

[137] Estes números dizem respeito a 1999. Conseguem fazer de bilheteira 15.000/16.000 contos, sendo o restante de patrocínios. Os pilotos e as marcas pagam inscrições.
A Câmara Municipal comparticipa com 25% das propostas de investimento, mais o apoio logístico.

[138] Em 1999, as provas do Circuito de Vila do Conde contaram para os campeonatos espanhóis de GT.

responsabilidade de conciliar vontades de todos, uma vez que uma parte da população está desagradada devido à questão das manifestações "extra-corrida". Pese embora algumas tentativas, não tem sido possível diminuir os efeitos perversos deste fenómeno.

Este evento constitui ainda um momento de convívio, que envolve a cidade, havendo anos em que se realizam desfiles de carros, motas e lambretas, concursos de montras e se elaboram cartazes nas escolas.

3.1.2. - Internacionalização dos Eventos

Apresentam-se de seguida dois projectos que têm hoje em Vila do Conde um cariz vincadamente internacional (para além do campo desportivo) e são, qualquer um deles, de reconhecido valor e qualidade: Um na área do audio-visual – o Festival Internacional de Curta-Metragem; outro na área da música clássica, que traz a Vila do Conde professores de alto gabarito internacional, com resultados muito positivos na formação dos futuros jovens músicos - os Cursos de Aperfeiçoamento da Academia de Música.

A. Festival Internacional de Curtas Metragens *

O Festival Internacional de Curtas Metragens tem sido realizado pelo Cineclube de Vila do Conde – Associação Juvenil, designação que recebeu aquando da sua constituição, em Dezembro de 1989 na Secretaria Notarial de Vila do Conde. Composto por dez elementos, que se consideram a si mesmos, muito voluntaristas (sete do sexo masculino e três do sexo feminino), constituiu-se com uma sede provisória na casa particular de um dos seus membros. Eram pessoas com uma média de idades de vinte e quatro anos, quase todos com formação académica na área das artes plásticas, tendo alguns já alguma experiência cineclubística[139].

[139] Em 1959 surgiu em Vila do Conde um Cineclube por iniciativa de alguns elementos de uma tertúlia de café ligados ao Clube Fluvial Vilacondense que funcionou, até à década 70, nas instalações deste. Os seus objectivos, diz-se na revista comemorativa do 90º aniversário do Fluvial, foram "proporcionar o prazer de ver grandes filmes e, através de uma escolha seleccionada, transmitir valores estéticos, culturais e de liberdade". Algumas embaixadas faziam cedência de filmes.

A partir de 1992, o Cineclube passou a usufruir de instalações cedidas pela Câmara Municipal, nomeadamente de uma sala no Auditório Municipal, que passou a constituir a sua sede e do próprio Auditório para a exibição das sessões de filmes e realização do Festival Internacional de Curtas Metragens. Este teve a sua primeira edição em 1993, tendo um ano antes sido organizadas em Vila do Conde as chamadas Sessões Extensão, relativas ao Festival Internacional de Cinema da Figueira da Foz. Estas sessões não vieram a ter reedições na programação do Cineclube de Vila do Conde.

Por uma questão simbólica óbvia, o primeiro filme exibido foi "A Divina Comédia" de Manoel de Oliveira.

O Festival Internacional de Curtas Metragens, desde a sua primeira edição, tem mantido um carácter regular, realizando-se anualmente durante uma semana em Julho, tendo cumprido em 2000 a sua oitava edição[140].

Apesar de ter uma direcção constituída por elementos jovens e apresentar um percurso temporal curto, a sua organização tem-se revelado sempre de bom nível, capaz de atrair a Vila do Conde nomes sonantes do panorama internacional das Curtas Metragens. Diz-se que já conquistou junto do público e crítica nacionais o título do Festival mais jovem e mais bem organizado.

Desde a segunda edição que o festival obteve do Ministério da Cultura, o estatuto de "actividade de manifesto interesse cultural"[141].

No que diz respeito ao poder local, pode-se afirmar que tem existido um apoio constante ao Cineclube, desde logo pela cedência de instalações (futuramente ficarão instalados no Cine-Teatro Neiva, em fase de recuperação), mas ainda com apoio logístico, recursos humanos e meios técnicos, colaborando ainda financeiramente na organização do Festival. De um modo geral, a direcção tem a atitude de recorrer à Câmara Municipal sempre que precisa de algum apoio.

---

[140] Indicadores de 1999: Cerca de 150 Curtas Metragens apresentadas; 18 000 espectadores – 72% jovens, até aos 35 anos – durante 6 dias; 2 salas de exibição; 10 000 cartazes de rua (Porto, Lisboa, Guimarães, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, etc); 60 passagens de *spots* na televisão; 200 passagens de spots na rádio; 70 inserções na imprensa – diários e semanários; 200 000 programas distribuídos ao público; 2 000 catálogos oficiais; 220 notícias na imprensa na ocasião do Festival.

[141] Em 1999 recebeu do ICAM (Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia) a importância de doze mil e quinhentos contos, assim como do Programa MEDIA da União Europeia o subsídio de cinco mil contos. Se traduzirmos estas receitas das Curtas Metragens, CRL, em percentagens pode-se sintetizar da seguinte forma: 40% privados (institutos, fundações, empresas); 45% instituições (Ministério da Cultura, Câmara Municipal de Vila do Conde, União Europeia); 15% receitas de bilheteira.

Como é óbvio, este apoio financeiro[142] é fundamental e confortável para o nível de trabalho realizado e reflecte, da parte da autarquia, o interesse político pela visibilidade externa de que o Festival se reveste. Este interesse é bem materializado na frase proferida pelo presidente da autarquia, aquando da sessão de abertura do corrente ano: "Pedidos da direcção do Cineclube, são ordens para a Câmara".

Para além da realização do Festival, a direcção do Cineclube comprometeu-se, face à Câmara Municipal, a dinamizar regularmente o espaço do Auditório Municipal em termos de exibição de cinema, dispondo de plena autonomia no processo de escolha e exibição dos filmes.

A partir de 1994, para além da realização da segunda edição do Festival, deu-se início às sessões regulares de cinema para públicos infantis/juvenis e para adultos, tornando-se o Auditório a única sala de exibição cinematográfica no concelho. Do mesmo modo, o Cineclube é o único agente cultural de oferta de cinema de autor[143].

Para além da programação semanal regular, o Cineclube realiza vários ciclos temáticos e um conjunto de actividades paralelas: conferências, colóquios, edições e lançamento de Festivais de Curtas Metragens; um concurso de Montras que funciona como ligação e incentivo ao comércio e à comunidade local; uma biblioteca e uma videoteca sobre cinema; e a edição de um Boletim Informativo. Em 1995 foi feita a apresentação da exposição *Screen Lovers da Kobal Collection*.

Em 1996 a qualidade do Festival consolidou-se junto da crítica nacional e internacional, alicerçando projectos internacionais, como a realização de um acordo com a Comissão de Coordenação dos Festivais de Cinema (Comissão Europeia) para a elaboração de um Programa Oficial da Curta Metragem exibido pela Europa e a participação em festivais internacionais, como o Festival de Kiev e o Nordisk Panorama da Escandinávia. Nesse ano, no âmbito das comemorações dos cem anos do Cinema, para além da exposição "100 Anos de Cinema em Portugal", foi organizado um ciclo temático – O caso do

---

[142] Apoio financeiro da autarquia na ordem dos sete mil contos, acrescidos de quinhentos contos para um prémio de cinema a distribuir.

[143] Em 1994 o número de sócios do Cineclube era de quinhentos e oitenta, tendo oitenta por cento idades inferiores a trinta anos. Actualmente tem cerca de setecentos sócios e uma média de cem espectadores por sessão.

cinema expressionista alemão – em colaboração com o Goethe Institut do Porto e ainda uma exposição de fotografia alusiva ao cinema – O Cinema Francês visto pela Agência Magnum. No âmbito do *atelier* "Cinema de Animação", incluído num projecto financiado, foi realizada a curta-metragem "A Viagem".

Acrescenta-se ainda que, até 1997, houve, todos os anos, debates e encontros com realizadores e músicos e a realização, paralelamente ao Festival, de concertos musicais. Foram ainda desenvolvidos, em colaboração com a Câmara Municipal e as escolas, trabalhos com grupos juvenis, tendo em vista a formação de novos públicos, num processo prévio à realização do Festival: iniciação teórica ao cinema e ao vídeo, *ateliers* de cinema de animação, sessões de vídeo, ciclos temáticos e sessões juvenis de curtas metragens nas próprias escolas do concelho[144]. Estas iniciativas designaram-se: "A Curta Metragem vai à Escola" – apresentação de doze programas de Curtas Metragens nas escolas secundárias do concelho[145]; ABC Musical - desenvolvido no Centro Municipal da Juventude por um músico especificamente contratado para o projecto e um grupo de trinta crianças das escolas primárias, que, depois da aprendizagem de várias técnicas, culminou com um concerto. O tema extra-competitivo centrou-se na "Música e Curtas Metragens".

A partir de 1998, dado que a organização do Festival passou a requerer uma estrutura mais profissionalizada, os elementos da direcção fundadora do Cineclube constituíram a Cooperativa Curtas Metragens, CRL, cedendo a direcção do Cineclube a um novo grupo de jovens.

Separada e profissionalizada a estrutura organizadora do Festival, caberia à actual direcção do Cineclube o desenvolvimento do trabalho paralelo com as escolas. Embora, teoricamente, se afirme que o Cineclube pretende continuar o mesmo trabalho de formação de públicos, prévio à realização do festival, nomeadamente dos públicos estudantis do concelho, tal não foi levado a efeito no último ano, assim como o desejo de concretizar, a longo prazo, um projecto de formação cultural mais vasto, junto de várias escolas da região do Norte e

---

[144] Projecto apoiado pelo Sub-programa C do PRONORTE - 6.142 contos de investimento elegível.

[145] Participação de 22 professores, 2 892 alunos e o envolvimento de 35 jovens na organização desta e outras actividades do Festival.

da Área Metropolitana do Porto, com o apoio e a colaboração das respectivas Câmaras. Esta faceta virada para a comunidade local é um dos projectos que, pela sua importância, interessa recuperar.

Em jeito de destaque, pode-se ainda acrescentar que o Festival Internacional de Curtas Metragens, reconhecido como exemplar em termos de qualidade programática e de organização, faz parte da Agenda Cultural Portuguesa e da Agenda Internacional da Arte; é considerado o único certame em Portugal que difunde e promove com sucesso "pequenos grandes filmes"; e tem constituído um encontro entre a melhor produção mundial de Curtas Metragens e o público que caracteriza estes eventos, incluindo várias individualidades de todo o mundo, entre realizadores, actores, profissionais da produção e divulgação cinematográfica e jornalistas (mais de duzentos profissionais, dos quais 45% são estrangeiros).

Em destaque ainda o lançamento, com êxito, a partir de 1997 do Mercado do Filme, onde podem ser vistos filmes de países estrangeiros (no ano 2000 foram cerca de 1.800 filmes), para uma selecção que integrará depois a Competição Internacional.

Foi criada ainda a Competição Nacional - montra anual de apresentação da mais recente produção. No seguimento desta acção, criou-se em Vila do Conde a Agência da Curta Metragem, com o fim de criar mostras para apresentar noutros países e festivais de cinema.

Está assim em velocidade de cruzeiro uma estrutura prestigiada dentro do âmbito cultural nacional e internacional, e especificamente das Curtas Metragens, montada e desenvolvida a partir de Vila do Conde. A equipa directiva considera que apresenta uma concepção de cinema vista como forma de arte e de intervenção cultural e social, mantendo-se o seu percurso firme no cumprimento dos objectivos do projecto inicial: O cinema nas suas mais diversas vertentes – artística, formativa e pedagógica[146].

[146] A informação aqui exposta foi recolhida através de entrevista ao Dario Oliveira, membro da direcção do Cineclube, através de material escrito por ele fornecido e através da candidatura apresentada ao Sub-programa C do PRONORTE. Não queria deixar de referir que foi muito importante ainda a leitura do trabalho de Dissertação em Mestrado de Natália Maria Azevedo Casqueira (ver bibliografia).

B. Os Cursos de Aperfeiçoamento da Academia de Música *

A Academia de Música de S. Pio X iniciou as suas actividades no dia 22 de Novembro de 1981, ficando, nessa fase, administrativamente dependente do Centro Paroquial "Padre Porfírio Alves". Desde 1986, que tem como Directora Pedagógica a professora Teresa Rocha.

Dado o rápido crescimento, depressa se verificou que seria difícil mantê-la na dependência daquele Centro. Deste modo, em 1991, a Câmara Municipal de Vila do Conde comprou o alvará e criou a Fundação Dr. Elias de Aguiar que passou a administrar a Academia, constituindo-se então uma instituição de utilidade pública destinada ao ensino da música e da dança, podendo organizar outras iniciativas, como cursos de aperfeiçoamento musical, exposições artísticas, palestras, concertos, festivais de música e edição de livros ou publicações. Desde 1995 que a Academia de Música ocupa parte do espaço do Centro Municipal da Juventude.

Inicialmente o projecto foi sustentado, em termos financeiros, pelo "Programa Itinerância Cultural" lançado pela Secretaria de Estado da Cultura, tendo tido dificuldades em se manter quando aquele findou. Foi a Câmara Municipal que susteve a Academia durante os anos de dificuldades financeiras, mantendo, segunda a sua directora, uma política de "porta aberta", sempre disponível a atender, de forma ponderada, qualquer solicitação.

A Academia de Música é uma escola de ensino especializado da música, vocacional e não profissional, com paralelismo pedagógico ao ensino particular e cooperativo. Os cursos, autorizados pelo Ministério da Educação, dão direito a certificação, sendo o plano curricular igual ao do Conservatório de Música do Porto, com acesso às Escolas Superiores de Música (Porto e Lisboa), às Universidades do Ensino da Música (Aveiro e Évora) e à Academia Nacional Superior de Orquestra (Lisboa). O Ministério da Educação comparticipa nas propinas dos alunos e no pagamento dos vencimentos dos professores, através de um Contrato de Patrocínio[147], permitindo o acesso à aprendizagem

[147] Este contrato traduziu-se, em 1999, em cerca de vinte mil contos.

a alunos que, de outro modo, teriam dificuldade em pagar as propinas[148]. A Academia tem cerca de cento e setenta alunos, distribuídos por três graus de ensino, estando setenta em regime articulado com a respectiva escola que frequentam, fazendo a música parte do seu plano curricular.

Existem na Academia vários instrumentos à disposição dos alunos numa fase inicial de aprendizagem, adquiridos não só através de um protocolo estabelecido com a Secretaria de Estado da Cultura, mas também através do PRODEP (Programa de Desenvolvimento da Educação de Portugal), tendo a Câmara comparticipado nas despesas. Isto facilita não só a escolha ponderada do instrumento a que o aluno virá a dedicar o seu estudo, mas também constitui uma facilidade para alunos com dificuldades económicas uma vez que os instrumentos, de um modo geral, são caros.

Para além da Câmara Municipal e do Ministério da Educação recebem ainda apoio de várias entidades como o Ministério da Cultura, a Fundação Calouste Gulbenkian e o Instituto Português da Juventude, entre outros.

Dos alunos que têm obtido maior sucesso na área musical, distinguem-se: uma aluna que, tendo concluído o curso complementar na Academia S. Pio X, foi admitida, através de concurso, na Escola Superior de Música em Paris, encontrando-se a fazer o curso superior de cravo; um aluno de piano que entrou para a classe da professora Tania Achot na Escola Superior de Música de Lisboa e tem obtido as classificações mais altas; uma aluna já licenciada que tem feito um percurso muito interessante, estando a ser solicitada pelo Instituto Orff do Porto para dar aulas; três alunos da Academia admitidos o ano passado na Escola Superior de Música do Porto, inseridos num conjunto de nove candidatos admitidos, em paralelo com quatro alunos do Conservatório de Música Nacional que tinham acabado o curso complementar com vinte valores. Estes exemplos provam o elevado grau de ensino da Academia e de formação durante os Cursos de Aperfeiçoamento. Estes constam de trinta horas de formação musical, concentradas numa semana, normalmente coincidente com o período de férias da Páscoa. São ministrados por professores estrangeiros e

[148] As propinas de um aluno de curso básico são 150 contos por ano, mas do curso complementar chega aos 350 / 360 contos. Os alunos do ensino articulado pagam 30 contos por ano.

dirigidos a jovens músicos nacionais e estrangeiros (cerca de oitenta e quatro jovens no conjunto) que se deslocam a Vila do Conde.

Os objectivos do Curso são precisamente fomentar o intercâmbio cultural entre estes jovens e individualidades da vida musical internacional – vertente pedagógico-didáctica; permitir a assistência gratuita da comunidade local e regional e dos jovens, em particular, a um ciclo de concertos e audições de alto nível – vertente pedagógico-cultural; dar oportunidade ainda aos pais e familiares de tomar contacto com os conhecimentos desenvolvidos pelos jovens; dar oportunidade a jovens do concelhos de contactar com formas de música mais erudita, fomentando apetências para a sua aprendizagem.

Estes cursos constituem o momento anual mais alto da Academia de Música. A primeira edição ocorreu em 1988 e correspondeu a um desafio lançado ainda pela Secretaria de Estado da Cultura de então, através do projecto "Itinerância Cultural – Autarquias Locais", em que eram pagos, na íntegra, concertos, deslocações de músicos e agrupamentos, assim como a respectiva divulgação. Nessa época, realizava-se um concerto por mês em Vila do Conde.

Destaca-se, na terceira edição dos Cursos que integrou o 1º festival de Música da Primavera, o convite feito a dois dos alunos que frequentavam os Cursos de Aperfeiçoamento, para estudarem na Escola Superior de Música de Freiburg (Alemanha), tendo aulas com o professor Vitaly Margulis. Ambos vieram a obter a classificação máxima – Diploma de Virtuosismo.

Os Cursos de Aperfeiçoamento Musical que em 2000 fizeram a sua XIII edição[149], desenvolveram actividades paralelas. No âmbito das comemorações do 250º aniversário da morte de Bach, realizaram-se conferências por Rui Vieira Nery e no Auditório decorreu uma exposição relativa a Bach.

Para além dos Cursos de Aperfeiçoamento, os alunos da Academia de Música realizam, durante o ano, no Auditório, vários concertos para piano e orquestra,

---

[149] Estes cursos são subsidiados, para além do Ministério da Educação, pela Câmara Municipal que também atribui um subsídio anual à própria Academia de dois mil contos. O orçamento anual dos cursos são cerca de seis mil contos. Para além deste apoio, a Câmara cede as instalações, assim como são da responsabilidade da edilidade as despesas de funcionamento. Paga ainda despesas de tipografia para divulgação dos cursos – folhetos, cartazes e ainda parte das despesas relacionadas com deslocação dos professores.

A Câmara atribui ainda um subsídio à Fundação Elias de Aguiar, administradora da Academia, para gratificações ao Conselho da Administração e uma bolsa de estudo que corresponde ao pagamento completo da propina – o que é superior a uma bolsa da Gulbenkian para o mesmo nível de ensino.

com uma assistência que ronda as duzentas / duzentas e cinquenta pessoas. No salão de festas do Centro Municipal da Juventude realizam-se ainda recitais especiais de flauta e violino, com uma assistência de cerca de cem pessoas.
A Academia de Música Pio X estabelece intercâmbio cultural com outros Conservatórios de Música (Aveiro, Porto, Braga), Academias de Música (Paredes e Lousada), Escola Profissional de Arte de Mirandela e Escola Superior de Música e das Artes do Espectáculo do Instituto Politécnico do Porto; organiza / produz concertos em colaboração com a associação vilacondense "Círculo Católico de Operários" e com a Câmara de Vila do Conde, em diversas igrejas das freguesias do concelho e na igreja matriz.
Pode-se afirmar que a Academia de Música desempenha uma função importante no ensino da música e em termos culturais e sociais mais vastos, quer através do enriquecimento da sua actividade específica, quer ainda no modo como o faz, voltada para a comunidade local, batendo-se na defesa de que o ensino da música possa atingir camadas sociais com menores recursos económicos.
Espera-se que a sua acção seja cada vez mais desenvolvida e apoiada, porque constitui uma mais-valia segura para o panorama cultural local e regional.

Em Suma

Os dois projectos aqui referidos fazem parte da programação anual de eventos culturais de Vila do Conde. Embora se possam considerar expressões culturais dirigidas públicos específicos, são, no entanto, abertas à comunidade local.
No que diz respeito, porém, à dimensão desses públicos, são dois eventos bastante diferentes: O Festival Internacional de Curtas Metragens enche exaustivamente o Auditório, com um público jovem, em grande parte de Vila do Conde, mas também da Área Metropolitana do Porto e do resto do país (em 1999, atingiu dezoito mil espectadores, no total dos seis dias de Festival);
Os Cursos de Aperfeiçoamento, e mesmo a audição final e outros eventos realizados pela Academia ao longo do ano, têm um público bastante mais reduzido, na ordem das poucas centenas. No entanto, o programa os Pequenos Músicos ou o Bichinho da Música organizado pela Academia, que

será referido mais à frente neste trabalho, tem um sucesso enorme junto dos alunos das escolas do concelho[150].

Pensa-se ainda que se está perante duas formas diferentes de fazer promoção dos eventos, pois pode-se afirmar que o Festival Internacional de Curtas Metragens beneficia de uma promoção junto da imprensa bem feita, com projecção local, nacional e internacional, que começa muito tempo antes do evento. Por seu lado, os Cursos de Aperfeiçoamento, apesar dos nomes sonantes dos formadores, não dispõem do mesmo grau de divulgação.

No entanto, são ambos momentos altos, de grande qualidade do panorama cultural vilacondense, que têm vindo a reforçar-se e que, juntamente com a Feira Nacional do Artesanato e as Corridas de Automóveis, são essenciais para a consolidação de um programa regular de eventos culturais em Vila do Conde.

Acrescenta-se ainda uma pequena reflexão, de âmbito geral, que se considera pertinente: a análise desenvolvida neste trabalho relativamente aos eventos / projectos culturais refere-os muitas vezes relativamente aos públicos envolvidos - se têm muito ou pouco público, se são de carácter mais elitista ou popular, se têm mais um cariz educativo ou de diversão. Na realidade esta classificação não é muito linear. Do mesmo modo que cada projecto não responde só a um objectivo de uma política cultural, como já aqui se defendeu, também a classificação dum evento por qualquer destes termos parece bastante reducionista, questão que deriva do carácter multifacetado dos projectos e da sua capacidade de envolvimento.

Percebe-se que se vive um período em que os acontecimentos culturais têm socialmente uma valorização significativa. A dimensão dos públicos torna-se, por isso, sujeita a alguma análise crítica, pois pode-se estar perante públicos que pretendem uma valorização do seu capital social que não corresponde de facto a práticas culturais adquiridas e "cultivadas".

Do mesmo modo, uma forma de cultura considerada "clássica", não é elitista por ela mesma, mas torna-se elitista pela prática social e política que a

[150] Em termos de números "arrendondados" de espectadores ou visitantes, pode-se referir o seguinte: Festival de Curtas Metragens – 18 000 em 6 dias (1999); Cursos de Aperfeiçoamento – cerca de 84 alunos + uma/duas centenas de público, durante uma semana, podendo as sessões infantis "Bichinho da Música" atingir largas centenas; e ainda, as Corridas – de 15 a 20 000; Feira de Artesanato – 400 000.

envolve. Por exemplo, a melhor maneira de criar públicos para a música faz-se através da sua democratização, da sua disseminação e do seu ensino, para os quais, sobretudo a política central, mas também a local e, por consequência, a escola têm uma função determinante, capaz de criar sementes para futuro.

Do mesmo modo, as manifestações ditas populares não dispensam actualmente exigências de qualidade e de inovação, capazes de as tornar atractivas e valorizadas perante outros tipos de público, que não aqueles que lhe são atribuídos.

Defende-se assim a importância e validade das diferentes expressões culturais, contribuindo a sua diversidade para o enriquecimento da cultura e a disseminação social do capital cultural.

3.2. - Uma Política de Juventude

Em 1998 cerca de 16% da população residente em Vila do Conde era constituída por jovens dos 15 aos 24 anos (dos 0 aos 24 anos são 35,6%), a que corresponde uma percentagem ligeiramente superior à que existe na região do Norte do país.

Embora nos dados estatísticos fornecidos pelo INE, os jovens sejam definidos pela faixa etária entre os 15 e os 24 anos, no estudo "Jovens em Portugal" [151] e noutras investigações realizadas, é avançada a idade entre os 15 e os 29 anos. Esta opção prende-se com um conceito de juventude mais alargado, relacionado com o atraso que actualmente se verifica na entrada na vida profissional. E se os 15 anos constituem o limiar mínimo de inserção na vida activa (idade oficial mínima em que termina a escolaridade obrigatória), os 29 anos constituem, teoricamente, o limite máximo de prolongamento da entrada na vida activa e, por conseguinte, adulta, constituindo-se assim um período educativo e formativo alargado.

São diversos os processos até esta entrada acontecer, pois, sendo cada vez mais dilatados, tornam-se também mais complexos e diferenciados. Em termos sociais, de um modo geral, apontam-se vários tipos de autonomia que a vida do jovem actualmente usufrui - familiar, residencial, relacional e de ocupação de tempos livres. Acontece, porém, que os jovens se mantêm até mais tarde economicamente dependentes da família de origem.

Este facto prende-se com o alargamento do tempo e do grau da escolaridade, o que provoca, por um lado, o aumento substancial da população escolarizada e a frequência dos níveis mais elevados de ensino; por outro lado, responsabiliza as instituições de ensino ao transformá-las num dos principais universos de aprendizagem, referência e vivência, o que é determinante na condição social juvenil.

---

[151] Cf. Alexandra Lemos Figueiredo e outros, *Jovens em Portugal, 1960-1997,* Secretaria de Estado da Juventude, Estudos sobre a Juventude /3, Celta Editora, Oeiras, 1999.

No entanto, se, em geral, o analfabetismo juvenil foi praticamente erradicado, o panorama educativo português está longe dos níveis europeus. Em meios mais desfavorecidos, o abandono escolar precoce continua a persistir e a constituir um problema estrutural do sistema de ensino português. A população jovem desempregada tem apenas a escolaridade mínima ou não a completou. Alguns jovens estão sujeitos a práticas de quase abandono diário, devido às deslocações profissionais da família e às suas condições de vida, encontrando-se em situação de condutas de risco.

Também para os jovens se pode falar numa sociedade dualista – os que têm apoios sólidos e que adquirem graus académicos mais elevados; os que, oriundos de meios desfavorecidos, não chegam a cumprir a escolaridade obrigatória.

A via profissionalizante tem tido alguma difusão e acolhimento junto dos jovens, como forma de transição para a vida activa. Falta por vezes orientação e encaminhamento que os elucide sobre as opções a seguir.

Para além da escola que desencadeia factores de inclusão ou rejeição nos jovens e que representa a educação formal e a aprendizagem obrigatória, as opções e os estilos de vida, incluindo a diversão e a ocupação dos tempos livres, são fortemente influenciados pelos "grupos de referência", grupos de pares, amigos e colegas, que fazem parte das sociabilidades locais. Permeáveis a práticas externas, transmitidas maciçamente pelos *media*, facilmente um grande número de jovens as absorve e adopta localmente. Atesta-se assim que, embora se possam encontrar traços comuns tanto no plano convivial como simbólico, o conceito de juventude está longe de ser consensual e diz respeito a um grupo heterogéneo e diverso.

Deste modo, o poder local necessita de fazer algum esforço de descodificação das vivências diferenciadas dos jovens, de modo a encontrar, em conjunto com a escola e em articulação com outras instituições, medidas e projectos que permitam dar contributos positivos para uma política que interesse a estes actores sociais. Em causa está o papel da autarquia no processo de socialização dos jovens.

3.2.1.- A Juvenilização da Oferta Cultural

Vila do Conde possui diferentes vereadores para a Juventude, a Educação e o Desporto, o que pode levar a que se deduza que a política municipal dá muita importância à população jovem, o que de facto é uma realidade.

Como já se referiu, mais de um terço da população do concelho tem menos de 24 anos, o que significa que há um grande trabalho a realizar. Vila do Conde possui a maior escola primária do país, localizada nas Caxinas.

A política autárquica para a juventude abrange diversas vertentes (cultural, social, educativa, profissionalizante, desportiva), visando a formação integrada do jovem e a resposta aos diversos problemas que lhe são socialmente colocados, com acessos gratuitos e apoios de vária ordem.

Como já foi referido, de um modo geral as práticas de consumo dos tempos livres dos jovens dirigem-se predominantemente a ocupações de diversão em bares e discotecas e não tanto a formas mais elaboradas de cultura. Introduzindo um certo equilíbrio, a política cultural local deve tentar diversificar as práticas dos jovens, permitindo-lhes o acesso a formas culturais mais sólidas e formativas, através da criação de espaços, de linhas de orientação, do acesso e contacto com a criação / produção cultural, estabelecendo, entre outros, projectos de articulação com o ensino formal e as instituições.

É assumida, na estratégia de actuação municipal vilacondense, uma constante preocupação em que nenhum jovem se sinta excluído, desde os jovens das freguesias mais afastadas do núcleo urbano, até às crianças mais desprotegidas de Caxinas.

Embora esteja em causa neste trabalho reflectir-se sobre os jovens enquanto públicos das várias ofertas culturais, entende-se que não se pode referir as suas práticas sem se contextualizar as suas vivências. Como se verifica nos projectos que se irão seguir, como é o caso do Centro Municipal de Juventude, não se pode entender estas iniciativas apenas como acções de ocupação distractiva e de diversão passageira dos jovens, sem lhes oferecer serviços e instrumentos que tenham em vista a sua formação e orientação de vida, em conjunto com uma oferta cultural apelativa.

A. Centro Municipal da Juventude *

O edifício abre em Julho de 1918 como casino, tendo posteriormente funcionado como estabelecimento de ensino. Em Setembro de 1995, constitui-se Centro Municipal de Juventude, depois de ter sido adquirido e restaurado pela Câmara Municipal, dentro, por um lado, da política de defesa do património edificado e, por outro lado, concretizando uma política muito voltada para a juventude.

Após a sua inauguração desenrola-se uma programação / divulgação intensa junto da comunidade, com actividades ao serão, tendo a população "em massa" visitado as instalações. Havia a curiosidade de conhecer um espaço novo, ofereciam-se programas e exposições de interesse geral.

O Centro passa a constituir uma unidade de carácter plurifuncional, sendo actualmente a principal oferta não só de práticas de ocupação de tempos livres, mas também de formação social, artística e cultural, dirigida às camadas jovens da população.

Na sequência do vasto programa que possui e das solicitações que sempre lhe chegam, foi construído um corpo novo localizado a nascente do edifício já existente[152], onde actualmente funciona, até novas instalações, o Instituto Superior de Tecnologia e Gestão com ligação ao Instituto Politécnico do Porto.

Para além do salão nobre disponível para audições, conferências, espectáculos e exposições, são múltiplas as actividades que as instalações do Centro Municipal da Juventude acolhem, sendo as principais as seguintes:

- Ensino da música pela Academia de Música S. Pio X, sendo ministrados cursos livres e cursos oficiais, de formação musical e de instrumento;
- Escolas de Teatro: Oficina 3º Acto (teatro/dança e expressão dramática) e Quinta Parede – Companhia de Teatro, vocacionada para o teatro de formas animadas (bonecos, fantoches, etc.), cujo trabalho engloba a aprendizagem de técnicas de relaxamento do corpo, projecção de voz e trabalho de postura física, de modo a facilitar o acto de representar com

[152] Área total do interior do edifício na ordem dos 3 200 m2.

o boneco, incluindo ainda a execução dos próprios bonecos, a montagem da peça e a sua representação;

- Curso de Teatro de Formas Animadas, financiado por um programa do Instituto de Educação e Formação Profissional, com vista a reabilitar as tradições culturais do teatro de bonecos;
- Escola Profissional de Dança - Dança "Teatro e Movimento" (filosofia de não-exclusão, dando oportunidade a todos de praticarem – 10 níveis de aprendizagem dos 6-16 anos, 3 níveis para os de mais de 16 anos);
- Núcleo de Fotografia – arquivo (espólio da Fotografia Adriano, enriquecido com obras de Domingos Alvão e Teófilo Rego, entre outros), laboratório e exposição de trabalhos e materiais fotográficos;
- Curso de conservação e restauro de documentos fotográficos, com o apoio do Arquivo Fotográfico Luís Pavão de Lisboa e o IEFP (curso no âmbito da Conservação do Património Cultural);
- Oficina de técnicas audio-visuais;
- Artes Plásticas – oficina e equipamentos destinados às diferentes áreas;
- Sala de aula para a delegação do Instituto de Inglês e Alemão (Manitoba);
- Cursos de Informática, de iniciação e profissionalizantes (pelo CESAE – Centro de serviços e Apoio às Empresas -, para alunos e trabalhadores);
- Mediateca – espaço de convívio, com jogos, torneios, concursos, CD'Roms, computadores;
- Ludoteca infantil. Biblioteca e sala de leitura.

De salientar que o espaço é de livre acesso e são disponibilizados vários materiais de forma livre e gratuita, utilizados no local ou no domicílio. No caso da leitura, para além de jornais diários, semanários e outros periódicos e revistas de especialidade, ainda são disponibilizados livros de apoio ao ensino, tais como enciclopédia e dicionários.

Existe ainda uma sala de informática, onde os alunos podem fazer os seus trabalhos escolares ou pesquisar na Internet. É-lhes disponibilizado apoio no local para as diversas actividades[153].

O Centro dá apoio ao associativismo juvenil do concelho ou às escolas, para utilização de instalações sempre que solicitadas. Organiza ainda visitas e colónias de férias.

O Centro dispõe ainda: de um gabinete de orientação escolar e profissional e de um "clube" de emprego, onde um corpo de assistentes sociais recebe os jovens e procura dar orientação nas várias áreas; de um gabinete de apoio psicossocial a jovens, que pretende atenuar / eliminar problemas psicossociais e comportamentais. O Centro tem instalado nas suas salas ainda a UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Activa, resultante do estabelecimento de um protocolo com o IEFP, que, segundo informação fornecida, tem tido muito bons resultados na orientação profissional dos jovens. Disponibiliza ainda informação através do Posto de Informação Juvenil, resultante de um protocolo com o IPJ (Instituto Português da Juventude).

As instalações do Centro acolhem ainda o chamado Clube da Ciência, com um mini-planetário, um Clube da Comunicação, com uma publicação chamada "Margens" e um Infocid – quiosque multimédia.

Das instalações faz ainda parte um café-concerto, local de encontro e convívio onde uma estratégia de custos, orienta o consumo de bebidas servidas aos jovens. É possível ver ao lado dos jovens, pessoas com bastante mais idade, para as quais também há um procedimento particular, contribuindo para que o ambiente criado seja convidativo e acolhedor. Há também no Centro algumas actividades dirigidas aos mais velhos.

Pontualmente desenvolveram-se *ateliers* de pintura, desenho, escultura, cerâmica e serigrafia, mas a ocupação total das instalações não tem permitido a continuidade destes *ateliers*. Do mesmo modo, já desenvolveram também projectos cujas acções eram compostas por *ateliers* multimedia, de cinema de

---

[153] Postos de trabalho: efectivos 12 funcionários pagos pela autarquia + 8 no café-concerto, cujas receitas dão para as despesas + prestadores de serviços – professores. Os preços que os alunos pagam nalgumas acções de formação é o mínimo para pagar as despesas. A direcção entende que o Centro não tem que obter lucros, embora isso constitua uma "luta" com quem está "no terreno" a dar os mesmos cursos (afirmação da directora do Centro).
Apesar de algumas acções se auto-financiam, a autarquia não deixa de ter uma despesa significativa com o seu funcionamento.

animação (em conjunto com o Cineclube), assim como de artes plásticas, materiais recicláveis e iniciação à olaria.

Claramente as funções de diversão têm sido absorvidas pelas funções formativas, pois os jovens pedem muita formação[154].

Frequentemente são lançados inquéritos por questionário e feitos estudos de frequência mensal e utilização dos equipamentos. Torna-se possível, deste modo, fazer ajustamentos na programação das actividades e na oferta de equipamentos. Nas fichas distribuídas para recolhimento de dados, há um espaço destinado a opiniões e sugestões (Em anexo, junto à Ficha de Projecto, está colocada alguma informação).

O grande número de actividades que o Centro alberga corresponde a uma ocupação de salas a cem por cento[155]. Os jovens das freguesias mais afastadas podem permanecer nas suas instalações, enquanto aguardam transporte, e usufruir de material de diversão e aprendizagem, capaz de o aliciar à permanência. Este facto constitui uma prática muito salutar e positiva.

Considera-se que os bons resultados do Centro Municipal da Juventude são consequência de uma boa gestão, coordenação e profissionalização dos recursos humanos que o dirigem. Dada a grande responsabilidade que têm, tolera-se pouco o amadorismo[156].

Procura-se também chegar aos jovens das freguesias mais longínquas através de práticas de pedagogia cultural de descentralização e itinerância, tentando levar sempre que possível informação, espectáculos, programas. A falta de transporte a partir de determinadas horas é impeditiva de os trazer ao Centro, sobretudo no caso de algumas actividades de hora mais tardia.

O grande impacte suscitado pelas actividades do Centro Municipal da Juventude e do Auditório impulsionaram a decisão de se construir uma nova

---

[154] Drª Leonor Macedo, directora do Centro, em entrevista para este trabalho: "**Sempre pensei num Centro que fosse resposta e que as coisas viessem por solicitação, que houvesse uma correspondência, mais do que abrir algo com meia dúzia de salas, tudo muito bonito, mas que efectivamente não correspondesse à solicitação dos jovens".**

[155] Com excepção das salas de informática que mantêm os computadores, as outras salas têm uma ocupação contínua. Alguns dias na semana, no espaço de 2 horas, dão aulas a 200 alunos. A direcção controla uma boa relação e espírito de equipa entre os "sectores" e organiza trocas, quando há sessões extras, de forma a que tudo se conjugue. Esta colaboração estende-se às escolas e a outras instituições. O importante, dizem, é não deixar de fazer acções por falta de espaço.

[156] A este propósito afirma a sua directora: A actividade do Centro é muita e não se pode fazer o que não se controla. É preciso muita capacidade para gerir tudo. Mas não é difícil. É preciso sempre muita atenção.

Biblioteca e de se recuperar o Cine-Teatro Neiva, criando assim mais dois espaços que proporcionarão novas possibilidades de dinamização.

O Centro Municipal da Juventude pode considerar-se um projecto pioneiro no género. Funciona, tem uma maximização de ocupação juvenil, em boa ordem e num ambiente saudável. Foi considerado pela Secretaria de Estado da Juventude o melhor do país e tem servido de modelo a outros.

Num folheto de divulgação do Centro pode ler-se "quando nos falam da desmotivação e desinteresse dos jovens como factores que os caracterizam na sociedade actual, sentimos que há uma reflexão a fazer. E na discussão do binómio jovem / comunidade terá que se contar necessariamente com o estabelecimento de condições prévias que se prendem com a disponibilização de espaços, meios e vontades, capazes de proporcionar a comunicação necessária".

B. O Conselho Municipal da Juventude

O Conselho Municipal da Juventude foi criado em Vila do Conde, em Setembro de 1993, por iniciativa do Presidente da Câmara Municipal. Neste Conselho participam representantes das Associações Desportivas, Culturais e Recreativas de todo o concelho, de Instituições Sociais, das Escolas Secundárias, Profissional e Superior, dos Escuteiros e de jovens designados pelo próprio Presidente.

A sua função é pronunciar-se sobre a política da juventude seguida no concelho e apresentar propostas de realizações. É uma iniciativa bastante interessante, tendo em vista uma certa democratização decisória.

Eventos promovidos: Art Move 96 – em colaboração com a Associação Art Movemente – exposição de actividades e trabalhos, dando oportunidade a novos artistas não só na área da pintura (com telas distribuídas no espaço – pintura ao vivo), mas também da música, escultura, curtas metragens, artes do circo.

Em Março de 1999 foi organizado pela primeira vez o Dia Mundial da Juventude. Este ano teve lugar o 2º Fórum sobre movimento associativo, subordinado ao tema "O Associativismo Juvenil – que realidades no ano 2000?". Realizaram-se ainda os primeiros Jogos de Juventude, com a

participação de mais de trezentos jovens. À noite houve convívio e animação cultural.

Dentro do âmbito da política da juventude, realiza-se em Abril a chamada Semana Cultural da Associação de Estudantes da Escola Superior de Estudos Industriais e Gestão.

C. A Semana da Juventude

Uma das propostas do Conselho Municipal da Juventude é o programa de realização da Semana da Juventude, que abrange áreas de teatro, música, exposições e actividades desportivas e recreativas.

A título exemplificativo relativamente às práticas desenvolvidas, refere-se que do programa anual consta: Concurso de Fotografia; Concurso de Literatura Juvenil (prosa e poesia); Concurso de Artes Plásticas (desenho, pintura, escultura).

Os trabalhos realizados são apresentados publicamente. Apesar da atribuição de prémios aos que mais se distinguem, o boletim do Centro Municipal da Juventude publica todos os trabalhos.

Realizam-se ainda actividades de música, teatro, multimédia, animação, conferências, desporto radical (paramotores, paraquedismo, kart, balão de ar quente).

A equipa que organiza a Semana da Juventude vai buscar ideias ao Festival da Juventude, à Feira das Associações e à Art Move e conta com o apoio da produtora "Mundo de Aventura".

D. Campo de Férias de Bagunte

A organização anual dos campos de trabalho arqueológico constitui uma parte relevante da programação da APPA - Associação de Protecção ao Património Arqueológico (associação que mais adiante é referida neste trabalho) dirigida aos jovens nacionais e estrangeiros.

Realizam-se, desde 1996, uma média de quatro campos por ano, tendo cada campo cerca de vinte e cinco jovens. Até agora, já passaram pelo Campo de Bagunte entre trezentos e quatrocentos jovens, das mais diversas áreas do

ensino. Trata-se de um trabalho voluntário, com excesso de procura, pois todos os anos, cerca de trinta jovens estrangeiros querem voltar. Estes campos são subsidiados pelo Instituto Português Juventude (IPJ).

Dentro das actividades desenvolvidas pelo Gabinete de Arqueologia Municipal dirigidas aos jovens, são ministrados Cursos de Formação financiados pelo IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) nas áreas de:

- Conservação e manutenção dos sítios arqueológicos, com a duração de dois anos. O êxito do primeiro curso pode medir-se pelos resultados obtidos, pois dos doze alunos inscritos, dez chegaram ao fim, tendo nove obtido de imediato colocação profissional (em empresas de prestação de serviços na área da arqueologia e Câmaras Municipais);
- Registo e Desenho Arqueológico, a decorrer com dez alunos, curso com a duração de três anos;
- Comunicação - guias de arqueologia e património (componente de animação cultural) - curso a aprovar, em primeira instância, pela Câmara Municipal; em segunda instância, pelo IEFP que os financiará.

Estes cursos, destinados a criar especialistas nestas áreas culturais, têm uma função formativa e, ao mesmo tempo, dão possibilidade de emprego na medida em que estes jovens ficam habilitados a desempenhar funções profissionais compatíveis.

Pela participação e envolvimento dos jovens nos cursos de formação e aprendizagem e por todo um conjunto de acções de âmbito cultural levadas a efeito, a que ainda se fará alusão, neste caso envolvendo não só os jovens, mas a comunidade em geral, não pode deixar-se de considerar Bagunte um projecto com um peso significativo dentro da dinâmica cultural que a autarquia está a imprimir ao concelho.

Da programação da Associação de Protecção ao Património Arqueológico, faz parte, desde 1994, o curso de iniciação à arqueologia com o apoio do Instituto Português de Juventude e, desde 1995, o curso de iniciação ao tratamento de materiais arqueológicos em laboratório.

A APPA tem levado ainda a efeito actividades como a exposição de arte sacra "A Alma de Vila do Conde", em 1995; os Encontros "100 anos de Arqueologia" – homenagem aos 100 anos da revista "O Archeólogo Português" (1895); e a

exposição de arqueologia "Raízes de Vila do Conde" em 1996[157]. Algumas destas acções inseridas no projecto ao Sub-programa C "Divulgação e Dinamização Cultural da Área da Cividade de Bagunte" permitiram a consolidação da APPA e a sua aceitação como associação cultural.

O Gabinete de Arqueologia Municipal tem organizado, durante o ano de 2000, várias conferências mensais, cujo tema geral é "Encontros do Património", apresentando um convidado e um tema específico. Pretende-se uma reflexão sobre o conceito de património, natureza e utilidade social, conforme é referido na sua divulgação.

E. **Ocupação Recreativa e Desportiva**

A aposta da autarquia na juventude passa muito pelo campo desportivo, ficando incompleta qualquer referência a essa política que não tenha em conta estas actividades.

O concelho dispõe, nas várias freguesias, de bons equipamentos para a prática desportiva: piscinas, campos de futebol, ringues e campos de ténis, para além do Pavilhão Desportivo Municipal, dirigido pelo Ginásio Clube Vilacondense. Este pavilhão oferece excelentes condições para o desporto, onde praticam ginástica cerca de oitocentos atletas do concelho. Salienta-se a modalidade de trampolim, onde são campeões mundiais, tendo no seu palmarés um campeão europeu e outro do mundo. Revelam por isso bom nível de preparação e participação. Por um lado, os atletas têm ambições de ganhar medalhas e pode considerar-se haver no Ginásio uma estrutura profissionalizada que luta por isso. Por outro lado, em geral, promove-se a prática de ginástica como forma de ocupação saudável.

Distingue-se ainda a prática da modalidade desportiva de voleibol, bastante bem sucedida também, estando inscritos em todos os escalões. Têm participado em competições europeias de voleibol feminino, sendo as suas atletas chamadas à selecção nacional. Em 1999 tiveram campeões nacionais juniores femininos e seniores masculinos.

---

[157] Algumas destas acções estão incluídas num projecto que durante 1996, 1997 e 1998 a APPA candidatou ao Sub-programa C do PRONORTE (QCA II), tendo recebido de financiamento comunitário 5 300 mil contos correspondente a 75% do valor elegível do projecto (7 046 contos). A comparticipação nacional (cerca de 2 700 contos) foi assegurada pela C M Vila Conde e pela C M Barcelos.

Para este número de atletas existem trinta e dois professores, sendo o número de sócios de cerca de quatro mil, os quais pagam uma quota mensal simbólica. O objectivo da Direcção do Ginásio é o de pôr o maior número possível de jovens do concelho a praticar desporto, pois considera-se que os bons atletas são também bons estudantes, havendo um bom acompanhamento dessa articulação.

Para além das competições nacionais e internacionais em que participam com óptimos resultados (campeonatos nacionais, distritais e regionais), realizam dois saraus anuais de ginástica para a comunidade local a fim de angariar fundos. Também "vendem" os seus serviços aos jardins-escola com a finalidade de captar futuros atletas.

A sua boa capacidade organizativa, em conjunto com as boas instalações, levou o Ginásio a organizar em 1994 o campeonato mundial de ginástica. Considera-se que falharam por pouco a participação nos Jogos Olímpicos a realizar em 2000 e que incluirá pela primeira vez esta modalidade de ginástica-trampolim. No caso do voleibol, organizam torneios em Vila do Conde e em Espanha.

Existe ainda em Vila do Conde, para além da prática futebolística e das corridas de automóveis a que já se fez referência, outras modalidades ligadas ao Fluvial Clube Vilacondense, relacionadas com a prática desportiva no rio, com destaque para o remo e a canoagem[158]. O Fluvial organiza duas grandes competições anuais em natação: Torneio Cidade de Vila do Conde em Natação e Torneio do Nadador Completo. Organiza ainda torneios de canoagem e remo e as regatas de vela - Cidade de Vila do Conde. Em geral, participam em competições nacionais e internacionais, individualmente ou na selecção nacional. Têm atletas bem posicionados nas classificações de Remo - medalhas de ouro, sendo uma ganha na Bélgica e duas em França. Recentemente uma atleta obteve uma medalha de ouro na Taça da Juventude, realizada na Irlanda. Em canoagem o Fluvial já teve um mesmo atleta com três presenças olímpicas – o melhor que conseguiu foi um sexto lugar (Barcelona 1992 – o melhor resultado dos atletas portugueses presentes). É a associação desportiva mais antiga do concelho, da qual se tratará mais à frente neste

[158] Modalidades actuais, para além do remo e canoagem: natação, vela e surf. Já praticaram, além destas, muitas outras, entre as quais, futebol, ciclismo, campismo, caravanismo e pesca.

trabalho, dadas as características culturais e sociais que o seu percurso envolve e a sua relevância no movimento associativismo vilacondense. Tem cerca de mil sócios e trezentos atletas dos oito aos trinta anos, dos quais cento e vinte são atletas de natação[159].

O ténis é uma modalidade mais recente em Vila do Conde, mas que começa a fazer-se notar, realizando-se anualmente um Torneio Internacional de Ténis Júnior, considerada a mais importante competição no escalão já realizada em Portugal[160]. Presentes, encontram-se participantes campeões juniores internacionais, estando esta competição a ficar bem colocada a nível do *ranking* europeu. Esta competição é organizada por uma entidade privada com o apoio da autarquia.

Realizam-se ainda no concelho, actividades desportivas da iniciativa directa do município, de carácter lúdico e de entretenimento

Prevista está a construção de um Centro de Ténis, piscina olímpica e complexos desportivos – pavilhão / piscina – nas freguesias junto das escolas.

3.2.2. - Acções para a Coesão Social

Embora se pretenda dar relevo a este parâmetro específico das políticas culturais como um dos mais importantes das sociedades actuais, dadas as condições de vulnerabilidade e exclusão instaladas, no entanto ele está presente ao longo de tudo o que aqui é defendido. Quando é referida a valorização do espaço e do património e se dá relevo a uma política dirigida aos jovens e à articulação bem cedo com o ensino escolar no sentido de dar aos pequenos alunos um sentido completo de formação, isto, já por si, é um combate à exclusão social, no sentido da sua prevenção.

Porém, de uma forma mais directa, é colocado às ofertas culturais o desafio de, juntamente com as indispensáveis políticas de qualificação do quadro de vida (habitação, integração, saúde, educação) e de melhores condições económicas

---

[159] A natação é paga, com excepção dos atletas de competição. Têm 5 treinadores). Sócios: 1000 (Na natação pagam uma pequena quota anual - adultos 2000$; menores de 18 anos - 1000$. Nas outras modalidades pagam 300$/mês que reverte para secção respectiva). Subsídios mensais aos atletas, como incentivo para gastos - o mais alto 160 contos.

[160] Jornal "Público", do dia 13-08-2000.

de vida, tentarem recuperar situações já declaradas de exclusão. Como refere Luís Capucho num artigo sobre exclusão social "as políticas gerais facilitadoras da integração dos grupos mais desfavorecidos são políticas que asseguram a protecção social, o acesso a elevados padrões de prestação de cuidados de saúde e o acesso a uma educação de qualidade e capaz de acompanhar as pessoas ao longo da vida, integrando esses grupos nas estruturas correntes em que tais políticas se baseiam"[161].

A cultura, em termos individuais pode contribuir para o desenvolvimento da auto-estima, atribuindo conhecimento e desenvolvendo aptidões amortecidas. Pode abrir horizontes e criar oportunidades ao permitir a tomada de consciência da situação de exclusão e ajudar a sair dela.

Contudo, o tratamento de exclusão passa, essencialmente, pela comunidade, pela integração e participação.

Projectos como os que se referirá de seguida são importantes, sempre de uma forma integrada com outras iniciativas.

Caxinas - Novas Marés e Novos Rumos *

O projecto "**Raio de Sol**" inserido no programa mais vasto "Novas Marés" pode ser da maior importância para Caxinas na medida em que pretende ajudar à criação de um Gabinete de Apoio e de Formação às Famílias em Risco[162]. Divide-se, à partida, em três objectivos: desenvolver o espírito de solidariedade e cooperação; contribuir para que os jovens em risco encontrem formas alternativas de ocupar os tempos livres em ambiente saudável; fomentar a integração e a reinserção social. Abrange noventa e oito crianças e quer apoiar as famílias a que elas pertencem. Durante três anos serão desenvolvidas acções de "programação ocupacional para crianças, no âmbito de actividades extracurriculares de natureza cultural e socio-educativa", conforme menciona a memória descritiva do projecto.

---

[161] Luís Capucha, "Exclusão profissional, exclusão social e cidadania" in *Cidadania, Integração, Globalização*, José Manuel Leite Viegas, Eduardo Costa Dias (organizadores), Celta Editora, Oeiras, 2000, p. 198.

[162] Destinado a crianças de Caxinas em risco, envolveu uma verba de cerca de 64 mil contos (80% assumidos pelo governo e o restante pela Câmara Municipal).

Caxinas, localizada na freguesia sede do concelho, possui um território muito específico e identitário, marcado por um contexto social e económico bastante carenciado, quer por uma economia demasiado dependente do mar[163], actualmente sem alternativas e grandes taxas de desemprego, quer por hábitos e comportamentos de consumo, orientados por valores e referências muito próprios. Histórias de gente do mar, de lutas e misérias, agravada por uma doença sem retorno[164]. Possui baixos níveis de escolaridade, insucesso e abandono precoce do sistema escolar.

Pese embora os esforços desenvolvidos, a degradação urbana é visível: uma grande densidade populacional; más condições de alojamento; falta de equipamentos; ausência de espaços públicos de convivialidade e lazer. Esta degradação tem vindo a aumentar. Com a crise no sector das pescas, acentuam-se os casos de inadaptação e de exclusão social – reduzidas qualificações da população, baixos rendimentos e incipiente sistema de protecção social.

Caxinas está "separada" fisicamente do centro urbano vilacondense devido à existência de um enorme terreno de dezasseis hectares denominado a "quinta do Engº Carvalho" (em vias de alteração), mas também porque as suas gentes têm um modo de vida próprio, muito próximo dos seus vizinhos poveiros, porque do mar, identificando-se mais com estes do que com os outros vilacondenses.

A "arquitectura" institucional de qualquer projecto desenvolvido em Caxinas, dadas as grandes carências, acaba por ter envolvidas todas as entidades possíveis, tais como a Câmara Municipal de Vila do Conde e a Junta de Freguesia, o Centro Municipal da Juventude (que procura levar até lá todos os projectos que lhe são possíveis), as Escolas do 1ºCEB de Caxinas e Benguiados, Escola EB 2,3 "Frei João" e Escola Secundária "José Régio" (dado o interesse directo que devem ter na educação e ocupação das crianças), a paróquia de Caxinas (que juntamente com a escola primária[165] constituem duas lideranças daquele espaço), a Associação A. F. Vila Cova e naturalmente a população local, que é colaborante e participativa.

---

[163] Caxinas é a povoação com o maior núcleo de pescadores do Norte do país.

[164] Trata-se da Paramiloidose, vulgarmente conhecida por "doença dos pezinhos", até este momento, sem cura.

[165] Caxinas possui a maior escola primária do país – 868 alunos e um corpo docente de 47 professores.

São os agentes locais, sociais e culturais, a mobilização da população, as intervenções como a qualificação urbana e a criação de infra-estruturas que devem completar as acções de animação cultural contidas nos projectos para esta área.

No âmbito do QCA II, o Sub-programa C apoiou um pequeno projecto intitulado Caxinas-Novos Rumos[166] (promovido pela Câmara Municipal), de âmbito cultural cujos objectivos foram:

Animar cultural e pedagogicamente a ocupação de tempos livres; reforçar a coesão socio-cultural e a melhoria da qualidade de vida; apoiar actividades lectivas; criar maior empenho e dinamismo dos agentes educativos locais.

Juntamente com um outro projecto apoiado, "Caxinas-Novos Rumos", desenvolveram-se as seguintes actividades:

- oficinas de artes plásticas e materiais recicláveis, como plástico, papel;
- *workshop* origami (arte de dobrar papel) e de slides;
- *ateliers* de teatro com a montagem de uma peça – A nossa Onda, cuja apresentação foi feita no Salão Paroquial de Caxinas – música e dança sobre o mar e a vida dos pescadores e suas famílias;
- oficina de construção e animação de marionetas;
- *atelier* de iniciação à actividade circense;
- iniciação à fotografia -fotogramas e *pin-hole*, cujos trabalhos constituíram a mostra fotográfica na casa dos pescadores – Cubo Mágico;
- exposição do arquivo fotográfico sobre "Construção Naval";
- jogos juvenis "Viver o Verão 2000", no âmbito do projecto Novas Marés.

No âmbito do projecto foi ainda elaborado um inquérito de levantamento e caracterização escolar com vista à implementação de futuras acções do projecto Escola-Meio, realizadas reuniões prévias de informação e sensibilização junto dos Conselhos Directivos e Pedagógicos, psicólogos e pessoas envolvidas no projecto. As acções já levadas a efeito tiveram a participação de centenas de alunos e abrangeram a área das artes cénicas, potenciando a criatividade e o trabalho de grupo e contribuindo para a

[166] Financiamento em 1997 – Fundos comunitários: 9 700 contos; C M Vila Conde: 3 300 contos. Complementa acções do PRU – Programa de Reabilitação Urbana.

integração da escola na comunidade. Os resultados das acções são apresentados à comunidade.

O Centro Municipal da Juventude, o Cineclube e outras instituições procuram sempre que possível fazer deslocar eventos para Caxinas, tendo sempre uma grande adesão por parte da população local. A expressão utilizada pelos responsáveis destes eventos é de "esponja", no sentido de que absorvem tudo quanto se queira dar – o bom e o mau. Tanto enchem o recinto com um concerto de música ligeira, como a seguir enchem a igreja com um concerto de música clássica, revelando comportamentos que ultrapassam muitas vezes as expectativas. Este fenómeno não se verifica nas freguesias rurais, onde a adesão é sempre menor.

3.2.3. - Articulação com o Sistema Escolar

Ao longo deste trabalho é notório o realce dado ao carácter educativo e formativo da cultura e ao seu entrosamento no sistema de ensino formal.

Em Vila do Conde, para além de actividades extra-curriculares que se desenvolvem por iniciativa da própria escola, a autarquia tem também apoiado directa ou indirectamente, a realização de alguns projectos, durante o período escolar, com um forte carácter pedagógico e de ocupação de tempos livres, sobretudo durante o período de férias.

A - O Bichinho da Música ou os Pequenos Músicos

Alternadamente, todos os anos, estes são os nomes que são dados a um programa especial de música para os mais pequenos, levado a efeito pela Academia de Música D. Pio X, com a colaboração da autarquia e das escolas. Durante uma semana, os alunos das primeiras classes da Academia fazem concertos à tarde para os alunos das escolas das freguesias do concelho. Estes, cuja deslocação é assegurada pela autarquia, vêm ao Auditório presenciar o concerto que lhes é dedicado.

É um projecto considerado muito gratificante para quem nele trabalha, pelo forte sentido pedagógico que contem e pelo envolvimento e entusiasmo dos participantes.

Tem sido objectivo da Academia procurar estratégias que criem e desenvolvam o gosto e a aprendizagem da música por parte dos alunos dos diferentes níveis de ensino.

São processos longos os da adesão aos projectos culturais estruturantes e exigem uma continuidade e uma persistência indispensáveis à criação e difusão de hábitos e práticas culturais.

B - A Hora do Conto

Trata-se de uma iniciativa da Biblioteca Municipal composta por sessões animadas de leitura para os mais pequenos. Alguém conta um conto, apoiado por suportes ilustrativos, tais como um CD projectado num ecrã gigante, diapositivos, *slides*, fantoches, marionetes ou dramatização, como foi o caso de uma História de Natal da poetisa Sophia Mello Breyner em 1999.

A este trabalho é acrescentada uma actividade complementar, de carácter prático, que pode ser, entre outras, a execução de um postal de Natal ou de um fantoche de dedo.

C - O Jardim das Brincadeiras

O Jardim das Brincadeiras é uma iniciativa que começou a ser levada a efeito no âmbito do projecto Novas Marés, programado inicialmente para Caxinas, desenvolvido por educadoras do município, visando a ocupação do tempo das férias lectivas das crianças e adolescentes do concelho.

Das acções, consta a realização de uma série de *ateliers* temáticos, orientados por animadores das diferentes áreas que vão desde fotografia, artesanato, pintura, até olaria, entre outros.

Para o efeito são montadas tendas num lugar central de Caxinas, perto da Igreja Matriz, assim como em espaços centrais de Vila do Conde.

As Educadoras envolvidas neste trabalho estão cientes que, facilitando e generalizando o acesso a actividades culturais e fomentando a criação artística

e literária, estão a contribuir para a valorização pessoal e social das crianças envolvidas e a prevenir / reduzir os fenómenos de exclusão.

D - Educar para a Segurança

O tema "segurança" faz parte de um pequeno projecto que a Associação dos Bombeiros Voluntários de Vila do Conde[167] levou a efeito e que se considera importante referir pelo seu carácter pedagógico. Este projecto foi desenvolvido no espaço museológico, pois cada vez mais este é um espaço que se pretende interactivo com a comunidade.

O Museu do Bombeiro, propriedade da Associação dos Bombeiros Voluntários, foi inaugurado em Maio de 1984 e do seu espólio fazem parte peças ligadas à actividade dos Bombeiros, algumas com cerca de duzentos anos. A associação possui entretanto novas instalações, dispondo ainda de uma galeria para exposições.

Os objectivos do projecto "Educar para a Segurança"[168] que tem sido levado a efeito são os de transmitir às crianças normas de segurança e protecção ambiental, mostrando, ao mesmo tempo, a componente cultural e pedagógica dos Bombeiros.

Partindo destes objectivos, o projecto "Educar para a Segurança" concretizou-se através de acções que possibilitaram um serviço educativo permanente, utilizando equipamentos multimédia e uma mini-escola fixa de trânsito. Foram desenvolvidas as seguintes acções: criação de uma exposição permanente historial e didáctica; entrega de maletas pedagógicas, constituídas por uma pista e um conjunto de miniaturas de carros, viaturas, sinais e peões; escola fixa de trânsito com pista; conjunto de bicicletas e sinais de trânsito que os visitantes podiam utilizar; audiovisuais ilustrativos.

Este material didáctico distribuído na visita contem conselhos práticos úteis, de prevenção e segurança (como por exemplo, prevenção rodoviária e de intoxicações) dirigida sobretudo às crianças, mas também aos professores e

---

[167] A Associação dos Bombeiros aparece neste trabalho unicamente como promotora deste projecto.

[168] O projecto foi apoiado pelo Sub-programa C do PRONORTE (QCAII) "Educar para a Segurança" e teve o financiamento de 9.230 contos (a 75%). A contrapartida nacional foi assegurada pela Associação dos Bombeiros. Visitantes, desde Junho 1998 até Dezembro 1999: Individuais 1681; estudantes 3.919; estrangeiros 1.170.

pais. Foi criado um módulo no *site* do Museu, integrado no programa GEIRA[169], onde se dá a conhecer as colecções, o serviço educativo e as actividades.

E - As Fadas. Em Vila do Conde com Antero Quental

Na continuação da exemplificação das várias iniciativas que são realizadas em articulação com o sistema de ensino por diversas entidades do concelho, apresenta-se ainda este projecto levado a efeito, no ano 2000, pelo Centro de Estudos Anterianos e que envolveu igualmente todas as escolas do concelho. Para além da leitura do poema de Antero de Quental em sala de aula, os alunos foram incentivados a fazer uma ilustração do mesmo, a qual foi motivo da montagem de uma exposição e da publicação de um livro. Nesta publicação surgiam expostos os trabalhos dos alunos.
Concorreram mais de duzentos trabalhos de crianças das escolas do concelho.
Este livro foi mais tarde oferecido aos alunos de diferentes escolas do país.
O objectivo do projecto foi dar a conhecer o poeta Antero de Quental aos mais novos, incentivando hábitos de leitura.

3.2.4.- Educação pela Arte

Herbert Read[170] defendia, em 1958, que "o objectivo da educação imaginativa foi apropriadamente descrito por Platão: é dar ao indivíduo um conhecimento sensível concreto da harmonia e do ritmo que entram na constituição de todos os corpos vivos e plantas, o conhecimento que é a base formal de todas as obras de arte com a finalidade de que a criança, na sua vida e actividades, partilhe da mesma graça orgânica e da mesma beleza. Por meio desta educação damos a conhecer à criança *aquele instinto de relação* que, mesmo depois do aparecimento da razão, lhe possibilitará distinguir o maravilhoso do feio, o bom do mau, o modelo certo de comportamento do modelo errado, a pessoa nobre da ignóbil.

---

[169] O programa GEIRA é composto por centros de produção multimédia e servidores de informação sobre o património científico, cultural e ambiental do norte de Portugal, produzido a partir dos centros de informática de duas Universidades: Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro.
[170] Cf. Herbert Read, A Educação pela Arte, Edições 70, Lisboa, 1958.

Por isso já está claro que tem grande alcance a exigência que faço de incluir a arte no sistema educacional. Na verdade o que quero é apenas isto: que a arte, concebida amplamente seja a base fundamental da educação. Porque mais nenhum tema é capaz de dar à criança não só uma consciência em que a imagem e o conceito, a sensação e o pensamento se relacionem e estejam unidos, mas também, ao mesmo tempo, um conhecimento instintivo das leis do universo, e um hábito ou comportamento de harmonia com a natureza".

Este texto, actual e elucidativo, vem confirmar o que sociologicamente se defende: o gosto educa-se pela diversidade da produção artística e é uma criação/construção social. Quanto mais cedo for incutido e transmitido, mais alicerça a formação do indivíduo.

Este trabalho basear-se-á, em termos exemplificativos, em projectos desenvolvidos na arte da escrita e no gosto pela leitura. Também se fará uma breve referência ao campo artístico da pintura.

Constata-se socialmente que a melhoria geral dos níveis de vida e de consumo, o aumento da classe média, o aumento da taxa de escolaridade e a consequente queda do analfabetismo não tiveram influência nos hábitos de leitura regular, por exemplo, da imprensa periódica. Portugal é desde há muito o país da Europa onde se lêem menos jornais, situação que não se alterou. Atribui-se à televisão o facto dos portugueses, que atingiram um certo estádio de desenvolvimento que deixaria supor uma propensão para a procura de informação escrita, continuarem a não inverter essa situação.

O desinteresse pela informação e pela cultura reflecte-se ainda na reduzida procura de livros e na diminuta frequência de bibliotecas.

Os indicadores relativos às **bibliotecas**, pese embora a política do governo e o facto do número de bibliotecas ter realmente aumentado, não corresponde a um grande aumento no número de leitores. Facto curioso é o de os indicadores reflectirem um aumento no número de leitores até final da década setenta, indicando as estatísticas, a partir daí, que os números regressaram aos níveis próximos dos anos de sessenta[171].

[171] Cf. António Barreto, A Situação Social Portuguesa, Estatísticas de Cultura, p. 143.

Quanto à edição de livros nota-se uma ligeira tendência para o aumento do número de títulos publicados, mas há uma redução nas tiragens de cada livro. Relativamente aos periódicos, parece haver uma estabilidade relativamente à publicação e à tiragem.

A - Biblioteca Municipal *

O interesse suscitado pelas actividades do Centro Municipal da Juventude e do Auditório em Vila do Conde avalizaram a decisão de se construir uma nova biblioteca - Biblioteca "José Régio" -, uma das maiores do país e em fase de conclusão. Implantada numa zona de recente expansão urbana e de localização de vários estabelecimentos de ensino, a nova biblioteca assume-se como um pólo cultural polivalente e com possíveis extensões às freguesias.

A Biblioteca de Leitura Pública actualmente existente em Vila do Conde data de 1953, sendo o primeiro espólio o do abade de Sousa Maia. No entanto, no século XIX já é referida a existência de uma sala de leitura pública.

Na década setenta passa para a casa arrendada à família Jorge Figueiras de Faria, onde se mantêm até aos dias de hoje. Aguarda-se para o ano 2000 a inauguração do novo edifício, este já construído de raiz para Biblioteca e pertencente à Rede de Leitura Pública[172].

Entretanto, às aquisições bibliográficas da Câmara Municipal foram-se juntando vários acervos oferecidos ao longo do tempo. Para além do acervo relativo a livros, possui actualmente vídeos, CDs e o indispensável acesso à Internet.

O perfil do utilizador era, no passado recente, o jovem com idade entre os dez e os dezasseis/dezoito anos, cuja procura era essencialmente para trabalhos escolares. Actualmente, há uma nova faixa etária, até aos trinta anos de idade, cujo incremento, segundo opinião da direcção, se deve à abertura da modalidade de empréstimo domiciliário. Existe também um grupo com mais de sessenta e cinco anos, que não sendo muito grande, é bastante fiel.

Anualmente é apresentado à Câmara Municipal um plano de actividades, juntamente com um orçamento; normalmente, a Câmara Municipal concede

---

[172] A construção da Biblioteca tem o apoio de um programa da então Secretaria de Estado e Cultura (1988). Foi apetrechado através do Programa de Leitura Pública, co-financiado pelo Instituto Português do Livro e da Leitura – Ministério da Cultura.

financiamentos superiores aos que são solicitados. A edição de livros é também da responsabilidade financeira da Câmara[173].

Existe ainda disponibilização orçamental municipal para iniciativas, tais como a feira do livro, a hora do conto, ou a montagem do presépio vivo, entre outras[174].

Relativamente à programação, a Biblioteca e o concelho de Vila do Conde, tendo consciência das mais-valias que algumas figuras vilacondenses lhes podem trazer, têm promovido acontecimentos, como lançamento de livros, palestras, conferências e exposições. Para estas actividades, apesar do seu público fiel, a direcção da Biblioteca tenta sempre desenvolver estratégias de aproximação à comunidade.

Destas iniciativas destaca-se, no mês de Abril, a promoção de actividades relacionadas com o Dia Mundial da Literatura e do Livro, assim como, com o Dia Internacional da Literatura Infantil. Em Julho promove a Feira do Livro.

A Biblioteca tem um Serviço Itinerante de Leitura que percorre o concelho e vai às escolas, assim como um projecto de leitura – Bibliocaixas – dirigido a associações que pretendam ter uma biblioteca nas suas instalações, através da disponibilização de um fundo bibliográfico, que depois é trocado. Partilham-se ainda iniciativas, nomeadamente exposições, deslocação de escritores às Bibliotecas da Rede e acções de formação para técnicos adjuntos de bibliotecas. A Biblioteca associa-se ainda e colabora em iniciativas promovidas pela própria Câmara Municipal.

Pela primeira vez este ano foi desenvolvido um projecto de bibliotecas de praia constituído por pequenos módulos.

---

[173] São várias as publicações já efectuadas. Em termos de aquisição bibliográfica tem ultrapassado os sete mil contos por ano, havendo anos em que ultrapassa esta verba.
De Quinta a Quinta in Jornal de Vila do Conde constitui um interessante roteiro cultural semanal.

[174] Para este tipo de iniciativas, a autarquia fornece outros sete mil contos, para além dos do orçamento anual.

B. - Os Centros de Estudo / Investigação

Centro de Estudos Anterianos *

O Centro de Estudos Anterianos foi inaugurado em Abril de 1994 e funciona actualmente na Biblioteca Municipal, até ser adquirida e restaurada pela autarquia a casa em que Antero de Quental viveu em Vila do Conde.

É constituído por uma biblioteca que está em fase de construção e um centro de documentação. O objectivo deste centro é estudar a vida e a obra de Antero de Quental, para o que se fazem recolhas exaustivas de tudo o que foi publicado e a este autor diz respeito.

A direcção deste Centro de Estudos é constituída actualmente por quatro pessoas de Vila do Conde, sendo as restantes de fora do concelho, nomeadamente o Ministro da Educação, o professor de literatura em Harvard Francisco Coelho e Ana Maria Almeida Martins. Esta técnica foi destacada pelo Ministério da Cultura com a incumbência de dinamizar o Centro – constituir sobretudo a Biblioteca e um Centro de Documentação.

Para além da direcção, o Centro de Estudos tem um corpo de cinquenta sócios[175], pessoas que colaboram na Revista do Centro de Estudos Anterianos, cujo director é Eduardo Lourenço que também é presidente da Mesa da Assembleia Geral[176].

Considera-se que em Vila do Conde há uma "apropriação" pela comunidade de figuras literárias e artísticas. O público das iniciativas promovidas é constituído por uma camada da população muito específica: vilacondenses ligados à Câmara Municipal, ao ensino e às associações. Investigam não só Antero de Quental (que viveu em Vila do Conde dez anos, onde terá escrito o melhor da sua obra), mas também outras figuras da geração de setenta como Eça de Queirós, que aqui foi baptizado. Entende-se ainda que, quando Antero se muda para Vila do Conde, Eça terá vindo visitar o amigo. Acrescenta-se ainda, para

---

[175] Sócios pagam 5.000$ de jóia e 300$ de mensalidade. 30 dos sócios são seus fundadores, entre os quais se conta Eduardo Lourenço.

[176] Publicação de uma Revista, 2 vezes por ano. Encontram-se editadas 5.

além naturalmente de José Régio, Guerra Junqueiro, que também terá vivido em Vila do Conde algum tempo.

Tudo isto levou Ana Maria Almeida a chamar a Vila do Conde **Terra com Alma**[177].

Centro de Estudos Regianos *

O Centro de Estudos Regianos tem as suas instalações actualmente em duas salas da Associação para Defesa do Artesanato e do Património de Vila do Conde, onde está instalado o Museu das Rendas de Bilros e a Escola de Formação.

Futuramente, passará para um edifício junto à Casa-Museu José Régio, na chamada "casa da empregada" recentemente adquirida pela autarquia e cuja recuperação será feita segundo um projecto do arquitecto Fernando Távora. Aqui será instalado o Centro de Estudos Regianos, contribuindo para a constituição de um núcleo de três edifícios dedicados ao poeta – Centro de Estudos, a Casa-Museu que já existe e a casa onde o poeta nasceu, em fase de aquisição. Adquirida esta última, será criado um espaço reservado a investigadores e pessoas com interesse científico, onde será criada uma exposição biográfica.

A fundação do Centro de Estudos tem como objectivos estudar e divulgar a obra deste autor, através da investigação e dinamização cultural, promovendo acções de especialização e aprofundamento de estudos nas áreas da literatura, filologia e cultura portuguesas do século XX.

Do património regiano, consta a sua biblioteca, arquivo de microformas do espólio literário, arquivo epistolar, fotográfico e iconográfico, vasta colecção de antiguidades, espólio de manuscritos originais e provas tipográficas de livros seus, bem como da revista por ele fundada, a Presença. A sua colaboração literária estendeu-se, no entanto, a várias revistas, reunidas num arquivo da imprensa periódica.

José Régio tem ainda bastante família viva em Vila do Conde, nomeadamente irmãos e sobrinhos, alguns dos quais se têm dedicado também à literatura e às artes: o irmão mais novo, João Maria dos Reis Pereira tem trabalhos

[177] Ana Maria Almeida Martins, Antero Quental, A Década Dourada de Vila do Conde, 1993.

publicados em história e poesia, tendo sido colaborador do Primeiro de Janeiro durante trinta anos; o irmão Apolinário é pintor, assim como alguns dos seus filhos - Ramiro que essencialmente escreve, mas também pinta e um outro, João José, que também pinta. Júlio / Saúl Dias, também irmão de José Régio, é um dos mais conhecidos. Assinava Júlio enquanto pintor e Saúl Dias enquanto escritor.

O Centro tem a coordenar o trabalho científico dois professores da Universidade de Lisboa - o Professor Luís Fagundes Soares e a Professora Isabel Cadete.

O trabalho levado a efeito diz respeito à realização de estudos, à publicação de um Boletim e à realização de conferências e exposições sobre a vida e obra de José Régio. Facilita-se ainda a disponibilização de documentação e informação a estudantes e investigadores.

C . Contexto Artístico e Literário

"Não há em Vila do Conde grande tradição na área da pintura, mas há uma terra onde o artista se sente bem a viver, há o mar, o rio, toda uma conjuntura e envolvência" - é desta forma que a pintora Isabel Lhano define o ambiente cultural em Vila do Conde. A pintora, nascida e actualmente residente em Vila do Conde, regressou definitivamente à cidade depois de ter passado dezasseis anos fora do concelho. Numa tentativa de fazer algo pela arte, quando do seu regresso, lançou um projecto denominado Mom'Arte, que além da pintura, apresentava várias propostas, incluindo a música *jazz* e a literatura. Considera que foi uma tentativa de criticar o "sistema" artístico do país, desde os meios de comunicação social até aos críticos de arte, passando pelas instituições e galerias. Todavia, a iniciativa gorou-se e não teve continuidade.

Levou ainda a efeito um outro projecto bastante interessante que constou da realização de uma exposição no Mosteiro de Santa Clara, fazendo abrir as suas portas pela primeira vez a este tipo de iniciativas, assim como trouxe, na mesma época, o Teatro-Circo de Braga a fazer lá um espectáculo de teatro.

A pintora dirige actualmente a única galeria comercial de arte em Vila do Conde e, para além de dar aulas no ensino oficial, tem alunos no seu *atelier* (chegou a ter trinta alunos).

Juntamente com Teresa Rocha pela música (Academia de Música), Maia Gomes pela arquitectura (Gabinete Técnico da Câmara) e Dario Oliveira pelo cinema (Cineclube) chegaram a constituir um grupo que dirigiu, numa primeira fase, a programação do Auditório, dinamizando-o através de várias realizações. Embora Isabel Lhano considere que não há em Vila do Conde grande tradição na área da pintura (além de Isabel Lhano, há alguns pintores que expõem regularmente, cujo valor artístico não tem interesse aqui avaliar), é de opinião que a terra tem suficiente atractividade e beleza para prender os artistas a Vila do Conde. Isso foi provavelmente decisivo na fixação do casal de pintores Sonia e Robert Delaunay, de 1915 a 1917, em Vila do Conde e que os levou a escrever: "Lá a luz não era violenta, mas exalava todas as cores (...). Tínhamos a impressão de viver num país de sonho. Atirávamo-nos de corpo e alma à pintura. Pintávamos de manhã à noite. Tínhamos vindo passar um mês. Ficamos mais de um ano, isolados de tudo e perto do mar, com novos amigos, pintores portugueses e um americano"[178].

A cidade tem orgulho nos seus ilustres mesmo que, como é o caso, tenham permanecido em Vila do Conde cerca de um ano. Contudo, entusiasmados pela luz e serenidade de Vila do Conde, aqui produziram algumas das suas obras. Aos seus nomes, estão associados os nomes de Amadeo Souza Cardoso e de Eduardo Viana, os amigos pintores que Sonia Delaunay refere.

Reclama-se ainda Vila do Conde como o sítio onde nasceram, foram baptizados, viveram ou morreram os seguintes homens, para além dos já referidos José Régio, Antero Quental, Sónia e Robert Delaunay: Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, Júlio / Saúl Dias, Camilo Castelo Branco, Joaquim Pacheco Neves, Ruy Belo (poeta que aqui passava as suas férias, tendo-lhe dedicado um poema), entre outros. Sem dúvida, estas figuras constituem um conjunto valioso.

A "atmosfera de notáveis" que se respira passa também pela "projecção do fenómeno" da família Régio. Em Vila do Conde muitos são os que se reclamam da família do poeta e escritor.

Refere-se por último um projecto, de itinerância cultural, que merece ser aqui considerado pelo que constituiu de incentivo à criatividade no campo artístico.

---

[178] Sonia Delaunay, Catálogo de exposição, Porto Zen-111, 1972, p. 11.

No âmbito do Programa Rotas, a convite do Instituto de Arte Contemporânea (Ministério da Cultura), os alunos da escola MAUMAUS de Lisboa realizaram, com a colaboração da Câmara Municipal de Vila do Conde, um projecto cujo lema foi "lutar contra uma ideia classista de artista". As acções desenvolveram-se nos locais que constituem referências obrigatórias do concelho – Biblioteca, Colégio Santa Clara, Museu das Rendas, espólio da Fotografia Adriano, Centro Municipal da Juventude e Rádio Linear. Os alunos procuraram mergulhar na cidade, no quotidiano das pessoas, no *modus-vivendi*. Como exemplos referir-se-á que, em Santa Clara, onde está instalado um internato de crianças, os artistas distribuíram máquinas fotográficas descartáveis e pediram às crianças para fotografar – experiência cujo objectivo foi descobrir o olhar delas, perante o lugar que habitam, espaço especial porque lhes é imposto - foi também a maneira de dar a conhecer um edifício que só é conhecido por fora; na Escola de Rendas uma aluna propôs-se aprender a fazer renda e a expô-la.

A intenção foi mesmo entrar no meio ambiente e absorver a cultura que lá existe[179]. Esta parece uma experiência bastante positiva e incentivadora.

A cultura pode, deste modo, apelar ao desenvolvimento intelectual e à criatividade artística, recorrendo a práticas lúdicas e de experimentação.

[179] Notas retiradas da Informação Mensal, nº 21 Ano 3, sobre programação em Vila do Conde – Câmara Municipal.

Em Suma

O objectivo maior da cultura é dar dignidade à vida humana e contribuir para a promoção da sua qualidade. Para tal, faz apelo a valores cívicos e participativos, mas também a sentimentos estéticos e de fruição do belo.

Permite o contacto com outras culturas e modos de ser e estar. Por isso, desenvolve a tolerância, o respeito, a compreensão da diversidade da condição humana.

Dentro de uma política de juventude, a cultura tem como objectivos educar, formar, criar novos públicos, combater situações de vulnerabilidade social. Em casos mais complexos, pode funcionar como prevenção ou cura. Reduz o isolamento, pode fomentar a integração. Faz desenvolver sociabilidades, tolerância, ajuda a resolver conflitos, quando os projectos têm conteúdo para tal.

O sentido pedagógico advém-lhe da articulação de actividades culturais com o ensino formal, demasiado hermético e rígido, podendo ainda utilizar as práticas de ocupação de tempos livres com intenções formativas.

Considerando-se o gosto, uma criação social, o contacto com as diversas expressões culturais deve começar o mais cedo possível. Por isso se defendem formas culturais dirigidas ao público infantil, como meio de convívio com a cultura.

4. Contexto Associativo e Cultural

> As festividades concelhias de raiz tradicional tendem a constituir "espaços onde confluem elementos de reconstrução de um passado para uso turístico, num jogo ambíguo entre a preservação da mítica local e a disponibilização para o extra-local".
>
> M. Lourdes Lima dos Santos [180]

Tendo-se assumido no início deste trabalho que se daria relevo à oferta cultural concelhia orientada a partir da autarquia, torna-se por isso importante analisar que tipo de organizações estão instaladas no território, possíveis ou reais parceiros da autarquia, isto é, qual o contexto associativo existente no terreno (**Quadros 5 e 6**).

Entra-se assim no campo dos agentes culturais, interessando pois saber em que condições, com que objectivos e resultados é que os agentes locais, de diversa natureza e função, são ou pretendem ser actores de uma dinâmica cultural local.

Analisando o papel interventivo das associações locais, pode-se referir que algumas constituem espaços que "territorializam", desde há muito tempo, a acção cultural, tendo na sua base concepções de cultura, com determinadas representações, constituindo, deste modo, um capital cultural indispensável à construção de uma política cultural. Implantadas em freguesias ou em bairros, conhecem bem o contexto em que se movimentam, tendo as de maior tradição tido, em tempos idos, quando os meios de comunicação social não retinham as pessoas em ambientes familiares mais recatados, um papel importantíssimo, não só de ocupação de tempos livres, mas também de espaços onde a cultura se fazia.

---

[180] M. Lourdes Lima dos Santos (coordenação), *As Políticas Culturais em Portugal,* Relatório Nacional do Observatório das Actividades Culturais, Lisboa, 1998, p.427

Quadro 5

VILA DO CONDE - INSTITUIÇÕES

Projectos e Áreas de Intervenção *

Ass. Bombeiros	Ass. Defesa Artesan.	Ass. Protec. Património	Academia de Música	Auditório Municipal	Centro Mun. Juventude
Projecto:Educar pª Segurança Sala de Exposições Museu	Feira do Artesanato Museu de Rendas de Bilros Desfile de moda Escola de Formação	Campos de Férias de Bagunte Cursos de Formação Conferências Animação Cultural (Feira de Antiguidades)	Cursos de Aperfeiçoamento Escola de Música Projecto:Bichinho da Música	Exposições Conferências Semana da Juventude Cinema/Festival Curtas-Metrag. Teatro / Festival de Teatro Concertos Programas com as Escolas	Dança Teatro Música Artes Visuais Artes Plásticas Multimédia Ensino / Formação
Coop. Curta-Metragens	**Biblioteca Municipal**	**Centro Est. Regianos**	**Centro Est. Anterianos**	**Círculo Católico**	**Clube Fluvial**
Festival Internacional Ateliers de Cinema Sessões de Cinema Semanais	Leitura Conferências Feira do Livro Edição de Livros Projectos: A Hora do Conto; e As Fadas (Antero Quental)	Estudos Edição de Livros Conferências	Estudos Edição de Livros Conferências	Teatro Coral Orfeão Conferências Festivais Exposições Passeios Organiz. Festas Populares	1º Cineclube Vilacondense 1ª Biblioteca e Sala de Leitura Animação cultural Prática Desportiva

* Neste quadro só estão identificados os projectos e áreas de intervenção das instituições que interessam aos objectivos deste trabalho.
O Ginásio Clube Vilacondense e a ADA - Associação Desporto Automóvel têm como única actividade o desporto.
As associações tradicionais, de bairro ou das freguesias, embora se faça referência no texto a algumas delas pela dinâmica interessante que desenvolvem, também devido à sua especificidade, não são mencionadas neste quadro.

VILA DO CONDE

Quadro 6

Instituições / Iniciativas Ordenada por Ano de Início

Nome	Ano de Início	Visitantes / Atletas/ Sócios	Públicos-alvo	De Iniciativa Camarária	Vínculo à Câmara
Círculo Católico d'Operários	1905	1999 - cerca de 800 sócios	Todos	não	não
Clube Fluvial Vilacondense	1905	1999 - 300 atletas/1.000 sócios	Crianças e jovens	não	não
Corridas de Automóveis	1920	150 carros+(100 motas) / 15 a 20.000 visitantes (média anual)	Todos	não	não
Biblioteca Municipal	1953	estudantes; reformados	Todos	sim	sim
Ginásio Clube Vilacondense	1962	1999 - cerca de 800 atletas /4.000 sócios	Crianças e jovens	não	não
Feira de Artesanato *	1978	1999 - 400.000 visitantes / 212 expositores / 122 concelhos	Todos	sim	sim
Academia de Música S. Pio X	1981	1999 / 2000 - cerca de 170 alunos	Crianças e jovens	sim	indirecto
Museu do Bombeiro **	1984	Individuais 1681; alunos 3.919; estrangeiros 1.170 (de Jun. 98 a Dez.99)	Crianças e Jovens	não	indirecto
Museu das Rendas de Bilros *	1991	1999 - 5.259 visitantes	Todos	sim	indirecto
Cineclube - Coop. Curtas Metr.	1992	2000 - cerca de 750 sócios / 100 espectadores (média por sessão)	Jovens	não	indirecto
Auditório Municipal	1992	100 / 120.000 utentes (média anual)	Todos	sim	sim
Campo Arqueológico Bagunte ***	1992	30 jovens / média por campo / ano	Jovens	sim	indirecto
Centro de Estudos Anterianos	1994	1999 - 50 sócios	Estudantes/investigadores	sim	indirecto
Centro de Estudos Reglanos	1994	1999 - 3.676 visitantes / consultas	Estudantes/investigadores	sim	indirecto
Centro Municipal da Juventude	1995	1999 - Mediateca 22.814+1.510 p/casa; Informática 1.896 utilizações	Jovens / Idosos	sim	sim

Nota: Este Quadro, não sendo exaustivo, procura mostrar que a maioria das instituições ou projectos teve início no período pós-25 de Abril de 1974, sendo a maioria da década 90.
Também é possível observar se são de iniciativa camarária ou não e qual o vínculo que têm com a autarquia.

* Associação para a Defesa do Artesanato e Património
** Associação dos Bombeiros
*** APPA - Associação de Protecção do Património Arqueológico

A disponibilização de espaços físicos para a realização regular e contínua das actividades culturais tem-se revelado sempre não só da maior importância por isso mesmo, mas também porque esses espaços apresentam condições e propensão para a produção de relações de interacção pessoal e de grupo.

Além disso, a existência em Vila do Conde de associações em todas as freguesias do concelho (de tipo semelhante, englobando quase sempre o desporto, o folclore e nalguns casos a música e o teatro, e ainda pequenas iniciativas de organização de exposições e encontros), tem permitido à Câmara Municipal fomentar relações inter-freguesias, através da criação e fomento de acções colectivas.

Estas associações desenvolvem uma actividade interessante, têm o seu público, podendo estes agentes culturais, quando devidamente apoiados, melhorar a sua oferta cultural. A sua acção deve ser apoiada, em primeiro lugar, exactamente porque a maioria continua activa, apesar da sua existência já contar bastantes anos; em segunda lugar, este apoio deve funcionar como forma de renovação e actualização, constituindo-se formas alternativas de descentralização cultural. Pode-se constatar que a população de uma freguesia dificilmente se desloca ao centro urbano de Vila do Conde, por exemplo, para ver teatro, mas fá-lo mais facilmente se a mesma peça for apresentada na sede da sua associação local.

Existe actualmente no concelho a Associação de Desportos e Cultura de Vila do Conde, espécie de federação das associações das freguesias, que está a organizar um conjunto de actividades de intercâmbio cultural concelhio, a fim de incentivar os responsáveis das associações das freguesias a renovar a sua oferta cultural, de modo a torná-la mais atractiva. Os "produtos" culturais em circulação e passíveis de intercâmbio são o teatro infantil e adulto, a música popular e clássica, a poesia, a dança, os cantares populares, etc., segundo se depreende de algumas das propostas das várias instituições que aderiram ao intercâmbio, que se prolonga até Dezembro de 2000.

Relativamente às novas associações, elas surgem com finalidades mais objectivas, mais temáticas, mas a sua animação cultural não deve abafar as que já se encontram no terreno.

Todas estas associações têm uma forte ligação à autarquia, estando mais ou menos dependentes financeiramente.

A. Os Ranchos do Monte e da Praça

> Do ponto de vista da sua produção, como acto cultural, o folclore é a representação estilizada de uma plebe elevada a povo, para um povo tornado público.
>
> Augusto Santos Silva[181]

Os Ranchos do Monte e da Praça são as duas associações mais populares de Vila do Conde, possuidoras de ranchos folclóricos ligados às actividades das rendilheiras. Estes ranchos são os maiores protagonistas das festas do S. João, devido a uma velha tradição de rivalidade entre eles e que divide as gentes do concelho.

As suas actuações constituem, por isso, motivo de encontro público, que não deixa de ser afectivo, porque, apesar da dita "rivalidade", as festas não seriam as mesmas um sem o outro.

Estas constam de dois dias de densa actividade festiva, em que desfilam agrupamentos folclóricos, com dançadores de diferentes idades, dançando e cantando – são as chamadas Marchas Luminosas.

Há o sentimento na população de que as rezas das rendilheiras eram melhor escutadas pelo santo, se fossem feitas a cantar. No segundo dia há uma ida à praia, cheia de simbolismo e tipicismo.

Esta tradição, apesar de antiga, encontra-se bem viva. É considerada a festa a que o povo está mais ligado, em que participa mais activamente, toma partido e desfila com o seu rancho, cantando também alegremente. Existe de facto um sentimento na população de forte entusiasmo relativamente às festas de S. João, apostando a Câmara Municipal bastante, entre o mais, na iluminação com que presenteia a cidade.

A rivalidade entre os ranchos das rendilheiras é aproveitada para fins turísticos.

---

[181] Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados, Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 423.

Desdobra-se assim a festa em duas: uma feita pelos populares, partidários de um ou de outro rancho, na qual o público, vindo de todo o concelho, se revê e participa entusiasticamente; outra representada para os forasteiros e "convidados", procurando um certo reconhecimento extra-local, apresentando-se como uma alternativa, genuína e original, a duas outras localidades muito fortes da região, onde as festas do S. João são ponto de referência obrigatória – Porto e Braga.

Para além do envolvimento de numerosas pessoas que durante meses preparam as festas (o Rancho da Praça refere setecentas pessoas envolvidas na preparação do desfile), estas associações desenvolvem outras actividades. Estas passam pela organização de várias festas e bailes, variadas actuações e deslocações dos ranchos e sobretudo pelo ensino da música – o Rancho do Monte tem uma escola de música de ensino instrumental com quarenta alunos.

B. Festa do Corpo de Deus

A Festa do Corpo de Deus é organizada pela Confraria do Santíssimo Sacramento e tem o apoio financeiro e logístico da Câmara Municipal. De tradição muito curiosa, esta festa, realizada em Vila do Conde, de quatro em quatro anos, transforma as ruas em lindíssimos tapetes de flores naturais.

Numa primeira fase, as pessoas da comunidade envolvidas na sua organização correm o concelho e as localidades vizinhas na recolha de flores. Seguidamente, atapetam as ruas até à quinta-feira santa, dia da passagem da procissão, à volta da qual se juntam pessoas de toda a comunidade. Em tempos passados, faziam parte da procissão representantes de todas as profissões.

C. O Círculo Católico de Operários

Uma das associações com maior duração em tempo e visibilidade em Vila do Conde é o **Círculo Católico de Operários**. Teve o seu início em Julho 1905, num período em que se verificava em Portugal alguma instabilidade política e

social[182]. Embora apresentasse um carácter civilista, tinha, como o nome indica, uma filosofia religiosa na sua concepção, tendo sido um meio que a igreja católica utilizou para contrapor às ideias marxistas trazidas pelos ares europeus. De uma forma mais explícita, foi através das conferências de S. José, que se comemoram até aos tempos actuais[183], que a associação se servia para transmitir a propagação dos ideais da igreja.

Inicialmente apenas admitia como sócios operários, desempenhando o Círculo uma função social, em caso de desemprego e doença, uma vez que não havia nenhuma protecção por parte do Estado.

Com um monárquico convicto na sua fundação, entrou mal na República e teve que passar à clandestinidade durante uns meses[184], até que veio a obter licença para reabrir.

Bem mais tarde, com o surgimento da Segurança Social desapareceu uma função importante do Círculo, sendo facultada a entrada a sócios não-operários e a passagem a uma associação de cariz predominantemente cultural.

A partir de 1976, dá-se uma grande ruptura como o passado[185]. Como consequência, o Círculo Católico passa a ser dirigido por jovens, não havendo padres nem na Direcção, nem na Assembleia e os seus estatutos, que eram aprovados em Assembleia Geral e remetidos ao Governador Civil e ao Bispo, deixaram de receber a aprovação bispal.

O Círculo Católico de Operários desenvolve actualmente várias formas de cooperação cultural sobretudo com associações das Juntas de Freguesia. Das actividades realizadas no concelho, destaca-se a realização todos os anos, desde 1905, das Festas de S. José e um programa relacionado com as actividades de uma tuna e de um grupo cénico. Em 1965 formou-se um orfeão, tendo entretanto a tuna acabado. O orfeão que chegou a ter oitenta pessoas, tem hoje cerca de metade e é um coro misto, a quatro vozes. Existe

---

[182] Foram fundadores o Prof. Alberto Pinheiro Torres, um monárquico convicto, o então presidente da Câmara, Joaquim Luís de Sousa e o padre José Praça que foi professor de português de José Régio.

[183] Realizadas todos os anos no dia 19 de Março, dia de S. José.

[184] No 25 de Abril de 1974 passou-se algo semelhante, até que se chegou à conclusão do não envolvimento do Círculo Católico em lutas políticas. Não há nenhuma nota ou Acta que faça referência a algum problema levantado no tempo de Salazar.

[185] A maior ruptura com o passado aconteceu a pretexto da realização de obras no edifício sede, com as quais o Director, Padre Manuel, não estava de acordo, criando uma crise. Com alguma ajuda financeira, construem uma sede nova com um auditório de cerca de cento e vinte e cinco lugares e são os próprios sócios que a vão construir.

actualmente um coro infanto-juvenil com cerca de sessenta crianças e jovens, dos cinco aos dezasseis anos.

Na área teatral, dispõe do grupo Corifeu, constituído por jovens universitários, que tenta associar à expressão teatral a corporal, através da dança. Existe ainda o Teatro Amador do Círculo Católico Operário (TACCO) e uma Escola de Música e Teatro, Musidrama, com vinte alunos, dos sete aos quinze anos.

Há ainda grupos, como o Gérmen, que são de "casa emprestada" (trabalham, ensaiam e em troca dão a estreia ao Círculo) e que obtêm rendimentos através da itinerância que fazem na Área Metropolitana do Porto.

Além disto realizam conferências, palestras, exposições (com pintores de Vila do Conde), sessões literárias, edição de publicações. Realizam ainda concertos em parceria com a Câmara Municipal e a Academia de Música. Em 1999, no bicentenário do nascimento de Almeida Garrett, editaram um opúsculo sobre este escritor e um livro sobre "José Régio e a Vocação da Sinceridade" de Manuel Poppe, tendo nesta área uma certa tradição de edição de várias publicações.

Para além destas actividades consideradas regulares, têm ainda programas de acordo com comemorações pontuais em cada ano: Em 2000, o Círculo desenvolveu um programa de actividades relacionado com Eça de Queirós - centenário da sua morte (Eça foi baptizado em Vila do Conde), com destaque para uma visita a Tormes e uma sessão solene com a presença do bisneto de Eça. Em 2001, será a vez de José Régio, pois passam cem anos sobre o seu nascimento – a iniciativa a desenvolver está incluída na programação oficial do Porto, Capital da Cultura. Neste momento, já estão a reflectir sobre as comemorações do centenário do surgimento do Círculo em 2005.

Para além destas realizações, há ainda a destacar, a publicação do Boletim Anual, que inclui já seis números, a edição de mil exemplares de um CD do Coro Infanto-Juvenil e a edição de quinhentos exemplares do opúsculo "Almeida Garrett: Ancestrais Vilacondenses / Soldado da Liberdade", de Monteiro dos Santos e Adelina Piloto. Estabelecem intercâmbio cultural com as freguesias do concelho[186].

---

[186] Em Touguinhó, sessão comemorativa do bicentenário do nascimento de Almeida Garrett; Teatro em Árvore, Vilar, Mindelo, Mosteiró, Rio Mau, Vairão, Aveleda e Arcos; Coro infanto-juvenil em Azurara.

Fora do concelho, realizaram um recital de poesia no Café Majestic no Porto, o orfeão, nos últimos anos, foi várias vezes a cidades espanholas (Ferrol, Orense, Corunha, Vigo) e o coro infanto-juvenil esteve em Paris e cantou em Notre-Dame. Estiveram ainda no sul de França (Cannes, Nice) e no Mónaco, a convite de comunidades de emigrantes. Marcaram presença ainda na cidade Le Cannet (França), que é geminada com Vila do Conde, precisamente na festa que deu origem à geminação. Fomentam o intercâmbio com as cidades geminadas, de que se orgulham, recebendo também em Vila do Conde grupos oriundos destas comunidades, inclusive de Olinda no Brasil[187].

Participaram ainda, no ano 2000, em Sintra na homenagem ao pintor Júlio Ramos pelo 95º aniversário do seu nascimento.

Sendo a associação do Círculo Católico de Operários uma das mais antigas de Vila do Conde, pode-se considerar que consegue manter um certo dinamismo, constituindo uma referência representativa das potencialidades destas associações. Tem actualmente cerca de oitocentos sócios.

Estas organizações são fundamentais para a animação do tecido urbano, estando muito dependentes da dinâmica de certos elementos directivos, amadores mas dedicados, sobretudo "bem considerados na terra", que dão muito do seu tempo e energia a estas associações.

D. O Fluvial Clube Vilacondense

No mesmo ano em que foi constituído o Círculo Católico de Operários, 1905, surgia em Vila do Conde outra associação denominada **Clube Fluvial Vilacondense**, sendo actualmente a colectividade desportiva mais antiga do concelho. Começou com a modalidade de remo que ainda hoje mantém.

---

[187] As políticas de geminação foram desenvolvidas entre municípios de alguns países, após a 2ª grande guerra, como forma de contributo para a paz e a reconstrução europeia. Existem dois organismos internacionais: Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (CMRE) e Federação Mundial das Cidades Unidas e Cidades Geminadas (FMCG). Estas instituições aceitam a inscrição de aderentes, privilegiando, a primeira, a geminação entre municípios da União Europeia, apresentando, a segunda, uma perspectiva mais alargada. "Actualmente na Europa Ocidental, mais de 8 000 autarquias participam no movimento, 88% das quais se encontram localizadas num país da União Europeia" (Delors, Os Municípios e a Europa – guia prático das geminações, 1992, pp.10 – Bourgés-Manoury, M. e Lucke, B. (org.) Luxemburgo, Comissão das Comunidades Europeias).
A geminação tem como objectivo fomentar o conhecimento e a cooperação entre os membros da União Europeia, levando-os a estabelecer vários intercâmbios e ao reforço da consciência europeia.
Não há, contudo, uma política de geminação planeada e definida.

Apesar de ser uma instituição desportiva não deixou de desempenhar, em determinados períodos históricos, como era usual, funções sociais e culturais de grande relevância para a comunidade local. Para além do número significativo de sócios e simpatizantes, nos quais se incluem entidades oficiais, tecido industrial e comercial local, contaram sempre com um número significativo de atletas inscritos nas diversas modalidades que o clube tem oferecido.

O Fluvial constituiu durante mais de meio século, segundo testemunhos e de acordo com o seu historial entretanto publicado, "a grande referência cultural de Vila do Conde". Até à década sessenta foi um ponto de encontro de diferentes gerações, organizando conferências e colóquios com notáveis da oposição[188], sessões de música e pintura, bailes e festas (as mais famosas eram as Festas do Carmo). Nas suas instalações, hoje situadas na Praça da República viradas para o rio Ave, constituiu-se um Núcleo de Filatelia, assim como acolheu o 1º Cineclube de Vila do Conde a funcionar até à década setenta, já referido neste trabalho. Facto ainda curioso, demonstrativo do contributo que estas associações, ditas desportivas, davam à sociedade, é o facto de se ter fundado nas suas instalações a primeira Biblioteca e sala de leitura a funcionar no concelho. Chegaram mesmo a editar o livro "*In Memoriam*" de José Régio.

Esta panóplia de actividades culturais, dado o número de personalidades e público que a elas aderiam, avalizam a valiosa função social e cultural que estas associações desempenharam, sobretudo em décadas passadas, as quais constituíram, na maioria dos casos, as únicas alternativas.

Hoje, realçado o facto da sua existência ter atravessado o século vinte quase todo e dado a grande evolução verificada na sociedade aos vários níveis, o seu desempenho está mais vocacionado para a área desportiva, sendo a actividade cultural bem mais diminuta. Não deixa contudo de desempenhar, através do desporto que fomenta e nos tempos livres dos jovens que ocupa, uma função importante, quer através da prática de modalidades desportivas[189], individuais,

---

[188] Entre os quais se conta o Dr. Sousa Pereira, deputado à Assembleia Constituinte, após o 25 de Abril de 1974.

[189] O Fluvial tem um orçamento anual de cerca de 25.000 contos, 50% assegurados pela Câmara Municipal, além de transportes e outros tipo de ajudas não contabilizadas. Contam com patrocínios locais.

mas sobretudo de grupo, com um forte espírito de convívio e camaradagem, visível nas deslocações que fazem para fora do concelho.
As suas instalações estão ainda disponíveis para a prática desportiva dos alunos do MADI - Movimento de Apoio aos Diminuídos Intelectuais, exercendo deste modo uma função social muito digna.
Consideram seus os objectivos de prestar serviços à comunidade local e contribuir para "jovens saudáveis e felizes".

E. As Novas Associações

Para além das associações referidas que, devido ao seu tempo de existência e às actividades desenvolvidas, já dispuseram de um mais forte enraizamento social e cultural, há associações mais recentes que constituem um novo movimento associativo, em resposta a outras necessidades sociais e culturais.
Enquanto as associações tradicionais abarcam enquadramentos múltiplos que vão desde a prática desportiva, folclore, música de bairro, banda, fanfarra, teatro de amadores por ocasião de acontecimentos e festividades, excursões, gastronomia, etc., as novas associações surgidas em Vila do Conde, essencialmente na década noventa, enquadram-se em áreas temáticas específicas – arqueologia, curta-metragem, rendas de bilros, centros de investigação orientada. A sua importância cultural é reforçada pelo papel mobilizador e pela capacidade de chamar públicos e de envolver a população.
Uma delas é a Associação de Protecção ao Património Arqueológico de Vila do Conde (APPA), criada em 1994 e instalada no Convento do Carmo, tendo na base da sua fundação os seguintes objectivos: criar uma estrutura que funcione como base de apoio para o trabalho arqueológico, permitir um planeamento rigoroso, proporcionando a inserção numa estratégia integrada de valorização dos sítios arqueológicos; dar garantia de resposta a problemas que vão surgindo durante a intervenção; garantir base social de apoio para a protecção do património; garantir maior eficácia na canalização de meios financeiros.
Tem servido ainda como meio de integrar os jovens da comunidade local neste tipo de projecto relacionado com a arqueologia. Tem actualmente duzentos jovens como sócios.

A criação desta associação teve como objectivos globais "proteger, valorizar e divulgar o património arqueológico, enquanto pólo de desenvolvimento cultural e económico e encontrar o contributo da arqueologia para a comunidade local"[190].

Desenvolve várias actividades de âmbito cultural, como já foi referido e organiza ainda a "Feira de Antiguidades e Velharias", todos os meses, por cedência da Câmara Municipal, o que, para além de constituir uma fonte de rendimento, permite evitar a venda de materiais arqueológicos[191].

Deste grupo de novas associações faz ainda parte a Associação de Defesa e Protecção do Artesanato, que tem em vista a dinamização, a produção e a comercialização das rendas de bilros e o fomento da inovação neste trabalho secular. Participa, como também já foi referido, na organização da Feira Nacional de Artesanato. Organiza várias actividades culturais relacionadas com as rendas e a cidade, envolvendo outras expressões culturais como a música.

Na sequência dos contactos internacionais, tem havido tentativas de encontrar novas soluções, fazendo passar as rendas dos modelos clássicos para outras formas de *design* e de aplicabilidade. Com este objectivo realizou-se o Encontro Europeu de Técnicos de Museus, tendo sido convidados museus nacionais e estrangeiros. Neste âmbito, tiveram o apoio do Programa Operacional do Norte para a concretização de dois projectos de "Dinamização e Promoção das Rendas de Bilros" e "Rendas de Bilros para o Século XXI", de cujas acções constaram a realização de seminários, *worshops* e visitas de estudo a museus europeus, com o objectivo de introduzirem novas técnicas.

A Cooperativa Curtas Metragens, para além da realização do Festival Internacional a que já se fez larga referência, presta um serviço à comunidade local proporcionando outro tipo de eventos, desde exposições, a actividades com as escolas ou envolvendo o comércio local.

Relativamente às outras instituições mencionadas nos Quadros 5 e 6, os seus projectos e dinâmicas já foram amplamente referidos no capítulo anterior.

---

[190] Memória descritiva do projecto apresentado ao Sub-programa C do PRONORTE (QCAII), designado "Campo Arqueológico de Bagunte".

[191] A APPA movimenta por ano cerca de 2 800 contos. São subsidiados essencialmente pelo IPJ – Instituto Português da Juventude e pela Câmara Municipal.

Em Suma

As instituições vilacondenses recorrem, na generalidade, à Câmara Municipal para apoio técnico e financeiro. Para isso, apresentam anualmente o seu plano de actividades, devidamente orçamentado. Para além do subsídio que é atribuído a cada uma, fazendo a Câmara publicar, num jornal local, a lista dos montantes atribuídos, recorrem ainda à autarquia sempre que querem desenvolver alguma actividade extra.

Mesmo as mais tradicionais e de maior longevidade, encontrando-se portanto numa fase consolidada do seu percurso, dispondo de um conjunto regular de actividades e de receitas que lhes permite uma certa autonomia financeira, não dispensam apoio da autarquia, mais não seja para acções pontuais e para iniciativas inter-institucionais, em fase de desenvolvimento no concelho.

Relativamente às novas associações, ainda numa fase de arranque, dificilmente estas já adquiriram uma autonomia financeira confortável. Lutam por isso, como é o caso da Associação de Defesa e Protecção do Artesanato, procurando novas formas de comercializar as rendas de bilros ou da Cooperativa das Curtas Metragens que, embora já tenha adquirido um formato sólido, não dispensa o apoio financeiro da autarquia. Recebe ainda apoio do Ministério da Cultura.

Deste modo, a maioria das associações é bastante dependente do financiamento público, através da autarquia (e do Poder Central) e ainda através de candidaturas a programas regionais, nacionais e comunitários. Estas candidaturas são muitas vezes preparadas com a ajuda dos técnicos superiores da autarquia, continuando estes, em muitos casos, a dar-lhes apoio durante a execução dos projectos.

Tanto umas como outras, recorrem ainda a financiamentos não-públicos, oriundos sobretudo de empresas privadas. É o caso da Agros que fornece o lanche dos atletas quando se realizam torneios ou de empresas do sector do vestuário que oferecem os equipamentos. Ou ainda de uma marca de automóveis que cede seis viaturas durante os dias de realização do Festival.

Em Vila do Conde, considera-se haver um envolvimento bastante positivo entre autarquia, instituições e comunidade local.

5. Da Oferta à Política - A Construção da Política Cultural ao Nível Local

5.1. – Vila do Conde – O Caso Estudado

Vila do Conde é considerado, dentro da Área Metropolitana do Porto, um dos concelhos com estratégias de actuação mais sólidas e coerentes.

Num contexto aparentemente de semiperiferia cultural, não relativamente à região do Norte, nem propriamente à Área Metropolitana do Porto, mas tão somente à cidade do Porto, Vila do Conde tem vindo a impor-se ao apresentar capacidades políticas e culturais de afirmação de uma oferta cultural autónoma e equilibrada. Reúne, deste logo, um conjunto de características que lhe proporciona potencialidades de base, suficientemente importantes, para atingir um nível de desenvolvimento interessante, constituído por uma identidade territorial que dispõe de um património arqueológico, arquitectónico e natural de elevada qualidade. Este património deve funcionar como um recurso poderoso a valorizar e a preservar na medida em que, porque sujeito a degradação, requer constantes acções de preservação e qualificação.

Em termos de definição da **política local**, destacam-se, na realidade, três linhas estratégicas que parecem bem delineadas:

1. uma ligada precisamente ao **território**, enquanto espaço identitário, que, sendo rico, tem vindo a proporcionar ao concelho um conjunto de equipamentos polivalentes e um ambiente cuidado e qualificado que lhe aumenta a qualidade do quadro de vida e a competitividade - as políticas de qualificação de património urbanístico constituem um referencial importante nesta matéria;
2. outra, direccionada à **juventude**, desdobra-se num conjunto de objectivos e acções que tocam universos tão diversificados como a educação, a formação, a orientação, a cultura, a diversão, o desporto, a profissionalização. Este conceito múltiplo de formação integrada das camadas jovens da população encontra a sua coerência nas formas de

estratégia, concepção e operacionalização que envolvem um conjunto vasto de recursos e instituições;

3. outra, constituída por um **conjunto de eventos regulares que dá visibilidade extra-local** ao concelho e coloca Vila do Conde na agenda cultural nacional e internacional, com grande destaque para a Feira do Artesanato e o Festival Internacional de Curtas Metragens, seguidos pelas Corridas de Automóveis e pelos Cursos de Aperfeiçoamento da Academia de Música.

Se, no primeiro caso, a política realizada consta da recuperação do que já existe no concelho, bastando para tal dispor de um bom gabinete de arquitectura e de gestão urbanística, rodear-se dos profissionais mais conceituados e ter vontade política para, não se sujeitando a pressões do sector imobiliário, seguir determinado rumo; no segundo e no terceiro casos, a política a realizar requer mais imaginação e criatividade, maior empenho e envolvimento de recursos, sobretudo humanos e financeiros.

Com excepção da Feira do Artesanato que teve, na sua génese, objectivos de defesa de um património local - o trabalho das rendilheiras -, pode-se considerar que os outros três projectos referidos no terceiro ponto são ainda direccionados para os jovens (um pouco menos no caso das Corridas de Automóveis, em que se considera que o público é de idades variadas).

Pode-se ainda afirmar que a política de juventude é dominante e vem mesmo antes de qualquer definição de conteúdos de política cultural. Este facto é assumido de imediato e convictamente por qualquer um dos entrevistados - a autarquia tem uma política de juventude, não fazendo a mesma afirmação peremptória quando se trata de responder, se há uma política cultural no concelho.

Reforçando esta ideia, pode-se ainda referir que existe actualmente na autarquia um vereador da Juventude, outro da Educação e outro do Desporto, todos trabalhando para as classes jovens. Por seu lado, a Cultura, embora já tenha tido um vereador, actualmente não tem expressamente nenhum, por razões que se prendem com algum conflito derivado do aumento de protagonismo que os eventos culturais têm vindo a conferir... Essa responsabilidade foi assumida pelo Presidente da Câmara, estando, contudo,

um dos seus assessores e que já esteve próximo da vereação da cultura, na direcção dos maiores eventos do concelho, com competência e dedicação.
Sendo a aposta do município relativamente recente em termos de uma política de animação cultural, sistemática e regular, reconhecer que a oferta cultural do município constitui uma política explícita, não se revela um exercício simples e imediato.
Enumerar-se-ão de seguida alguns factores essenciais e que se considera estarem salvaguardados, de algum modo, em Vila do Conde e que indiciam a construção de uma política cultural implícita:

- Existência, por parte da autarquia, de uma **atitude política favorável face às iniciativas culturais**, dando acolhimento a todos os projectos que contribuam para o desenvolvimento cultural do concelho;
- Capacidade de **aproveitamento das mais-valias da cidade e da qualidade das suas características ambientais** - frente de mar, frente de rio, património e qualidade urbanística, entre outras;
- Construção de uma **imagem exterior positiva**, capaz de potenciar efeitos de atracção turística, tirando partido dos recursos patrimoniais materiais e imateriais existentes;
- Gestão de um **conjunto de equipamentos**, favorecendo formas de "partilha", como o Auditório, ou de plurifuncionalidade, como o Centro Municipal da Juventude, havendo a intenção da autarquia de disponibilizar mais e melhores equipamentos;
- Realização de um **conjunto de eventos culturais** devidamente programado anualmente e coordenado entre os diferentes responsáveis, com uma implantação e um formato consolidado e regular;
- Existência no concelho de uma **diversidade institucional**, suscitada, nalguns casos, pela própria autarquia, descentralizando o sistema de funcionamento das intervenções, mas fomentando a coordenação dos eventos, a criação de redes, federações, tentando evitar eventos avulso e tendências hegemónicas;
- Preocupação com a **formação integrada das camadas mais jovens**, desenvolvendo projectos com forte **articulação com as escolas**,

havendo, deste modo, acções na área da cultura e da **formação de públicos**, não esquecendo a preocupação permanente com áreas mais desfavorecidas (caso de Caxinas);

- **Incentivo à criação artística** e contributo para a melhoria das estruturas locais do ensino artístico, como é o caso da Academia;
- Preocupação constante com o **envolvimento das populações** nos diferentes eventos, chamando-os ao conhecimento e à participação, sem descurar freguesias mais distantes, com a preocupação constante, não só de trazer as populações, mas também de levar os diferentes eventos até esses locais, aproveitando muitas vezes os espaços religiosos;
- Apoio sistemático à **revitalização do associativismo cultural local**, não descurando as **associações tradicionais** sediadas nas freguesias, tentando dotá-las de melhores equipamentos e modelos de gestão, incentivando-as a prestar determinados serviços e a alargar os públicos;
- Apoio à criação de **novas associações**, ligadas a novos projectos e novas áreas de intervenção, fomentando a **dinâmica da organização da sociedade civil**, dando o maior apoio na fase de arranque, tendo, a maioria, na sua direcção, elementos da vereação ou técnicos superiores da Câmara, o que tem aspectos positivos no diálogo e satisfação de necessidades, sem que isso signifique um mero exercício de clientelismo político;
- **Apoio logístico e financeiro** sistemático, com critério e regularidade. Apesar de algumas entidades reclamarem maior apoio, sobretudo financeiro, não se sente que haja no concelho uma instrumentalização política das instituições pela via dos financiamentos e apoios municipais;
- **Articulação com iniciativas e recursos da política nacional e comunitária** (territoriais e sectoriais) no sentido de darem sequência a desafios e projectos que se lhes colocam;
- Mais do que o recurso a financiamentos externos, sempre importantes dada a fragilidade financeira das instituições, é dada como certa a **decisão da autarquia de os realizar independentemente dos apoios financeiros pontuais**;

- Disponibilidade de **colaboração com o sector privado**, integrado na filosofia de actuação que se tem levado a efeito;
- **Consciência política da capacidade e necessidade de promover e consolidar uma vida cultural local consistente**;
- Abertura à **formação sistemática** do pessoal técnico da autarquia, responsável pelos projectos.

Acrescenta-se ainda que em Vila do Conde se percebe que tem efeitos muito positivos para o concelho em geral, e para a cultura em particular, o desempenho político do seu presidente.

Relativamente ao sector municipal da cultura, entende-se que, atendendo aos **novos equipamentos** que estão a surgir, o sector vai exigir uma **adequada operacionalidade**. A constituição recente da rede de museus no concelho, a Alfândega e área envolvente, a nova Biblioteca, a recuperação do núcleo regiano e da casa de Antero Quental, sem esquecer a recuperação do Cine-Teatro Neiva, etc., a juntar ao património cultural já existente, material e imaterial, vêm reforçar a riqueza do património do concelho e **aumentar as potencialidades da dinâmica cultural**.

Deste modo, tendo os técnicos superiores da autarquia desempenhado até agora um bom trabalho que se reflecte na execução dos projectos, será de ponderar, desde já, se há necessidade, para que os níveis atingidos se mantenham, de uma estrutura mais alargada e dedicada especificamente à cultura, capaz, não só de gerir os novos equipamentos, como de **traçar estrategicamente uma política** pensada globalmente para o local. A este propósito, notam-se esforços muito positivos de **coordenação** por parte da vereação da educação.

Este aumento da dinâmica cultural concelhia torna ainda urgente a criação e a manutenção de um **serviço especializado de promoção turística**, com qualidade, a **organização de visitas guiadas, criação de circuitos** e a **produção de informação**, com conteúdo e regularmente actualizada.

Reconhece-se ainda que Vila do Conde é das Câmaras Municipais que disponibiliza maiores meios de apoio, logísticos e financeiros, para a dinâmica global do concelho.

Uma característica muito importante e difícil de caracterizar, mas que se considera não surgir por acaso, é a de se reconhecer que Vila do Conde dispõe de uma **ambiência propícia à cultura** - os artistas gostam de Vila do Conde para viver e trabalhar - sentem-se bem. É o caso actualmente de Teresa Rocha (Academia de Música), que assume claramente que, não sendo vilacondense, escolheu, antes de tudo, a cidade para viver; é o caso de Dario Oliveira, como vilacondense, reconhece qualidades únicas ao espaço; e ainda a pintora Isabel Lhano, para só citar alguns, que estando fora dezasseis anos a estudar optou por regressar à cidade e que, um pouco à semelhança de Sonia e Robert Delaunay no início do século, considera que o artista se sente bem em Vila do Conde. São ainda conhecidos alguns casos de pessoas que, tendo vindo de outras áreas geográficas para trabalhar no Porto, optam por viver em Vila do Conde, preferindo a deslocação diária (aliás cómoda e rápida) de comboio para o local de trabalho. A cidade acaba, neste sentido, de beneficiar da proximidade da grande cidade.

5.2. - A Política Cultural ao Nível Local

O trabalho realizado e o conhecimento que se tem da região do Norte na vertente estudada conduzem a que, chegados a esta fase, se faça ainda as seguintes reflexões de âmbito geral:

- A dimensão cultural, sendo diversa e plural e atingindo diferentes áreas e públicos, requer uma **política**, uma **estratégia** e uma **estrutura** que lhe dê consistência;
- O sector camarário da cultura requer **autonomia** e **recursos financeiros** adequados, pois não é possível instalar qualquer política sem a defesa de um estatuto próprio para este sector;
- A importância dos **recursos humanos** de nível superior (ainda não interiorizada por todos os municípios), integrados no quadro de pessoal, com **formação específica** em áreas mais direccionadas para este tipo de trabalho é indispensável, pois o seu desempenho dará, para além de maior profissionalismo e qualidade às iniciativas, um contributo fundamental para o bom cumprimento das políticas;

- A relevância da **diferenciação das redes de equipamentos** deve ser considerada quanto à diversidade, funcionalidade e apetrechamento;
- O enriquecimento da interacção, entre cultura popular de base associativa e a cultura erudita e entre **diversidades culturais** coexistentes e emergentes no espaço, deve estar presente valorizando o que existe de específico no concelho;
- É necessário o controle da política "festivaleira", resultante da banalização de determinados tipos de eventos, cujo objectivo principal é "criar acontecimentos de promoção social ou outra", aproveitando-se para tal da cultura, não criando deste modo raízes de formação de novos públicos e hábitos de participação activa;
- A gestão, planeamento e programação das ofertas culturais que fazem parte da política cultural, não podem deixar de estar **articuladas com a restante política de desenvolvimento**, tendo para tal uma visão supra-local;
- A existência, globalmente, na região de baixos indicadores na área da educação e ainda iliteracia e exclusão social, faz com que se considere prioritário o seu combate, não só obviamente por questões sociais, mas também para que as políticas culturais possam ser bem sucedidas. Deste modo, em paralelo com a política cultural, não pode deixar de se desenvolver a **política da educação** e de **vivificação social**;
- Dentro das competências dos municípios acrescenta-se ainda que, a par destas políticas, os problemas de **ambiente** e de **ordenamento** devem estar na primeira linha de qualquer política urbana. Existem claros exemplos disso em Vila do Conde (margens do rio Ave, qualificação do património, qualificação e produção do espaço público, etc.).

Num visão de âmbito nacional, mas ainda no que diz respeito à política dos municípios, a realização deste trabalho permite ainda ponderar o seguinte:

- Tem-se tornado evidente que, ao nível local e no que diz respeito à cultura, as **expectativas têm sido superiores aos meios** que os municípios dispõem;

- A escassez dos meios financeiros tem criado uma **acção cultural dependente de candidaturas a programas**, com financiamentos pontuais. Numa fase de amadurecimento da política cultural, este sector deve ter um orçamento autónomo, independente de qualquer financiamento ocasional;
- Uma política cultural não é somatório de equipamentos e projectos, financiados ocasionalmente. A progressão do processo exige solidez e regularidade;
- Os mecenas e as empresas, tendo um contributo muito positivo, não deixam de ser expedientes em termos financeiros, que não dispensam uma fundamentação orçamental para a política cultural;
- A questão das **empresas municipais**, levantando-se algumas questões no caso da cultura, não deixa de ser, porém, uma solução de gestão. Para além disso é necessária a definição de políticas e estratégias culturais;
- **O Estado tem que estar sempre no núcleo duro** de uma política cultural estruturada e estruturante, cabendo aos municípios estimular o que há no terreno, achando os protagonistas locais certos;
- Em termos de **gestão de equipamentos** geraram-se situações de impasse. Interessa criar trajectórias de saída de impasses e reflectir sobre o uso dos equipamentos, estando em causa a questão das despesas de funcionamento;
- As duas questões anteriores implicam o encontro de soluções flexíveis de articulação e definição de competências entre o Estado Local e o Estado Central;
- As políticas culturais dos municipais têm objectivos que constituem **denominadores comuns**, mas a diversidade que caracteriza a cultura deve ser tratada de **forma específica em cada lugar**;
- A definição de uma política cultural local não dispensa a dinâmica de organização da sociedade civil, a diversidade institucional, a articulação com iniciativas e recursos do Estado Central, da União Europeia ou dos privados.

Apontam-se em documentos e programas diversas medidas e **recursos a potenciar**: intercâmbios culturais, criação de redes, rotas e itinerários culturais, constituição de parcerias, práticas de descentralização cultural, criação de novos hábitos de consumo na população, fomento das práticas artísticas, formação e profissionalização dos recursos humanos, revitalização do tecido institucional e associativo, entre outros.

São, sem dúvida, medidas importantes, a fomentar e a desenvolver, algumas já em andamento e passíveis de se transformar em práticas sobretudo em espaços, como o caso estudado, onde já há um bom trabalho realizado.

No entanto, a análise da situação deve ser colocada mais a montante. Por um lado, é um facto que nem todos os espaços locais atingiram práticas bem sucedidas, pese embora o seu esforço; por outro lado, há dinâmicas em evolução, existindo **exemplos de boas práticas**, como o caso estudado. Porém, mesmo Vila do Conde, sendo um exemplo muito positivo, tem ambições maiores, muitas potencialidades, está em construção.

Dado que as dinâmicas culturais estão em ascensão na sociedade, com a emergência de novos temas e expressões, com o crescimento do turismo, com o aumento da pressão sobre os lugares e da competitividade entre cidades e **não havendo informação para visualizar modelos**, interessa fazer alguma reflexão sobre o que se passa na realidade a nível local.

Nesta reflexão interessa fazer um claro ponto da situação, aprofundar os graus de estabilização, questionar as estratégias, a articulação entre as diferentes iniciativas, os quadros de financiamento ou a profissionalização da gestão, começando pela maior clarificação das competências entre o nível central e local.

A nível nacional o trabalho de estudo, investigação e avaliação do Observatório das Actividades Culturais tem permitido reflexões bastante positivas.

Passar do estudo e avaliação para acções de divulgação e sensibilização junto dos agentes sociais integrados no processo é a escala seguinte que se torna indispensável.

Por último, mas da maior importância, dentro dos recursos a potenciar, para a uniformização e rendibilização das políticas, defende-se o estabelecimento da

intermunicipalidade. Em causa estão acções desenvolvidas em conjunto pelos municípios que podem englobar:

- Gestão de equipamentos;
- realização de eventos;
- obtenção de economias de escala;
- fomento da relação entre instituições, directa ou indirectamente, através dos municípios.

Serão dados saltos qualitativos em questões de desenvolvimento e, particularmente, nas políticas culturais, quanto mais os diferentes níveis de decisão e operacionalização forem, positiva e amplamente, colaborantes.

Bibliografia

ALMEIDA, Carlos A Brochado (coord.), *Rendas de Bilros de Vila do Conde*, Minerva, Vila do Conde, 1994.

ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira, "Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais" in *Metodologia em Ciências Sociais*, AAVV, Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (Orgs.), Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, Porto, 1990.

ASCHER, François, *Metapolis-Acerca do Futuro da Cidade*, Celta Editora, Oeiras, 1998.

BABO Elisa, *Estudo Socio-económico da Área Metropolitana do Porto*, Equipamentos e Políticas Culturais, QUATERNAIRE Portugal, Porto,1993.

BAPTISTA, António Mendes, "A Valia do Território", in *Ciclo de Conferências*, Braga, Março 1999, MEPAT, 1999.

BARRETO, António (organização), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 1996.

BARRETO, António, "Portugal na Periferia do Centro: Mudança Social", in *Revista de Análise Social nº 134*, Volume XXX, 5º, 1995.

BOURDIEU, Pierre, O Poder Simbólico, Colecção Memória e Sociedade, Difel, Lisboa, 1989

CAPUCHA, Luís, "Exclusão profissional, exclusão social e cidadania" in *Cidadania, Integração, Globalização*, José Manuel Leite Viegas, Eduardo Costa Dias (organizadores), Celta Editora, Oeiras, 2000, pp.187-201.

CAPUCHA, Luís; PEDROSO, Paulo (organização), Metodologias de Avaliação, texto policopiado, 1999.

CASQUEIRA, Natália Maria Azevedo, *Práticas de recepção Cultural e Públicos de Cinema em Contextos Cineclubísticos*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, FLUP, 1997.

CONDE, Idalina, *O(s) Público(s) da Fundação de Serralves*, CIES-Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE, Julho 1994-Maio 1995, Lisboa, 1995.

COSTA, António Firmino; GUERREIRO, Maria das Dores, *O Trágico e o Contraste – O Fado no Bairro de Alfama*, Publicações Dom Quixote, Colecção Portugal de Perto, Lisboa, 1984.

COSTA, António Firmino, "Políticas Culturais: Conceitos e Perspectivas" in Publicação Trimestral do Observatório das Actividades Culturais, nº2, Lisboa, 1997, pp. 10 – 14.

COSTA, Pedro, *Actividades Culturais e Desenvolvimento Regional: Novos Caminhos para a Competitividade territorial* - Comunicação apresentada ao VI Encontro da APDR, Braga, 1999.

COSTA, Pedro, *Centralidades e Marginalidades: Territorialização da Produção e Práticas Culturais na Área Metropolitana de Lisboa*, Comunicação apresentada no seminário "Lisboa, Cidade de Margens", ICS-Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 1999.

COSTA, Pedro, *A Fileira das Actividades Culturais e a Economia Urbana* - Comunicação apresentada ao 1º Congresso Português de Sociologia Económica, Fundação Calouste Gulbenkian, 4,5 e 6 de Março de 1998, Lisboa, 1998.

COVA, António Ferreira Vila, *Caxinas, Terra do Meu Coração* – monografia, Vila do Conde, 1984.

CRUZ, João M. Biencard, Que nova cidade para o século XXI? – Ciclos de Encontros, Portugal 2000-2006: Políticas de cidades e reabilitação urbana (MEPAT), Aveiro,1999.

DOMINGUES, Álvaro, "Turismo Cultural e Política Cultural Urbana" in *Simposio Internacional sobre Turismo Cultural,* Fondación del Patrimonio Historico de Castilla y Léon, Valladolid, 2000.

ECO, Umberto, *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*, Editorial Presença, 5ª edição, Lisboa, 1991.

FERNANDES, António José, *Métodos e Regras para Elaboração de Trabalhos Académicos e Científicos*, Porto Editora, Porto, 1993.

FERNANDES, António Teixeira, "Poder Autárquico e Poderes Difusos" in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local - Actas do Encontro de Vila do Conde, 1-3 de Abril de 1993,* Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, 1994, pp. 123-145.

FERNANDES, António Teixeira, "O Estado na Construção da Cidadania em Sociedades de Exclusão", in *Cidadania, Integração, Globalização*, José Manuel Leite Viegas, Eduardo Costa Dias (organizadores), Celta Editora, Oeiras, 2000, pp. 161-185.

FERRÃO, João, "Rede Urbana: Instrumento de Equidade, Coesão e Desenvolvimento?" in *Colóquio "A Política das Cidades",* Série Estudos e Documentos, Conselho Económico e Social, Lisboa, 1997, pp. 21-48.

FERREIRA, José Maria Cabral, *Estratégia de Desenvolvimento e Política Cultural*, CCRN, Porto, 1980.

FERREIRA, José Maria Cabral, *Cultura e Defesa do Património Cultural, Reflexões sobre a Instalação da Casa da Cultura de Mirandela*, CCRN, Porto, 1980.

FERREIRA, José Maria Cabral, "Do Planeamento da Cultura à Cultura no Planeamento", in *Revista Sociedade e Território*, nº 4, Edições Afrontamento, 1986, pp. 18-27.

FERREIRA, José Maria Cabral, "Algumas Notas sobre o Pelouro da Cultura nas Autarquias Municipais da Região do Norte", in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local - Actas do Encontro de Vila do Conde, 1-3 de Abril de 1993,* Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, 1994, pp. 633-636.

FERREIRA, José Maria Cabral, *O Sector da Cultura: Práticas e Política nos Municípios da região do Norte*, CCRN, Porto, 1999.

FIGUEIREDO, Alexandra Lemos e outros, *Jovens em Portugal, 1960-1997,* Secretaria de Estado da Juventude, Observatório Permanente da Juventude Portuguesa, Estudos sobre a Juventude /3, Celta Editora, Oeiras, 1999.

FIGUEIREDO, António, "Espessura Institucional e Modelo de Governação Regional", in *Região Norte de Portugal, Actualizar e Aprofundar o Conhecimento,* AAVV, Luís Delfim Santos e Daniel Bessa (Org.), Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, 1999, pp.105-114.

FORTUNA, Carlos, "As Cidades e as Entidades – Património, Memórias e Narrativas Sociais" in *Cultura & Economia*, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, pp. 209-230.

FORTUNA, Carlos, "Destradicionalização e Imagem da Cidade - O Caso de Évora", in *Cidade, Cultura e Globalização*, Celta, Oeiras, 1997, pp. 231-257.

GOMES, Manuel Maia, "Política Urbana Para a Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Vila do Conde", in *CCRN - Reabilitação Urbana - Gabinetes Técnicos Locais- 5º Encontro Nacional de GTL's* , Porto, 1992, pp. 142-153.

GOMES, Manuel Maia, "Centro Histórico de Vila do Conde: Política Urbana para a Recuperação e Revitalização", in *Cadernos Municipais, Ano 10-50/51,* 1990, pp. 39-72.

GOMES, Manuel Maia, Evolução Histórica, Desenvolvimento Urbano de Vila do Conde, Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde, Nova Série – nº 15/16, 1995.

GUERREIRO, Luís Alves; ROLO, Fernanda Pereira, "Equipamentos Culturais e Campos Culturais Locais", in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local - Actas do Encontro de Vila do Conde, 1-3 de Abril de 1993,* Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994, pp. 637-642.

LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*, Edição 70, Lisboa, 1990.

LOPES, João Teixeira, "Tempos e Espaços da Animação Sociocultural – O Desencontro entre a Cidade e a Escola", in "*Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local. Actas do Encontro de Vila do Conde, 1-3 de Abril de 1993,* Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia,1994, pp. 643-658.

LOPES, João Teixeira, *Estruturas Espaciais e Práticas Sociais: A inexistente opção entre o local e o global*, Revista de Sociologia nº 4, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994, pp.219-229.

LOPES, João Teixeira, *Tristes Escolas–Práticas Culturais Estudantis no Espaço Escolar Urbano*, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, Porto, 1996.

LOPES, João Teixeira, *A Cidade e a Cultura, Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas*, Edições Afrontamento e Câmara Municipal do Porto, Porto, 2000.

LOPES, Simões, *Desenvolvimento Regional–Problemática, Teoria e Desenvolvimento*, vol. I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1980

MARTINS, Ana Maria Almeida, *Antero Quental. A Década Dourada de Vila do Conde,* Câmara Municipal de Vila do Conde, 1993.

MARTINS, Ana Maria Almeida (e outros), *Estudos Anterianos,* Centro de Estudos Anterianos de Vila do Conde, nºs 1,2,3,4, Minerva, Vila do Conde, 1998 e 1999.

MATARASSO, François (others), *The Art of Regeneration*, Urban Renewal Through Cultural Activity, Comedia, 1996.

MATARASSO, François, *Use or Ornament? The Social Impact of Participation in the Arts*, Comedia, 1998.

MIRANDA, Marta, "A colaboração de José Régio na Revista Ocidente", in *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*, Nova Série, nº 19 – Junho 1997.

MIRANDA, Marta, *Vila do Conde*, Colecção Cidades e Vilas de Portugal, Editorial Presença, Lisboa, 1998.

MORAIS, João; VIOLANTE, Luís, *Contribuição para uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais, Portugal 1926-1985*, Livros Horizonte, Lisboa, 1986.

MOREIRA, Branca Ferreira, *Políticas de Geminação e Interculturalidade*, Tese de Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, 1997.

NEVES, Joaquim Pacheco, *Vila do Conde*, Edição da Secção Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde, II Edição, 1991.

NOVAIS, Isabel Cadete (coordenação), *Boletim do Centro de Estudos Regianos*, Câmara Municipal de Vila do Conde, Minerva, 1997.

PEREIRA, Júlio, RUSSO, Maria Manuel, "Autarquias e Finanças Municipais", in *Região Norte de Portugal,* Luís Delfim Santos e Daniel Bessa (Org.), Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, Porto, 1999, pp. 115-134.

PILOTO, Adelina, *Os Expostos da Roda de Vila do Conde, 1835/1854*, Colecção Cadernos da Câmara Municipal de Vila do Conde, Minerva, Vila do Conde, 1ª edição, 1998.

PINTO, José Madureira, "Uma reflexão sobre políticas culturais", in *"Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local. Actas do Encontro de Vila do Conde, 1-3 de Abril de 1993,* Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, 1994, pp. 767-792.

PINTO, José Madureira, "Intervenção Cultural em Espaços Públicos" in *Cultura & Economia. Actas do Colóquio Realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994,* Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, pp. 191-207.

PINTO, José Madureira, "Democratização e Desenvolvimento Cultural Sustentado: O Papel do Estado" in *Publicação Trimestral do Observatório das Actividades Culturais*, nº1, Lisboa, Maio de 1997, pp. 4 – 7.

READ, Helbert, *A Educação pela Arte,* Edições 79, Porto, 1958.

REIS, A do Carmo, *Vila do Conde, 500 Anos de História Urbana*, Minerva, Vila do Conde, 1989.

REIS, A do Carmo, *Nova História de Vila do Conde*, Colecção Cadernos da Câmara Municipal de Vila do Conde, Minerva, Vila do Conde, 1999.

REIS, Manuela, "O Património e a Construção de Novos Espaços de Cidadania" in AAVV, *Cidadania, Integração, Globalização,* José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (organizadores), Celta Editora, Oeiras,2000, pp. 277-288.

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane, *A Cidade : Rumo a uma nova definição?,* colecção Cidade em Questão/9, 2ª edição, Porto, Edições Afrontamento, 1997.

SANTOS, Helena, "Dinamizações a partir das Margens? Observações sobre Participação Socio-cultural, a partir de algumas "produções culturais" in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local. Actas do Encontro de Vila do Conde, 1-3 de Abril de 1993,* Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima, "Cultura dos Ócios e Utopia", in *Cultura & Economia*, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima, "Deambulações pelos Novos Mundos da Arte e da Cultura" in *Análise Social* Vol. XXIX, nº 125/126, ICS-Instituto Ciências Sociais, Lisboa, 1994, pp.426-428.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima, "Políticas Culturais e Juventude", in Análise Social, Vol. XXVI (114), 1991 (5º), pp. 991-1009.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima (coordenação), *As Políticas Culturais em Portugal,* Relatório Nacional do Observatório das Actividades Culturais, Lisboa, 1998.

SILVA, Amélia Maria Polónia da, *Vila do Conde no Século XVI, Reflexões sobre Alguns Índices de Desenvolvimento Urbano*, Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde, Nova Série – nº 14, 1994.

SILVA, Amélia Maria Polónia da, *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica*, Actas de Colóquio-separata- Jorge Fernandes Alves (coordenação), CLC – FLUP, 1998.

SILVA, Amélia Maria Polónia da, *Vila do Conde – Um Porto Nortenho na Expansão Ultramarina Quinhentista*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras, Porto, 1999.

SILVA, Augusto Santos e outros, *Agentes Culturais e Públicos para a Cultura: Alguns Casos Ilustrativos de uma Difícil Relação*, Cadernos de Ciências Sociais, nº 18, Porto, Edições Afrontamento, 1998, pp. 67-105.

SILVA, Augusto Santos, "Políticas Culturais Municipais e Animação do Espaço Urbano – Uma Análise de Seis Cidades Portuguesas", in *Cultura & Economia, Actas do Colóquio Realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, pp. 253-270.

SILVA, Augusto Santos, "O que é o desenvolvimento Integrado? Uma reflexão, com Ilustração Empírica" in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local. Actas do Encontro de Vila do Conde, 1-3 de Abril de 1993",* Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994, pp. 591-620.

SILVA, Augusto Santos, "O Jogo Indeciso entre Símbolos, Práticas e Políticas Culturais" in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local. Actas do Encontro de Vila do Conde, 1-3 de Abril de 1993",* Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994, pp.683-721.

SILVA, Augusto Santos, *Tempos Cruzados, Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

SILVA, Rosa Fernanda Moreira da, *Geografia Agrária da Área das Doações (De 1928 a 1966)*, separata da Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia, Vol. XI-22, Lisboa, 1976.

ZUKIN, Sharon, The Cultures of Cities, Oxford, Blackwell, 1995.

Documentos

Acções Prioritárias do Ministério da Cultura nos P. O. Regionais, Ministério da Cultura, 2000.

Álvaro Domingues, Desenvolvimento do Interior, texto de debate promovido pela Presidência da República, Idanha-a-Nova, 11/6/97.

Álvaro Domingues, Periferias e Espaços Marginais, (texto policopiado), 1995.

António Manuel Figueiredo – Uma Reflexão crítica sobre os caminhos e o universo de projectos do Sub-programa C.

Avaliação do Impacte de Projectos de Desenvolvimento, CCRN – Módulo 3 – Metodologias e Análises de Projectos – Avaliação Multimédia – Análise SWOT, 1998

Candidatura "Viagem à Rosa dos Ventos" ao PPU (Projecto-Piloto Europeu), elaborada por Álvaro Domingues, Amélia Polónia, Rui Azevedo, (Quaternaire Portugal) em colaboração com a Câmara Municipal de Vila do Conde, 1997.

Comissão Europeia – A Cultura, Um Recurso para as Regiões, texto policopiado.

Commission Européenne, DG XXII, Le Magazine, Nº 11 – 1999

"Desenvolvimento Regional" in Portugal – *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social* – Ciclo de Encontros – Portugal 2000-2006, AAVV, edição MEPAT, SEDR, 1ª edição – Junho 1999.

E.D.E.C., *Esquema de desenvolvimento do Espaço Comunitário*, Noordwijk, Junho 1997.

Groupe de travail européen sur la culture et le développement, *La Culture au Coeur* – Contribution au débat sur la culture et le développement en Europe, Edições do Conselho da Europa, Strasbourg, 1998.

Intervenção Operacional Turismo e Património Cultural, Quadro Comunitário de Apoio 1994/1999, Ministério do Planeamento, DGDR, Lisboa, Maio 2000.

Inventários dos Equipamentos Culturais e Recreativos da Região do Norte, Regina Valente (Coord), Comissão de Coordenação da Região do Norte, Porto, 1991.

Judith Bell, Como realizar um projecto de investigação (texto policopiado).

Le Magazine – Éducation, Formation et Jeunesse en Europe, publicada pela Comission Européenne – nº10 – 1998, nº 11 – 1999.

Leader Magazine – O Recurso Património – Irlanda, Frísia, Barbagia – Barónia s/ data; texto policopiado.

Leader – Cultura e Desenvolvimento Rural, s/ data, texto policopiado.

Linhas Estratégicas de Implementação do SP/C, 1996.

Memória Descritiva do projecto de "Centro Histórico de Vila do Conde, Política Urbana para a sua Recuperação e Revitalização", Maia Gomes, 1992.

Maia Gomes, Memórias descritivas da maioria dos projectos já realizados pelo GTL (Gabinete Técnico Local) e dos projectos vilacondenses, no espaço páblico e em edifícios, com início para breve.

Memórias Descritivas dos dez projectos candidatados ao Sub-programa C do PRONORTE, cujos promotores foram a Câmara Municipal, o Cineclube, A APPA e a Assoc. Protecção do Património e Artesanato. Lista em anexo e referências neste trabalho em rodapé.

Orientações para a Elaboração do PDR 2000-2006, CCRN, 1999

PDM – Regulamento do Plano Director Municipal de Vila do Conde, Diário da República – I Série –B, Nº 285 – 12-12-1995, pp. 7736-7751.

"Política de Cidades e Reabilitação Urbana" in Portugal – Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social – Ciclo de Encontros – Portugal 2000-2006, AAVV, edição MEPAT, SEDR, 1ª edição – Junho 1999.

Programa Operacional da Cultura, Ministério da Cultura, QCA 2000-2006.

Programa Operacional da Cultura, Ministério do Planeamento, QCA III, gerido pelo IPPAR.

Publicações Trimestrais do Observatório das Actividades Culturais, Nºs 1,2,3,4,5,6, Lisboa, 1997,1998,1999.

Relatório Intercalar de Avaliação do PRONORTE, Quaternaire Portugal, Porto, 1996.

Villes Historiques et Tourisme: 6.e Symposium européen des villes historiques, Strasbourg, Conselho da Europa, 1991.

Revistas

Arquivo Fotográfico de Vila do Conde, Núcleo de Fotografia do Centro Municipal da Juventude, Câmara Municipal de Vila do Conde, 1995.

Boletins publicados do Centro de Estudos Regianos

Boletins publicados do Centro de Estudos Anterianos

Câmara Municipal de Vila do Conde, Plano de Actividades e Orçamento 2000.

Câmara Municipal de Vila do Conde, Listagem de Subsídios às Associações.

Câmara Municipal de Vila do Conde, Listagem de Equipamentos Desportivos.

Círculo Católico d'Operários, Boletins Informativos, nºs 5 e 6, 1999, 2000.

O Fluvial, Número Comemorativo do 90º Aniversário, Minerva, Dezembro 1995.

Revistas da Feira Nacional de Artesanato, 23 números + revista comemorativa da 20ª edição.

Revistas "Solidariedade é Notícia", 1994 e 1996

Vila do Conde no Virar do Século, Câmara Municipal de Vila do Conde, 1997

Vila do Conde do Projecto à Obra, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2000

Vila do Conde...O Lugar Onde Se Esconde o Coração, Ruy BELO.

Margens, Boletim do Clube da Comunicação do Centro Municipal da Juventude, nºs 0, 1, 2, 3, - 1996/1997/1998/1999.

Museus de Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde

Palestra na Casa de Mateus – António Barreto – Vila Real, 1999

Artigos

Arquivo das Notícias da Comunicação Social dos últimos 3 anos.

Notícias soltas do Jornal "Público" e Jornais Locais.

Jornal Público, Helena Vaz da Silva, dia 07 de Agosto 2000.

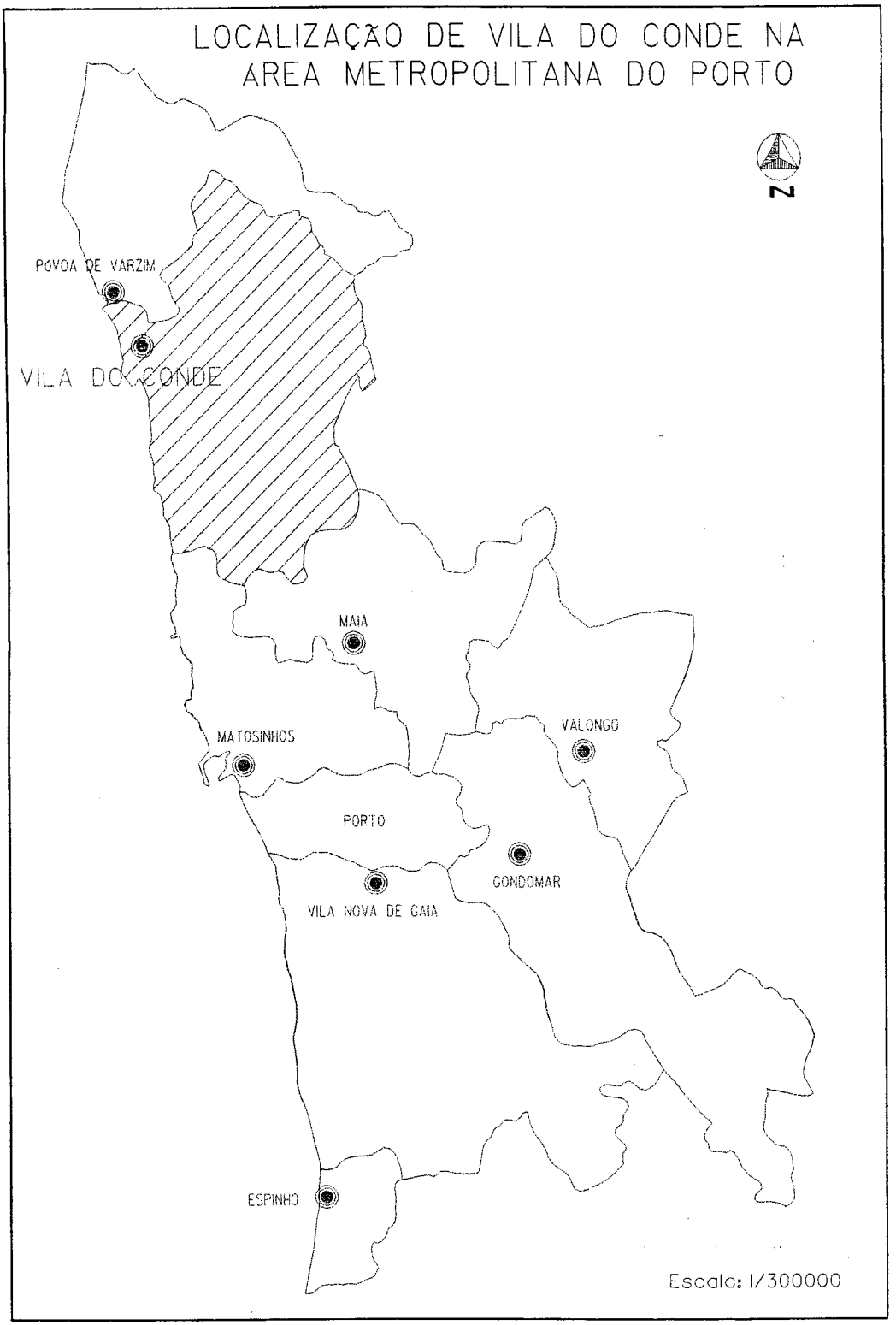
Suplemento de "O Primeiro de Janeiro" de 2ª -feira – "Concelho de Vila do Conde".

Variada documentação de divulgação de acções das instituições vilacondenses.

ANEXOS


LOCALIZAÇÃO DO CONCELHO DE VILA DO CONDE NA REGIÃO DO NORTE
N
MELGAÇO
MONÇÃO
VALENÇA
V.N.ª DE CERVEIRA
PAREDES DE COURA
CAMINHA
ARCOS DE VALDEVEZ
PONTE DE LIMA
PONTE DA BARCA
VIANA DO CASTELO
TERRAS DE BOURO
VILA VERDE
AMARES
VIEIRA DO MINHO
RÓVOA DE LANHOSO
BRAGA
ESPOSENDE
BARCELOS
GUIMARÃES
FAFE
V.N. DE FAMALICÃO
PÓVOA DE VARZIM
VILA DO CONDE
VIZELA
FELGUEIRAS
TROFA
SANTO TIRSO
PAÇOS DE FERREIRA
LOUSADA
AMARANTE
MAIA
MATOSINHOS
PAREDES
MARCO DE CANAVESES
PENAFIEL
VALONGO
PORTO
GONDOMAR
VILA NOVA DE GAIA
BAIÃO
CINFÃES
RESENDE
CASTELO DE PAIVA
ESPINHO
S.TA MARIA DA FEIRA
AROUCA
S. JOÃO DA MADEIRA
OLIVEIRA DE AZEMÉIS
VALE DE CAMBRA
MONTALEGRE
CHAVES
BOTICAS
VINHAIS
BRAGANÇA
VALPAÇOS
VIMIOSO
MACEDO DE CAVALEIROS
MIRANDA DO DOURO
MIRANDELA
CABECEIRAS DE BASTO
RIBEIRA DE PENA
VILA POUCA DE AGUIAR
MONDIM DE BASTO
CELORICO DE BASTO
MURÇA
VILA REAL
SABROSA
ALIJÓ
CARRAZEDA DE ANSIÃES
ALFANDEGA DA FÉ
MOGADOURO
VILA FLOR
S.TA MARTA DE PENAGUIÃO
PESO DA RÉGUA
MESÃO FRIO
S. JOÃO DA RESOUEIRA
TORRE DE MONCORVO
ARMAMAR
TABUAÇO
VILA NOVA DE FOZ COA
FREIXO DE ESPADA À CINTA
LAMEGO
TAROUCA
PENEDONO
MOIMENTA DA BEIRA
SERNANCELHE
Escala: 1/1000000

Anexo 2


LOCALIZAÇÃO DE VILA DO CONDE NA AREA METROPOLITANA DO PORTO
N
POVOA DE VARZIM
VILA DO CONDE
MAIA
MATOSINHOS
VALONGO
PORTO
GONDOMAR
VILA NOVA DE GAIA
ESPINHO
Escala: 1/300000

Anexo 3


FREGUESIAS DO CONCELHO DE VILA DO CONDE
N
Rio Mau
Arcos
Touguinhó
Junqueira
Touguinha
Outeiro Maior
Bagunte
Parada
VILA DO CONDE
Tougues
Retorta
Ferreiró
Azurara
Árvore
Macieira da Maia
Fornelo
Vairão
Fajoses
Mindelo
Canidelo
Gião
Malta
Modivas
Vila Chã
Guilhabreu
Vilar
Labruge
Mosteiró
Vilar de Pinheiro
Aveleda
Escala: 1/200000

Fonte : I.N.E.
Regiao

Populacao Residente
V. Conde

ANEXO 4

	em 1981		em 1991		
	PR81HM	PR81H	PR91HM	PR91H	TaxAnlf 1991 %
VILA DO CONDE	**64402**	**31565**	**64836**	**31742**	**7,2**
ARCOS	891	441	853	408	4,7
ARVORE	3177	1567	3406	1659	6,4
AVELEDA	1410	681	1446	709	9,6
AZURARA	1536	739	1794	884	6,8
BAGUNTE	1613	804	1722	858	8,8
CANIDELO	931	461	934	461	8,2
FAJOZES	1434	707	1457	723	8,4
FERREIRO	550	274	651	327	7,6
FORNELO	1351	679	1526	744	7,6
GIAO	1593	814	1457	725	8,2
GUILHABREU	2054	1025	1885	918	5,3
JUNQUEIRA	2068	994	1929	942	8,9
LABRUGE	2085	1007	2159	1063	9,3
MACIEIRA DA MAIA	1684	825	1870	931	6,5
MALTA	999	466	1061	509	9,0
MINDELO	2761	1373	2859	1412	4,9
MODIVAS	1817	853	1888	888	6,6
MOSTEIRO	1099	516	897	414	8,9
OUTEIRO MAIOR	437	231	400	197	8,5
PARADA	333	162	327	162	10,5
RETORTA	906	444	929	457	7,9
RIO MAU	1893	926	1973	956	8,8
TOUGUES	851	409	864	412	6,2
TOUGUINHA	963	486	1122	559	7,5
TOUGUINHO	1229	578	1225	590	4,8
VAIRAO	1226	581	1289	623	7,9
VILA CHA	2886	1446	3021	1498	6,1
VILA DO CONDE	20613	10089	19990	9814	7,2
VILAR	1579	765	1633	797	4,1
VILAR DE PINHEIRO	2433	1222	2269	1102	6,3

VILA DO CONDE

ANEXO 5

Indicadores Socio-demográficas

Indicadores Socio-demográficos	Região do Norte	Grande Porto	Vila do Conde	Vila do Conde 1991 *	
Área (KM^2)	21 194	815	147		
Pop. Resid., 1998	3 578 310	1 201 760	67 800	(1991)	64 836
Variação da Pop. Residente 91/98 %	3.0	2.9	4.6	(1991/81)	0.7
População 1998 %					
0-14 anos	18.4	17.3	19.6	(1991)	22.3
15-24 anos	16.3	14.9	16.0	(1991)	18.7
Índice de Dependência 1998 %	45.3	42.1	43.4	(1991)	46.6
Taxa de Natalidade 1998 ‰	12.2	12.1	13.8	(1991)	15.2
Taxa de Mortalidade 1998 ‰	8.9	8.7	7.8	(1991)	8.4
Índice de Envelhecimento 1998 %	69.5	71.1	54.9	(1991)	42.5
Taxa de Escolarização 1991 %					
12-14 anos	81.7	89.0	77.8		
15-17 anos	48.8	61.6	40.7		
18-23 anos	31.2	32.4	17.8		
Pop. c/ ensino médio e superior 1991 %		8.5	5.6		
Pop. c/ < 6 anos de escolaridade 1991 %		13.4	16.6		
Taxa de analfabetismo 1991 %	12.9	6.4	7.9		
Emp. qualificado / Total emprego 1991 %		53.8	43.7		
Taxa de actividade 1998 %	62.5	61.0	–	(1991)	49.9
Taxa de actividade jovem 1998 %	54.9	51.6	–	(1991)	34.7
Emprego Sector Primário /Total Emprego 1998 %	13.8	5.4	–	(1991)	11.7
Emprego Sector Secund. /Total Emprego 1998 %	47.8	42.1	–	(1991)	60.2
Emprego Sector Terciário /Total Emprego 1998 %	38.3	52.5	–	(1991)	28.1
Taxa de Desemprego 1998 %	4.9	6.5	–	(1991)	4.1
Taxa de Desemprego Jovem 1998 %	8.8	11.4	–		
Taxa de Desemprego Feminino 1998 %	6.0	7.7	–	(1991)	5.1

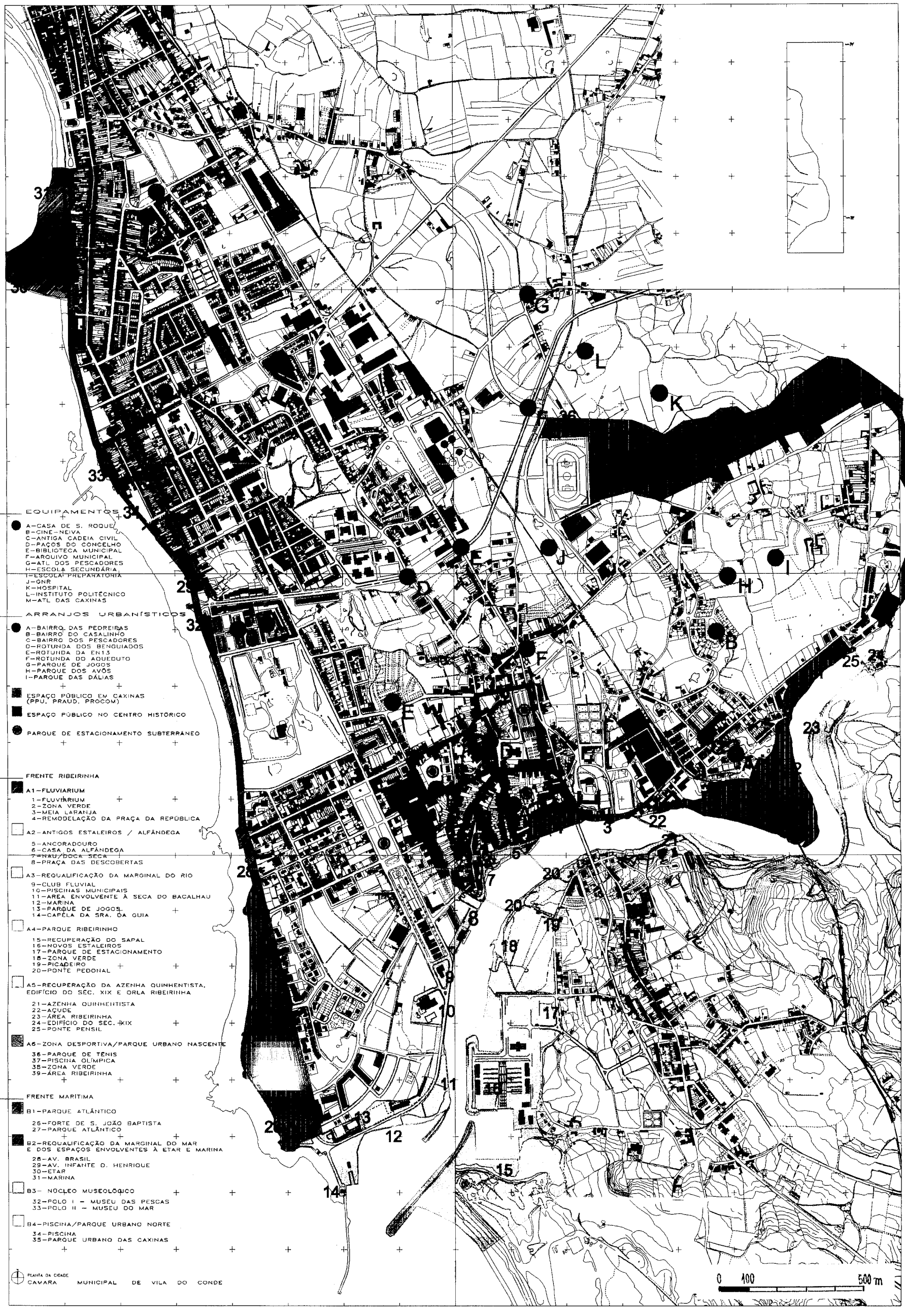
Fonte: INE (Instituto Nacional de Estatística) - Recenseamento Geral da População; estimativas da População residente, Anuário regional e Inquérito ao Emprego.

* Para comparação nos casos em que os dados são de 1998

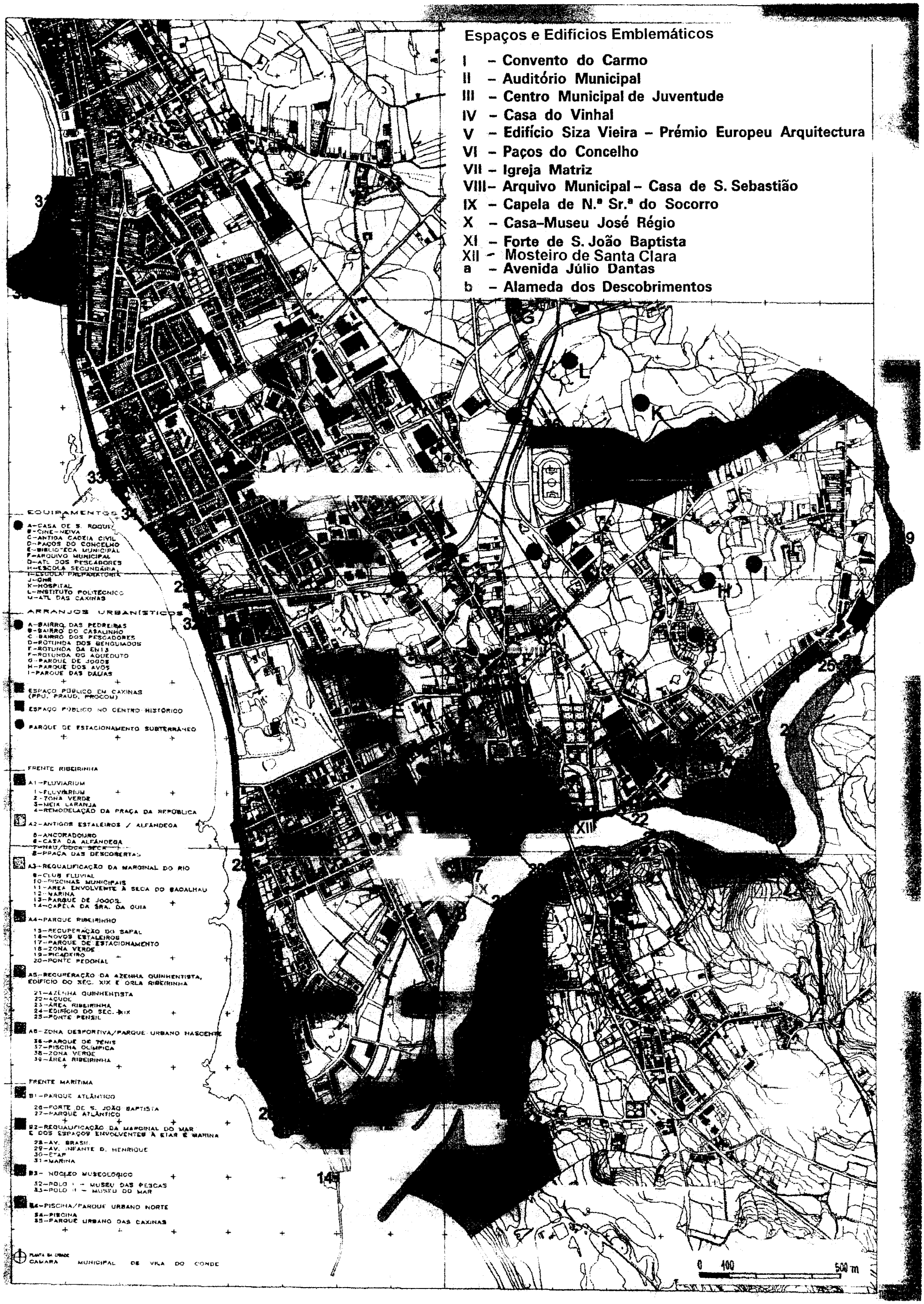
VILA DO CONDE

MAPA DA CIDADE - Obras Realizadas e Projectadas

ANEXO 6



ANEXO 7


Espaços e Edifícios Emblemáticos
I – Convento do Carmo
II – Auditório Municipal
III – Centro Municipal de Juventude
IV – Casa do Vinhal
V – Edifício Siza Vieira – Prémio Europeu Arquitectura
VI – Paços do Concelho
VII – Igreja Matriz
VIII – Arquivo Municipal – Casa de S. Sebastião
IX – Capela de N.ª Sr.ª do Socorro
X – Casa-Museu José Régio
XI – Forte de S. João Baptista
XII – Mosteiro de Santa Clara
a – Avenida Júlio Dantas
b – Alameda dos Descobrimentos
EQUIPAMENTOS
A–CASA DE S. ROQUE
B–CINE–NEIVA
C–ANTIGA CADEIA CIVIL
D–PAÇOS DO CONCELHO
E–BIBLIOTECA MUNICIPAL
F–ARQUIVO MUNICIPAL
G–ATL DOS PESCADORES
H–ESCOLA SECUNDÁRIA
I–ESCOLA PREPARATÓRIA
J–CMB
K–HOSPITAL
L–INSTITUTO POLITÉCNICO
M–ATL DAS CAXINAS
ARRANJOS URBANÍSTICOS
A–BAIRRO DAS PEDREIRAS
B–BAIRRO DO CASALINHO
C–BAIRRO DOS PESCADORES
D–ROTUNDA DOS BENQUIADOS
E–ROTUNDA DA EN13
F–ROTUNDA DO AQUEDUTO
G–PARQUE DE JOGOS
H–PARQUE DOS AVÓS
I–PARQUE DAS DÁLIAS
ESPAÇO PÚBLICO EM CAXINAS (PPU, PRAUD, PROCOM)
ESPAÇO PÚBLICO NO CENTRO HISTÓRICO
PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO
FRENTE RIBEIRINHA
A1–FLUVIARIUM
1–FLUVIARIUM
2–ZONA VERDE
3–MEIA LARANJA
4–REMODELAÇÃO DA PRAÇA DA REPÚBLICA
A2–ANTIGOS ESTALEIROS / ALFÂNDEGA
6–ANCORADOURO
6–CASA DA ALFÂNDEGA
7–NEAU/DOCA SECA
8–PRAÇA DAS DESCOBERTAS
A3–REQUALIFICAÇÃO DA MARGINAL DO RIO
9–CLUB FLUVIAL
10–PISCINAS MUNICIPAIS
11–ÁREA ENVOLVENTE À SECA DO BACALHAU
12–MARINA
13–PARQUE DE JOGOS
14–CAPELA DA SRA. DA GUIA
A4–PARQUE RIBEIRINHO
15–RECUPERAÇÃO DO SAPAL
16–NOVOS ESTALEIROS
17–PARQUE DE ESTACIONAMENTO
18–ZONA VERDE
19–PICADEIRO
20–PONTE PEDONAL
A5–RECUPERAÇÃO DA AZENHA QUINHENTISTA, EDIFÍCIO DO SÉC. XIX E ORLA RIBEIRINHA
21–AZENHA QUINHENTISTA
22–AÇUDE
23–ÁREA RIBEIRINHA
24–EDIFÍCIO DO SEC. XIX
25–PONTE PENSIL
A6–ZONA DESPORTIVA/PARQUE URBANO NASCENTE
36–PARQUE DE TÉNIS
37–PISCINA OLÍMPICA
38–ZONA VERDE
39–ÁREA RIBEIRINHA
FRENTE MARÍTIMA
B1–PARQUE ATLÂNTICO
26–FORTE DE S. JOÃO BAPTISTA
27–PARQUE ATLÂNTICO
B2–REQUALIFICAÇÃO DA MARGINAL DO MAR E DOS ESPAÇOS ENVOLVENTES À ETAR E MARINA
28–AV. BRASIL
29–AV. INFANTE D. HENRIQUE
30–ETAR
31–MARINA
B3– NÚCLEO MUSEOLÓGICO
32–POLO I – MUSEU DAS PESCAS
33–POLO II – MUSEU DO MAR
B4–PISCINA/PARQUE URBANO NORTE
34–PISCINA
35–PARQUE URBANO DAS CAXINAS
PLANTA DA CIDADE
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE
0 100 500 m

VILA DO CONDE - Ficha dos Museus

ANEXO 8

Nome	Início	Nº Visitantes / ano	Propriedade	Desenvolvimento
Casa José Régio (Municipal)	1975		Casa própria em Vila do Conde.	Pretende ter: Galeria pª exposições temporárias e Centro de Estudos Regianos.
Museu Vivo da Comutação Manual (TLP)	1983		Localizado na freguesia de Vilar	Inaugurado no dia 8 de Dezembro de 1983 no âmbito das Comemorações do Ano Mundial das Comunicações.
Museu do Bombeiro (Ass. Bombeiros)	1984	Individuais – 1.681; de escolas 3.919; estrangeiros-1.170 (desde Junho 98)	Novo Quartel dos bombeiros	Projecto pedagógico: Educar para a Segurança.
Museu das Cinzas – da Ordem Terceira de S. Franscisco (Ordem)	1985 (Fevereiro)		Construção em edifício de raiz	Arte sacra, paramentaria e alfaias litúrgicas; ainda resplendores em prata e ouro, ...
Museu de Arte Sacra (Igreja)	1985 (Junho)		No interior da Igreja Matriz	A riqueza do acervo exigiria uma melhor apresentação, num espaço maior.
Museu da Cooperativa Agrícola (Escola Agrícola)	Em fase de remodelação			
Museu Agrícola de Entre Douro e Minho (Vairão)	1989		Casa Agrícola do Barão do Rio Ave, adquirida pela Estação Agrária do Porto	Ganhou **Menção Honrosa** atribuída pela Comissão do Prémio do Museu Europeu em 1991, pelo rigor museológico do equipamento.
Museu das Rendas de Bilros	1991 (Junho)		Instalado na Casa do Vinhal (recuperada para	Tem uma secção internacional, onde se

(Municipal)			este fim)	podem ver rendas, almofadas e bilros da Europa e Brasil. Tem em funcionamento a "Oficina das rendas de Bilros".
Museu do Mar (Municipal)	1991 (Dezembro)		Em fase de remodelação	Caxinas
Museu da Construção Naval (Municipal)	2000 (Julho)		Em fase de remodelação	

VILA DO CONDE - Projectos financiados pelo Sub-Programa C (QCA II - 1994-99)

contos

Executor	Designação do Projecto	Inv. Eleg.
Ass Protecção do Património Arqueol. Vila Conde - APPA	Campo Arqueológico de Bagunte	7.046
Ass Bombeiros Voluntários Vila do Conde	Educar para a Segurança	12.308
Ass para Defesa do Artesanato e Património Vila do Conde	Dinamização e Promoção das rendas de Bilros	7.732
Ass para Defesa do Artesanato e Património Vila do Conde	Rendas de Bilros para o Século XXI	14.564
Cineclube de Vila do Conde	Criação de Actividades Paralelas no Âmbito do Festival Intern. Curtas-Metragens	6.142
Câmara Municipal Vila do Conde	Animação Cultural e Pedagógica do Centro Municipal da Juventude	17.496
Câmara Municipal Vila do Conde	Formação de Novos Públicos - Dança e Teatro/Dança	10.000
Câmara Municipal Vila do Conde	Caxinas - Novos Rumos	12.943
Câmara Municipal Vila do Conde	Educar para a Cultura	16.995
Câmara Municipal Vila do Conde	As Fadas. Em Vila do Conde com Antero de Quental	
Total	**10 projectos**	**105.226**

ANEXO 10

VILA DO CONDE: A Construção da Política Cultural ao Nível Local

Guião de Entrevista

Introdução da temática / Informação sobre os objectivos da investigação.

1. **Informação referente ao início dos projectos**
   - Principais promotores e contexto social
   - Objectivos principais e parâmetros de avaliação
   - Momentos de ruptura na evolução dos projectos
     (dimensão, novos desafios, mudanças organizacionais)
   - Sistematização da informação sobre as actividades recentes
     (parâmetros quantitativos)

2. **Arquitectura Institucional**
   - Descrição retrospectiva:
     Iniciativa camarária / vínculo à Câmara Municipal
     Estabelecimento de parcerias / acordos / protocolos

3. **Engenharia Financeira**
   - Auto-financiamento / dependência
     (local, regional, nacional, União Europeia, privados, outras);
     Subsídios, comparticipações, apoios

4. **Programação**
   - Plano de actividades
   - actividades paralelas

5. **Desenvolvimento / evolução**
   - Acções relevantes / saltos qualitativos
   - Indicadores de visibilidade nacional e internacional
     (prémios, medalhas, presença em eventos, etc.)

FICHAS DE PROJECTOS

Ficha do Projecto: **Campo Arqueológico de Bagunte**

Início	Arquitectura Institucional	Engenharia Financeira	Programação	Desenvolvimento
Bagunte - Povoado da chamada Cultura Castreja do Noroeste Peninsular, descoberto para a Ciência em finais do séc. XIX. A recuperação teve início em 1992 com a criação pela C M de um Serviço de Arqueologia Municipal, que em 1996 ganha o estatuto de Gabinete. Em 1994 é criada a Associação de Protecção ao Património Arqueológico de Vila do Conde (APPA), instalada no Convento do Carmo, com o objectivo de angariar meios financeiros e integrar os jovens na comunidade local. Tem actualmente 200 jovens como sócios. Objectivos globais: Proteger, valorizar e divulgar o património arqueológico, enquanto pólo de desenvolvimento cultural e económico; encontrar o contributo da arqueologia para a comunidade local.	- Gabinete de Arqueologia Municipal; - APPA – Associação de Protecção ao Património Arqueológico de Vila do Conde; - Instituto de Investigação (em criação). Apoio técnico e financeiro: - C M Vila do Conde; - IPJ – Instituto Português da Juventude; - IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional; - Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa (apoio técnico); - Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da U.P (apoio técnico); - Junta de Freguesia de Bagunte (colaboração em trabalhos).	**Gabinete de Arqueologia Municipal**-estrutura camarária: Despesas de remuneração do arqueólogo + 6 pessoas (desde Dezembro 1999);- outras despesas relacionadas com levantamento topográfico e compra de uma carrinha. - **Financiamento pelo IEFP dos Cursos de Formação**: 1999 – 4.000 contos - para o curso de "Conservação e manutenção dos sítios arqueológicos; 2.000 contos para o curso de "Registo e Desenho Arqueológico". **APPA** (Assoc. de Protecção ao Património Arqueológico): O IPJ financia cerca de 1.000 contos / ano para campos de trabalho; - C M subsidia a APPA com cerca de 200/contos / ano + ajudas pontuais; - Em 1996, 1997 e 1998 houve um projecto ao PRONORTE – financiado em 5,3 mil contos sendo a comparticipação nacional (cerca de 2.700 contos) assegurados pela C M Vila Conde e pela C M Barcelos.	**APPA** **1994** - Curso de iniciação à arqueologia com o apoio do IPJ; **1995** – Curso de iniciação ao tratamento de materiais arqueológicos em laboratório; Exposição de arte sacra "A Alma de Vila do Conde; **1996 e seguintes** – - Projecto PRONORTE-realização dos Encontros "100 anos de Arqueologia" – homenagem aos 100 anos da revista "O Archeólogo Português" (1895) e da exposição de arqueologia "Raízes de Vila do Conde". Organização dos campos de trabalho arqueológico, com jovens nacionais e internacionais (4 campos / por ano – cada campo tem cerca de 25 jovens). (Até final de 1999, já passarampelo campo cerca de 400 jovens, das mais diversas áreas do ensino. Todos os anos, cerca de 30 jovens estrangeiros querem voltar). Este trabalho voluntário tem excesso de oferta. **Gabinete de Arqueologia Municipal:** Desenvolve os **Cursos de**	O financiamento do projecto de "Divulgação e Dinamização Cultural da Área da Cividade de Bagunte" pelo PRONORTE permitiu a consolidação da APPA. Os Cursos de Formação permitiram um forte desenvolvimento do Gabinete de Arqueologia Municipal e a formação de vários técnicos. **Projectos em construção: Bagunte** -Infra-estruturação – Criação do Centro de Recepção; anfiteatro ao ar livre; restaurante-bar, área comercial e Pousada de Juventude; iniciação às visitas guiadas. Criação do Projecto Máscara ligado à animação cultural de Bagunte. **Criação do Museu da Cultura Castreja do Noroeste Peninsular** com o envolvimento do Museu D. Diogo de Sousa, C M Póvoa do Varzim, municípios espanhóis (contactos informais).

		APPA organiza A Feira de Antiguidades e Velharias, todos os meses, por cedência da C M, o que lhe dá mais cerca de 500/600 contos anuais. (objectivo: fonte de rendimento e evitar a venda de materiais arqueológicos). No total, a APPA movimenta por ano cerca de 2.800 contos (+financiamento do projecto PRONORTE nos anos em que o tiveram).	**Formação** financiados pelo IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional): 1-Conservação e manutenção dos sítios arqueológicos; 2-Registo e Desenho Arqueológico; 3- Comunicação - guias de arqueologia e património (componente de animação cultural)- curso a aprovar. O Gabinete de Arqueologia Municipal desenvolve ainda trabalhos de escavação no âmbito do PDM. Programação futura: - Criação de um Instituto de Investigação.	

Ficha de projecto: **Auditório Municipal**

Início	Arquitectura Institucional	Engenharia Financeira	Programação	Desenvolvimento
Em 1992, dá-se a recuperação de um edifício já existente – Solar dos Vasconcelos, tornando-o num espaço de dinamização cultural. Auditório – 300 lugares. Utentes – 100/120.000 por ano (com forte contributo do Cineclube). Objectivos: Proporcionar um espaço às instituições e associações, sobretudo do concelho.	Gestão da C M Vila do Conde, através de um técnico superior e 5 funcionários. Faz cedência do espaço a instituições e eventos. - ocuação "partilhada". Cineclube e Cooperativa Curtas-Metragens, CRL cedência fixa e anual. Cedência é grátis, com excepção das empresas privadas com fins comerciais.	Cerca de 19.000 contos de gastos sem receitas: 10.000 contos – pessoal; 5.000 / 6.000 contos para conservação do edifício (paredes, chão, palco,...) 3.000 contos para manutenção do equipamento (projectores, máquinas cinema e teatro..)	Não tem programação própria, mas tem um plano de cedência para actividades. Auditório: Para além de sessões regulares de cinema, ao domingo à tarde e noite, cede o espaço para espectáculos das companhias de teatro e de Formas Animadas (normalmente a C M compra o 1º espectáculo para as escolas); à Academia de Música para os cursos de aperfeiçoamento musical e audições finais; e às escolas Ainda, encontros de jovens, 3ª idade, ballet, música popular, etc. Possui uma galeria de exposições documentais e de arte, dirigida sobretudo de artistas locais. Há 14 / 15 exposições por ano. O Festival de Curtas Metragens e a Feira de Artesanato realizam exposições temáticas no Auditório em simultâneo com os eventos.	Eventos em destaque: Cursos de Aperfeiçoamento Musical e Audição Final da Academia de Música (6ª feira santa); Festival de Teatro (Maio); Festival Internacional de Curtas Metragens (Julho); Parte da Semana da Juventude (Agosto); Festas de Natal das escolas (Dezembro). Organizações da C M: Conferências, exposições, espectáculos. Encontros e congressos nacionais e internacionais

AUDITÓRIO MUNICIPAL

Março / 00

DIA	*AUDITÓRIO*	*EXPOSIÇÕES*
1	Esc. Frei João – Oficina de Dança	
2	Esc. Frei João – Oficina de Dança	
3		
4	Bichinho da Música	
5	Cinema	
6	Encerrado	
7		Luís Nogueira
8		
9	Associação Nacional Profs. De Matemática	
10	Associação Nacional Profs. De Matemática	
11	Germen – 21.30	
12	Cinema	
13	Encerrado	
14		
15		
16		
17	J.S. – 21.30	
18	Germen – 21.30	
19	Cinema	
20	Encerrado	
21	Esc. 1° CEB de Caxinas	
22		
23		
24	Ass. Nac. Profs. do Ensino Secundário J.S. – 21.30	
25	Tecto	
26	Cinema	
27	Dia Mundial do Teatro	
28	Dia Mundial do Teatro	Vila do Conde (Cima)
29	Dia Mundial do Teatro	
30	Acção Social – 15.30	Desporto (Baixo)
31	Uma Lança em França – TAV – 21.30	

AUDITÓRIO MUNICIPAL

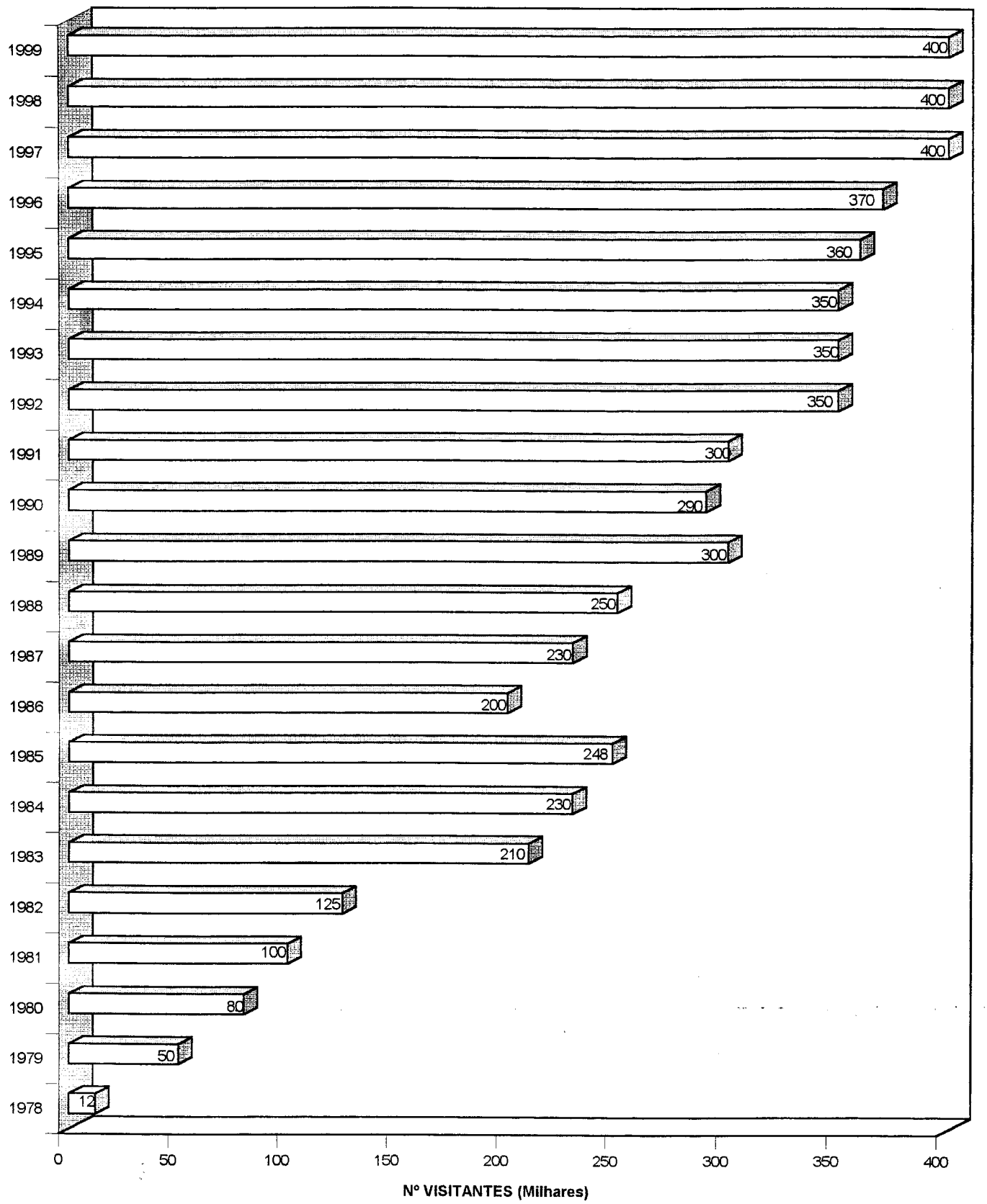
Dezembro / 00

DIA	AUDITÓRIO	EXPOSIÇÕES
1		Bia
2		
3	Cinema – 16 e 21.45	_____
4	Encerrado	
5	POLIS	Galeria de Baixo
6	Ensaio . ATL Paroquial – 10 e 14.30 Colóquio – 21.30 – ESEIG	1 a 17
7	Escola EB 2.3 D. Pedro IV – 9.30 e 14.30	Fotografias FNA
8	Concerto – C. Laranja	_____
9	Jardim das Cores – Manhã e Tarde	
10	Cinema – 16 e 21.45	Gravuras
11	21.00 - Teatro de Marionetes	
12	Escola 1° Ceb – SEDE N.° 1 Ensaio – 10hs. / Festa – 17hs	Contacto 252683607
13	Escola 1° Ceb – SEDE N.° 1 Ensaio – 10hs. / Festa – 17hs	
14	19.00 - Infantário – Instituto S. José	
15	17.30 – Infantário D.ª Vitória	
16	9.00 – Jardim Misericórdia da Azurara 14.00 – ATL – Paroquial	
17	Festa dos Filhos dos Funcionários–10hs Cinema – 16 e 21.45	
18	Encerrado	
19	10 - Recepção aos Prof.s do 1° CEB	
20	20.30 – Duconde	
21	14.00 – MADI	
22		
23	15.00 – Festa da Catequese – C. Par.	
24		
25	Encerrado	
26		
27		
28	Cinema – Gerações Curtas – 21.45	
29	Cinema – Gerações Curtas – 21.45	

Ficha de Projecto: **Feira de Artesanato**

Início	Arquitectura Institucional	Engenharia Financeira	Programação	Desenvolvimento
A Feira de Artesanato teve início em 1978 e já fez a 23ª edição, sendo o artesanato local mais rico as rendas de bilros. Partiu dos 12 mil visitantes para os 400 mil; de 30 expositores para 230; de 11 concelhos para 139. Entendem ser suficiente a dimensão atingida: 11 mil m2 e 170 stands (implica algum esforço de selecção). Objectivo: Valorizar o artesanato; criar animação na época alta do turismo. Dificuldades: Motivar as C M a apoiarem os seus artesãos a se deslocarem a Vila do Conde; Definir o que é artesanato.	Câmara Municipal de Vila do Conde. Associação de Defesa do Artesanato e do Património de Vila do Conde. Autarquias através da presença de artesãos.	Diz-se que a Câmara Municipal gasta cerca de 18.000 contos. É subsidiada pelo Programa da Comissão Europeia *Raphael* – DG X	A organização considera que a Vila do Conde vem o melhor do país. Aposta na qualidade e na animação diária: ranchos, bandas, tocatas e grupos corais. Teatro e circo. Ainda, Dia da Rendilheira (junta mais de uma centena de todas as idades), Desfile de Moda; Espaço-Artesanato da Moda, Jornadas Gastronómicas e Palestras sobre a Gastronomia Portuguesa. Presença de Ferrol, Le Cannet e Olinda, cidades geminadas. Considera-se importante a data em que é realizada – traz turistas e pessoas de 2ª habitação. O espaço – jardim onde é realizada a Feira também é considerado um contributo para o êxito.	Na 20ª edição, homenagearam as rendas de bilros, promovendo um encontro de rendilheiras de 14 países europeus que trabalharam na feira durante 14 dias. Lançamento do livro: "Feira Nacional de Artesanato 20 Anos", em que é feito um historial ano a ano. Considerada em textos oficiais, em todas as declarações públicas e pelos artesãos, como a melhor de todas as feiras de artesanato. Objectivo futuro: Constituição de uma Associação de Artesãos, certificação dos produtos. Aposta conjunta na gastronomia.

FEIRA NACIONAL DE ARTESANATO



Do Livro: **Feira Nacional de Artesanato 20 Anos**

1ª FNA –Realização em destaque: A Noite do Pescador, com o rancho de Caxinas, os petiscos a cargo dos Bombeiros, as provas de vinhos, verde e do Porto.
2ª FNA – Inauguração de um novo eixo de afirmação da iniciativa: cartaz próprio, elaborado a 2 cores, cujo enfoque era a praça fronteira ao Ave. Restaurante típico. Jogo do pau.
3ª FNA – Com tanta interesse e com limites físicos bem delimitados, resolvem aumentar os dias de abertura da feira – 16 dias. Houve resultados entusiastas a nível dos expositores, visitantes, volume de negócios. O cartaz era uma justa homenagem à renda de bilros.
4ª FNA – Um programa mais desenvolvido. Programa impresso e distribuído, cuidado do ponto de vista gráfico, dando a ideia de que a iniciativa ganhava novo corpo e mais ambições. Pela 1ª vez a Feira atingia 30 concelhos. Foi reforçada a oferta gastronómica com ementas regionais servidas a preceito
5ª FNA –
6ª FNA – Prova de vinhos – verde e do Porto. Teatro e palhaços.
7ª FNA - Presença do Brasil: Escola de samba de S. Paulo.
8ª FNA – Sorteio diário de uma peça de artesanato entre todos os visitantes que adquirissem um produto exposto.
9ª FNA – 100 concelhos representados. (10ª FNA)
11ª FNA – É instituída a figura do convidado especial e coube a 2 cidades geminadas com Vila do Conde: Le Cannet (França) e Olinda (Brasil). Recital dado pelos Pequenos Cantores
12ª FNA – PALOP's – convidados especiais. 1ª edição de um "Diário da Feira". Realização de inquérito com vista a conhecer o perfil do visitante.
13ª FNA – Lançamento de um catálogo de exposição, cujo conteúdo funcionou como um guião da mostra, repleto de informações úteis. Lançamento do Prémio FNA – valor pecuniário de 150 contos.
14ª FNA – Nascimento, apadrinhado pela FNA, da Associação dos Artesãos do Norte de Portugal.
Convidado especial: o Brasil. Presença com êxito total (esgotou o stock). Lançado o Concurso de Fotografia.
15ª FNA – Dia da Rendilheira / Show de Moda – participação das Capuchinhas de Montemuro.
16ª FNA – Inauguração do Monumento à Rendilheira. Presença do Teatro de Marionetas do Porto.
Convidado especial: AMP
17ª FNA – Macau foi o convidado especial em 1994 – artesanato e manifestações culturais com destaque para a Dança do Dragão e do Leão.
18ª FNA – Convidado especial o Alentejo. Produção de novo catálogo. Atingido nºs de facturação na ordem dos 130 mil contos (em 16 dias).
19ª FNA – Presença de Cabo Verde. Presença da Ministra do Emprego que anunciou um conjunto de medidas de apoio ao artesanato português como a Certificação da Autenticidade, a criação de Escolas-Oficinas e o apoio à criação da Rede de Distribuição do Artesanato.
A C M estabeleceu protocolo de cooperação com a autarquia de S. Vicente.
20ª FNA – Em destaque o Encontro Europeu de Rendas de Bilros.
21ª FNA – Homenageado o Programa Raphael (DGX).
22ª FNA – Homenageado Timor.
23ª FNA – País convidado, o Brasil

Ficha de Projecto: **Museu de Rendas de Bilros**

Início	Arquitectura Institucional	Engenharia Financeira	Programação	Desenvolvimento
A renda de bilros terá sido trazida possivelmente da Flandres por marinheiros e comerciantes que mantinham com esta região importantes relações comerciais. Vila do Conde é o centro produtor mais importante do país. Núcleo Museológico, criado em 1991, está instalado na antiga Casa do Vinhal, no Centro Histórico e tem agregado uma Escola de Rendas e uma Oficina de Produção. Esta escola foi criada em 1910 e pertence ao Ministério da Educação. A C M tem interesse em que a tutela da Escola de Rendas passe para a Associação ou para a C M. Objectivos: Valorizar o Núcleo Museológico, estudar a história das rendas, bem como incrementar a produção e a comercialização das rendas de bilros e arranjar novas soluções com fins comerciais.	1984 – Constitui-se a Associação para a Defesa do Artesanato e Património de Vila do Conde. Estabelece parcerias com: Rede de Museus Europeus de Rendas de Bilros (Museu del Encaixe de Camariñas – Espanha, Vamberk Lace Cuseum – rep. Checa e Rauma Lace Museum – Finlândia) – Programa Raphael; - Projecto BLEN – Bobbin Lace European Net (Museu Virtual Europeu de Rendas de Bilros); -Programa PACTE – Projecto de Desenvolvimento das Rendas de Bilros - Uma Experiência Europeia, conjuntamente com o Ayuntamiento de Camariñas (Espanha) e a Comune de Novedrate (Itália), com vista ao incremento da comercialização. Parceria ainda com a C M Vila Conde para a realização da Feira Nacional do Artesanato.	1996 - demonstração de resultados, segundo o IRC: 53.000 contos (cerca de 30% são subsídios) Financiamentos elegíveis: 7.732 contos + 14.564 contos do SP/C do PRONORTE. O Museu gere ainda um centro de artesanato que serve de mostra e local de venda.	Manutenção de uma escola de aprendizagem / formação. Passagem de modelos com algumas propostas de estilistas de aplicação da renda no vestuário. Realização de *ateliers* de iniciação/experimentação e aperfeiçoamento / inovação de Rendas de Bilros. Concertos de Música – adaptação de músicas, poesia e canções ligadas ao tema das rendas.	Na sequência dos contactos internacionais, há a tentativa de encontrar novas soluções, fazendo passar as rendas dos modelos clássicos para outras formas de design e aplicação. Projectos: "Dinamização e promoção das Rendas de Bilros" e "Rendas de Bilros para o Século XXI" em que foram financiados intercâmbios internacionais. Em destaque: Encontro Europeu de Técnicos de Museus -convidados museus nacionais e estrangeiros; seminários, *worshops* e visitas de estudo a museus europeus.

Ficha de projecto: **Corridas de Automóveis de Vila do Conde**

Início	Arquitectura Institucional	Engenharia Financeira	Programação	Desenvolvimento
As Corridas em Vila do Conde surgem em 1920. Vila do Conde era uma instância balnear e havia pessoas do Porto que tinham 2ª habitação. Além disso tinha condições físicas para a prática da modalidade. Em 1945/46 teve um carácter irregular. Nos anos 50 surge o desporto federado que impõe alguma regulamentação e dá suporte e certificação às actividades. O ACP – Automóvel Clube de Portugal assume a incumbência de Federação. Em 1974 volta a sofrer uma interrupção devido à Revolução do 25 de Abril e à crise dos combustíveis. Em 1975 a Câmara Municipal e o Vigorosa tiveram um papel determinante na realização do circuito. Depois disso, tem-se mantido a um ritmo constante, tendo a partir do fim do circuito de Vila Real, passado a ter 2 provas anuais, nos meses de verão.	1951– As provas são organizadas pelo EVS (Estrela Vigorosa Sport) do Porto; 1969 - a C M envolveu a participação do Rio Ave Futebol Clube; 1975 - esta participação foi alargada ao Ginásio Clube Vilacondense e ao Clube Fluvial Vilacondense. Entretanto, o Rio Ave Futebol Clube saiu e entrou a Associação dos Bombeiros Voluntários. Em 1984 cria-se a ADA – Associação Desporto Automóvel, que representa as 3 instituições de Vila Conde. A partir daí, há 2 organizadores: O EVS e a ADA. Esta tem 13 sócios colectivos e depois tem sócios individuais. Envolvimento da Câmara Municipal de Vila do Conde; e ainda do Governador Civil, Polícia Distrital e Local, Capitania do Porto.	Realizam-se 2 provas anuais que representam custos de cerca de 50.000 contos. Receitas: Bilheteira: 15 / 16.000 contos. Os pilotos e marcas pagam inscrições. Têm patrocínios. Câmara Municipal participa com 50% da parte que é da responsabilidade dos clubes de Vila de Conde ou seja 25% das propostas de investimento (EVS é do Porto =50% e outros clubes de V C = 50%). Em 1999, com a vinda dos espanhóis a organização apresentou uma proposta de 10.000 e receberam da C M a comparticipação de 2.500 contos. Ainda apoio de pessoal e de manutenção do circuito. Questão das pessoas que se infiltram, vivem ou têm familiares dentro do circuito implicou em 1999 o gasto de 8.000 contos em controle policial.	**Comissão Organizadora:** Presidente do EVS, presidente da ADA e presidente da Câmara Municipal. No início de cada ano, deslocam-se à Câmara para programar e definir o conjunto de tarefas necessárias e da responsabilidade da C M. Há tanta concentração de espectadores no dia anterior às corridas como no próprio dia. Isto foi "herdado" de Vila Real, onde as pessoas já chegavam na véspera para acampar. Tem sido um aspecto negativo e, até aqui, de difícil controle, com vários acidentes graves e até mortais. A invenção de actividades paralelas de entretenimento, como um festival rock, entende-se que não sortiria efeito. A Organização em 1999 com a presença dos campeonatos espanhóis de GT e da família dos Bourbon tentou fazer um programa mais alargado com: recepção oficial aos espanhóis, convívio, concurso de montras, desfile de carros.	Em 1972/73 atingiu o pico de maior desenvolvimento. O conjunto de praticantes e patrocinadores permitiu estar ao nível dos estrangeiros. Vila do Conde e Vila Real eram 2 provas que pontuavam para os campeonatos europeus. É nesta altura que surge o Rali de Portugal-TAP (Vinho do Porto). Só em 1999, as provas do Circuito de Vila do Conde voltam a ser internacionais com a presença de espanhóis para a contagem dos campeonatos espanhóis de GT. Teve a presença do príncipe de Bourbon e família e o envolvimento da Ferrari Espanha e Barcelona. No entanto, segundo a Organização, mesmo assim não tem merecido o envolvimento das entidades oficiais. Carga negativa vem da existência dos "aceleras", já desde 1973, e que está envolta em polémica, sobretudo de cariz social. Por seu lado, o aumento de urbanização dentro do recinto do actual circuito está cada vez a levantar problemas.

Participantes: 150 automóveis + 100 motas (nos anos em que houve motas - De 1960 até 1977/78). Entretanto, deu-se um acidente mortal e as motas foram suspensas. Em 1997, voltaram a incluir-se e deu-se novo acidente mortal. Foram novamente retiradas do Circuito. **Espectadores**: 15 a 20.000. Pagantes 10 a 12.000.		Habitualmente têm um saldo positivo à volta de 2 / 3 000 contos ou, num ano melhor, 4 500 / 5 000 contos que dividem pelo EVS e pela ADA.	Esta organização não se compadecia com uma estrutura amadora e o contrato de uma equipa profissional implicava despesas muito elevadas com TV (transmissões em directo), interesses comerciais, marcas, etc., ficando por isso sem efeito. Discussão em aberto: Constituir ou não uma equipa dirigente profissional ou semi-profissional que permita um salto qualitativo. Actividades paralelas realizadas: Trouxeram o Clube Ferrari para promover o circuito; também outros clubes de automobilismo – o clube das Lambretas e dos MG; concurso de cartazes nas escolas de V C; desfiles de lambretas, motas e automóveis.	A criação de um circuito permanente na área de Bagunte foi estudada pelo PDM. Hoje, a Direcção já não defende esse projecto, porque entende que as pistas permanentes estão condenadas a assistência reduzida. Vila do Conde agrada pelo calor do público que não existe noutros lados. Por exemplo, o circuito do Estoril tem um clube, uma estrutura profissionalizada e um circuito permanente que é fechado e onde os anunciantes têm espaço definido, mas, em comparação, têm uma assistência reduzida.

Ficha de Projecto: **Cineclube de Vila do Conde - Festival de Curtas-Metragens**

Início	Arquitectura Institucional	Engenharia Financeira	Programação	Desenvolvimento
Em Dezembro de 1989, constitui-se em cartório como Associação Juvenil e teve a sua 1ª sede provisória na casa de um dos seus membros. Eram 10 jovens com idades médias de 24 anos. Desde 1992 tem usufruído de instalações cedidas pela Câmara no Auditório Municipal, uma sala para sede e do Auditório para as sessões de filmes e realização do Festival de Curtas-Metragens. Têm cerca de 700 sócios e à volta de 100 espectadores por sessão. A partir de 1998 a direcção fundadora do Cineclube constituiu a cooperativa Curtas-Metragens, CRL e cedeu a direcção do Cineclube a um grupo de jovens. É esta cooperativa que tem actualmente a seu cargo a organização do Festival.	Presentemente são 2 instituições, embora se confundam: O cineclube de Vila do Conde e a Cooperativa Curtas-Metragens, CRL. Apoio da C M Vila Conde. Relacionamento amistoso com o Cineclube do Porto e Cineclube da Boavista. Consideram que a Federação Portuguesa de Cineclubes não funciona em termos de colaboração. A organização do Festival de Vila do Conde obteve desde a 2ª edição o estatuto de actividade de manifesto interesse cultural junto do Ministério da Cultura.	**Cineclube** - orçamento anual 3.000/4.000 contos. Gera receitas e quotas dos associados: 400 sócios pagantes de uma quota de 700$ por mês. Tem vantagens e descontos nas Curtas Metragens. Financiamento de actividades paralelas ao 5ª Edição do Festival Internacional de Curtas Metragens (1997) pelo Programa Operacional do Norte (SP/C) – 6.142 de financiamento FEDER + comparticipação nacional cedida pela Câmara. **Curtas-Metragens, CRL** (organizadora do Festival): Apoio da C M, através da atribuição de um subsídio de 7.000 contos anual + 500 contos para um prémio de cinema; cedência de instalações e de recursos humanos e técnicos; 12.500 – ICAM (Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia);	1ª exibição foi o filme de Manoel de Oliveira – A Divina Comédia. Em 1993 realizou-se a 1ª edição do Festival de Curtas-Metragens, que, a partir daí, tem acontecido anualmente. Tem sessões regulares de cinema ao Domingo à tarde e à noite. Até 1997, pelo menos, realização de conferências de imprensa, debates e encontros com os realizadores e músicos no Vídeo Café-Concerto do Auditório ou na Estalagem do Brasão e realização de concertos musicais. Até 1998, trabalho com grupos juvenis, tendo em vista a formação de novos públicos, num processo prévio à realização do festival: iniciação teórica ao cinema e vídeo, *ateliers* de cinema de animação, sessões de vídeo, conferências, ciclos temáticos e sessões juvenis de curtas metragens nas escolas do concelho. Nos últimos 2 anos este trabalho não tem sido feito.	O Festival Internacional de Curtas-Metragens é reconhecido como exemplar em termos de qualidade programática e de organização e faz parte da Agenda Cultural Portuguesa e internacional da arte. Tem constituído um encontro entre a melhor produção mundial de Curtas Metragens e o público que caracteriza estes eventos, incluindo várias individualidades de todo o mundo, entre realizadores, actores, profissionais da produção e divulgação cinematográfica e jornalistas (mais de 200 profissionais, dos quais 45% são estrangeiros). Em 1997 foi lançado o Mercado do Filme, onde podem ser vistos filmes de países estrangeiros (em 2000 serão cerca de 1.800), para selecção final que integrará depois a Competição Internacional.

Objectivo das Curtas-Metragens, CRL: assegurar uma organização coesa e profissional e atingir o maior número possível de espectadores (tem subido na ordem dos 12% anualmente).		5.000 – Comissão Europeia / Programa MEDIA. Patrocínios vários. A direcção paga trabalho temporário antes e durante o festival (10/12 dias) a mais de 60 jovens vilacondenses, dando-lhes formação específica. (Relatório de contas de 1999: 40% privados (institutos, fundações, empresas); 45% institucionais (Ministério da Cultura, Câmara Municipal de Vila do Conde, Comissão Europeia); 15% receitas (bilheteira). Renault cede-lhes 6 carros durante o festival.	Trabalho em Caxinas com crianças na época de Natal. Quanto às Curtas-Metragens, CRL para além da organização do Festival Internacional, idealizam e organizam programas, que são apresentados com regularidade no Porto, incluindo, além dos ciclos de cinema, exposições de fotografia sobre cinema (em colaboração com o Teatro Rivoli, o Museu Soares dos Reis e o Instituto Francês) e em Lisboa, no Centro Cultural de Belém, Culturgest, Cinema Kong, Videoteca de Lisboa, Cinemateca Portuguesa e Fórum Lisboa. Produção de curtas metragens encontra-se concentrada em Lisboa, na Escola Superior de teatro e cinema e nalgumas produtoras independentes. No Porto, no Filmógrafo e na Alfândega Filmes.	A produção nacional de curtas metragens tem vindo a interessar os programadores estrangeiros, directores de Festivais Internacionais e potenciais compradores de canais de televisão, tendo sido criada a Competição Nacional. No seguimento desta acção criou-se a Agência da Curta Metragem, com o fim de criar mostras para apresentar a outros países e festivais de cinema. Há a salientar ainda a criação e organização de uma biblioteca de livros de cinema e uma videoteca. A Cooperativa Curtas-Metragens, CRL faz a edição de um Boletim Informativo.

Ficha de projecto: **Academia de Música S. Pio X**

Início	Arquitectura Institucional	Engenharia Financeira	Programação	Desenvolvimento
A Academia de Música S. Pio X teve o seu início em 1981 e era pertença da paróquia de S. João Baptista de Vila do Conde. A C.M. comprou o alvará e criou a fundação Elias de Aguiar. Em 1995 instala-se no Centro Municipal da Juventude quando da inauguração deste. A tutela é o Ministério da Educação. Trata-se de uma escola de música com paralelismo pedagógico.	A Fundação Elias de Aguiar é a figura jurídica, pertencente à Câmara Municipal e proprietária do alvará da Academia de Música. A tutela da Academia de Música é do Ministério da Educação. No ano lectivo 1999/2000 tiveram cerca de 170 alunos, estando 70 em regime articulado, fazendo a música parte do seu plano curricular. Têm 3 graus de ensino e fazem-se exames constituídos por audições. Consideram que o quadro docente tem muita qualidade. As propinas de um aluno de curso básico são 150 contos por ano, mas do curso complementar chega aos 350 / 360 contos. Os alunos do ensino articulado pagam 30 contos por ano. Há alguns anos fizeram um protocolo com Secretaria de Estado da Cultura e adquiriram vários instrumentos e ainda	Subsídio de 2.000 contos por ano do Ministério da Cultura para os Cursos de Aperfeiçoamento Musical, cujo orçamento anual anda à volta dos 6.000 contos. Comparticipação do Ministério da Educação nas propinas dos alunos e pagamento aos professores, através do Contrato de Patrocínio do Ministério da Educação (em 1999 foram perto de 20.000 contos). Subsídio da C M de 2.000 contos para a Academia. Não pagam instalações, nem despesas de funcionamento. Só pagam telefone. Recebem também um subsídio da C M de 2.000 para os Cursos e a autarquia paga ainda as despesas de tipografia (folhetos, cartazes, etc.) e as refeições dos professores. A Câmara Municipal dá ainda um subsídio à Fundação para bolsas de estudo, que corresponde ao pagamento integral da propina (o que é superior a uma bolsa da	A Academia de Música é uma escola do ensino especializado da música, com paralelismo pedagógico do ensino particular e cooperativo. É uma escola vocacional e não profissional. Os cursos são autorizados pelo Ministério da Educação com direito a certificação, sendo o plano curricular igual ao do Conservatório de Música do Porto. Dão acesso às Escolas Superiores de Música (Porto e Lisboa), às universidades do ensino da música (Aveiro e Évora) e à Academia Nacional Superior de Orquestra (Lisboa). Para os Cursos de Aperfeiçoamento vêm professores e alunos estrangeiros. Dão 30 horas de formação concentradas numa semana. Fazem uma média de 3 / 4 concertos por ano. Em 2000 realizaram 3 conferências com Rui Vieira Nery, no âmbito das comemorações dos 25° anos da morte de Bach. Houve também uma exposição no Auditório relativa a Bach.	Momento anual mais alto - Cursos de Aperfeiçoamento Musical durante uma semana com Audição Final no sábado. Também pode haver 6ªfeira à tarde se houver muitos alunos de qualidade. A 1ª edição em 1988 correspondeu a um desafio lançado pela Secretária de Estado da Cultura de então, através do projecto "Itinerância Cultural – Autarquias Locais", em que eram pagos concertos na íntegra, deslocações de músicos e agrupamentos e publicidade. Havia nesse período em Vila do Conde um concerto por mês. Os alunos da Academia são normalmente bem sucedidos: O ano passado, havia 14 vagas na Escola Superior de Música do Porto. Concorreram 9 alunos a nível nacional, sendo 4 do Conservatório de Música Nacional que tinham acabado o curso complementar com 20 valores. Três dos admitidos foram alunos da Academia de Música de Vila do Conde.

	através do PRODEP também entraram em 2 concursos de equipamentos, tendo a C M ajudado na comparticipação. Isto permite ter à disposição dos alunos vários instrumentos, até uma fase em que já esteja bem definido o instrumento a estudar.	Gulbenkian para este nível de ensino). Inicialmente tiveram muitas dificuldades financeiras, mas a C M "não os deixou cair". Apoio à comunidade – os alunos têm as suas aulas e criam-lhes espaços para estudar. Além disso, o CMJ tem uma mediateca – computadores, CD, Internet, etc. Há vigilância e os pais estão descansados.	No Auditório têm concertos para piano e orquestra, com uma assistência de cerca de 200 / 250 pessoas. No salão de festas do CMJ realizam recitais especiais de flauta e violino e têm cerca de 100 pessoas de assistência. Têm um programa especial: Um ano chama-se o Bichinho da Música, no outro, Pequenos Músicos. Durante uma semana fazem concertos e tocam ao alunos da Academia das primeiras classes para os alunos das escolas do concelho. É considerado um projecto muito gratificante pelos resultados que se obtêm.	Uma aluna desta Academia concluiu o curso complementar de piano e está a fazer o curso superior de cravo em Paris. Foi admitida por concurso na Escola Superior de Música. O ano passado, um aluno de piano entrou para a classe da Tania Achot na Escola Superior de Música de Lisboa e tem tido as notas mais altas. Já têm uma aluna licenciada e que está a fazer um percurso muito interessante. Está a ser solicitada pelo Instituto Orff do Porto para dar aulas.

Ficha de projecto: **Centro Municipal da Juventude**

Início	Arquitectura Institucional	Engenharia Financeira	Programação	Desenvolvimento
Abre em Setembro de 1995, como Centro Municipal da Juventude, tendo sido anteriormente Casino e Colégio. É apresentado à população através de um programa cultural intenso. **Objectivos:** Desenvolvimento cultural e formativo dos jovens; Apoio ao associativismo juvenil; Convívio, recreio, ocupação de tempos livres; Orientação psico-pedagógica; Cursos de formação e informação juvenil; Intercâmbio regional e internacional. Destinatários do projecto: Jovens em geral. (População entre os 10 e 29 anos – 23 212 habitantes)	Câmara Municipal Instituto Português da Juventude Instituto de Emprego e Formação Profissional Fundação de Aguiar CESAE / Manitoba Serviços: UNIVA (Unidade de Inserção na Vida Activa, criada em parceria com o Instituto de Emprego) / PIJ (Posto de Informação Juvenil, criado em parceria com o Instituto Português da Juventude); AJE (Apoio ao Jovem no Emprego). Articulação com outros projectos, entre os quais o PER (Programa Especial de Realojamento) a ser realizado em Caxinas.	Despesas com pessoal, técnico e administrativo e logística de funcionamento, asseguradas pela C M. Contratam professores. Postos de trabalho: 12 no Centro + 8 no café-concerto. As receitas deste dão para as despesas. Há actividades que se auto-financiam; outras têm sido suportadas por programas, tais como o projecto: "Animação cultural e pedagógica do Centro", apoiado com fundos comunitários, tendo um invest. elegível de 44.491 contos, sendo 25% assegurados pela Câmara (SP/C - Pronorte). Projectos ainda aos Programas: Ciência Viva; Projecto Vida.	Tem carácter plurifuncional, constituindo a principal oferta sistemática, cultural e formativa, dirigida às camadas jovens da população. Alguns destaques: 1996 – **"Encontros de Primavera"** - 2 mesas redondas sobre temas da juventude para jovens, pais, educadores, técnicos. **Colóquio**: Os Jovens e a Comunicação Social. Tratamento do espólio fotográfico do Sr. Carlos Adriano, antiga Foto Adriano, enriquecido com obras de Domingos Alvão e Teófilo Rego, para o qual formaram técnicos de fotografia. Anualmente: Organização e realização de eventos culturais, como conferências, concertos de música, representações de teatro e dança, sessões de curtas metragens, etc.	**Clube da Comunicação:** animação juvenil nas áreas da informação e da comunicação; desenvolvimento de algumas vertentes nas áreas de leitura, escrita, *media*. **Actividades**: Boletim do Clube da Comunicação - MARGENS; Encontro com escritores / poetas / jornalistas / outras pessoas ligadas aos meios de comunicação; Participação em programas de rádio; Instituição de um prémio autárquico anual, destinado a premiar trabalhos juvenis nas modalidades de poesia e jornalismo; Perspectivar a articulação das actividades do clube com as novas tecnologias multimédia (informática, Internet); Desenvolver projectos de formação profissional nas áreas do jornalismo e da comunicação; Intercâmbios nacionais e internacionais no âmbito da comunicação.

Câmara Municipal de Vila do Conde

Centro Municipal da Juventude

Quadro Referente ao Número Absoluto de Utilizações na Mediateca

Por Equipamento e por Mês

Equipa/mês	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
LIVRO	8	11	17	36	30	44	29	39	20	51	54	36	**375**
VIDEOCASSETE	198	182	266	259	306	195	280	264	125	194	285	208	**2762**
CD	410	428	727	719	771	567	571	446	316	517	612	446	**6530**
COMPUTADOR	976	852	1079	1110	1202	1010	1044	711	872	854	1051	833	**11594**
XADREZ	34	39	63	69	36	60	107	65	17	41	24	37	**592**
DAMAS	81	73	91	74	68	51	57	78	33	49	85	75	**815**
MASTERMIND	7	9	17	18	13	15	6	14	9	5	20	13	**146**
TOTAL MENSAL	**1714**	**1594**	**2260**	**2285**	**2426**	**1942**	**2094**	**1617**	**1392**	**1711**	**2131**	**1648**	**22814**

Quadro Referente ao Número de Utilizações da Sala de Informática

Por Idade dos Utilizadores

IDADE / Mês	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
<= 12 anos	7	36	28	16	14	19	18	2	4	17	13	12	**186**
13-15 anos	46	77	92	54	37	28	28	25	21	27	72	40	**547**
16-18 anos	48	29	33	58	22	16	17	15	22	24	32	39	**355**
19-21 anos	52	29	44	28	48	58	38	28	16	15	21	27	**404**
22-24 anos	23	10	11	8	17	19	18	11	5	17	9	12	**160**
25-30 anos	27	11	39	13	22	18	15	9	11	3	9	15	**192**
> 30 anos	0	1	6	2	1	4	5	6	0	1	0	4	**30**
n. r.	1	0	1	2	0	0	0	4	3	5	4	2	**22**
TOTAL MENSAL	**204**	**193**	**254**	**181**	**161**	**162**	**139**	**100**	**82**	**109**	**160**	**151**	**1896**

Ficha de Projecto: **Caxinas – Novos Rumos ***

Início	Arquitectura Institucional	Engenharia Financeira	Programação	Desenvolvimento
Caxinas é uma freguesia com um contexto socio-educativo e económico bastante carenciado, quer por uma economia demasiado dependente do mar, sem alternativas, quer por hábitos e comportamentos de consumo. Baixos níveis de escolaridade, insucesso e abandono precoce da escola. Degradação urbana - grande densidade populacional, más condições de alojamento, falta de equipamentos, ausência de espaços públicos de convivialidade e lazer. Objectivos: Animar cultural e pedagogicamente a ocupação de tempos livres; reforçar a coesão socio-cultural e a melhoria da qualidade de vida; apoiar actividades lectivas; criar maior empenho e dinamismo dos agentes educativos locais.	C M Vila do Conde CMJ – Centro Municipal da Juventude. Junta de Freguesia. Escolas do 1ºCEB de Caxinas e Benguiados, Escola EB 2,3 "Frei João" e Esc. Sec. "José Régio". Paróquia de Caxinas. Associação A. F. Vila Cova. População local. População jovem local em idade escolar. (A escola primária e a Igreja-Centro Paroquial constituem 2 lideranças locais). Caxinas possui a maior escola primária do país – 868 alunos e um corpo docente de 47 professores.	1997 – início do projecto Novos Rumos. Fundos comunitários: 9,7 mil contos C M Vila Conde: 3,3 mil contos. Complementa acções do PRU – Programa de Reabilitação Urbana.	Oficinas de artes plásticas e materiais recicláveis, como plástico, papel; workshop origami (arte de dobrar papel) e de slides; ateliers de teatro com a montagem de uma peça – A nossa Onda, cuja apresentação foi feita no Salão Paroquial de Caxinas – música e dança sobre o mar e a vida dos pescadores e suas famílias; oficina de construção e animação de marionetas; atelier de iniciação à actividade circense; iniciação à fotografia - fotogramas e pin-hole, cujos trabalhos constituíram a mostra fotográfica na casa dos pescadores – Cubo Mágico. Exposição do arquivo fotográfico sobre "Construção Naval".	Elaboração de um inquérito de levantamento e caracterização escolar com vista à implementação de futuras acções do projecto Escola-Meio. Realização de reuniões prévias de informação e sensibilização junto dos Conselhos Directivos, Pedagógicos, psicólogos e pessoas envolvidas no projecto

* Projecto apoiado pelo Programa Operacional do Norte

Ficha de projecto: **Museu dos Bombeiros**

Início	Arquitectura Institucional	Engenharia Financeira	Programação	Desenvolvimento
Museu inaugurado em Maio de 1984, expõe peças ligadas à actividade dos Bombeiros, algumas com cerca de 200 anos. Possui entretanto novas instalações no quartel dos Bombeiros, inaugurado em 14 de Junho de 1998. Existe ainda uma galeria de exposições. Objectivos do projecto: Transmitir às crianças normas de segurança e protecção ambiental; mostrar a componente cultural e pedagógica dos Bombeiros. Visitantes (desde Junho 98 até Dezembro 1999): Individuais 1681; estudantes 3.919; estrangeiros 1.170	Associação dos Bombeiros Voluntários de Vila do Conde.	Projecto ao SP/C do PRONORTE "Educar para a Segurança" – financiamento de 9.230 contos de investimento elegível.	Actividades paralelas à função museológica no âmbito do projecto aprovado: Exposição permanente historial e didáctica; maletas pedagógicas (constituídas por uma pista e um conjunto de miniaturas de carros, viaturas, sinais e peões); escola fixa de trânsito (pista, conjunto de bicicletas e sinais de trânsito); audiovisuais.	O projecto "Educar para a Segurança" possibilitou um serviço educativo permanente que utiliza equipamentos multimédia e uma mini-escola fixa de trânsito. Criação de material didáctico que é distribuído na visita, contendo conselhos práticos úteis, de prevenção e segurança, sobretudo às crianças, professores e pais (prevenção rodoviária, intoxicações, etc.). Existência de um site na Internet do Museu, integrado no programa GEIRA, onde se dá a conhecer as colecções, o serviço educativo e as actividades.

Ficha do Projecto: **Biblioteca Municipal**

Início	Arquitectura Institucional	Engenharia Financeira	Programação	Desenvolvimento
Em 1953 é inaugurada uma Biblioteca de Leitura Pública, sendo o 1º espólio do abade de Sousa Maia. No entanto, no século XIX já é referida a existência de uma sala de leitura pública. Na década 70 passa para a casa arrendada da família Jorge Figueiras de Faria, onde se mantêm até ao ano 2000, ano este em que é inaugurado o novo edifício, este já construído de raiz para Biblioteca, com o apoio de um programa da Secretaria de Estado e Cultura em 1988. Às aquisições da C M foram-se juntando vários acervos oferecidos ao longo do tempo.	A Biblioteca é propriedade da Câmara Municipal. O novo edifício foi construído e apetrechado através do Programa de Leitura Pública, co-financiado pelo Instituto Português do Livro e da Leitura. A Biblioteca pertence à Rede de Bibliotecas Públicas. Perfil do utilizador: é o jovem com idade entre os 10 e os 16/18 anos, cuja procura é essencialmente para trabalhos escolares. Hoje, há nova faixa etária até aos 30 anos de idade, cujo incremento pensa-se que se deve à abertura da modalidade de empréstimo domiciliário. Têm também um grupo com mais de 65 anos que não sendo muito grande é bastante fiel.	Não tem orçamento próprio – apresenta à C M um plano de actividades antes do fim do ano, juntamente com um orçamento. Diz a sua directora que normalmente o que pede, a Câmara dá ou até mais. Em termos de aquisição bibliográfica tem ultrapassado os 7.000 contos por ano, havendo que ultrapassa muito mais. A edição de livros é da responsabilidade financeira da Câmara Municipal . Em termos de disponibilização orçamental para iniciativas (feira do livro, hora do conto, montagem do presépio, etc.) a autarquia despende também cerca de 7.000 contos.	A Biblioteca tendo consciência da mais-valia que algumas figuras vilacondense lhe pode trazer tem promovido acontecimentos: lançamento de livros, palestras, conferências, exposições. Estas actividades tem o seu público fiel. No entanto, tenta sempre desenvolver estratégias de aproximação à comunidade. Em Abril promove iniciativas relacionadas com o Dia Mundial da Literatura e do Livro, assim como, com o Dia Internacional da Literatura Infantil. Em Julho promove a Feira do Livro. Associa-se e colabora com iniciativas próprias ou da autoria da C M . Partilha com as associações iniciativas, nomeadamente, exposições, deslocação de escritores às Bibliotecas da Rede (projecto Bibliocaixas), acções de formação para técnicos adjuntos de bibliotecas, entre outras.	Construção de um edifício de raiz para Biblioteca, tendo de acervo, para além dos livros, vídeos, CD, Internet. A Hora do Conto – sessões animadas de leitura para os mais pequenos. Alguém conta o conto, apoiado por suportes: um CD projectado num ecrã gigante, slides, fantoches, marionetes ou dramatização, como foi o caso de uma História de Natal de Sophia Mello Breyner. Este trabalho é complementado por uma actividade suplementar, que pode ser a execução de um postal de Natal, um fantoche de dedo, etc. Tem um Serviço Itinerante de Leitura que percorre o concelho e vai às escolas. Tem ainda um projecto de leitura – Bibliocaixas - para as associações que pretendam ter uma biblioteca nas suas instalações; isto é, disponibiliza um fundo bibliográfico, que depois é trocado e tem uma dinâmica própria.

Ficha do Projecto: **Centro de Estudos Anterianos**

Início	Arquitectura Institucional	Engenharia Financeira	Programação	Desenvolvimento
O Centro de Estudos Anterianos foi inaugurado em Abril de 1994. Funciona nas instalações da Biblioteca até ser adquirida e restaurada pela Câmara Municipal a casa em que Antero Quental viveu em Vila do Conde. O Centro de Estudos Anterianos é constituído por uma biblioteca que está a ser constituída e um centro de documentação. Fazem recolha exaustiva de tudo o que foi publicado relativo a Antero. Objectivos: estudar a vida e a obra de Antero de Quental.	A direcção tem actualmente 4 pessoas de Vila do Conde, sendo as restantes de fora – Ministro da Educação, o professor de literatura em Harvard Francisco Coelho, Ana Maria Almeida Martins de Lisboa do Ministério da Cultura. Para além da direcção tem um corpo de 50 sócios, pessoas que colaboram na Revista do Centro de Estudos Anterianos. O Director da Revista é Eduardo Lourenço que também é presidente da Mesa da Assembleia Geral. O Ministro da Cultura destacou uma funcionária com a incumbência de dinamizar o Centro – constituir a Biblioteca e um Centro de Documentação, etc.	A Câmara Municipal paga despesas de funcionamento. Boletins e livros editados com o apoio da Câmara Municipal. Sócios (50) pagam 5.000$ de jóia e 300$ de mensalidade	Edição de livros; Publicação de um Boletim 2 vezes por ano; Realização de conferências. As iniciativas são dirigidas a uma camada da população muito específica : vilacondenses ligados à C M, ao ensino e às associações. Investigam não só Antero que viveu em Vila do Conde 10 anos, onde terá escrito o melhor da sua obra, mas também Eça de Queirós que foi baptizado e viveu até aos 7 anos em Vila do Conde e Guerra Junqueiro que também terá vivido em Vila do Conde algum tempo.	Em destaque o projecto : As Fadas. Em Vila do Conde com Antero de Quental. Pretenderam dar a conhecer Antero aos mais novos. Concorreram mais de 200 trabalhos de crianças das escolas do concelho, que tentaram ilustrar o poema escrito por Antero.

Ficha do Projecto: **Centro de Estudos Regianos**

Início	Arquitectura Institucional	Engenharia Financeira	Programação	Desenvolvimento
O Centro de Estudos Regianos teve início em 1994. Encontra-se actualmente instalado em 2 salas da Associação para Defesa do Artesanato e do Património de Vila do Conde. Futuramente, o Centro de Estudos Regianos ficará instalado junto à casa-museu José Régio, na "casa da empregada", recentemente adquirida pela Câmara Municipal e cuja recuperação será feita segundo um projecto de Fernando Távora.	Câmara Municipal de Vila do Conde. Tem uma direcção, assembleia geral, conselho fiscal (9 / 10 pessoas) e duas funcionárias a tempo inteiro. Há dois professores da Universidade de Lisboa a coordenar o trabalho científico – Prof. Luís Fagundes Soares e Prof. Isabel Cadete.	Despesas de funcionamento a cargo da Câmara Municipal. Boletins editados apoiados pela Câmara.	Estudos sobre a vida e obra de José Régio. Publicação de boletins, realização de conferências e exposições. Disponibilização de documentos e informação a estudantes e investigadores.	As futuras instalações, a ligação do Centro de Investigação à Casa-Museu e criação de um Núcleo darão um salto qualitativo ao projecto.

Ficha de Projecto: **Círculo Católico d'Operários**

Início	Arquitectura Institucional	Engenharia Financeira	Programação	Desenvolvimento
Esta Associação tem início em Julho 1905. Tinha um carácter civilista, mas foi o modo que a igreja católica encontrou para contrapor às ideias marxistas. Foram fundadores o Prof. Alberto Pinheiro Torres (monárquico convicto), o então presidente da Câmara, Joaquim Luís de Sousa e o padre José Praça que foi professor de português de José Régio. As célebres Conferências de S. José (19 de Março), que ainda hoje se comemoram, permitiam que o Dr. Alberto Pinheiro Torres fizesse a propagação dos ideais da igreja. Hoje, são uma associação predominantemente cultural. Actualmente está a decorrer o processo da passagem a "Instituição de Utilidade Pública". Sócios inicialmente eram só operários. O Círculo tinha uma função social muito importante realçada em caso de desemprego, dado não haver nenhuma protecção por parte do Estado.	Até 1977 os estatutos eram aprovados em Assembleia Geral, iam ao Governador Civil e ao Bispo. A partir de 1977 deixam de ir ao Bispo e passam a ser uma associação autónoma. Apoios: Câmara Municipal de Vila do Conde; Associação Comercial e Industrial de Vila do Conde. Cooperação cultural com associações das Juntas de Freguesia (programação anual): Touguinhó, sessão comemorativa do bicentenário do nascimento de Almeida Garrett; TACCO em Árvore, Vilar, Mindelo, Mosteiró, Rio Mau, Vairão; Aveleda; Arcos. Coro: Azurara Fora do concelho: recital de poesia no Café Majestic.	Em 1905 o Círculo Católico d' Operários vivia da ajuda dos sócios e das Conferências de S. José. Em 1999 teve um orçamento de 10.000 contos. Câmara Municipal - subsídio de 2.900 contos; Associação Comercial e Industrial de Vila do Conde – 2.500 contos, a troco da prestação de serviços (organizam a festa de Natal, espectáculos e desfiles de rua,..); Restantes receitas: quotas de sócios, aluguer de instalações, receitas de bar e serviços prestados, entre outros.	Realização das Festas de S. José todos os anos no dia 19 de Março, desde 1905. Mais tarde, apareceu uma tuna e um grupo cénico. Só em 1965 aparece um orfeão, tendo entretanto a tuna acabado. Secções fixas actuais: - O orfeão que chegou a ter 80 pessoas (hoje tem cerca de metade), é hoje um coro misto, a 4 vozes; - Existe um coro infanto-juvenil com cerca de 60 crianças e jovens, dos 5 aos 16 anos; - Em teatro, têm o Corifeu, grupo de expressão artística, constituído por jovens universitários que tenta associar à expressão teatral a corporal, através da dança; -TACCO – Teatro Amador do Círculo Católico Operário; - Escola de Música e Teatro, Musidrama, com 20 alunos, dos 7 aos 15 anos.	Publicação do Boletim Anual (vão no nº6). Tradicionalmente o C.C.O. edita alguns livros, sendo em 1998 a vez de Manuel Poppe com "José Régio e a Vocação da Sinceridade", tendo sido referido várias vezes no programa televisivo ACONTECE. Receberam cartas de felicitações das C M de Vila do Conde e Portalegre, Ministério da Cultura, Instituto Camões,... Edição de um CD do Coro Infanto-Juvenil (1.000 exemplares) e edição do opúsculo "Almeida Garrett: Ancestrais Vilacondenses / Soldado da Liberdade", de ª Monteiro dos Santos e Adelina Piloto (500 exemplares). O orfeão, nos últimos anos, foi várias vezes a Espanha: Ferrol, Orense, Corunha, Vigo. O coro infanto-juvenil já esteve em Paris e cantou em Notre-Dame. Estiveram no sul de França (Cannes, Nice) e Monaco a convite de comunidades de emigrantes e na cidade de Le

Entrou mal na República e teve que passar à clandestinidade uma semanas. A partir dos anos 60 os sócios deixam de ser só operários. Com o surgimento da Segurança Social desapareceu uma função importante do Círculo. Têm auditório com 120 / 130 lugares. Tem cerca de 800 sócios.			Existem ainda grupos, como o Gérmen, que são grupos de "casa emprestada" (trabalham, ensaiam e em troca dão a estreia ao Círculo) e que ganham dinheiro com a itinerância que fazem na AMP. Além disto têm: Conferências, palestras, exposições (com pintores de Vila do Conde), sessões literárias, edição de publicações. O ano passado no bicentenário do nascimento de Almeida Garrett editaram um opúsculo sobre este escritor e um livro sobre José Régio de Manuel Poppe. Neste momento já estão a reflectir sobre as comemorações do 100º aniversário (2005).	Cannet que é geminada com Vila do Conde, na origem da geminação. (estão vocacionados para fazer intercâmbio com a cidades geminadas, com excepção de Olinda no Brasil, porque é muito longe). Recebem cá estas comunidades, inclusivé Olinda. Homenagem ao pintor Júlio Ramos. Ano 2000 – 95º aniversário: Já realizados 2 concertos com a C M e Academia de Música e representação teatral do Gérmen, do Corifeu. A meio do ano, está prevista outra iniciativa da Escola de Música e de Iniciação Teatral (Musidrama).

Ficha de projecto: **Clube Fluvial Vilacondense**

Início	Arquitectura Institucional	Engenharia Financeira	Programação	Desenvolvimento
O Clube Fluvial Vilacondense foi fundado em 1905, sendo a colectividade desportiva mais antiga do concelho. Do mesmo ano existe a associação cultural Círculo Católico d'Operários. 1ª modalidade foi o remo. Ainda, natação de travessia no rio, futebol, ciclismo, atletismo, basquetebol, voleibol, ping-pong, cinema, fotografia, campismo, caravanismo, pesca e filatelia. As modalidades actuais são exclusivamente náuticas: remo (1905), canoagem (1980), natação (piscina) (1986), vela (1975) e *surf* (1984). Praticantes : 300 atletas dos 8 aos 30 anos (120 são da natação). Sócios: 1.000.	Câmara Municipal de Vila do Conde. ADA – são fundadores, juntamente com o Ginásio Clube Vilacondense, desta associação, organizadora das corridas de automóveis. Estão inscritos nas Federações Portuguesas das modalidades que praticam. A Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo deu-lhes autoridade para emitirem cartas de campismo e caravanismo. MADI – O Fluvial tem um protocolo com o Movimento de Apoio aos Diminuídos Intelectuais de Vila do Conde – alunos praticam desporto nas instalações do Fluvial.	Orçamento anual de 25.000 contos: - C M garante 50% do orçamento em ajudas directas. Além disso, fornece transportes e ajudas diárias não contabilizadas; - Tecido empresarial local, patrocínios, jantares e festas para angariação de fundos. (Agros fornece produtos para o lanche dos atletas nas competições, empresas de panificação, padarias, pequenas e médias empresas ligadas à construção civil, serviços). 1.000 sócios: adultos-quota 2.000$/ano; menores até 18 anos – 1000$/ano. A aprendizagem da natação é paga. Têm 5 treinadores. Cobram nos 1.ºs escalões: cadetes-3.750$ / mês e infantis-2.000$ / mês. Quando passam a escalão mais competitivo deixam de pagar.	Participação nos campeonatos nacionais e internacionais das modalidades praticadas, através da inclusão na selecção nacional. **Natação**: Realização anual em Vila do Conde de 2 competições: - **Torneio Cidade de Vila do Conde em natação** - Recepção de outras equipas; - **Torneio do Nadador Completo.** (Atletas de natação são estudantes que treinam às 6 horas da manhã, uma vez que a piscina é municipal e está ocupada durante o dia). **Canoagem** - Organização anual de, pelo menos, uma regata com a participação de atletas do Norte do país, assim como de **remo**. Fazem estágios no Gerês e recentemente em Torre de Moncorvo. **Vela** – Participação em Regatas (Clube Vela Atlântico em Leixões, Internacionais Leixões / Bayona). A Secção organiza anualmente as Regatas **Cidade de Vila do Conde**.	Convite para competições internacionais particulares: - **Natação** – provas na Espanha e Bélgica, cujos clubes depois se deslocam também a Vila do Conde; - **Canoagem** – participação em várias regatas em Espanha. Participação de vários atletas em representação da selecção nacional: No **remo,** desde os anos 60, ganham títulos nacionais, distritais e regionais (início da modalidade em 1905). Nos anos 90 surgem as 1ªs medalhas de ouro, 1 na Bélgica e 2 em França. Recentemente, uma atleta do Fluvial ganhou a medalha de ouro da **Taça da Juventude**, disputada na Irlanda. Esta remadora júnior é também campeã nacional da modalidade, num barco *skif*. Em **canoagem** estiveram nos campeonatos da Europa (1 júnior) e do Mundo (1 júnior e um sénior).

Objectivos globais: - Prestação de serviços à comunidade local. - Preocupação em terem jovens saudáveis e felizes. Como curiosidade, os quatros presidentes actuais das Associações Desportivas de Vila do Conde foram atletas do Fluvial.		Nas outras modalidades pagam uma multa simbólica de 300$ / mês, que reverte para as despesas da secção da modalidade e para um jantar no fim do ano. Têm ainda como despesas: - Subsídios mensais aos atletas, como incentivo, para gastos de viagens e almoços. O subsídio mais alto que pagam é de 160 contos.	**Surf** – Participação no Campeonato Nacional de Clubes. Organização da etapa final do **Circuito de *Surf Esperanças Lightning Bolt.*** Teve sempre componente cultural muito importante – foi a grande referência cultural de V C (até à década 60 era um ponto de encontro de gerações diferentes): Organização das Festas do Carmo (grandes festas do concelho); acolhimento do 1º Cineclube, a funcionar até à década 70; fundação da 1ª Biblioteca e sala de leitura (José Régio), a funcionar no concelho; organização de conferências, colóquios, com notáveis da oposição (Dr. Sousa Pereira, deputado à Assembleia Constituinte, após 25 Abril); sessões de música, pintura, bailes; Núcleo de Filatelia.	Na **natação**, o Fluvial tem também tido atletas em selecções nacionais e a disputar competições internacionais – Taça Latina, Taça da Juventude. Tiveram 2 atletas a nível do remo integrados nos trabalhos da selecção com vista ao apuramento para os Jogos Olímpicos. Seria um facto inédito em remo. Em canoagem, já tiveram 1 atleta em 3 edições dos Jogos Olímpicos (Seul, Barcelona, Atlanta) – o melhor que conseguiu foi um 6º lugar (Barcelona 1992 - foi o melhor resultado português desse ano). Edição do livro *"In Memoriam"* de José Régio.

Ficha de projecto: **Ginásio Clube Vilacondense**

Início	Arquitectura Institucional	Engenharia Financeira	Programação	Desenvolvimento
O Ginásio começou em 1962. Fundadores: grupo de amigos saídos do Clube Fluvial Vilacondense. Desporto principal: hóquei. Símbolo inicial do Clube: 2 sticks e uma bola de hóquei. Além do hóquei, tiveram as modalidades de atletismo, futebol, pesca, canoagem. Hoje, dedicam-se à ginástica (essencialmente trampolim) e voleibol. Também têm ténis, damas e karaté. **Ginástica-trampolins:** Conceito de investimento no treinador, nos atletas e em instalações que dizem ser as melhores para a prática da modalidade. Afirmam ainda que já contrataram o melhor treinador do mundo. **Voleibol** - Estão em todos os escalões, o que significa mais intervenientes, do que na ginástica de trampolim e maiores exigências. Têm actualmente treinador búlgaro e uma atleta búlgara também.	Câmara Municipal de Vila do Conde. Empresas – Agros, Ekoppe (empresa de construção civil), pequenas e médias empresas de Vila do Conde. Sócio da ADA (Associação Desporto Automóvel). Fundadores da Federação Portuguesa de Canoagem. Inscritos nas Federações das modalidades que praticam.	Orçamento anual: 45 000 contos. Voleibol: treinador é pago; atleta búlgara é profissional – recebe 100 contos por mês; outras atletas portuguesas não são profissionais, mas recebem 20 / 30 contos por mês, como incentivo e despesas de transporte. Ginástica: treinador pago. Professores das diferentes modalidades também são pagos. Receitas: 4.000 sócios pagam 100$ por mês = 4.800 contos por ano. Câmara Municipal: Subsídio anual de 2.500 contos. Apoio em transportes, logística e ajudas pontuais para torneios. Patrocínios de empresas locais. Organização de Saraus traz-lhes ganhos de bilheteira. Ginástica é paga numa 1ª fase - por mês 3.000$ / crianças (cerca de 200); 3.500$ / senhoras.	Cada secção apresenta programa anual. Além das provas em que projecta participar, quer seja de nível regional, distrital, nacional ou europeu, planifica todo o seu trabalho anual. Há quatro coordenadores: um por cada modalidade que planifica o trabalho global, para os diversos escalões. Neste plano de actividades há um orçamento para as actividades extras que tem que estar conjugado com as receitas. Por exemplo: A equipa de voleibol andou nas competições europeias e pensou-se que ia ficar na 1ª eliminatória, mas passou para a 2ª e teve que ir à Grécia e receber os atletas gregos cá. Estes casos implicam uma certa flexibilidade orçamental Actividades paralelas: Realização de 2 saraus, no Natal e no verão (final do ano lectivo) - forma de mostrar o seu trabalho à comunidade local.	Em **canoagem** tiveram um atleta olímpico – José Garcia (saiu para o Fluvial). Deixaram a canoagem, porque já havia um clube em Vila do Conde vocacionado para estes desportos (O Fluvial). **Ginástica-trampolins** – o Ginásio é actualmente um clube de gabarito internacional nos trampolins. Em individuais, têm um campeão da Europa (Jorge Moreira) e um campeão do mundo (Jorge Pereira). Por equipa – em 1999, 3 elementos femininos faziam parte da selecção portuguesa de trampolins que foi campeã do mundo na África do Sul. Títulos regionais, distritais e nacionais são imensos. Têm ginástica rítmica e acrobática, sendo campeões nacionais desta. A nível nacional, há 180 clubes de ginástica. Nos campeonatos distritais, se houver 30 medalhas em disputa trazem 28 para o Ginásio; nos regionais ou nacionais em 30 trazem 15.

O conceito de investimento é idêntico. Investiram muito na formação e já têm atletas vilacondenses que dão garantia de sucessão. Filosofia: O Ginásio é gerido como uma empresa – é um centro de obtenção de resultados. O Ginásio foi o 1º Clube de Vila do Conde a ser informatizado. Ginásio têm cerca de 800 atletas e 32 professores de ginástica. 4.000 sócios. Têm ainda outras actividades, como saraus, mas normalmente ligadas ao desporto. Objectivos globais: - Pôr muitos jovens a fazer desporto (entendem que os bons atletas são estudantes brilhantes, porque são bem acompanhados desde início"); - Ganhar titularidade nacional e internacional.		"Vendem" os serviços aos jardins-escolas, com vista à captação de futuros atletas. (Estão entusiasmados – na última "fornada" descobriram 9 futuros ginastas – quantidade e qualidade).	Organizaram um campeonato mundial de ginástica em 1994, como consequência da boa capacidade organizativa que é reconhecida ao Ginásio e devido ao facto de terem boas instalações. Estiveram presentes 1 000 atletas, o que implicou contactos com o Ministério da Educação para os alojar em escolas e com o Ministério da Defesa para colocar camas, criar actividades, transportes, etc.. Organizam ainda os torneios de voleibol - Torneio Engº Jorge Correia. Participação em torneios em Espanha.	**Voleibol** – estão na A1 na fase final da 1ª divisão - 4º lugar a nível nacional. Estiveram nas competições europeias de voleibol feminino. Atletas da equipa sénior e Júnior têm sido chamadas à selecção. Em 1999 tiveram campeões nacionais juniores femininos, campeões nacionais seniores masculinos. **Jogo de Damas** – Equipa de veteranos com boa representatividade a nível nacional. **Karaté** – Equipa campeã, de título europeu. Têm 110 praticantes distribuídos pelas várias modalidades e categorias. Pico negativo: Falharam, por um "erro de cálculo", a participação nos Jogos Olímpicos de 2000 da classe de ginástica-trampolim, que é pela 1ª vez olímpica.